



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 19 de julho de 2023, das 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta: 09:30
- Condução: Vice-presidência
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – CGSP	1. ITTC
2. MDHC - CGCT	2. ANADEP
3. MJSP/SENAPPEN (online)	3. GAJOP
4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	4. REDE
	5. SOMOS
	6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
	7. EDUCAFRO
	8. UFRN
	9. AJD
	10. COFEN
	11. AGENDA NACIONAL
	12. CFESS
Soma RG: 4	Soma SC: 12
Total: 16	

Além dos membros, registrou-se a presença de: Mauro Rehbein – Ministério da Saúde; Zenaide Kernbeis – Suplente Cofen; Denise Teixeira – Ministério das Mulheres; Isadora de Oliveira Silva – Ministério da Igualdade Racial; Sylvia Dias – APT; Matheus Rondon e Silva e Ana Claudia Silva – Comitê Estadual do Mato Grosso; Dácia Costa – Suplente CFESS; Ronilda Lopes, Ana Valeska Duarte, Carolina Barreto, Camila Antero – MNPCT.

Em seguida, discutiu-se a ausência de membros do governo e a importância da presença destes na RO.

▪ **Encaminhamentos:**

1. Promoção de encontros presenciais com todos os Ministérios para pegar a anuência, bem como encontro com a gabinete ministerial para despachar o envio da resolução nº 35 para a CONJUR. Sugestão de inclusão de meio dia de viagem a mais para reuniões institucionais/missões.
2. Sugestão de encaminhamento: definição de ações futuras que possam garantir a presença dos 11 membros do governo (assentos) nas reuniões;
3. Envio de e-mails para os membros de governo solicitando justificativa para a ausência nesta reunião e na anterior. **Foi aberta votação:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MDHC CGCT – favorável 2. MDHC GCSP - favorável 3. MJSP/SENAPPEN (online) - favorável 4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - favorável 5. MRE – favorável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ITTC - favorável 2. ANADEP - favorável 3. GAJOP - favorável 4. REDE - favorável 5. SOMOS - favorável 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES - favorável 7. EDUCAFRO - favorável 8. UFRN - favorável 9. AJD - favorável 10. COFEN - favorável 11. AGENDA NACIONAL - favorável 12. CFESS - favorável
Total: 17 votos favoráveis; nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.	

2.1. Leitura, inversão e aprovação da pauta da 40ª RO CNPCT.

- **Ponto extra pauta:** Deliberação sobre a prorrogação da permanência/recondução do ITTC na vice-presidência do CNPCT, até que sejam publicados os ajustes no R.I.

Foi aberta votação:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MDHC Nana – favorável 2. MDHC Ana - favorável 3. MJSP/SENAPPEN (online) - favorável 4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – abstenção; 7º § 2º do Resolução do Comitê 5. MRE - favorável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ITTC - favorável 2. ANADEP - favorável 3. GAJOP - favorável 4. REDE - favorável 5. SOMOS - favorável 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES - favorável 7. EDUCAFRO - favorável 8. UFRN - favorável 9. AJD - favorável

	10. COFEN - favorável 11. AGENDA NACIONAL - favorável 12. CFESS - favorável
Total: 16 votos favoráveis à recondução; 1 abstenção; nenhum voto contrário	

Com 16 votos favoráveis, a Recondução temporária do ITTC na vice-presidência foi aprovada. No entanto, foram externalizadas preocupações com a segurança jurídica da medida.

3. Informes

3.1. Emissão de passagens e diárias

Foi realizada uma breve apresentação acerca do fluxo de passagens e diárias.

3.2. Nova data para a Reunião Ordinária em novembro

Por questões de agenda, foi deliberada a mudança de data da reunião ordinária de novembro, anteriormente marcada para os dias 22 e 23, para os dias **28 e 29 de novembro**.

Foi aberta votação:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC Nana – favorável	1. ITTC - favorável
2. MDHC Ana - favorável	2. ANADEP - favorável
3. MJSP/SENAPPEN (online) - favorável	3. GAJOP - favorável
4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - favorável	4. REDE - favorável
5. MRE - favorável	5. SOMOS - favorável
	6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES - favorável
	7. EDUCAFRO - favorável
	8. UFRN - favorável
	9. AJD - favorável
	10. COFEN - favorável
	11. AGENDA NACIONAL - favorável
	12. CFESS - favorável
Total: 17 votos favoráveis à mudança de data; nenhuma abstenção; nenhum voto contrário.	

- **Encaminhamento:** Para a próxima reunião, foi acordada a participação dos Comitês Estaduais. Sendo assim, marcar reunião com os CEs para definir suas contribuições e tempo para apresentação.

2.1. Leitura e aprovação da pauta da 40ª RO

Após a leitura da pauta, foram realizadas as seguintes propostas de modificação e inclusão de pontos de pauta: (1) Fernanda Oliveira (CGCT) solicitou a substituição do ponto 4 da pauta do dia 20/07/2023 para incluir apresentação da Coordenação acerca do edital dos Mecanismos; (2) Em seguida, foi solicitada a inclusão de ponto relativo à aprovação da resolução acerca da implantação das câmeras nos uniformes dos agentes. **Foi aberta votação:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC CGCT – favorável	1. ITTC - favorável

2. MDHC CGSP - favorável 3. MJSP/SENAPPEN (online) - favorável 4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - favorável 5. MRE - favorável	2. ANADEP - favorável 3. GAJOP - favorável 4. REDE - favorável 5. SOMOS - favorável 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES - favorável 7. EDUCAFRO - favorável 8. UFRN - favorável 9. AJD - favorável 10. COFEN - favorável 11. AGENDA NACIONAL - favorável 12. CFESS - favorável
Total: 17 votos favoráveis; nenhuma abstenção; nenhum voto contrário.	

4. Recomposição da Mesa Diretora

Houve discussão sobre a hipótese de a recomposição da Mesa Diretora restar prejudicada depois da publicação do decreto que insere novos membros de governo, ressaltando-se a importância da anuência dos Ministérios para publicação do Decreto antes de eventuais indicações para a Mesa Diretora. Desta forma, **decidiu-se aguardar a publicação do decreto que atualiza os membros de governo.**

A CGCT apontou tratativas com a Secretaria da Presidência da República para ocupar a posição vacante dos Representantes do Governo na Mesa. Em seguida, foi questionado se algum membro do governo presente na reunião gostaria de fazer parte da Mesa Diretora. Denise Teixeira (MMulheres) indicou interesse, mas destacou que, por falta de decreto, não seria possível.

Foi sugerido, então, que Denise componha informalmente a Mesa Diretora, auxiliando e contribuindo com os trabalhos, até a publicação do decreto que atualiza a composição dos ministérios.

Após, houve discussão acerca da interpretação do art. 17 do R.I., de forma a entender quem representaria a “Coordenação-Geral” citada no Regimento Interno do Comitê. Foi entendido que o termo “Coordenação-Geral”, no contexto do R.I., corresponde à Coordenação de Apoio ao CNPCT.

▪ **Encaminhamentos:**

1. Enviar ofícios a todos os Ministérios para que indiquem, até determinada data, membro para a mesa diretora. Sugestão de prazo: até o 30 de julho.
2. Sugestão de Criação de GT para revisar o Regimento Interno.
3. Disponibilizar o link da reunião da Mesa Diretora para todos os membros do CNPCT.

5.1. Recomposição dos GT's de “Visitação” e “Audiências de Custódia”

Foi aberta consulta acerca do interesse dos representantes do governo de participar dos grupos de trabalho. Composição dos GTs:

▪ **GT de Audiência de Custódia**

1. MDHC (CGSP)
2. SENASP (vai indicar representante)
3. APT (convidada)

4. Comitê Estadual do Mato Grosso (convidado)
5. MIR (Convidado). MIR solicitou confirmação posterior.

▪ **GT de Visitação**

1. SENAPPEN
2. Ministério das Mulheres – Denise Teixeira e Pagu Rodrigues.

▪ **Encaminhamentos:**

1. Enviar relação dos GTs que existem e quais são as vagas para todos os membros.
2. Elaborar Nota Técnica no sentido das substituições das representações nos GTs, seguindo o entendimento de que houve uma simples mudança de nomenclatura dos órgãos elencados no art. 3º do R.I. **Abriu-se votação:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MDHC Nana – favorável 2. MDHC Ana – favorável 3. MJSP/SENAPPEN (online) – favorável 4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – favorável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ITTC – favorável 2. ANADEP – favorável 3. GAJOP – favorável 4. REDE – favorável 5. SOMOS – favorável 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES – favorável 7. EDUCAFRO – favorável 8. UFRN – favorável 9. AJD – favorável 10. COFEN – favorável 11. AGENDA NACIONAL – favorável 12. CFESS – favorável
Soma RG: 4	Soma SC: 12
Total: 16 votos favoráveis aos encaminhamentos; nenhuma abstenção; nenhum voto contrário	

5.2. Criação de GT para a elaboração do encontro dos comitês

Participantes:

1. Agenda Nacional
2. GAJOP
3. Associação
4. Educafro
5. CFESS
6. Ministério das Mulheres (Denise Teixeira)
7. MEC (Erasto)
8. Mecanismo

Observações: o mecanismo discutirá internamente para definir os membros que farão parte do GT. Sugestão acerca de juntar as agendas do Comitê e do Mecanismo para o encontro anual, que vai se dar em outubro.

▪ **Encaminhamento:**

Para as próximas reuniões, enviar convites para os convidados permanentes, DPU, CNMP e CNJ.

RETORNO DO INTERVALO

7. Audiência Pública

7.1. Apresentações:

- Adílio – SEAP Bahia
- Cintia - SENAPPEN
- Diego Pimentel – Assessor do Dep. Pablo Roberto - Comissão de Direitos Humanos
- Edivaldo Vivas – Promotor de Justiça
- Elaine da Paixão – Frente Estadual para o Desencarceramento
- Jéssica Alves – SENAPPEN
- Lucas Tavares
- Elis Resende – Corregedoria Geral da Justiça
- Luis Alberto Vasconcelos – Centro de Apoio Operacional MP/Bahia
- Kwame Kwanza – Presidente do Comitê do Sergipe
- Maria Claudia Pinto Lopes – Unidade de monitoramento de execução de pena da Bahia
- Nadia Carolina: GMF
- Pablo Roberto dos Santos – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Bahia
- Rosemunda Souza – Juíza de Direito do GMF TJ/BA
- Fernanda Chaves – Superintendente de Ressocialização Sustentável
- Vilma Melo – Comitê Estadual do Pernambuco
- Edmundo Reis – Promotor de Justiça
- Gisela – Defensora Pública da Bahia

7.2. Apresentação do Relatório da Bahia – Camila Antero.

Após a apresentação do relatório, foi sugerida a realização de Audiência Pública na ALBA para implementar o Sistema Estadual na Bahia.

7.3. Pontos de Discussão

- Lucas Tavares informou que, em relação as providências direcionadas à TJ/BA, o corregedor encaminhou para o MP/BA para preparar mutirões. Saiu a Portaria nº 170 do CNJ;

- Rosemunda Souza informou que o GMF já tem pronto um Projeto de Lei relativo ao enfrentamento à tortura e que o presidente do Tribunal de Justiça deve agendar com o presidente da ALBA para encaminhamentos. Com relação às inspeções, informou que estas acontecem todos os meses. Afirmou que realmente constataram muitas irregularidades e sempre procuram buscar soluções junto à SEAP; também estão trabalhando na construção de conselhos de comunidade. Por fim, informou que o GMF já tem grupo de trabalho voltado ao combate à tortura.

- Dep. Pablo acolheu sugestão de Audiência Pública na ALBA para implementar o Sistema Estadual na Bahia.
- Cintia Rangel comentou sobre nota técnica do DEPEN com relação a parâmetros mínimos com relação à custódia.
- Maria Clara perguntou ao Deputado Pablo se poderia detalhar a sinalização de privatização do socioeducativo. Aos Representantes do MP, perguntou quais as ações passíveis quanto ao descumprimento de um TAC.
- Deputado Pablo citou edital que foi publicado com relação à privatização. Informou que pediu a informação sobre o que foi feito com os recursos com relação a CASE salvador. Afirmou que também não há informação quanto ao prisional.
- Fernanda ANADEP citou a gravidade da questão de gênero; ressaltou o fato de mulheres precisarem tomar laxantes. Sugeriu conversa do Ministério das Mulheres com SEAP para que na Bahia haja uma mudança imediata desse posicionamento (com relação ao laxante e revista vexatória).
- MNPCT destacou a necessidade de intervenção imediata no Conjunto Penal Feminino da Bahia, devido ao baixo número de oportunidades de educação e de trabalho, assim como horas ociosas. Sinalizou que a unidade foi uma das mais alarmantes do Estado da Bahia.
- Paulo perguntou se o Membro do SEAP poderia precisar a questão da privatização; falou da questão das mulheres e das unidades mistas para tentar trazer encaminhamentos. Falou também sobre descumprimento do TAC, destacando a necessidade de respostas sobre os esforços na garantia do cumprimento deles.
- Jessica Alves informou que a revista do público externo não se limita ao estado da Bahia; citou resolução do CNPCP e trouxe a ideia de o tema ser trabalhado exaustivamente no Grupo de Trabalho de visitas.
- Edmundo sugeriu evento na Bahia. Citou decisão local que autoriza a visita íntima e destacou que é necessário discutir de forma mais pormenorizada a situação das meninas e visitas com força tática e armamento químico.
- Miriam falou sobre a necessidade de as mulheres tomarem laxante e ressaltou que as pessoas que operam os body scanners não são treinadas para isso. Informou que a justificativa para que familiares não adentrem o sistema prisional é uma mancha, mas que não sabem identificar que mancha é essa. Informou, ainda, que em sua maioria, quando os servidores indicam a mancha, são de namoradas, companheiras, esposas e amigas, porque existe no país inteiro perseguição a essas mulheres, sendo que as pessoas têm direito a visita de familiar e de amigos. Solicitou que se faça capacitação dos servidores que operam essas máquinas.
- Sofia destacou que não adianta só instalar o scanner, já que isso pode ser usado como forma de torturar os familiares. Não sabe se é falta de conhecimento ou só mais uma prática de tortura no sistema prisional.

- Wilma Melo frisou que temos uma lei de execução penal, mas não existe política pública penal no país. Afirmou que o que chama atenção é a privatização da PPP, porque o estado vai pagar por cada adolescente que está ali.
- Augusto afirmou que é preciso destacar as interseccionalidades. Relembrou que o direito das mulheres está previsto nas Regras de Mandela e, em seguida, leu a regra 11.
- Denise falou sobre a importância que a participação do MM seja regularizada pelo decreto, para que possam participar ativamente nos encaminhamentos relacionados às questões das mulheres.
- Foi sugerida, para a próxima reunião, uma apresentação em relação ao que aos achados da Pagu Rodrigues no Mato Grosso com relação à população indígena.
- Camila Antero ressaltou que a SEAP não responde aos ofícios e às informações. Comunicou que, se os ofícios não forem respondidos, vai entrar em contato PRDC da Bahia. Solicitou documentos relacionados às atribuições administrativas da GEOP.
- Sylvia: revistas de familiares das pessoas privadas de liberdade. Reformou a importância do GT de visitação para pensar nessa questão como pauta prioritária. Pergunta para a representante do GMF, para esclarecer o projeto de lei citado.
- Elaine: Questionamentos à SEAP/BA, sobre fiscalização das unidades de cogestão a respeito de trabalhos ilegais de pessoas privadas de liberdade à direção dos estabelecimentos, visitas às pessoas em privação de liberdade e o tratamento destinado a elas.
- Cintia falou sobre as normas da SENAPPEN sobre os procedimentos de visitas, com proibição de revista vexatória. Informou que foi feita uma doação de body scanner às unidades, a fim de evitar revistas corporais invasivas, assim como ressaltou a necessidade de capacitação dos servidores das unidades.
- Fernanda SEAP pediu para serem enviados os documentos apresentados na reunião, já que não chegaram ao conhecimento. Propôs ao CNPCT sugerir rubrica orçamentária para qualificação profissionais, a fim de requalificar os espaços que já existem; rubrica específica para a construção de novos espaços prisionais; rubrica orçamentária para qualificação ou requalificação.
- Fernanda SEAP pediu para enviar os pedidos para o e-mail fernanda.neves@seap.ba.gov.br e conceicao.sodre@seap.ba.gov.br.
- Ana Valeska ressaltou a fala da Camila e disse que a falta de resposta implica em improbidade administrativa pela SEAP, bem como frisou que houve violação das prerrogativas do mecanismo. Sugeriu o envio de ofício conjunto entre CNPCT e MNPCT, encaminhando com cópia para o Ministério Público para ciência de violações e descumprimento de prerrogativas.
- Paulo solicitou a ajuda do deputado Pablo para acompanhar a ausência de respostas da SEAP.
- Edmundo frisou que todas as medidas foram adotadas quanto ao presídio citado pela Elaine.

- Patricia citou que a prioridade sempre vai ser para construção e reformas de unidades; citou o recurso da FUNPEN.
- Miriam ressaltou que a construção de novas unidades prisionais não são a solução para os problemas. Sobre a capacitação, afirmou que ficou claro que não é falta de capacitação, mas sim abuso de poder, tortura.
- Dácia comentou que não se trata somente de capacitação; há de se ter medidas de consequência, inclusive quanto ao próprio estado.
- Aos MPs de todos os Estados, Camila afirmou que é preciso haver investigação de possíveis torturadores; é importante que as denúncias feitas sejam acolhidas. Citou que, enquanto Estado, fomos cobrados pelo CAT e, portanto, precisamos de dados com relação a isso. Sobre o FUNPEN, destacou que chama atenção que a LC do FUNPEN tem dispositivo específico prevendo 30% de recursos para implementação e reparação de unidades prisionais. Frisou que a oferta da superlotação não é combatida com novas vagas, mas com combate ao racismo estrutural e o encarceramento em massa.
- Cintia citou que houve a doação de body scanners para 7 unidades, foram 7 equipamentos no final de 2020. Disse que vai enviar nomes das unidades e que, entre elas, está a unidade Lauro de Freitas. Fez um complemento de que precisamos pensar em formas racionais e não somente na construção de vagas.

7.4. Encaminhamentos

1. Construção de Normativa do MM e SEAP em relação às visitas íntimas vexatórias, body scanners e normativa impedindo revista de agentes prisionais masculinos em unidades femininas.
 2. Oficiar a Juíza da VEP para que esclareça materialmente o que está sendo feito em relação às políticas de educação.
 3. Oficiar a SEAP e SENAPPEN para saber quais unidades possuem scanner, quantas pessoas foram treinadas, o curso que receberam e quem são as pessoas que analisam as imagens;
 4. Recomendação conjunta entre CNPCT e MNPCT sobre o fim das revistas vexatórias. Incluir a questão dos cursos e do exercício de publicização dessas recomendações.
 5. Oficiar à PGJ e ao MP para que esclareçam quais vão ser as providencias sobre o descumprimento do TAC e fechamento da unidade.
 6. Oficiar a Coordenação do socioeducativo (SENASE), reforçando a importância de comparecer e participar do Comitê. Oficiar o CONANDA também.
- Sugestão de Reunião Extraordinária ou reunião com pontos focais para tratar do tema.
 - Foi ressaltado que o laxante também faz parte de revista vexatória e que há de se atentar ao julgamento da revista vexatória no STF.

❖ ***A Reunião Ordinária foi encerrada às 17:20, após vencer todos os pontos de pauta.***



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 20 de julho de 2023, das 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta: 09:26
- Condução: Vice-presidência
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC - CGCT 2. MJSP/SENAPPEN 3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1. ITTC 2. ANADEP 3. GAJOP 4. REDE 5. SOMOS 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES 7. EDUCAFRO 8. UFRN 9. AJD 10. COFEN 11. AGENDA NACIONAL 12. CFESS
Soma RG: 3	Soma SC: 12
Total: 15	

Além dos membros, registrou-se a presença de: Pagu Rodrigues – Ministério das Mulheres; Isadora Oliveira – Ministério da Igualdade Racial; Wilma Melo – CECPT-PE; Cintia Rangel – SENAPPEN; Jéssica Alves – SENAPPEN; Sylvia Dias – APT; Carolina Barreto, Camila Antero, Ana Valeska Duarte, Viviane Martins, Ronilda Lopes, Bárbara Coloniese, Camila Sabino, Rogério Guedes, Maria Cecília Arruda – MNPCT; Mauro Rehbein – Ministério da Saúde; Dácia Costa – Suplente CFESS; Ana Cláudia Silva e Matheus Rondon e Silva – Comitê Estadual do Mato Grosso.

2. Participação nos Encontros Temáticos do SNPCT

- Foi apresentada uma breve contextualização do SNPCT. Em seguida, houve uma retomada dos pontos tratados na reunião extraordinária do SNPCT, no dia 28/06.
- Discussão sobre a criação de Grupos para os encontros bilaterais. Foi informado que a reunião do dia 21/08 poderia ter a data alterada, bem como haveria a possibilidade de alterar os pontos de pauta. Tanto o comitê quanto o mecanismo poderão elencar pontos de pauta que acharem necessários.
- Frisou-se a necessidade de definir pontos prioritários para serem discutidos nos encontros bilaterais e reunião do dia 21/08, priorizando pautas desencarceradoras.
- Foi solicitado que seja encaminhada a ata. Foi destacada a necessidade de entender o propósito do sistema, o que se diferencia do comitê, qual o gás que vai ser dado; entender a metodologia de funcionamento do sistema (quem convoca as reuniões, como são convocadas as pautas); se organizar para estar presente.
- Discussão sobre como o comitê se coloca na construção do sistema e na construção de reuniões como membro natural do Sistema. Foi ressaltada a importância da reativação do sistema.
- Foi ressaltada a importância de reservar um tempo de articulação e organização de comitês e mecanismos estaduais. Questionamento acerca da impossibilidade de uma data além do dia 21/08 para o encontro do comitê. Duas questões: ter mais tempo para se debater sobre as questões e contribuições e 2) tempo para articulação em nível local, comitês e mecanismos.
- Citou-se o decreto nº 8.154, parágrafo único do artigo segundo, que estabelece o MDHC com a função/prerrogativa/dever de coordenar o Sistema.
- Maria Clara opina que a data seja mantida se o indulto for uma prioridade. Ressaltou que o governo esteja aberto para refinar acordo. Opinou que deve ser uma reunião interna.
- Sugestão: seguir no dia 21 e pensar em como construir depois.

Encaminhamentos:

1. Realizar Reunião Extraordinária do CNPCT sobre participação no SNPCT. Reunião virtual agendada para quinta-feira, 27/07.

3. Apresentação do Mapeamento Nacional de Implementação dos Mecanismos e Comitês de Prevenção e Combate à Tortura

Foram apresentadas diretrizes gerais pelo Mecanismo do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ). Em seguida, apresentação do Mecanismo Nacional sobre o mapeamento. Pontos principais:

- Apenas 5 Mecanismos ativos além do Nacional: Acre, Rondônia, Paraíba, Rio de Janeiro e Pernambuco;
- 3 dos mecanismos possuem apenas 3 integrantes (Rondônia, Paraíba e Acre);
- 14 unidades da federação não possuem previsão legal sobre mecanismos
- apenas 1 mecanismo vinculado ao poder legislativo (rio de janeiro); o restante é ligado ao poder executivo
- ao menos 1 estado (ES) previu a criação de mecanismo sem remuneração para os integrantes;
- Tentativa de entrada de profissionais de segurança em Rondônia;
- Maranhão tem previsão legal de MEPCT com apenas dois integrantes;
- Falta de autonomia da seleção realizada pelo comitê (Rondônia);
- Fragilização dos mecanismos ativos.

- Implementação dos Comitês Estaduais:

- Confusão entre as atribuições dos comitês e mecanismos
- Interferência a autonomia dos comitês estaduais (Sergipe)
- Erros materiais nas legislações em relação à representação da sociedade civil: Rondônia e Paraíba;
- Falta de transparência e autonomia na seleção da representação da sociedade civil
- Vinculação de comitês às secretarias de administração prisional

- Foram apresentadas Recomendações:

- Observar estritamente nas legislações de criação e regulação dos Mecanismos e Comitês as disposições do OPCAT, sobretudo no que tange a independência, autonomia e à garantia de prerrogativas;
- Observar nas legislações de criação e regulação dos Sistemas as diretrizes mínimas estipuladas pela Recomendação nº 05 de 29 de novembro de 2018 do CNPCT;
- Adotar o número mínimo de seis peritos com cargo remunerado para a composição dos Mecanismos Estaduais
- Garantir que os comitês sejam órgãos com representação majoritária da sociedade civil, sendo assegurada a alternância da presidência ou coordenação entre as organizações da sociedade civil e Estado
- Excluir da composição dos comitês secretarias, organizações, associações ou fundações que tenham sob sua gestão espaço de privação de liberdade
- Garantir que os mecanismos sejam compostos por pessoas com trajetória em movimentos sociais e/ou organizações com atuação comprovada na defesa de DHs ou trajetória acadêmica nesse sentido;
- Entre outras.

Pontos de discussão:

- Reflexão de qual seria uma participação importante deste Comitê na criação e fortalecimento de Comitês e Mecanismos Estaduais.
- Errata encaminhada por e-mail pelo mecanismo de Pernambuco.
- Frisou-se que o mecanismo de Mato Grosso do Sul também não tem remuneração.
- Comentou-se que, nas prioridades de recomendações do CAT, constou a criação de Mecanismos Contra a Tortura nos Estados. Reflexão acerca de qual é a estratégia do Governo Federal para impulsionar a criação desses mecanismos e de como o comitê pode fortalecer essa estratégia.
- Caio trouxe observações sobre as recomendações nº 13 e 11. Trouxe também observações sobre a constituição do Mecanismo da Paraíba por apenas 1 membro.
- Sugestão de que a próxima reunião do Comitê estabeleça como ponto de debate a errata do mecanismo do Pernambuco - Wilma Melo (Comitê Pernambuco).
- Sugestão de que os participantes do GT do encontro de comitês pensem em uma formação para os Mecanismos e Comitês Estaduais.
- A CGCT mencionou a existência de reuniões com os pontos focais no estado. Foi exposto também que o Mecanismo Nacional está acompanhando a situação na Paraíba, inclusive com visitas.
- Camila apresentou denúncia acerca do Governo de Pernambuco de aparelhar o Mecanismo Estadual com ações e omissões relativas ao edital, inclusive com a ausência de previsão de mandato para os peritos. A PGR insiste que não pode haver previsão de mandato no edital por falta de previsão legal. Pediu que o Governo Federal intervenha neste caso e que seja agendada uma reunião com Raquel Lira.
- Reforçou-se a necessidade de criação e fortalecimento dos Mecanismos através de padrões.

▪ **Encaminhamentos:**

1. Revisar o texto da Recomendação nº 5 do CNPCT e torná-la robusta, fortalecendo com mais recomendações específicas (como, por exemplo, a previsão de que é incompatível a cumulação o cargo de agente com o cargo de perito do mecanismo) e, talvez, modificar o formato.
2. Agrupado para criar um material de formação de comitês e mecanismos, além de revisar a recomendação. **Participantes:**
 - Agenda
 - Associação de amigos e familiares
 - GAJOP
 - ITTC
 - Sylvia Dias – APT

- ANADEP
 - Ana Cláudia – Comitê Estadual do Mato Grosso.
3. Solicitar reuniões com os governos da Paraíba, de Pernambuco, Maranhão e RN para tratar da situação destes Estados. Pedido de reunião conjunta com Comitê, Mecanismo, MDHC, PGE, Comitê Estadual, Secretaria de Justiça de Direitos Humanos de Pernambuco e outros convidados.
 4. **Para o Governo Federal:** apresentar, na próxima reunião, plano de ação para induzir a criação de comitês e mecanismos; envolvimento prioritário do Governo Federal nos mecanismos da Paraíba e Pernambuco; dispensar atenção ao salário dos Mecanismos Estaduais.

Votação para a aprovação dos encaminhamentos:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MDHC – CGSP - favorável 2. MDHC – CGCT - favorável 3. MJSP/SENAPPEN - favorável 4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - favorável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ITTC - favorável 2. ANADEP - favorável 3. GAJOP - favorável 4. REDE - favorável 5. SOMOS - favorável 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES - favorável 7. EDUCAFRO - favorável 8. UFRN - favorável 9. AJD - favorável 10. COFEN - favorável 11. AGENDA NACIONAL - favorável 12. CFESS - favorável
<p>Total: 16 votos favoráveis aos encaminhamentos; nenhuma abstenção; nenhum voto contrário.</p>	

RETORNO DO INTERVALO

- **Ponto extra pauta: Recomendação sobre uso de câmeras nos coletes dos agentes de Grupos Militarizados**

Foi citada a importância de participar da audiência pública puxada pelo Ministério da Justiça. Após discussão e realização de alterações da Recomendação, **foi aberta votação para a aprovação do texto final:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MDHC – favorável 2. MDHC – favorável 3. MJSP/SENAPPEN – favorável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ITTC – favorável 2. ANADEP – favorável 3. GAJOP – favorável 4. REDE – favorável 5. SOMOS – favorável

4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – favorável	6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES – favorável 7. EDUCAFRO – favorável 8. UFRN – favorável 9. AJD – favorável 10. COFEN – favorável 11. AGENDA NACIONAL – favorável 12. CFESS – favorável
Total: 16 votos favoráveis à aprovação da recomendação; nenhuma abstenção; nenhum voto contrário.	

5. Desdobramentos do RN e a nota do FOSEG

Foi discutida a situação do Rio Grande do Norte e sugerida uma articulação entre o MDHC e MJ para apoiar a implementação do Sistema Estadual de Combate à Tortura no estado.

Bárbara comentou que, com o lançamento do relatório do Mecanismo, houve uma tentativa de criminalizar o trabalho do MNPCT e dos peritos. Relatou que foi lançada uma nota de todas as polícias do Estado contrária ao PLC que institui o SEPCT do RN, sob o argumento de que fragilizaria a segurança pública do estado e criaria uma entidade com superpoderes, que defenderia facções criminosas. Ainda, relatou que a Presidenta do Sindicato dos Policiais Penais (SINDPPEN), Vilma Batista, fez falas acusando o Mecanismo e o Governo de participar de facções.

Em seguida, apresentou-se Minuta de Nota de apoio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, que dispõe sobre a estruturação do SEPCT no RN. **Foi aberta votação:**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – favorável 2. MDHC – favorável 3. MJSP/SENAPPEN – favorável 4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – favorável	1. ITTC – favorável 2. ANADEP – favorável 3. GAJOP – favorável 4. REDE – favorável 5. SOMOS – favorável 6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES – favorável 7. EDUCAFRO – favorável 8. UFRN – favorável 9. AJD – favorável 10. COFEN – favorável 11. AGENDA NACIONAL – favorável 12. CFESS – favorável
Total: 16 votos favoráveis à aprovação da nota de apoio; nenhuma abstenção; nenhum voto contrário.	

Em sequência, Cintia Rangel, da SENAPPEN, leu nota do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, da Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ) em apoio ao Projeto de Lei.

Registro de que o Presidente do CNPCP se posicionou em apoio ao PLC do RN. O ofício será encaminhado pelo MNPCT.

▪ **Encaminhamentos:**

1. Que o MDHC e MJ invistam esforços junto ao Governo do Estado do RN para que notas e cartas de outras secretarias sejam emitidas rapidamente.
2. Presença do MDHC e MJ nas audiências da Comissão de Direitos Humanos em agosto (previsão de retorno do recesso parlamentar).
3. Convite ao MJ (SENAPPEN) e autoridades locais para participar da reunião do RN (referente ao encaminhamento anterior; “reuniões com os governos da Paraíba, de Pernambuco, Maranhão e RN para tratar da situação destes Estados”.) Sinalização de datas.
4. Moção de desagravo contra a presidenta do sindicato dos policiais; Pedido de apuração pelo MPF da conduta sob aspecto criminal e administrativo; e Consideração de eventual afastamento cautelar.

5. Encaminhamento de pessoas com transtornos mentais para presídios comuns

Informe do MNPCT e de Mecanismo Estadual de Rondônia sobre mortes no Sistema Prisional de Rondônia, especialmente sobre a morte de um preso que sofria de transtornos mentais e foi encaminhado para um presídio comum. Após debates, foram definidos encaminhamentos. Em seguida, discussão sobre o status do Caso Urso Branco.

▪ **Encaminhamentos:**

1. Criação de agrupamento sobre tratativa de casos que estão tramitando no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) que envolvam presídios, começando pelo Caso Urso Branco. Participantes: ANADEP, REDE, GAJOP, Justiça Global.
2. Acompanhamentos, pelo GT de Audiência de Custódia, da morte de um preso que sofria de transtornos mentais e foi encaminhado para um presídio comum.

Sugestão de ponto de pauta para a próxima reunião: explicação do propósito do COFEN.

- **Ponto extra pauta: sugestão de que o edital do próximo concurso do MNPCT seja direcionado exclusivamente a pessoas negras e indígenas.**

Após, foi sugerida a aprovação do Sumário Executivo na Reunião Extraordinária, bem como que a perita Ronilda Lopes apresente sua temática nesta reunião, caso deseje.

❖ ***A Reunião Ordinária foi encerrada sem vencer todos os pontos às 18:30.***

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DEGRAVAÇÃO

40ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Dias: 19 e 20/07/2023

Brasília/DF

DEGRAVAÇÃO

40ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Dia 19-07-2023 - Áudio 1:

1 **Interlocutora não Identificada** - Aqui ninguém, não é? Porque eu não te conheço,
2 não é? Assim como o senhor também não me conhece, não é? Pessoalmente,
3 então a gente não está nesse nível de discussão aqui e com toda certeza, não é?
4 O senhor, inclusive, saiu de onde estava para estar aqui, então está comprometido,
5 não é? E, de fato, como eu disse algumas vezes aqui, todos têm, não é? Milhares
6 de atribuições, assim como todos nós, inclusive aqui os cargos, não é? A gente
7 ocupa esses cargos, a gente representa as organizações, eu, por exemplo,
8 represento a organização que eu trabalho, eu não recebo para estar aqui, ninguém
9 recebe para estar aqui, a gente recebe a diária, a gente recebe a passagem, mas
10 isso é um serviço colaborador com o governo, também por acreditarmos nessa
11 pauta, não é? Então eu acho que tem um equívoco, e quando eu digo sim, e vou
12 continuar dizendo que eu acho constrangedor, porque eu acho mesmo, e de fato é
13 isso, a gente está se conhecendo hoje, mas eu não estou aqui nesse comitê hoje,
14 hoje, eu já estive nesse comitê há um tempo, e sim, tem uma postura reiterada, não
15 é? Dos ministérios, do governo, a gente não entendeu por quê, inclusive na reunião,
16 quando o próprio ministro, que é presidente deste comitê, estava aqui, ficou
17 constrangido também, e disse que cobraria pessoalmente cada ministério para
18 contar com a presença aqui nessa reunião, dada a importância da pauta, não é?
19 Então isso não é, isso não é um discurso meu, não é? Então sim, eu acho
20 constrangedor, quando a gente precisa de coisas para serem encaminhadas, que
21 as pessoas não se prontifiquem a comporem os grupos de trabalho, e eu acho
22 mesmo, e eu não estou dizendo, porque eu não tenho alçada de ter agenda de
23 nenhum de vocês, então eu não sei quais são os comprometimentos, e acho que
24 de fato é louvável, quando a gente não tem a possibilidade de estar inteiro num
25 lugar, que a gente não se coloque. A todo passo, é importante, e tem essa criação

26 desse grupo de trabalho, e precisa de um membro do governo para compor o grupo
27 de trabalho, senão a gente não anda, não é? Então, acho que assim, esse tom, e
28 eu acho que eu estou tentando aqui ser bastante coerente com as minhas palavras,
29 e acho que a gente tem, posso fazer autocríticas, de que talvez em algum momento
30 eu tenha pesado de um lado para o outro, mas nesse caso eu acho que não, acho
31 que realmente, acho que tem uma postura, e não estou falando do senhor
32 especificamente, assim como não estou falando da colega que está aqui, do
33 Ministério das Mulheres, ou do Ministério da Igualdade Racial, etc. Estou falando de
34 outras pessoas, e acho que há sim uma posição que é complexa, e o próprio
35 ministro não conseguiu compreender também porque que os membros do governo
36 não estavam aqui, e como a Fernanda colocou aqui no começo da reunião, em
37 outros comitês e outros conselhos, a gente não tem essa questão, não é? Então,
38 de fato, é realmente algo relevante para a gente pensar, por que que no CONANDA,
39 por que que no comitê, no Conselho Nacional de Direitos Humanos, a gente não
40 está tendo essa questão, não é? A gente está tendo representação dos membros
41 do governo, e por que que a gente está tendo essa questão? Então, de fato, é algo
42 relevante, não é? E eu vou colocar isso ao momento que eu achar que a gente, que
43 é importante, e ao mesmo passo que eu acho que a gente pode, inclusive, fazer um
44 diálogo com os próprios ministérios, como a Patrícia sugeriu, não é? Para entender
45 a importância de estar nesse espaço, não é? Talvez tenha tido um ruído de
46 comunicação, não é? E, por fim, para passar a palavra para a Jaque, eu acho que
47 esse tema é um tema que ganhou, que é um tema invisibilizado como um todo e no
48 geral, mas que, neste momento, o próprio presidente, na reunião última que a gente
49 teve do sistema nacional, disse que, teve uma indicação de que este tema é um
50 tema que o governo federal, na pessoa do presidente, quer tratar com mais
51 profundidade. Então, se o próprio presidente quer tratar com mais profundidade, é
52 importante que os seus representantes estejam aqui nesse espaço, para que a
53 gente trate com mais responsabilidade esse tema. E vou passar para a Jaque.

54 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
55 **Resistência Contra O Genocídio) - Primeiro, eu acho que é... Eu já elogiei a**

56 postura aqui do representante do Ministério da Educação de vir para a reunião
57 presencial. E acho que é importante, também, sentir à vontade para se colocar e
58 justificar. Eu acho que estamos todos muito sobrecarregados. Acho que é muita
59 questão. Eu até, inclusive, coloquei aqui, na última vez, que é um esforço sub-
60 humano para estar aqui, na verdade, enquanto uma profissional, mãe, preta,
61 desquebrada. Então, tenho toda uma logística louca para vir aqui. E acho que todo
62 mundo tem que vir. Eu sofro descontos no meu trabalho para vir até aqui, inclusive.
63 Até já externalizei isso. Então, realmente, todo mundo é muito sobrecarregado.
64 Acho que, às vezes, o que a gente tem que pensar é o que nos motiva a estar aqui.
65 Então, por que eu faço toda essa logística, que eu tenho prejuízos financeiros para
66 estar aqui? Então, é o que nos motiva. Eu penso que talvez é o que a gente tenha
67 que focar. Uma outra questão que eu acho que é importante... Desde o início... Nós
68 tivemos conflito aqui, gente, para registro dos membros de quórum. Eu nunca vi
69 uma reunião que virou polêmica a gente simplesmente ter que contar o quórum.
70 Nós gastamos muita energia e gastamos um tempo absurdo para registro de
71 quórum. Todas as outras questões... Parte importante e significativa da nossa pauta
72 é em razão da não participação efetiva de membros de diversos ministérios. A
73 demora da emissão das passagens diárias, a própria composição dos GTs... Nós
74 ficamos aqui agora, recentemente, em um tempo, inclusive, de tentar entender se
75 essa não é... Membro do governo na mesa diretora... Então, por exemplo, de fato,
76 nós temos dificuldade para entrar nas pautas específicas. Nós já poderíamos ir para
77 o primeiro dia, na parte da manhã, para as pautas específicas. Só que a gente não
78 consegue. A gente gasta muita energia para isso. Por quê? Porque nós estamos
79 em um órgão que é misto. Ele é composto por membros do governo e por membros
80 da sociedade civil. Então, para encaminhamento disso, e para que isso funcione, é
81 importante que estejam ambas as composições. É inclusive que ele é pensado
82 desta forma, porque, como colocou aqui a Sofia, é colaborativo. Nós, como
83 sociedade civil, temos extremo interesse de que essa pauta seja encaminhada da
84 forma devida por essa gestão e por todas as demais gestões que vierem. Essa é a
85 nossa pauta. Está aqui, inclusive, no regimento confuso, que a gente acabou de
86 questionar, que, para que esteja aqui, mesmo a sociedade civil, as nossas

87 organizações precisam obrigatoriamente ter familiaridade e fazer a discussão da
88 prevenção e do combate à tortura. E aí eu acho lamentável, novamente, que,
89 quando a gente vai falar da questão, se for para a gente pessoalizar, todo mundo
90 aqui, individualmente, teria inúmeras questões para colocar. Individualmente. Eu
91 acho que não dá para a gente levar para o coração e a gente precisa entender que,
92 efetivamente, há uma ausência significativa de diversos ministérios de membros
93 desse governo, que acreditamos nós que teríamos um diálogo mais próximo, que
94 nós teríamos uma maior efetividade na condução dos trabalhos e no
95 encaminhamento que fosse dado por esse comitê. Nós acreditávamos que teria
96 maior respeito a este comitê. Uma das questões que nos causou inúmeros
97 desgastes, recentemente, foi uma reunião chamada pelo sistema que nós ficamos
98 sabendo de última hora e que, em regra, a gente não estava incluído nesse
99 processo de discussão. Então, entendo que quando a gente questiona, externaliza
100 a questão da falta de comprometimento deste governo, nós não estamos falando
101 da sua pessoa enquanto indivíduo, nós não estamos falando das pessoas enquanto
102 indivíduos, nós estamos falando exatamente do contexto do governo de forma geral,
103 enquanto instituição e que, efetivamente, precisa estar aqui. Acho que talvez falte
104 uma sensibilidade de olhar o comitê como parte efetiva do sistema e dar o poder e
105 a atribuição devida, o respeito devido, porque, assim, é muito desgastante a gente
106 fazer um esforço sub-humano para, quando chegar aqui, ficar num desgaste, num
107 embate direto. Fico muito feliz que esteja aqui, fico muito feliz que esteja aqui o
108 Ministério da Igualdade Racial, fico muito feliz que esteja aqui o Ministério das
109 Mulheres, fico muito feliz, lamento, lamento que o Ministério da Igualdade Racial e
110 das Mulheres não esteja aqui oficializado, participou ativamente da última, olha só,
111 aí a gente vai ter um embate aqui, porque quando questionam o comprometimento
112 do governo, a representante que está aqui no Ministério das Mulheres vai se sentir
113 ofendida, entendendo, poxa, eu estou aqui, estou aqui na última e tal, não sei o quê,
114 e aí eu respeito a minha pessoa, mas é assim, e a secretaria que faltou a anuência
115 de que precisa indicar aquelas pessoas, não está com a gente. Isso é um problema
116 muito grave. Não tem como a gente não reconhecer que o governo não está
117 participando ativamente, não está dando respeito devido a este órgão. E não

118 estamos criticando em momento nenhum as pessoas que se disponibilizam a estar
119 aqui, e eu compreendo que o governo tem muito a reconstruir, porque os avanços,
120 eles são muito lentos, mas os retrocessos, eles são muito rápidos, e eles fazem um
121 estrago gigantesco. Gigantesco. Então, eu entendo que o governo deve estar
122 muito, as pessoas, inclusive, comprometidas, estão com um acúmulo de
123 responsabilidade, um acúmulo de demandas muito grande. Eu compreendo tudo
124 isso, mas é assim, se a gente não entender que a ausência do governo tem sido
125 um problema, e que quando se fala e quando se cobra, não estamos falando das
126 pessoas que estão lá com sobrecarga de trabalho, que estão super dispostas, mas
127 sim no contexto geral e da importância, porque aqui ninguém está fazendo oposição
128 ao governo. Nós estamos, inclusive, reivindicando que esteja presente, que esteja
129 aqui, e que a gente possa efetivamente fazer esse trabalho colaborativo. Acho que
130 a gente tem que nos desarmarmos e parar de levar tudo para o pessoal e para a
131 gente, enquanto indivíduo, e parecer uma desconsideração da nossa pessoa, e
132 efetivamente trabalharmos e vermos o que podemos fazer juntos, já que o que nós
133 temos que considerar, no meu entendimento, é o que nos motiva, o que nós temos
134 que fazer junto para que seja efetivo todos os esforços que cada um, aí sim,
135 individualmente, fazem para estar aqui, e desculpa por ter me alongado.

136 **Interlocutora não Identificada** - Obrigada, Jaque. Fernanda.

137 **Sra. Fernanda** - Bom, queria elogiar, Jaque, pela fala muito importante, muito
138 potente e muito esclarecedora, no sentido de que nós não somos oposição. Quando
139 a gente cobra, inclusive reconhecendo o valor do governo que a gente quer aqui,
140 que esteja junto, construindo uma pauta. E é uma crítica, na verdade, construtiva,
141 que essa crítica não seja considerada como destrutiva, porque é um governo que,
142 como o Caio já tinha mencionado, a gente está atuando de uma forma muito mais
143 tranquila, porque respeita e porque quer, aqui do lado, fazer pequenas construções.
144 E aí, nesse sentido também que a Jaque colocou, de que a gente não pode permitir
145 retrocessos, eu queria fazer aqui uma sugestão. Antes, esses grupos de trabalho já
146 tinham a sua composição de alguns ministérios. Na mesa diretora, por exemplo, a
147 gente tinha o Ministério da Igualdade Racial, e nos grupos de trabalho, lembro que

148 a gente já tinha também as indicações dos ministérios. Então, por reiterar aqui o
149 encaminhamento que a Patrícia sabe que eu já tinha feito no âmbito da mesa
150 diretora, para que haja apenas a troca do nome. Então, quem é agora do Ministério
151 da Igualdade Racial? Então, agora, você está lá na mesa diretora. Quem é do
152 Ministério XYZ? Que está no grupo das audiências de custódia. Então, agora, você
153 está no grupo das audiências de custódia. Eu acho que a coordenação geral,
154 Tamires, tem esses nomes, foi inclusive pedido que a gente tinha feito no âmbito da
155 mesa diretora, e se vocês puderem falar agora, a gente manda um ofício, então, e
156 apenas nos notifica para que possam participar da próxima reunião, tanto dos GTs,
157 como da mesa diretora. Esse encaminhamento. Presidenta, obrigada.

158 **Interlocutora não Identificada** - Bom, acho que, em relação à mesa diretora, a
159 gente já tinha, enfim, superado a questão com...

160 **Interlocutora não Identificada** - Oi?

161 **Interlocutora não Identificada** - Ah, bom, Cíntia, desculpa, eu não vi que você
162 estava com a mão levantada, e depois... Eu não sei o seu nome, desculpa. Ah,

163 **Sra. Isadora (Ministério da Igualdade Racial)** - está funcionando. Eu sou Isadora.
164 Eu sou do Ministério da Igualdade Racial.

165 **Interlocutora não Identificada** - Está, eu já passo a palavra para você, vou passar
166 para Cíntia primeiro, que estava ali online, já estava com a mão levantada há um
167 tempo, e depois te passo.

168 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
169 **Penais – MJSP)** - Não tentando, só para tentar, mantendo ainda respeito à pauta,
170 na questão dos GTs. Nana, eu entendo perfeitamente a indicação da SENAPPEN
171 no GT, da audiência de custódia, mas nós já estamos na audiência de... na... nos,
172 desculpe, no GT, para os serviços de visitação externa aos sistemas prisionais.
173 Então, eu queria pedir que nós ficássemos no da visita, porque somos só duas
174 pessoas, eu, inclusive, o meu nome está indo para a substituição, a composição

175 ainda está com a representação anterior, então, se for possível, a manutenção da
176 SENAPPEN, apenas no GT da visitação, porque nós vamos atuar diretamente na
177 questão dos sistemas prisionais e o GT das audiências de custódia, embora não
178 tenham relações com o sistema prisional, ele tem um âmbito muito forte envolvendo
179 a questão do próprio Poder Judiciário.

180 **Interlocutora não Identificada** - Isadora?

181 **Sra. Isadora (Ministério da Igualdade Racial)** - Oi. Então, eu falo também, porque
182 o ministério da igualdade racial foi mencionado bastante recorrentemente, quero
183 evitar ficar, enfim, somando discussões que, no fim das contas, todo mundo está de
184 acordo com as problemáticas. Faço a observação de que a gente também estava
185 aqui desde o princípio, desde a primeira reunião, mas, enfim, não é fundamental
186 falar isso. O meu ponto é encaminhamentos. Já conversei com a Fernanda e com
187 a Patrícia, a gente já recebeu o número do ofício, especificamente, para formalizar
188 a participação do MIR no conselho e, há uns meses atrás, acho que em março,
189 inclusive, a gente já deu os nomes das pessoas que são os representantes do
190 ministério, que somos eu e a diretora Ana Míria, então, está encaminhado. Enfim,
191 acho que essa é uma questão que já passou. É isso.

192 **Interlocutora não Identificada** - Eu só queria saber, com a coordenação, esse
193 encaminhamento que a Fernanda deu como sugestão, quem que estava nos grupos
194 de trabalho que era do governo, já estava ali naquela composição antiga, quero
195 dizer, não os nomes, mas os ministérios.

196 **Interlocutora não Identificada** - Bom dia a todos. No GT da audiência de custódia,
197 os representantes de governo que estavam eram o Ministério da Defesa e o
198 SENASP. E no do GT de visitação estava a SNPG do antigo Ministério da Mulher
199 da Família e dos Direitos Humanos e o antigo DEPEM, que agora é a SENAPPEN.
200 SENASP está no GT da SENASP das audiências de custódia. Secretaria Nacional
201 de Segurança Pública. Continua, mas trocou os representantes.

202 **Interlocutora não Identificada** - Eu só queria saber, com o novo decreto, não vai
203 ter nenhuma troca desses ministérios? Eles vão continuar sendo esses os
204 ministérios? Ou tem uma troca dos ministérios?

205 **Interlocutora não Identificada** - O Ministério da Defesa vai sair. O Ministério da
206 Defesa vai sair?

207 **Interlocutora não Identificada** - Sim, da audiência de custódia, o Ministério da
208 Defesa sai.

209 **Interlocutora não Identificada** - Então, mas aí a Ana já tinha se colocado à
210 disposição para compor o grupo de audiência de custódia, então seria esse grupo
211 de audiência de custódia e o segundo, quem seria mesmo?

212 **Interlocutora não Identificada** - Da visitação.

213 **Interlocutora não Identificada** - Não, da audiência de custódia seria a SENASP,
214 então é só indicar o representante e a Ana comporia a outra vaga.

215 **Interlocutora não Identificada** - A outra cadeira, que seria do Ministério da Defesa
216 e aí já colocaria o MDHC.

217 **Interlocutora não Identificada** - E aí, em relação ao outro grupo de trabalho de
218 visitação, eu acho que então a gente pode, a gente pode até abrir uma votação para
219 isso, mas aqui no encaminhamento da Fernanda, então a gente teria indicação só
220 de mudança de nomes.

221 **Interlocutora não Identificada** - Sim, você fala no antigo DPEN e atual
222 SENAPPEN.

223 **Interlocutora não Identificada** - Isso.

224 **Interlocutora não Identificada** - Sim, é só mudança. Temos total interesse em
225 participar desse GT.

226 **Interlocutora não Identificada** - Isso, de visitação. Era SNPG, daqui do Ministério.

227 **Interlocutora não Identificada** - Nacional de Proteção Global.

228 **Interlocutora não Identificada** - Desculpa,

229 **Interlocutora não Identificada** - de visitação.

230 **Interlocutora não Identificada** - assim como, acho que uma das coisas que pode
231 ser um encaminhamento aqui que pode servir, assim como a Isadora falou, enfim,
232 quem vão ser as representações, eu acho que vocês também já têm, e você tem
233 vindo na reunião, acho que você vai ser a representação do Ministério aqui nesse
234 comitê. É isso?

235 **Interlocutora não Identificada** - É, sou eu e a Pagu Rodrigues.

236 **Interlocutora não Identificada** - Então, como já tem vocês duas também, acho que
237 é uma questão só de quando, enfim, tiver o decreto em si, mas também já pode ter
238 esses nomes talvez indicados, não pode?

239 **Interlocutora não Identificada** - Acredito que o ofício vai se resolver hoje, com a
240 questão do CEI. Eu já corri aqui.

241 **Interlocutora não Identificada** - Sim, então, mas no caso dos convidados, podem
242 participar independente da publicação.

243 **Interlocutora não Identificada** - A solução regimental, a gente pode, vamos ver se
244 isso passa na conjuntura, ainda tem essa ladainha, que eu não aguento mais.
245 Coloca o Ministério das Mulheres enquanto convidado e deixa uma vaga em aberto,
246 não tem problema tecnicamente deixar uma vaga em aberto e na hora que sai o
247 decreto, a gente já republica a resolução colocando o Ministério das Mulheres como
248 membro. Então, a gente deixa definido aqui na ata de reunião que o Ministério das
249 Mulheres comporá o GT a partir da publicação do novo decreto como membro e,
250 enquanto isso, consta como membro convidado. Aí a gente consegue superar isso

251 e dar um encaminhamento que a gente não tem que voltar nele. Acho que dessa
252 forma pode ser porque já fica deliberado se tiver acordo.

253 **Interlocutora não Identificada** - Uma pergunta da Secretaria Global, já tem o que
254 seria equivalente? O que seria a secretaria que seria equivalente? Ela pode indicar
255 alguém? Então, a gente pode pedir, porque aí fica como convidado, porque se já
256 vai ter uma republicação da resolução, não faria diferença a gente ter a composição
257 completa agora e, quando tiver alteração no decreto, colocar o Ministério das
258 Mulheres para que a gente não fique com esse vácuo eventualmente, porque ficaria
259 só uma pessoa com a possibilidade de votar efetivamente, certo? Ficaria com o
260 vácuo da composição da resolução. Então, isso que eu estou falando, esse prejuízo,
261 porque convidado não tem essa possibilidade de votação. Uma questão só formal
262 para trazer aqui, porque se a gente fez isso na resolução, imagino que tem algum
263 tipo de relevância a gente ter colocado lá a quantidade de representações. Mas, se
264 não tiver, eu acho que eu coloco para o plenário também, que o plenário acha que
265 a resolução que fez não tem relevância e que pode ficar no vácuo.

266 **Interlocutora não Identificada** - Silvia, você está com a mão levantada?

267 **Sra. Silvia** - Sim. É algo rápido. É sobre os GTs, o GT de audiência de custódia,
268 porque a gente tinha a APT, tinha se apresentado para fazer parte do GT, nós não
269 somos membros do comitê nacional, mas eu queria só confirmar se é possível que
270 a gente continue esse GT de audiência de custódia. Queria confirmar isso.

271 **Interlocutora não Identificada** - Sim. Patrícia.

272 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
273 **Desencarceramento)** – Não, só para reforçar que, inclusive, a gente falou que os
274 GTs do comitê nacional seriam abertos. Então, acho que isso facilita a vida de todo
275 mundo. Então, acho que só para lembrar, porque às vezes a gente esquece, mas
276 que a gente, inclusive, falou que a gente ia convidar outros comitês para fazer parte
277 porque é uma discussão nacional. Então, essa é a importância. Inclusive, já tem
278 alguns nomes de comitês para entregar o GT. Entendeu?

279 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
280 **e Cidadania – ITTC)** - Então, eu queria, enfim, acho que a gente chegou aqui numa
281 solução que seria, então, a indicação daqueles que já, só mudança de nomes. Em
282 relação ao das audiências de custódia, a Ana Lúcia vai entrar no lugar do Ministério
283 da Defesa, que não vai ter mais a representação aqui no comitê. Em relação das
284 visitas, então, existem duas possibilidades. Ou a gente pede essa indicação para a
285 Secretaria de Direitos Humanos, ou a gente, na verdade, fica com um membro por
286 hora e, quando publicar o decreto, fica condicionado a entrada do Ministério das
287 Mulheres nessa representação. Eu, particularmente, acho que não tem um
288 problema, necessariamente, para ir tocando os trabalhos, que por hora seja um só
289 representante do governo mesmo porque não tem uma votação necessariamente
290 nesse grupo de trabalho e ele ainda nem foi formado, assim, nem começaram os
291 trabalhos para definir mesmo o que vai ser feito nesse grupo de trabalho. Mas eu
292 queria colocar aqui para o pleno para a gente entender como a gente só finaliza
293 esse ponto aqui de pauta. Então, vamos fazer aqui, então, uma votação aqui.
294 Então, a gente pode manter, então, as mesmas representações, exceto o Ministério
295 da Defesa que vai sair com a entrada da Ana Lúcia e a gente pede, manda o ofício
296 para esses ministérios para que indiquem, então, o nome de quem vai compor o
297 grupo de trabalho e com essa sugestão aqui de que, você quer falar?

298 **Interlocutora não identificada** - Quero, desculpe. Só porque tem uma questão que
299 é a seguinte, com a reforma do, com a nova publicação do decreto, salvo engano,
300 a minha vaga não vai mais existir. Então, já que a gente já está pensando por
301 ministério, talvez seja o caso de eu ficar na indicação pelo pela CNPG para o GT de
302 visitação de familiar mantendo o Ministério de Direitos Humanos naquele GT e um
303 outro ministério, não sei se talvez o MIR teria interesse na pauta, ficar na
304 representação do GT da audiência de custódia no lugar do Ministério da Defesa.

305 **Interlocutora não identificada** - Então, mas aí, eu queria levantar um ponto em
306 relação a isso, porque aí tudo bem, mas aí se você ficasse no das visitas o Ministério
307 dos Direitos da Mulher, enfim, quer estar nesse grupo. E daí, daria na mesma,

308 porque teria que republicar o decreto. Então, na verdade, eu, é, acho que pode ficar,
309 é, exato. Então, enfim.

310 **Interlocutora não Identificada** - Não valeria a pena a gente já pensar numa
311 substituição então.

312 **Interlocutora não Identificada** - Para o da de custódia, não sei se...

313 **Interlocutora não Identificada** - Pensar numa substituição então no GT de
314 visitação familiar do Ministério de Direitos Humanos pelo Ministério das Mulheres já
315 fazer essa indicação. É isso. Ah, então está. Desculpa.

316 **Interlocutora não Identificada** - Eu não entendi.

317 **Interlocutora não Identificada** - Eu queria fazer uma questão que eu não sei se
318 ajuda a encaminhar. A gente não tem a relação dos GTs. A gente, eu digo, o
319 Ministério da Igualdade Racial. Isso está no decreto?

320 **Interlocutora não Identificada** - Não. Esses GTs foram criados desde enfim, do
321 governo passado aqui e aí acabou que a gente esperava, a gente estava esperando
322 a publicação para começarem os grupos de trabalho e foi uma demanda que foi
323 feita pelo próprio comitê aqui da importância da criação desses dois GTs, não é?
324 Então, só tem esses dois.

325 **Interlocutora não Identificada** - Só tem esses dois para serem compostos agora?

326 **Interlocutora não Identificada** - É, é. Tem que ter...

327 **Interlocutora não Identificada** - A minha questão era isso. Pôr em algum momento
328 da discussão dessa reunião, em alguma outra próxima, falar quais são os GTs que
329 a gente tem, se isso for uma coisa importante. Falar quais são os GTs que a gente
330 tem, quais que tem vaga para outros ministérios comporem. Fazer uma revisão dos
331 GTs, assim, para as pessoas se localizarem e escolherem em qual que eles vão
332 entrar. É isso.

333 **Interlocutor não Identificado** - Licença, só acompanhando, acho que dá para fazer
334 por e-mail, não é? Mandar por e-mail isso antes que aí a gente poupar.

335 **Sra. Fernanda** - Isadora, não é? Vocês se acham que seria importante compor esse
336 GT da audiência de custódia? Por que que eu coloco aqui a questão? Até com essa
337 atuação quanto defensora pública, não é? Mas também trazendo aqui a experiência
338 da APT. A questão da audiência de custódia é muito importante para a prevenção
339 e combate à tortura e, do meu singelo ponto de vista, tem muito a ver com a questão
340 que nós temos no nosso país, relacionada a toda a política penitenciária, penal,
341 focada, infelizmente, com essa intersecção com a questão racial. Então, qual a
342 nossa preocupação? As audiências de custódia, já há algum tempo a gente vem
343 trazendo aqui no comitê, que elas têm sido realizadas de formato virtual e isso tem
344 trazido um certo prejuízo para essa constatação da tortura. Então, a gente pediu
345 que, tanto a questão das audiências de custódia, o GT da audiência de custódia,
346 como da visitação, que é um outro problema que tem sido trazido com muita
347 frequência aqui nos relatórios do mecanismo e aqui nas reuniões do comitê, que
348 fossem priorizados esses GTs, porque a gente já está quase chegando a oito meses
349 sem funcionamento deles e acaba que, com o tempo, as questões que hoje estão
350 sendo colocadas como tortura estão se consolidando. Tanto a audiência de custódia
351 virtual, que já tem sido há mais de dois anos praticada, como também a questão da
352 visitação, que cada estado às vezes traz de parlatório, enfim, uma série de outras
353 nuances. Então, coloco aqui, já que vocês estão tão participativos e colaborativos,
354 se eventualmente não seria interessante para o próprio Ministério, dada essa
355 intersecção dos temas, de colaborar também com esses, independente de no futuro
356 a gente ver os outros GTs, mas dada essa prioridade para o tratamento aqui da
357 questão de tortura.

358 **Interlocutora não Identificada** - Nessa sua fala, Fernanda, eu acho que é
359 importante, o que eu proporia aqui, obviamente com a anuência do MIR, mas que o
360 encaminhamento fosse dado da mesma maneira que foi dado em relação ao das
361 visitas do Ministério das Mulheres. Então, que quando publicasse o decreto, vocês
362 entrassem, então, como membro deste grupo de trabalho. A partir da publicação do

363 decreto, a despesa de vocês poderia participar, e acho que vocês indicando à
364 vontade, como convidados, enfim.

365 **Interlocutora não Identificada** - Essa observação que eu ia fazer também,
366 considerando as falas de vocês duas, por isso a importância de a gente saber se
367 existem outros GTs também, considerando que somos pouquíssimos também,
368 como muitas outras organizações, isso para a gente é importante, a gente está
369 participando efetivamente. Então, no cenário todo de GTs, seja lá qual o número de
370 GTs que for, que a gente faça uma escolha de participar de um GT do qual a gente
371 de fato vai participar. Então, é por isso que é importante a gente ter esse cenário. E
372 aí também tem essa questão, enfim, do procedimento formal, de indicação, etc.
373 Mas, é isso. Eu não sei se eu só incrementei mais discussões e não fui
374 encaminhativo.

375 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
376 **e Cidadania – ITTC)** - Está. Cinthia, estou com a mão levantada? Ou esqueceu de
377 abaixar?

378 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
379 **Penais – MJSP)** - Não, eu estou com a mão levantada, só queria fazer uma
380 colaboração também, pegando o anjo em relação aos GTs que estão em curso e
381 considerando o tempo, que nós já estamos em oito. Sobre as urgências de custódia,
382 especificamente, eu acho que o GT precisa conversar com o DMF do CNJ. Há todo
383 um processo hoje que está sendo enfrentado em relação ao retorno das audiências
384 de forma presencial, e isso tem sido, e assim, audiência a gente fala diretamente
385 com a questão do poder judiciário, que por conta da questão pandêmica, houve
386 aquela, houve enfim, a adoção de audiências de maneira virtual, que de alguma
387 forma impacta diretamente com os objetivos e com os propósitos das audiências de
388 custódia. Então eu acho assim, para que não haja um descompasso, para que se
389 faça um contato, eu posso inclusive auxiliar nisso com o DMF em relação a ações
390 que o programa Fazendo Justiça já está implementando nas audiências de custódia.
391 Para que a gente possa se somar primeiro como uma rede de fornecimento das

392 informações e também para auxílio daquilo, do produto final do GT, ele possa
393 dialogar com as medidas que estão sendo adotadas.

394 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
395 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Cíntia. Eu acho o seguinte, os grupos de trabalho,
396 a partir do momento que eles forem criados aqui, consolidados, as pessoas que
397 estão no grupo vão definir as diretrizes, inclusive os convidados, etc., e acho que
398 contando com o apoio da coordenação e da Thamires, para inclusive fazer esses
399 convites ou ter disponibilidade de, às vezes, salas virtuais do Teams, etc., porque
400 às vezes tem essas limitações de hora, de tempo para algumas salas virtuais, etc.,
401 então acho que os grupos de trabalho vão poder contar com o apoio da
402 coordenação para efetivar os trabalhos e para fazer os convites e aí acho que é
403 isso, esses grupos têm uma autonomia também para definirem seus próprios
404 horários de reuniões, a frequência com que vão se reunir e o produto também que
405 vão apresentar aqui para o comitê. Eu só queria, então, de fato, fechar isso, acho
406 que a gente pode fazer o mesmo encaminhamento que foi feito em relação ao
407 Ministério das Mulheres no GT de visitas para o MIR em relação ao GT das
408 audiências de custódia e aí eu queria colocar isso aqui em votação só para saber
409 se a gente concorda com esse encaminhamento. Ah, está, então, antes da gente
410 colocar como votação, vou passar a palavra para a Patrícia e para a Maria Clara.

411 **Sra. Patricia** - Então, pessoal, dando uma olhada aqui no regimento interno e na lei
412 do comitê, eu e Fernanda ANADEP, a gente estava conversando aqui porque, sim,
413 antes era a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial que não existe,
414 que é o Ministério. Então, talvez, não tem nenhuma questão porque já está aqui no
415 decreto e aí a Secretaria não existe e virou o Ministério. A mesma questão é a
416 Secretaria de Política para Mulheres que não existe mais, porque virou o Ministério.
417 Entendeu? Então, acho que dá para sanar todas as dúvidas e sanar tudo e todo
418 mundo que não está, porque as secretarias não existem, elas foram substituídas
419 para o Ministério e na lei está o nome. Entendeu? É isso.

420 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
421 **e Cidadania – ITTC) -** Maria Clara.

422 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
423 **Organizações Populares – GAJOP) -** É sobre outra coisa que eu acho que vocês
424 deram implodida aqui, mas eu acho que foi uma boa solução, mas excelente,
425 inclusive, essa interpretação, acho que já sanou o nosso problema. Só para
426 responder, Isadora, sobre o que ela tinha perguntado sobre os grupos de trabalho,
427 eu tenho um vídeo aí para explicar que também tem as comissões permanentes
428 que, inclusive, eu queria checar se elas foram instituídas ou não, porque também
429 estava com esse problema de falta de representação do governo. Então, tem as
430 comissões permanentes de, acho que Mulher e Sistema Prisional e também o do
431 Socioeducativo, que a gente reitera que também tinha interesse de participar
432 enquanto GAJOP, mas são comissões também diferentes dos grupos de trabalho,
433 tem esse caráter de não ser apenas pontuais com a finalidade específica, mas
434 seguem o comitê independente dos biênios. E aí eu queria também saber se a
435 gente, de repente, já dá encaminhamento para essas comissões, porque, enfim.

436 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
437 **e Cidadania – ITTC) -** Eu acho que pela hora, talvez não dê tempo de tratar dessas
438 comissões, mas eu só queria entender aqui rapidinho essa sugestão que a Patrícia
439 deu, só para você entender, eu achei boa, mas aí supra essa questão de, então, na
440 verdade, eles já poderiam participar como membros, mesmo não teria nem que
441 republicar o decreto, etc., no final das contas. Ah não, está, mas no sentido do grupo
442 de trabalho, então, já está sanado, já está suprido isso. Está, então, vou colocar
443 isso, então, como votação só para a gente ter uma definição aqui, então, esse
444 encaminhamento é que foi sugerido aqui pela Patrícia, não é, e aí com a nota técnica
445 que vai ser elaborada pela coordenação para a CONJUR, a gente resolveria esse
446 problema da representação nos GTs. Eu queria, vou abrir aqui para a votação para
447 ver se todo mundo concorda, então, com esse encaminhamento que foi feito. Pode
448 começar, Jaque. Sim. Sim. Não. Sim, sim. Não, mas acho que o que a Patrícia
449 colocou é diferente. Não, não, não, tudo bem, mas é diferente no sentido de que na

450 composição do grupo de trabalho tinha, por exemplo, Ministério da Defesa, que não
451 vai ter mais, entendeu? Então, eu acho que supra no sentido que a Secretaria das
452 Mulheres entra sem ter essa necessidade de que, ah, eles ainda não fazem parte,
453 porque tinha a Secretaria das Mulheres e que está aí, então só mudou de nome
454 teoricamente, e a Secretaria da Igualdade Social só mudou de nome teoricamente
455 e virou um ministério. Acho que eu entendi nesse sentido.

456 **Interlocutora não Identificada** - Então, este é o Ministério da Defesa, que ainda
457 faz parte do plenário.

458 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
459 **e Cidadania – ITTC)** - É, por hora sim, e aí não vai fazer mais e nem, e o próprio...

460 **Interlocutora não Identificada** - E já tem data para quando ele vai sair?

461 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
462 **e Cidadania – ITTC)** - Quando eu publicar o decreto.

463 Então, a votação, então, é no sentido... Enfim, as ideias são parecidas. No final das
464 contas, o que vai acontecer é que um grupo de trabalho vai ter uma composição a
465 mais com o Ministério das Mulheres, que é o das visitas, e o outro grupo de trabalho
466 vai ter uma composição a mais, quero dizer, no sentido de que vão ser as duas
467 vagas com o Ministério da Igualdade Social. Eu vou colocar aqui para votação, se
468 todo mundo concorda com esse encaminhamento. Começando a partir da Jaque.
469 Você concorda com o encaminhamento?

470 **Interlocutor não Identificado** - Sofia, e passa a valer também para a questão do
471 quórum que a gente refletiu no início. Então, a partir dessa reunião, depois dessa
472 decisão, então o MIR e o Ministério das Mulheres já passam a contar como quórum
473 desse colegiado. Então, é restrito para o GT.

474 **Interlocutora não Identificada** - Eu quero só, desculpa, cortar. Em relação a nossa
475 participação ou não nesse GT, eu queria só aguardar, porque eu sou a suplente, eu
476 quero bater isso com a titular para definir se a gente vai integrar ou não. É isso.

477 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
478 **e Cidadania – ITTC)** - De todo modo, a gente pode colocar vocês como convidados
479 e que, enfim, isso pode ser oficiado para saber se vocês realmente, de fato, podem
480 compor. E, por hora, a gente fica com uma representação que vai ser a indicação,
481 acho que, quem que é? SENASP? Agora, SENAPPEN. Que está no comitê. No
482 comitê não, desculpa, no GT.

483 **Interlocutora não Identificada** - De visitas?

484 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
485 **e Cidadania – ITTC)** - Isso. É o outro de agência de custódia, quem?

486 **Interlocutora não Identificada** - SENASP.

487 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
488 **e Cidadania – ITTC)** - Ah, está, SENASP. Está, desculpa. Então, eu queria propor
489 para votação, todo mundo concorda com esse encaminhamento.

490 **Interlocutora não Identificada** - Só repete, por gentileza, a votação, Sofia, por
491 gentileza.

492 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
493 **e Cidadania – ITTC)** - Então, a composição dos grupos de trabalho. A gente ficou
494 nessa discussão aqui um tempo. Então, o grupo de visitas é formado pela
495 SENAPPEN, que já estava, e daí só vai ter indicação do novo membro. E aí, quem
496 entraria como governo, na verdade, seria o Ministério das Mulheres. E, em relação
497 ao grupo das agências de custódia, a gente tem esse pedido da Isadora, para
498 esperar falar com a titular dela, mas, a princípio, o MIR entraria nesse grupo de
499 trabalho, junto com a SENASP. A questão toda da votação é porque, enfim, eles
500 ainda não estão oficialmente. A Patrícia deu uma sugestão, porque, como já tinha
501 no próprio regimento interno, a Secretaria das Mulheres, Secretaria de Direitos
502 Humanos, de Igualdade Social, só estaria mudando o nome, então, também não
503 teria uma questão para eles comporem os grupos de trabalho. Mas, com a

504 publicação do decreto também, isso vai ser solucionado. Mas, enfim, a votação é
505 para se concordar com esse encaminhamento.

506 **Interlocutora não Identificada** - Está de acordo com o encaminhamento.

507 **Interlocutor não Identificado** - Estamos de acordo.

508 **Interlocutora não Identificada** - CFSS de acordo com o encaminhamento.

509 **Interlocutor não Identificado** - Educafro de acordo.

510 **Interlocutora não Identificada** - Associação de Amigos de acordo.

511 **Interlocutora não Identificada** - ETTC de acordo.

512 **Interlocutora não Identificada** - Agenda Nacional de acordo.

513 **Interlocutora não Identificada** - GAJOP de acordo.

514 **Interlocutor não Identificado** - CONFEM de acordo.

515 **Interlocutor não Identificado** - UFRN de acordo.

516 **Interlocutor não Identificado** - AJD de acordo.

517 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
518 **e Cidadania – ITTC)** - Agora, dos membros do governo.

519 **Interlocutora não Identificada** - MDHC de acordo.

520 **Interlocutora não Identificada** - SENAPPEN de acordo.

521 **Interlocutora não Identificada** - CGCT de acordo.

522 **Interlocutora não Identificada** - Ministério das Relações Exteriores, Eduardo. Ele
523 falou que ia ter que sair por uma hora no início da reunião, você lembra?

524 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
525 **e Cidadania – ITTC)** - Bom, então, a gente superou esse ponto aqui da pauta. Eu
526 só queria... Tem uma última coisa aqui, antes da gente ir para o almoço, que acho
527 que pode ser rápida, sei lá, 15 minutos no máximo, que é essa criação desse GT
528 para a elaboração dos encontros dos comitês, que acho que é uma coisa bastante
529 pontual. Acho que, pelo que a Nana me falou aqui, o encontro dos comitês vai ser
530 em outubro. Está previsto para outubro, mas eu acho que é isso. É preciso da
531 criação desse grupo de trabalho para elaborar mesmo como vai ser o encontro,
532 enfim, as diretrizes, a metodologia do encontro, o que vai acontecer, etc. Então,
533 queria saber... Exato, tudo isso. Pensar quem vão ser as pessoas que vão ser
534 convidadas, o formato do encontro, etc. Então, queria saber quem tem essa
535 disponibilidade e vontade para fazer parte desse grupo de trabalho, pensando que
536 ele é um grupo de trabalho bastante pontual, só para a organização desse encontro.

537 **Interlocutora não Identificada** - Me coloco à disposição.

538 **Interlocutora não Identificada** - Eu também.

539 **Interlocutora não Identificada** - EDUCAFRO também? Fica... Não, mas é... Mas
540 é... Mas é mais assim.

541 **Interlocutora não Identificada** - Posso só fazer uma pergunta bem pontual? É
542 encontro de comitês e mecanismos?

543 **Interlocutora não Identificada** - É isso. É porque está só comitês aqui. Então, tem
544 que ter gente do mecanismo também.

545 **Interlocutora não Identificada** - Não se constrói um encontro de comitês sem os
546 comitês estaduais. E aí vou defender isso, como sempre defendi na minha vida, a
547 Finco, porque não excluimos. Não, mas a dúvida é de outra ordem.

548 **Interlocutora não Identificada** - A dúvida é assim, aqui que a gente delibera com
549 quantas pessoas a gente está querendo contar, só para poder... Não, então, mas
550 daqui. Daqui.

551 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
552 **e Cidadania – ITTC)** - Vamos lá. Não é... A Carol levantou a mão ali para falar do
553 mecanismo. Acho que é importante para a gente pensar se a articulação é conjunta.

554 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
555 **Democracia)** - Então, a gente no mecanismo tinha se planejado para fazer um
556 encontro dos mecanismos, porque a gente ainda não sabia muito bem também
557 dessa agenda. Talvez a gente pudesse juntar as duas coisas. Assim, eu já tinha...
558 Quando a Nana comentou o que faria o encontro dos comitês, isso passou pela
559 minha cabeça. Então, eu conversei com algumas pessoas dos estaduais e eles
560 acharam também interessante essa ideia, tem que ver com o pleno do mecanismo
561 nacional, se também estariam de acordo em juntar as duas coisas, porque seria
562 mais recurso para trazê-los, porque teria o nosso recurso. E aí, assim, garantiria
563 melhor a presença deles e talvez a gente estenderia ou faria um dia antes ou um
564 dia depois o momento só nosso dos mecanismos, mas garantiria a presença deles
565 para o encontro do sistema, na realidade, que acaba virando um encontro do
566 sistema. Então, acho que poderia ser algo interessante se todo mundo do nacional
567 estiver de acordo. Os estaduais, eles adoraram, porque senão eles não iam
568 conseguir vir com recurso próprio.

569 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
570 **e Cidadania – ITTC)** - Não, está. Eu acho que, então, um também... Enfim, entendo
571 que tem que ser uma deliberação com o pleno do próprio mecanismo, mas acho
572 que vocês também podem compor esse grupo aqui de trabalho. Então, quem da
573 sociedade civil vai se colocar aqui a disposição? Agenda, GAJOP, Associação,
574 EDUCAFRO. Eu tenho quatro aqui. CFFS, cinco. O pessoal está querendo
575 organizar evento aqui. Festinha, evento. Cadê? E do governo tem alguém que quer
576 participar do GT? Para o encontro, a gente, o encontro, a Patrícia que sabe bem
577 que está aqui no histórico há bastante tempo, mas faz bastante tempo que a gente
578 não tem esse encontro, que é o encontro dos comitês e dos mecanismos, e isso é
579 uma pauta super importante, a Silvia até trouxe o Brasil, enfim, uma das pautas que
580 foi levada lá em Genebra foi a criação dos comitês e mecanismos estaduais, então,

581 acho que o fortalecimento é importante e essa troca com os comitês também, que
582 não tem a possibilidade, hoje a gente está com o comitê do Mato Grosso, mas que
583 não tem a possibilidade de estar aqui nas reuniões do comitê nacional, enfim, então,
584 é isso, eu queria saber se alguém do governo quer compor o GT, senão a gente faz
585 um grupo, porque não tem essa formalidade necessariamente igual aos outros,
586 porque, enfim, é um grupo mais pontual só para tratar, a gente está chamando de
587 grupo de trabalho, mas é um grupo de reunião, mas não tem a formalidade com os
588 outros, eu já estava tratando antes, tem alguém aqui do governo que quer
589 participar? O Ministério das Mulheres também vai participar, então, vou falar.

590 **Interlocutora não Identificada** - Erasto, sem querer te apertar, já te apertando, eu
591 acredito que ia ser muito valiosa a contribuição do Ministério da Educação na
592 questão da formação e educação em direitos humanos, metodologia, para ajudar a
593 construir encontro, então, eu sei que é muita coisa, mas se você pudesse, acho que
594 colaborar pontualmente nesse GT seria bem importante, eu acredito, porque tem
595 um tempinho que a gente não consegue fazer um encontro de fôlego e tal, e a gente
596 quer que esse seja bom demais para nós, em termos de produção de política.

597 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
598 **e Cidadania – ITTC)** - Então, vai ficar GAJOP, Agenda, EDUCAFRO, Associação
599 de Amigos e Familiares, CFFS, aí o mecanismo, vai, enfim, conversar internamente,
600 mas acho que com alguma representação, e o Ministério da Educação e Ministério
601 das Mulheres. Com isso, acho que a gente finalizou.

602 **Interlocutor não Identificado** - Sofia, eu só queria perguntar sobre aquela
603 resolução para criar a Comissão de Seleção dos Peritos da última reunião nossa,
604 como é que ficou isso, a resolução saiu? Então, desculpe, deixo para amanhã.

605 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
606 **e Cidadania – ITTC)** - Bom, então, acho que a gente encerrou aqui todos os pontos,
607 agora, um pouquinho mais.

608 **Interlocutora não Identificada** - Sofia, desculpa, sou eu. Posso fazer só um
609 encaminhamento, uma pergunta? Eu só queria, porque foi algo até que foi, foi
610 assim, tinha a questão do, ela mencionou o CNJ, eu lembrei da questão justamente
611 dessas entidades que participavam também nessa qualidade, mas de acompanhar
612 convidado permanente, que costumava vir a DPU, inclusive no biênio passado a
613 DPU foi um ator fundamental, CNJ, acho que chegou a participar de algumas
614 reuniões, CNMP, não lembro, mas eu não sei se está sendo convite para essas
615 entidades para participarem da reunião, é uma pergunta mesmo, não sei se estão
616 sendo, se está sendo ofício para convidar essas entidades, já que elas, inclusive,
617 estão em Brasília, então acho que também não seria, talvez, algo tão complicado,
618 CNMP tem grupos de trabalho sobre senhores prisionais, uso da força, o CNJ, como
619 até a Cíntia trouxe, tem o DMF muito engajado em diversas questões prisionais,
620 agência de custódia, então, só para saber se esses convites estão sendo feitos, ou
621 não, para CNMP, CNJ e DPU, e caso não, caso negativo, se pudessem, a partir da
622 próxima reunião, garantir que eles sejam convidados.

623 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
624 **e Cidadania – ITTC)** - Não, então, tem uma questão, acho que da coordenação que
625 eu não, foram feitos esses convites? Está, então, acho que na próxima, a Luana.

626 **Sra. Luana** - Só para esclarecer, essas pessoas que a Silvia apontou são os
627 convidados permanentes, está? No regimento interno, ele fala que o plenário, toda
628 vez que troca o biênio, ele tem que deliberar sobre esses convidados permanentes.
629 Então, se ele aprovar, o vice-presidente ou o presidente fizer mais alguma
630 indicação, quiser acrescentar mais alguém, o plenário aprova, e aí a coordenação
631 de apoio encaminha os convites, junto com os convites dos membros do comitê.

632 **Interlocutora não Identificada** - Só um informe, também, salvo engano, a DPU vai
633 estar aqui na parte da tarde, presencialmente.

634 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
635 **e Cidadania – ITTC)** - Então, acho que mais alguma coisa que talvez a gente tenha

636 que deliberar, mas eu acho que, de todo modo, a gente pode até se sobrar um
637 tempo aqui na pauta, colocar isso, mas eu voto para que a gente convide aqueles
638 convidados que já eram permanentes e para que eles estejam, façam parte. Até no
639 dia da reunião do sistema, tinha um representante aqui do CNJ, super ativo e tal,
640 até peguei o contato dele, inclusive para participar de alguma reunião aqui conosco,
641 até inclusive, ele pode ser um dos convidados, posso até passar o nome para o GT
642 das audiências de custódia, ele estava bastante com vontade de participar e com
643 disponibilidade, então talvez seja uma pessoa para ser indicada para estar no GT.

644 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
645 **Penais – MJSP)** - Presidente, se me permite reforçar a importância de participação
646 desses atores, a própria recomendação que vamos analisar sobre a questão das
647 câmeras parte de uma atuação do Ministério Público, então assim, participação do
648 CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público e também eu acho que esses dois
649 atores são fundamentais, principalmente em relação às pautas que são aqui
650 abordadas. Desculpe.

651 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
652 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Cíntia. Então eu vou fazer aqui a nossa pausa
653 para o almoço e propor que a gente volte às duas da tarde do almoço.

654 **Dia 19-07-2023 - Áudio 2:**

655 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
656 **e Cidadania – ITTC)** – Todos, todas e todes. Boa tarde para quem está aqui
657 presencialmente e para quem está on-line também. Vamos começar aqui agora o
658 nosso segundo turno da reunião do dia. A audiência pública para tratar das violações
659 de direitos no estado do Amazonas. Eu vou só, desculpa, estava com a Amazonas
660 na cabeça por outra questão, da Bahia. Eu só vou repassar aqui um pouco da
661 metodologia de como vai ser. Então, primeiro, acho que a gente pode fazer a
662 apresentação para saber quem está aqui presencialmente, mas quem está on-line
663 também, das autoridades que foram convidadas. Vou pedir ajuda da coordenação

664 para isso. E depois eu vou passar a palavra para o Mecanismo Nacional de
665 Prevenção e Combate à Tortura, para fazer uma apresentação das principais
666 violações do estado. E na sequência, uma apresentação de 20, 30 minutos. E na
667 sequência, abrir para as falas, que a gente vai ter um tempo de três minutos de fala.
668 Para a pessoa ter esse cronômetro que a Luana está coordenando. Então, vou pedir
669 ajuda para a Tamires, para a gente saber on-line quem são as pessoas que estão
670 presentes. Então, se você quiser me falar.

671 **Sra. Tamires Barcelos** – Adílio está presente. Você pode se apresentar, Adílio?

672 **Sr. Adílio** – Boa tarde.

673 **Sra. Tamires Barcelos** – Você pode falar de onde você é?

674 **Sr. Adílio** – SEAP. Bahia.

675 **Sra. Tamires Barcelos** – SEAP, Bahia. Bem-vindo, Adílio.

676 **Sr. Adílio** – Obrigado. Boa tarde a todos.

677 **Sra. Tamires Barcelos** – A Cíntia. Diego Pimentel. Cíntia, você pode se apresentar
678 novamente para as pessoas que ingressaram na reunião agora?

679 **Sra. Cíntia Assunção** – Boa tarde a todas, todos. Eu sou Cinthia Assunção, estou
680 atualmente na Diretoria de Políticas Penitenciárias da Secretaria Nacional de
681 Políticas Penais. É um prazer estar aqui.

682 **Sra. Tamires Barcelos** – Diego Pimentel. Você pode se apresentar?

683 **Sr. Diego Pimentel** – Oi, boa tarde. Estou tentando reunir a câmara aqui, mas eu
684 sou assessor do deputado Pablo Roberto, que está acompanhando a sessão
685 presencialmente. Sou também membro do Comitê de Políticas Penais do Tribunal
686 de Justiça da Bahia.

687 **Sra. Tamires Barcelos** – Edivaldo Gomes. Pode se apresentar, por favor?

688 **Sr. Edivaldo Vivas** – Boa tarde. Edivaldo Vivas, na verdade. Sou Edivaldo Vivas,
689 promotor de justiça, e coordeno o CAUDH, o Centro de Apoio Operacional às
690 Promotorias de Direitos Humanos.

691 **Sra. Tamires Barcelos** – Bem-vindo, Edivaldo. Obrigada. Elaine da Paixão. Pode
692 se apresentar, por favor? Olá, boa tarde.

693 **Sra. Elaine da Paixão** – Sou Elaine da Paixão, articuladora aqui da frente estadual
694 pelo desencarceramento, e fui convidada a especial nessa expressão na Avenida
695 do Mecanismo Nacional de Previsão e Compatibilidade à Tortura aqui na Bahia, em
696 novembro de 2022.

697 **Sra. Tamires Barcelos** – Jéssica Alves.

698 **Sra. Jéssica Alves** – Olá, boa tarde. Estão conseguindo me ouvir?

699 **Sra. Tamires Barcelos** – Estamos sim, Jéssica.

700 **Sra. Jéssica Alves** – Eu sou Jéssica Alves, trabalho aqui no gabinete do Secretário
701 Nacional de Políticas Penais.

702 **Sra. Tamires Barcelos** – Kauany, desculpa se eu estiver falando errado. Pode se
703 apresentar? Lucas Tavares.

704 **Sr. Lucas Tavares** – Boa tarde. Eu estou representando o doutor Alis Rezende, juiz
705 auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça. Ela pede desculpa porque ela está em
706 trânsito, retornando de barreiras e virtude de uma ação no conjunto penal e não
707 pôde se fazer presente.

708 **Sra. Tamires Barcelos** – Luiz Alberto Vasconcelos.

709 **Sr. Luiz Alberto Vasconcelos** – Boa tarde a todos. Eu me chamo Luiz Alberto
710 Vasconcelos Pereira, coordeno o CEOSP, que é o Centro de Apoio Operacional,
711 Segurança Pública e Defesa Social do Ministério Público da Bahia.

712 **Sra. Tamires Barcelos** – Desculpa.

713 **Sr. Kwame Kwanza** – É Kwame. Boa tarde, pessoal. Eu sou Kwame Kwanza,
714 presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, de Sergipe.

715 **Sra. Tamires Barcelos** – Maria Cláudia Pinto Lopes.

716 **Sra. Maria Cláudia Pinto Lopes** – Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Maria
717 Cláudia. Eu trabalho na unidade de monitoramento da execução da pena do
718 Ministério Público da Bahia. Essa unidade é responsável por fazer inspeções, visitas
719 técnicas em todas as unidades prisionais e coletar informações para alimentação
720 de um BI que serve de subsídio para as atuações dos promotores de justiça.

721 **Sra. Tamires Barcelos** – Nádia Carolina Alves Santos.

722 **Sra. Nádia Carolina Alves Santos** – Boa tarde. Meu nome é Nádia. Sou servidora
723 do Comitê de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de
724 Justiça da Bahia.

725 **Sra. Tamires Barcelos** – Paulo Roberto dos Santos. Rosemunda Souza pode se
726 apresentar.

727 **Sra. Rosemunda Souza** – Rosemunda Souza Barreto Valente. Sou juíza de direito
728 e aqui represento o GMF do Tribunal de Justiça da Bahia. Muito obrigada.

729 **Sra. Tamires Barcelos** – Por último, chamando novamente, Paulo Roberto dos
730 Santos.

731 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
732 e Cidadania – ITTC)** – Obrigada a todos que estão presentes online e obrigada por
733 terem aceitado o convite. Acho que a gente pode fazer uma breve apresentação
734 aqui só de quem está aqui, porque a gente fez a apresentação de quem está online
735 para que essas pessoas que estão online saibam também quem está aqui
736 presencialmente na reunião. Então, vou pedir para quem está ali na ponta começar
737 a apresentação. Só falar o nome e de onde é.

738 **Sr. Matheus Rondon** – Boa tarde a todos. Meu nome é Matheus Rondon. Sou do
739 CEPET de Mato Grosso.

740 **Interlocutora não identificada** – Boa tarde a todos.

741 **Sra. Navalesca** – Boa tarde a todos e todes. Meu nome é Navalesca e sou perita
742 do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

743 **Sra. Bárbara Coloniesi** – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Bárbara
744 Coloniesi, perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

745 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
746 **Resistência Contra O Genocídio)** – Boa tarde. Jaqueline Correa. Sou da Rede de
747 Proteção e Resistência contra o Genocídio de São Paulo. Boa tarde.

748 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
749 – Eu sou Caio. Represento a ONG SOMOS de Porto Alegre, que ocupa aqui no
750 comitê a vaga relativa a pessoas LGBTI.

751 **Sra. Cássia Peles** – Boa tarde. Eu me chamo Cássia Peles. Sou representante
752 suplente do CEPED.

753 **Sra. Mauricléia** – Boa tarde. Eu sou a Mauricléia e represento o Conselho Federal
754 de Serviço Social CEFESS.

755 **Sr. Vitor Miranda** – Boa tarde. Me chamo Vitor Miranda. Estou representando a
756 Educafro.

757 **Sra. Mira Estefânia** – Boa tarde. Eu sou Mira Estefânia. Estou representando a
758 Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Minas
759 Gerais.

760 **Sra. Tamires Barcelos** – Boa tarde. Me chamo Tamiris Barcelos. Sou coordenadora
761 de apoio do CNPCT.

762 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
763 **e Cidadania – ITTC)** – Eu sou a Sofia. Ocupo aqui o lugar da vice-presidência
764 representando o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, Organização de São Paulo.

765 **Sra. Fernanda** – Fernanda, representando a Associação Nacional de Defensores e
766 Defensoras Públicas.

767 **Sra. Patrícia Oliveira** – Boa tarde a todas e todas. Meu nome é Patrícia Oliveira.
768 Aqui no Comitê Nacional, representando a Agenda Nacional pelo
769 Desencarceramento, mas também represento o Comitê Estadual de Prevenção em
770 Combate à Tortura do Rio de Janeiro pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos.

771 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
772 **Organizações Populares – GAJOP)** – Boa tarde. Eu sou Maria Clara. Sou
773 representante titulado do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações
774 Populares, que é uma organização de Pernambuco.

775 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
776 **Enfermagem – CONFEN)** – Boa tarde a todos. Antônio Coutinho, do Conselho
777 Federal de Enfermagem.

778 **Sra. Zenaide Cavalcanti De Medeiros Kelbeis (Suplente - Conselho Federal De**
779 **Enfermagem – CONFEN)** – Boa tarde. Zenaide, do Conselho Federal de
780 Enfermagem.

781 **Sra. Denise Teixeira** – Boa tarde a todos e todas. Eu sou Denise Teixeira,
782 represento o Ministério das Mulheres. Boa tarde, pessoal.

783 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
784 **Do Norte – UFRN)** – Eu sou Paulo, represento a UFRN.

785 **Sr. Ivo Hohn Junior (Suplente - Associação Juízes Pela Democracia)** – Boa
786 tarde. Meu nome é Ivo. Eu sou representante suplente da AJD, Associação de
787 Juízes e Juízes para a Democracia.

788 **Sra. Camila Antero** – Boa tarde. Meu nome é Camila Antero. Me encontro perita e
789 coordenadora geral do Mecanismo Nacional de Prevenção em Combate à Tortura.

790 **Sra. Viviane** – Boa tarde a todos e todas. Meu nome é Viviane. Estou perita do
791 Mecanismo Nacional de Prevenção em Combate à Tortura.

792 **Sra. Letícia Torrano** – Boa tarde. Meu nome é Letícia Torrano. Eu sou secretária
793 de Atuação do Sistema Prisional da Defensoria Pública da União.

794 **Sra. Ana Lúcia Castro De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
795 **Cidadania – MDHC)** – Boa tarde. Ana Lúcia Castro de Oliveira, representando o
796 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Estou coordenadora de Segurança
797 Pública e Direitos Humanos do Ministério.

798 **Sra. Silvia Dias** – Boa tarde. Silvia Dias, representando a Associação para a
799 Prevenção da Tortura, APT, uma instituição, entidade internacional de direitos
800 humanos que participa do comitê na qualidade de entidade convidada.

801 **Sr. Pablo Roberto** – Boa tarde. Pablo Roberto, deputado estadual, presidente da
802 Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, da Assembleia Legislativa da
803 Bahia.

804 **Sr. Erasto Fortes Mendonça (Titular - Ministério Da Educação - MEC)** – Boa
805 tarde. Erasto Fortes, representando o Ministério da Educação.

806 **Sra. Vivian Mendes** – Posso me apresentar, que eu cheguei depois que já tinha se
807 iniciado?

808 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
809 **e Cidadania – ITTC)** – Claro.

810 **Sra. Vivian Mendes** – Boa tarde. Eu sou a Vivian Mendes. Eu represento a
811 Secretaria de Relações Institucionais da Presidência.

812 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
813 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. E aí, só queria contar aqui que a Vilma também,
814 que está sempre aqui nas nossas reuniões, também está presente online. Vou
815 passar, então, uma palavra para a Camila, que vai fazer a apresentação aqui das
816 principais relações do Estado da Bahia.

817 **Sra. Camila Antero** – Obrigada, Sofia. Boa tarde a todos, todas e todes, mais uma
818 vez. Eu queria pedir a paciência de quem já assistiu essa apresentação sobre o
819 relatório da Bahia e as principais recomendações, que tenham um pouco de
820 paciência, porque vamos aproveitar a presença das autoridades baianas para tentar
821 encaminhar as recomendações que foram feitas através do relatório. Eu gostaria de
822 pedir ao apoio, à secretaria, para compartilhar, por favor, o PowerPoint. Obrigada.
823 Eu gostaria de fazer uma breve contextualização. A Bahia era um dos últimos
824 estados onde o mecanismo nacional ainda não havia feito uma série de inspeções
825 regulares, que é a nossa contribuição mais bem acabada, no sentido de visitarmos
826 diversas instituições de privação de liberdade e fazer um relatório bastante analítico
827 com relação aos principais sistemas de privação de liberdade do Estado. Essa
828 missão aconteceu no começo de novembro de 2022, nós visitamos unidades do
829 sistema prisional e do sistema socioeducativo. Se não me engano, foram cinco
830 unidades prisionais e duas unidades do socioeducativo. Eu gostaria de começar
831 falando um pouco sobre essas imagens, se puder colocar em modo de
832 apresentação, acho que fica maior. São meramente ilustrativas. Aqui do lado
833 esquerdo, nós temos uma acomodação do conjunto penal feminino. Aquela mancha
834 é uma mancha de mofo. Você percebe que não há uma manutenção, que as
835 pessoas estão dormindo em condições insalubres. Nesse caso, é o conjunto penal
836 feminino de Salvador. E, ao lado, nós temos a imagem da cadeia pública. Se vocês
837 repararem, eu ainda estou falando sobre as fotos, se puder voltar, por gentileza. Se
838 vocês repararem, ali é o fundo das celas da cadeia pública de Salvador, que abriga
839 as suas presas provisórias. Ali atrás é um esgoto a céu aberto, de onde saem
840 diversos animais vetores de doenças e bastante lixo. Então, observamos um
841 ambiente bastante insalubre. Por gentileza, pode passar ao próximo slide.

842 Obrigada, Luana, eu olhando para as meninas aqui. Eu queria fazer uma breve
843 contextualização de como é que nós estamos de sistema de prevenção à tortura na
844 Bahia. Vou ler rapidamente o slide. Possui um comitê estadual para prevenção e
845 enfrentamento à tortura na Bahia. Eu gostaria de pedir que outras pessoas
846 desligassem o microfone. Situação atual de implantação do sistema estadual de
847 prevenção e combate à tortura na Bahia. A Bahia possui um comitê estadual para
848 prevenção e enfrentamento à tortura na Bahia instituído pelo Decreto 10.652/2007,
849 que prevê nove representações do Estado e nove representações da sociedade
850 civil. As organizações da sociedade civil constam nominalmente no decreto, ou seja,
851 não há algo como uma eleição da sociedade civil para compor o comitê, elas são
852 nominalmente colocadas através do decreto. É um órgão que, no momento,
853 encontra-se desarticulado, não está tendo atividades. E o decreto executivo é um
854 instrumento frágil, precário, que não está em consonância com as bases do Sistema
855 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que, no caso, deveria ser uma lei, uma
856 lei estadual, de modo a prever um mecanismo e um comitê para atuar no Estado da
857 Bahia. O mecanismo, através do seu ponto focal, que no caso sou eu, apresentou
858 minuta de projeto de lei para a implantação do Sistema Estadual de Prevenção e
859 Combate à Tortura, em consonância com o OP-CAT e com as disposições de
860 referência da Lei Nacional, que é a 12.847/2013. A minuta foi apresentada a
861 integrantes da ALBA e ao GT de Combate à Tortura do GMF-TJ Bahia, que,
862 inclusive, estão discutindo essa minuta, e ela se encontra já bastante avançada, o
863 seu debate, para, em breve, gostaria de aproveitar, inclusive, a presença do ilustre
864 parlamentar que está aqui, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e
865 Segurança Pública da ALBA, para a gente poder, futuramente, Sr. Pablo Roberto,
866 fazer uma audiência pública na ALBA sobre este movimento, que acredito que, em
867 breve, será um movimento legislativo de a gente implantar o Sistema Estadual de
868 Prevenção e Combate à Tortura na Bahia. Contexto histórico-político, que a gente
869 precisa contextualizar um pouco. Um contexto de esvaziamento da atuação de
870 entidades da sociedade civil em instituições de privação de liberdade. Poucas
871 entidades desenvolvem um trabalho de longo termo intramuros. Não observamos
872 esse fluxo quando fizemos a inspeção. Todo mundo é governo. A gente observa

873 também uma certa acomodação política em torno de uma estabilidade do governo
874 que, se protraindo, é um governo de esquerda, mas também a gente sabe que,
875 muitas vezes, a esquerda, na verdade, a pauta da privação de liberdade, ela não é
876 uma prioridade nem das esquerdas, nem da direita. Infelizmente, nós que estamos
877 aqui nessa frente da prevenção da tortura, nós sabemos que precisamos melhorar
878 muito com relação à atenção a essa população extremamente vulnerabilizada e
879 vítima do Estado, de muitas formas. A Bahia, infelizmente, é um Estado que mais
880 mata do que encarcera, não há nada para comemorar. É marcado por forças
881 policiais extremamente violentas e com forte histórico de execuções ilegais. Da
882 missão, números mais concretos, sete unidades inspecionadas, duas unidades do
883 socioeducativo da região metropolitana de Salvador, cinco unidades prisionais na
884 região metropolitana de Salvador, mais o conjunto penal de Feira de Santana, que
885 é a maior unidade prisional do Estado, tem quase duas mil pessoas. Também
886 tivemos a oportunidade de fazer uma reunião na ALBA, com representantes dos
887 poderes executivo, legislativo e judiciário, e com organizações da sociedade civil,
888 comentando as primeiras detecções e recomendações expressas que fizemos lá
889 mesmo. E o relatório foi publicado com 90 recomendações, se encontra no site do
890 mecanismo para quem quiser consultar. Sistema socioeducativo, acredito que não
891 foi convidada nenhuma autoridade própria do sistema socioeducativo, mas acho
892 importante a gente rememorar que, aliás, há uma recomendação de fechamento de
893 uma unidade. O que é que nós detectamos com relação ao sistema socioeducativo?
894 Estruturas inadequadas e em desacordo com o Sinase e com a resolução 46 de 96
895 do CONANDA, que institui que as unidades de internação devem ter até 40
896 adolescentes, para a gente garantir o princípio da individualização do atendimento
897 socioeducativo. Nós temos a unidade do caso em Salvador, que tem 150 vagas e,
898 em alguns períodos, chega a atender 400 adolescentes. Então, assim, é algo que
899 diz respeito ao modelo anterior ao ECA, ao modelo anterior ao Sinase, que é o
900 modelo do Código de Menores. É a lógica dos grandes centros de internação e nós
901 já abandonamos esse paradigma legal. Nós precisamos de unidades que estejam
902 de acordo com o ECA e com o Sinase. Instalações sanitárias extremamente sujas,
903 falta de assistência material com itens em estoque, revistas vexatórias contra

904 adolescentes e contra seus familiares e uso ilegítimo de algemas. Essas são
905 algumas violações que detectamos no sistema socioeducativo da Bahia. E existem
906 recomendações com relação a todas essas problemáticas. Insisto que as
907 autoridades baianas, depois daqui, possam realmente fazer uma leitura com calma
908 do relatório do mecanismo, se atentem às suas atribuições, para perceber como
909 podemos avançar. Incentivo, monotonia alimentar e restrição no fornecimento de
910 água, essas são algumas problemáticas do sistema socioeducativo. Adolescentes
911 não recebem vestuário em quantidade, qualidade e tamanho adequados. Pode
912 passar, por favor. Obrigada, Débora. Os adolescentes não recebem vestuário em
913 quantidade, qualidade e tamanho adequados e passam por privação de assistência
914 material como imagem ilustrativa, imagem de uma toalha rasgada no meio que é
915 dada aos adolescentes provisórios, sendo que existem muitas toalhas em estoque,
916 nós tivemos acesso ao almoxarifado, então é uma privação que é desnecessária
917 para o adolescente. As audiências são realizadas por videoconferência, o que é um
918 gargalo para diversas violações para o adolescente não se encontrar com o seu
919 defensor, não se encontrar com seu advogado, não poder falar com o juiz e essas
920 realizações de audiências por videoconferência acabam distanciando o adolescente
921 dos seus direitos. Assistência religiosa é convertida em proselitismo religioso a partir
922 da entrada de apenas algumas denominações religiosas que têm como propósito a
923 conversão, isso já foi um tema aqui. Nós precisamos fazer uma distinção entre
924 aquilo que seja assistência religiosa e a atividade porque são coisas diferentes. E
925 os adolescentes também não tinham conhecimento do PIA e não construíam o seu
926 plano individual de atendimento. Em síntese, temos diversas recomendações para
927 o sócio, as recomendações são o assunto principal nosso aqui, são essas
928 recomendações. Vamos lá para as principais recomendações para o sócio:
929 Promover concurso público e a estruturação de carreira de agente socioeducativo,
930 dado que há pelo menos 20 anos, não há novos profissionais concursados no
931 Estado. Não é uma carreira estruturada, é uma carreira precária, é uma carreira
932 onde os profissionais não têm acesso a cursos específicos para lidar com
933 adolescência e privação de liberdade. Esse tipo de carreira não pode ser marcada
934 por um amadorismo, lidar, fazer um trabalho socioeducativo para adolescentes em

935 conflito com a lei é uma atividade que exige uma extrema preparação e a pena de
936 haver um sacrifício desses adolescentes em termos de violações de direitos. Uma
937 das principais recomendações que nós temos é que seja desativada a unidade de
938 internação socioeducativa do caso Salvador masculina, uma vez que sua estrutura
939 segue a lógica dos grandes centros de internação e possibilitando o princípio da
940 individualização do atendimento, sendo a estrutura irrecuperável para os atuais
941 parâmetros do Sinase e do ECA, com diversos espaços ociosos favorecendo,
942 inclusive, a prática de tortura. Lá, inclusive, há um subsolo nessa unidade que,
943 inclusive, há uns dez anos atrás houve um incêndio onde morreram diversos
944 adolescentes, uma estrutura muito grande. Essa unidade é dos anos 70 e seria
945 muito melhor que ela fosse desativada e que fosse convertida em outras estruturas
946 menores de modo a atender a resolução 46 de 96 do CONANDA, que é aquela que
947 impõe até 40 adolescentes por unidade de internação. Que sejam proibidas as
948 revistas gerais que procedem de modo a deixar os adolescentes nus ou de roupa
949 íntima, sentados em local aberto ao sol, semelhante às revistas gerais que
950 acontecem no sistema prisional. Nós temos o fenômeno chamado cadeização do
951 sistema socioeducativo, que cada vez mais o sistema socioeducativo vai se
952 assemelhando às estruturas, enquanto nós temos uma legislação que preconiza
953 que devemos ter unidades de internação que se assemelhem muito mais a um
954 espaço educativo, a uma escola, do que a unidade prisional. Que seja proibida por
955 instrumento administrativo a revista vexatória no âmbito do sistema socioeducativo
956 da Bahia e que sejam adquiridos equipamentos de bodyscan para que sejam
957 realizadas revistas que preservam a dignidade da pessoa humana. Que seja
958 proibido o protocolo legislativo para a ALBA, que seja proibida também por lei a
959 revista vexatória no âmbito do sistema socioeducativo, é algo que a Assembleia
960 Legislativa tem condições de fazer, de garantir esse direito, tanto quanto para
961 familiares, quanto para adolescentes em conflito com a lei, privados de liberdade.
962 Que seja elaborado o protocolo específico de atendimento para adolescentes
963 LGBT+, de modo a garantir direitos de liberdade de expressão e formar os
964 profissionais para atendê-los. Não existia protocolo para atendimento de
965 adolescentes LGBT, o que muitas vezes implica em violações de direitos. Pode

966 passar, por gentileza. Agora vamos ao sistema prisional. Acredito que a maioria,
967 talvez todas as autoridades convidadas, Ministério Público, SEAP, ITJ Bahia. Pode
968 passar, por gentileza, para o próximo slide. Foram essas autoridades vinculadas
969 que têm atribuições com relação ao sistema prisional. Acredito que seria muito
970 interessante também ter chamado representantes do sistema socioeducativo.
971 Infelizmente não foi chamado, mas nós depois podemos, Patrícia e Elaine, fazer
972 uma reunião específica com o socioeducativo para debater e encaminhar essas
973 recomendações. Sistema prisional. Fomos ao Conjunto Penal Feminino de
974 Salvador, estruturas extremamente precárias e pendentes de reforma. Muita
975 insalubridade, muito lixo. Aquela primeira imagem é bastante ilustrativa. Muitas
976 ações violentas de tropas externas ingressando do âmbito dessa unidade. Torturas
977 psicológicas, falta de atendimento psicossocial e de saúde. Tem que regularizar o
978 seu auxílio, o seu Bolsa Família, porque muitas mulheres têm crianças pequenas,
979 têm dependentes menores. E nós não podemos encarcerar mulheres e deixar os
980 filhos delas passando fome, porque isso não é justo, isso não é legal. Muitas vezes,
981 por falta de uma documentação, por falta de uma diligência, a segurança alimentar
982 dessas crianças, que, aliás, como toda criança são inocentes, têm a sua segurança
983 alimentar periclitada. Tivemos diversos relatos de mulheres que são revistadas nuas
984 por policiais masculinos, uma coisa gravíssima que está no nosso relatório e nós
985 pedimos providências urgentes para a SEAP que as revistas sejam feitas por
986 policiais mulheres e que não haja atividade de tropas táticas por homens dentro do
987 conjunto penal feminino, que isso são graves violações que as mulheres sofrem.
988 Aqui nós temos lixo no sistema, no conjunto penal feminino, muito lixo. Aqui nós
989 temos um cano perpassando aqui, saem ratos, baratas, as mulheres sofrem com a
990 atuação desses animais vetores de doenças. Podemos passar para o próximo slide.
991 Colônia penal de Simões Filho, chamo a atenção das autoridades baianas para esta
992 unidade. Um semiaberto que não tem muitas oportunidades de trabalho
993 significantes nem para a maioria das pessoas. Uma quantidade ínfima de pessoas
994 está trabalhando nesse semiaberto. Então, ele é um semiaberto que apresenta
995 características de regime fechado. Há uma estrutura que foi construída por cima de
996 uma dutovia do Polo de Camaçari, o Polo Petroquímico de Camaçari, ao terminal

997 marítimo de Aratu. O termo de ajustamento de conduta do Ministério Público, que
998 foi feito para salvaguardar a vida dessas pessoas que estão presas lá em face aos
999 perigos e aos riscos da dutovia petroquímica, não está sendo obedecido. Existem
1000 lá diversas previsões, inclusive a previsão de haver o destrancamento automático
1001 das pessoas a partir de um vazamento de gás. Essa unidade foi construída ao lado
1002 de um quilombo, o quilombo de Pitanga dos Palmares. Quando você chega, você
1003 vê até as setas. A comunidade tem um protocolo de fuga em caso de vazamento da
1004 dutovia. As pessoas da comunidade vão conseguir fugir em caso de haver um
1005 acidente, mas as pessoas presas não vão conseguir fugir. Inclusive, o próprio diretor
1006 da unidade disse que, se acontecer uma emergência, a gente não tem condição de
1007 evacuar a unidade em dez minutos. Inclusive, essa unidade aqui foi embargada
1008 através de um grande esforço, de uma grande mobilização da sociedade civil, e o
1009 governo Jaques Wagner, quando ele adentrou no primeiro mandato, ele reabriu a
1010 unidade assim mesmo. Foi feito esse taque, mas o taque não está sendo obedecido.
1011 Também há uma grande dificuldade de entrada de alimentos da visita, um quadro
1012 generalizado, aliás, em todas as unidades. Aqui, por exemplo, uma cela lá na
1013 Colônia Penal de Simões Filho, que não tem luz, são muitas gambiarras elétricas,
1014 também pendem muitas reformas, então, quando a luz do sol se vai, você não tem
1015 luz na cela e você fica na situação de cela escura, o que é, aliás, defeso pelas regras
1016 mínimas para prisioneiros da ONU, que são as regras de Mandela. Conjunto Penal
1017 de Feira de Santana, muito complicado, gente. Unidade mista, onde você tem 50
1018 mulheres no meio de 1.700 homens, lotação de mais de 1.700 pessoas, unidades
1019 de escolarização e trabalho. É uma unidade, assim, ingerenciável, porque ela é
1020 muito grande. Os plantões dos policiais penais, o plantão é um plantão irrisório perto
1021 da população penal, população prisional. Muitas ações violentas externas de grupos
1022 táticos, muito frequentes. Muitas pessoas com marcas de violência, costelas
1023 quebradas, marcas de bala de borracha. Não tivemos acesso ao pavilhão 7, nós
1024 ficamos sabendo que um grupo tático esteve presente no dia anterior nesse
1025 pavilhão 7, e não nos foi franqueada a entrada pelo diretor, e nós sabíamos que
1026 íamos encontrar pessoas lá quebradas, violentadas, e houve isso aí, uma quebra
1027 de prerrogativa do mecanismo quando nós queremos ir em um espaço de privação

1028 de liberdade, e nós não conseguimos adentrar. Há uma relação entre profissionais
1029 da segurança e privados de liberdade muito discrepante da quantidade mínima, são
1030 13 policiais penais no plantão para 1.700 pessoas, o que é uma grande insegurança,
1031 tanto para as pessoas presas quanto para os próprios funcionários da unidade, e
1032 isso inclusive impacta as assistências, assistência de saúde, assistência
1033 psicossocial, que é bastante escassa, e violação de direitos específicos da
1034 população feminina e LGBT, por exemplo, nessa unidade não pode entrar shampoo
1035 para as mulheres, não pode entrar condicionador, isso aí tudo são coisas que dizem
1036 respeito à dignidade das mulheres, por isso que nós dizemos que são direitos
1037 específicos das mulheres, porque a mulher não pode ser tratada igual a um homem,
1038 ela tem que ser tratada de acordo com aquilo que é a dignidade da mulher, a mesma
1039 coisa a população LGBT, tem que ser tratada de acordo com o que significa a
1040 dignidade dessa população, que aliás é uma das mais vulneráveis no cárcere.
1041 Temos aí o SISCOPEN, que é uma mistura de seguro com triagem com castigo,
1042 uma mistura de seguro com triagem com castigo, que está na Conjunto Penal de
1043 Feira de Santana, e aqui um armamento de eletrochoque chamado SPARC, que
1044 vira e mexe, a gente encontra ele em algumas unidades dos estados, que é um
1045 armamento que não tem nenhum fim legítimo para a segurança pública, quando ele
1046 é usado na sua forma próxima, de proximidade, aliás, e nós entendemos, inclusive
1047 de acordo com o manual para armamentos menos letais da ONU, isso aqui eu não
1048 estou tirando da minha cabeça, não é um achismo, isso aqui é um documento
1049 produzido pela ONU esse armamento, ele potencializa a possibilidade de acontecer
1050 tortura no cárcere, então também nós fizemos essa recomendação, que a
1051 administração penitenciária acabe com a presença desse tipo de armamento nas
1052 unidades de privação e liberdade do sistema prisional. Cadeia Pública de Salvador,
1053 unidade para reclusos provisórios, dificuldade de acesso a água, esgoto a céu
1054 aberto, falta de assistência de animais vetores de doenças, vasilhas de plástico mal
1055 higienizadas para comportar o alimento, que é outro problema com relação à saúde
1056 e proliferação de doenças, falta de assistência material, sobretudo para quem não
1057 tem visita, ocorrência de revista vexatória, que é aquela revista que viola direito de
1058 amigos e familiares, que humilha crianças, idosos, mulheres, pedidos de socorro

1059 são recebidos com violência e uso excessivo do spray de pimenta. Reitero que
1060 alguns tipos de armamentos menos letais, eles têm que ser usados dentro daquilo
1061 que é um fim legítimo para a segurança pública. Muitas vezes, nós, muito
1062 frequentemente, nós observamos spray de pimenta só colocado numa cela fechada,
1063 de pessoas que não têm possibilidade de se evadir. Aqui está a alimentação,
1064 alimentação bem precária, marcas de uso de algema, ferimentos de uso de algema,
1065 tudo isso na cadeia pública de Salvador. Conjunto penal de Lauro de Freitas, a
1066 cogestão, a Bahia tem várias unidades de cogestão, uma delas é Lauro de Freitas,
1067 recebemos no mecanismo nacional, durante o ano de 2022, diversas, diversas,
1068 diversas denúncias com relação ao conjunto penal de Lauro de Freitas, ações de
1069 grupos táticos, eu tive acesso, nós, do mecanismo, nós temos acesso aos
1070 documentos da unidade e está consignado que, durante o ano de 2022, houve
1071 entrada de grupos táticos todos os meses, houve 12 entradas, uma por mês, certo?
1072 Da GEOP e da PM, e muitas vezes eles fizeram coisas como jogar todos os itens
1073 materiais das pessoas fora, jogar roupas fora, tem vídeos, isso foi circulado
1074 amplamente, isso foi tema da imprensa da Bahia, jogaram cobertores fora, todo tipo
1075 de coisa fora, muitas denúncias nós recebemos com relação a essas intervenções,
1076 muita violência física, inclusive. Profissionais terceirizados não têm conhecimento
1077 de protocolos, muitas vezes, nós já observamos isso aqui, inclusive, na última
1078 reunião do Comitê Nacional, observamos uma defesa da privatização das unidades
1079 prisionais e nós, do mecanismo, não temos problema nenhum de afirmar que a
1080 privatização, ela precariza esse serviço público, não existe uma melhora, não existe
1081 algo que justifique esse gasto a mais com a privatização das prisões, certo? Nós
1082 tivemos um problema muito sério, observamos, aliás, um problema muito sério com
1083 relação às documentações do conjunto penal de Lauro de Freitas. Eu pedi a relação
1084 de pessoas que vieram a óbito na unidade durante os últimos dois anos e eles me
1085 entregaram um papel que tem apenas o nome de uma pessoa, o documento sequer
1086 tinha data, não tinha data do óbito, não tinha nenhum documento anexo, não tinha
1087 nenhuma informação, só tinha o nome de uma pessoa, certo? Então, assim, isso é
1088 indicador péssimo da falta de organização e da precarização de um serviço que
1089 devia ser completamente público. Muitos insetos vetores, certo? Nós observamos

1090 repelentes em estoque, porém, as pessoas estavam lá se acabando na muriçoca,
1091 inclusive tem uma área muito grande de mata que é contígua a essa unidade.
1092 Observamos também, inclusive, documentada a prática de jogar granadas de
1093 advertência para deflagrar revistas, isso acontece da seguinte maneira: As pessoas
1094 estão lá no pátio, não está acontecendo nada, não está tendo nenhum motim,
1095 nenhuma situação de risco e para deflagrar uma revista, a segurança vai lá e detona
1096 uma bomba no meio de todo mundo, só para avisar que está entrando. Tanto
1097 disparos de advertência, como granadas de advertência, são uma prática violadora
1098 que não atende a nenhum fim da segurança pública e nós temos, inclusive, as
1099 informações da Polícia Penal por agentes de segurança terceirizados com uso de
1100 armamento menos letal. Então, é isso que eu já tinha comentado da outra vez,
1101 inclusive, perante a presença do SENAPPEN, ou a gente defende o fortalecimento
1102 da carreira da Polícia Penal ou a gente defende privatização, não dá para defender
1103 os dois. Nós tivemos um problema muito grande também no caso da questão dessa
1104 apropriação de prerrogativas por parte de funcionários terceirizados. Esse tipo de
1105 atividade só deveria ser feita por funcionário público de carreira, a custódia de
1106 pessoas presas e nós estamos tendo aí cada vez mais a privatização vindo
1107 precarizar este serviço. Pessoas com deficiência não são poupados da brutalidade
1108 policial, pessoas com dificuldade de locomoção apanham igualmente, sofrem
1109 castigos físicos igualmente e existe uma ausência de instrumento administrativo a
1110 delimitar a atribuição de tropas táticas. Por exemplo, o GEOP, que é como se fosse
1111 uma tropa de elite da Polícia Penal da Bahia, eles não têm nenhum documento, pelo
1112 menos não publicado no site da SEAP, que delimite as atribuições dessa atribuição,
1113 certo? Então, é uma coisa que a gente precisa ter. Pode passar por gentileza esse
1114 slide, isso aqui é só uma contextualização. Aqui, gente, aqui é Conjunto Penal de
1115 Laura de Freitas, aqui é a cela de reflexão, onde detectamos a ocorrência de
1116 diversas torturas, pessoas ficam lá dentro nuas no ambiente insalubre, sem ter nem
1117 um balde para colocar água, tendo que colocar água. Aqui tem os dizeres que
1118 encontramos com relação a uma intervenção que está consignada na
1119 documentação da unidade: “Prezado diretor, venho por intermédio desse informar
1120 a vossa senhoria que, no dia tal, fizemos procedimento de revista no pavilhão B,

1121 com o intuito da inicial operação supracitada e dispersar os internos que
1122 encontravam-se soltos no módulo de convívio dessa unidade. Fez-se necessária a
1123 aplicação do elemento químico de baixa letalidade por parte desta coordenação, a
1124 ser empregado uma granada fumígena, lacrimogênea tríplice...” Aliás, a granada
1125 fumígena é um armamento que sequer deveria estar na privação da liberdade. A
1126 granada fumígena é um armamento que foi proibido pelo Exército dos Estados
1127 Unidos de Saúde das Pessoas. Então, jamais uma granada fumígena deveria estar
1128 na privação da liberdade. Pode passar por gentileza. Principais recomendações, o
1129 momento mais importante que estávamos todos esperando, aproveitando aqui as
1130 autoridades baianas que têm atribuições referentes ao sistema prisional. Que seja
1131 desativada a unidade prisional da Colônia Penal de Simões Filho, em casos
1132 privados de liberdade, por falta de condições de evasão, em caso de acidente com
1133 a dutovia petroquímica que perpassa a área da unidade, funcionando o
1134 estabelecimento em desconformidade com as cláusulas impostas pelo termo de
1135 ajustamento de conduta do Ministério Público da Bahia. Outra recomendação: Que
1136 se vede por meio de ato normativo cabível, o uso de armamentos menos seguros
1137 em ambientes confinados, que já citamos alguns aqui, como o interior das celas das
1138 unidades prisionais e que se estabeleça protocolo de uso dos demais armamentos
1139 letais, que vêm sendo usados de maneira irregular e indiscriminada pelas forças de
1140 segurança. Que determine por meio de ato normativo cabível a obrigatoriedade do
1141 uso de câmeras corporais nos uniformes dos policiais que atuam nas ações e
1142 intervenções especiais no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado. Então,
1143 viemos fazer coro a esse movimento nacional que pede câmeras no fardamento da
1144 polícia. Nós temos observado que isso realmente tem diminuído a taxa de
1145 letalidade, por exemplo, em São Paulo, ela diminuiu a aplicação de câmeras nos
1146 fardamentos, ela diminuiu a letalidade policial. Então, nós temos que apontar para
1147 aquilo que vem realmente dando certo. Não vai erradicar, mas se melhorar já poupa
1148 vidas, e se poupa vidas é porque funciona. Principais recomendações para a
1149 Assembleia Legislativa Estadual da Bahia, contamos com o apoio do eminente
1150 parlamentar que se encontra aqui para essas recomendações, o Pablo Roberto,
1151 que seja tomada iniciativa legislativa para criar o Sistema Estadual de Prevenção e

1152 Combate à Tortura do Estado da Bahia, de acordo com as bases instituídas pela Lei
1153 12.847 de 2013, pela Convenção contra a Tortura e pelo Protocolo Facultativo da
1154 Convenção contra a Tortura. Reitero, eminente deputado, que nós não queremos
1155 qualquer mecanismo na Bahia, nós queremos, não é, Patrícia? Um mecanismo que
1156 esteja de certo, nós não queremos um mecanismo que esteja na mão do Executivo,
1157 nós não queremos um mecanismo que esteja na mão do Legislativo, nós queremos
1158 um mecanismo independente, inclusive com garantias formais de independência,
1159 que esse é um dos maiores problemas que nós temos de uma forma geral no nosso
1160 sistema, como, aliás, vai ficar bem patente amanhã no levantamento nacional e que
1161 seja ditada a norma legal pela ALBA com o intuito de proibir a revista vexatória, tanto
1162 no âmbito do sistema prisional, como no âmbito do sistema socioeducativo, e aí
1163 vocês podem decidir se fazem uma lei ou se fazem duas, uma para o sistema
1164 prisional e outra para o sócio, ou uma única lei, mas que esteja consignado o direito
1165 à dignidade das famílias, dos amigos e das famílias. Pode passar, por favor. Que
1166 sejam aí recomendações para a SEAP, peço a atenção primorosa do representante
1167 da SEAP, não sei qual é o cargo dele, ele não falou, mas desde logo peço a atenção
1168 dele com relação a essas recomendações, certo? Que sejam implantados ou
1169 ampliados programas colaborativos para a produção de hortaliças e leguminosas,
1170 como vassouras, fardas, que sejam passíveis de remissão de pena e que essas
1171 produções sejam encaminhadas para o consumo interno em unidades prisionais,
1172 conforme dispositivo 1.11 do contrato número 6 de 2022 da SEAP, esse é um
1173 dispositivo que tem em um dos contratos de alimentação da SEAP. Por que essa
1174 recomendação? Nós observamos que existe uma falta muito grande de alimentos
1175 no cardápio das unidades prisionais, e isso é muito ruim quando essas pessoas
1176 passam dias, meses sem consumir uma fruta fresca, sem consumir uma hortaliça,
1177 e isso é uma coisa plenamente contornável através de uma política pública, que
1178 aliás não é cara, para que as próprias pessoas privadas de liberdade possam se
1179 engajar em hortas, possam se engajar na produção desses alimentos frescos para
1180 que o consumo seja levado à frente pela SEAP, bem como a produção de
1181 vassouras, de fardas, de utensílios que podem ser usados na privação de liberdade,
1182 e que haja também a remissão de pena com relação a essas produções, que seja

1183 proibida também a revista vexatória por meio de instrumento administrativo, no
1184 âmbito de todo o sistema prisional baiano, e que haja a proibição de procedimento
1185 de homens masculinos no conjunto penal feminino, haja vista as diversas violações
1186 de direitos relatadas durante esse tipo de intervenção, que as equipes de atenção
1187 primária prisional sejam adequadas aos parâmetros do PNAISP, que é a política de
1188 saúde para o sistema prisional, de modo a apresentar composição multiprofissional
1189 e modalidade adequada de acordo com o número de pessoas necessárias, que seja
1190 realizada a busca ativa pelas equipes de saúde com relação às necessidades de
1191 atendimento, que não haja uma postura passiva de apenas esperar que cheguem
1192 os recados, as demandas, as emergências, mas que o setor de saúde faça essa
1193 busca ativa. Pode passar por gentileza. Que seja realizado um mutirão de serviços
1194 de assistência social para cadastrar ou validar os filhos menores. Que sejam
1195 tomadas medidas para coibir os disparos e granadas de advertência pelas razões
1196 já expostas. Que sejam realizadas inspeções em loco, de forma regular, para que
1197 seja verificado os contratos de alimentação com as diversas empresas terceirizadas
1198 que fornecem alimentação para as unidades prisionais baianas e se estão sendo
1199 cumpridas em sua íntegra. Muito obrigado por esse controle. E, por fim, principais
1200 recomendações para o sistema prisional direcionadas ao Ministério Público da
1201 Bahia. Então, peço atenção dos representantes do Ministério Público Baiano com
1202 relação a essas duas recomendações. Existem outras, não dispensa a leitura das
1203 recomendações de relatório, mas temos essas duas aqui que são principais. Que o
1204 MP Bahia promova a implementação de um protocolo de PNAISP em todas as
1205 unidades prisionais baianas e que o MP acompanha ativamente a implementação
1206 do referido plano. E que seja realizada a investigação dos óbitos sucedidos no
1207 sistema prisional de acordo com os parâmetros estabelecidos no protocolo de
1208 Istambul, que aliás é um dos protocolos de referência do Mecanismo Nacional,
1209 como vocês já sabem, e que ele se dedica à documentação e investigação da
1210 tortura, ele é um protocolo absolutamente indispensável para ser aplicado no
1211 contexto da privação de liberdade. Isto posto, passo a palavra para a mesa diretora
1212 para darmos sequência ao nosso esforço aqui de avanço com relação aos direitos
1213 das pessoas privadas de liberdade no Estado da Bahia.

1214 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1215 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Camila, pela sua apresentação. De novo aqui para
1216 o plenário, mas agora para outros interlocutores. Eu queria dizer aqui também que
1217 o Fernando Fernanda Chaves, desculpa, superintendente da Ressocialização
1218 sustentável da SEAP Bahia está aqui, a Vilma está aqui, que eu já tinha falado, e o
1219 promotor Edmundo Reis, coordenador do grupo de atuação de execução penal
1220 também está aqui, e a Gisela, defensora pública da Bahia também está aqui na
1221 reunião online. Só queria, depois de dizer isso, que a gente foi apresentado para
1222 esse plenário, este relatório na última reunião ordinária, e a gente fez alguns
1223 encaminhamentos aqui, o comitê fez alguns encaminhamentos em relação a esse
1224 relatório, a gente fez basicamente três encaminhamentos, dois deles estão em
1225 andamento, um deles era um ofício conjunto entre o comitê e o mecanismo para
1226 solicitar as informações sobre o uso da força tática do grupo de intervenção, como
1227 a Camila mencionou que não há uma especificidade em relação ao uso da força
1228 publicizada, essa audiência pública que está acontecendo aqui, eu queria agradecer
1229 de novo a todo mundo que está presente, porque é algo que a gente elucidou como
1230 importante, inclusive para ter um diálogo que possa surtir mais efeito em relação a
1231 todas as recomendações que o mecanismo fez, e a outra que a gente tinha feito,
1232 era marcar uma reunião conjunta entre o DPEN, que não é mais DPEN,
1233 SENAPPEN, e o comitê, que isso a gente ainda, enfim, está em andamento. Então,
1234 dito isso, eu queria passar a palavra para os nossos convidados, e também para
1235 quem está aqui presente, quem queira fazer uso da fala em relação ao que foi
1236 apresentado, contando o tempo que vai estar ali disponível, de três minutos de fala.
1237 E aí a gente vai anotando aqui as inscrições, então se quiserem já falar, já está
1238 aberto aqui. A Elaine está com a mão levantada, e na sequência é o Luiz, Lucas,
1239 Alberto. Não... Ah, está bem. Então o Lucas está com a mão levantada, ah está
1240 bem, agora levantou também o Luiz. Então, Elaine, Lucas e Luiz.

1241 **Sra. Elaine** – Boa tarde. Diante da apresentação do relatório da extensão do
1242 mecanismo que aconteceu em 2022, eu, enquanto militante de direitos humanos,
1243 familiar e articuladora aqui da Frente Estadual pelo desencarceramento, eu espero

1244 que o Ministério Público, que é um parceiro também, porque estamos levando
1245 muitos familiares para essa oitiva na pessoa de doutor Edmundo Reis e doutor
1246 André Ariadna, tome uma posição e cobre do Estado da Bahia essas violações de
1247 direitos humanos que estão acontecendo, em questão de revista vexatória, em
1248 questão da falta de alimentação, da alimentação precária, da falta da saúde dentro
1249 das unidades prisionais, a questão da congestão, enquanto as piores unidades que
1250 temos aqui no Estado da Bahia. Falar que congestão é solução não é. Falar que a
1251 mão escrava, os trabalhos escravos dentro do sistema prisional aqui estão
1252 berrantes. Então, que nós possamos, enquanto familiares, ver esse sistema
1253 prisional de uma outra forma, que essas violações vinham diminuir. Tendo em vista
1254 também que as unidades do Estado estão precárias porque houve uma política de
1255 sucateamento dentro dessas unidades aqui na Bahia para ampliar a congestão.
1256 Tiraram as unidades do Estado e só deixaram nas cogestões e com pessoas que
1257 não têm condições nenhuma de manusear essas máquinas porque quem pode falar
1258 que tem alguma coisa ou não são familiares da radiologia, são pessoas que tomam
1259 curso de oito horas então até um gase a pessoa é suspeita sendo que não é levado
1260 para a delegacia tem unidades aqui na Bahia que familiares tomam laxante para
1261 provar que não está com nada ilícito dentro do seu corpo e isso é uma violação de
1262 direito. Então, que o Ministério Público e o GMF sabendo já dessas violações
1263 vinham tomar medidas cabíveis contra o Estado da Bahia porque é berrante, o
1264 sistema prisional baiano é berrante muito obrigada.

1265 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1266 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Elaine. Vou passar a palavra agora para o Lucas.

1267 **Sr. Lucas** – Eu serei breve na verdade é só para noticiar que em relação às
1268 providências que foram apontadas o corregedor tão logo tomou conhecimento
1269 oficiou a Defensoria Pública para promover o mutirão carcerário na comarca de
1270 Feira de Santana e semana passada foi publicada a portaria 170 do CNJ instituindo
1271 algumas diretrizes para a promoção de mutirão carcerário nas unidades prisionais.
1272 Então, o juiz, a gente já contactou o juiz da vara de execuções penais de Feira de
1273 Santana e já está sendo preparado esse mutirão em relação à alteração normativa

1274 que foi apontada do provimento 2 de 2018 a gente já solicitou um parecer da
1275 assessoria jurídica da corregedoria para adequar o provimento. Obrigado.

1276 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1277 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Lucas. Luiz.

1278 **Sr. Luiz** – Boa tarde mais uma vez aproveito a oportunidade para parabenizar o
1279 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura pelo relatório minucioso e
1280 preciso dizer que esses problemas não passam ao lado do Ministério Público da
1281 Bahia, o Ministério Público tem registro de muitas dessas violações inúmeros
1282 procedimentos estão instaurados e há um enfrentamento ainda tímido no âmbito do
1283 Ministério Público com a unidade de monitoramento coordenada pelo colega
1284 Edmundo Reis é o nosso especialista em sistema provisional e agora recentemente
1285 foi instalado um grupo de atuação especial da execução penal que voltado
1286 especificamente para tratar da tutela coletiva da execução penal, o colega Edmundo
1287 também coordena esse centro, duas colegas são destacadas para atuar
1288 exclusivamente junto com ele para dar apoio aos colegas que atuam nas unidades
1289 e muitas vezes falta abraço para poder atuar de uma forma mais enérgica. Temos
1290 também recentemente criado um grupo de segurança pública que é o GEOSP e
1291 também reforça essa atuação mais contundente e enfim, também com o apoio do
1292 GARECO é um desafio enorme, são muitas irregularidades e muitas unidades
1293 realmente precarizadas como a de Feira de Santana, com a evidência não precisa
1294 de grande esforço para a gente perceber a desproporção que há entre o número de
1295 servidores que estão destacados para fiscalização para o cuidado de 1.700 presos
1296 então são problemas históricos e que são muito evidentes e que precisam ser
1297 enfrentados de uma forma realmente mais muito mais forte, com muito mais muito
1298 mais apoio e é nesse sentido que o Ministério Público vem mudando a sua forma
1299 de atuação, vem tentando robustecer, não deixar o colega que está lá na unidade,
1300 sozinho, e acredito que bons frutos virão não só do diálogo com a SEAP, com o
1301 Governo do Estado, mas também, em último caso, com ações judiciais, que aí vem
1302 o sistema de justiça atuando, e aproveitar a própria unidade para, se vocês me

1303 permitem, para complementar a minha fala, para ter uma fala mais precisa, do
1304 colega Edmundo Reis, que é o nosso especialista. Obrigado.

1305 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1306 **e Cidadania – ITTC)** – O próximo é Edmundo.

1307 **Sr. Edmundo Reis** – Boa tarde a todos, todas, em especial a Cíntia, que está
1308 conversando comigo aqui, pelo WhatsApp, a doutora Rosamunda, dileta, amiga,
1309 Helena e demais participantes dessa mesa. Como o colega Luiz colocou, há uma
1310 preocupação hoje do Ministério Público de enxergar a execução penal para além da
1311 cobrança, da fiscalização do processo de execução propriamente dito, e passar a
1312 ter um olhar sobre a tutela coletiva da execução penal. Ou seja, passar a cobrar
1313 aquilo que é dever do Estado para, com uma exceção minimamente respeitante à
1314 dignidade da pessoa humana, que é o que está sendo ditado pela nossa
1315 Constituição e pela própria lei. Então, foi criado no âmbito do Ministério Público, a
1316 gente tem, como qualquer outra instituição pública, nós temos as nossas
1317 dificuldades, promotores de execução, na sua grande maioria, no interior do Estado,
1318 eles comenam, assim como os juízes, com outras atribuições, e isso dificulta
1319 efetivamente essa fiscalização. Nós temos também outras dificuldades, que são de
1320 distribuição dessas demandas, essas demandas que dizem respeito à tutela
1321 coletiva, não há uma previsão legal ainda para que isso seja discutido no âmbito da
1322 vara de execução penal, e sim nas varas de fazenda pública, as quais não tem a
1323 sensibilidade que adquire o juiz de execução, né? Vi aí, realmente, as situações
1324 postas não são desconhecidas do Ministério Público, né? Para atender exatamente,
1325 a gente já vem fazendo esse monitoramento desde 2017, a Cíntia, que nos
1326 acompanha desde então, sabe do nosso esforço aqui no Ministério Público da
1327 Bahia, de acompanhar tudo isso, nós temos um BI com todo o mapeamento de tudo
1328 que foi dito aqui, né? E estamos tentando implementar mudanças internas que nos
1329 capacite. Então, a criação do GNEP, ou do GAEP, é nesse sentido, né? Vi aí
1330 algumas coisas que foram postas com relação à polícia penal, eu entendo que nós
1331 deveríamos mover esforços no sentido de fomentar uma lei orgânica nacional, né?
1332 Com os parâmetros mínimos de atuação. Obrigado.

1333 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1334 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Gostaria de passar a palavra agora para a
1335 Rosimunda.

1336 **Sra. Rosimunda** – Mais uma vez, boa tarde a todos. Eu gostaria de pontuar com
1337 relação a algumas recomendações que o GMF recebeu nesse relatório, que nós,
1338 do nosso grupo de trabalho de enfrentamento à tortura, nós já temos pronto um
1339 projeto de lei relativo ao enfrentamento à tortura, já concluído, e que o nosso
1340 presidente do Tribunal de Justiça deve, em breve, agendar com o presidente da
1341 Assembleia Legislativa para o devido encaminhamento. Essa foi uma das
1342 recomendações que nós recebemos. Por relação às inspeções, gostaria também
1343 de pontuar que elas ocorrem todos os meses, inclusive eu integro essa comissão
1344 que visita as unidades prisionais aqui de Salvador, no que diz respeito aos presos
1345 provisórios. Infelizmente, nós realmente constatamos muitas irregularidades, muito
1346 do que já foi posto aqui no relatório apresentado, e sempre colocamos e instamos
1347 os diretores e a SEAP buscando resoluções, e nem sempre alcançamos a solução
1348 desejada, mas estamos nesse empenho. Também faz parte desse nosso grupo os
1349 juízes Bernardo Dantas e Aílse Botelho. Também já estamos trabalhando na criação
1350 dos conselhos de comunidade, como nos foi recomendado, trata-se de uma missão
1351 um pouco mais delicada, já que trata de um grupo de trabalho em que não há uma
1352 remuneração, então é difícil assediar as pessoas nesse sentido. O GMF também já
1353 tem um grupo de trabalho, como eu disse, voltado ao enfrentamento, ao combate à
1354 tortura. São essas as considerações que eu queria trazer aqui para vocês.
1355 Obrigada.

1356 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1357 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Passar a palavra agora para a Vilma.

1358 **Sra. Vilma Melo** – Boa tarde a todos, a todas e a todes. Sou Vilma Melo e aqui eu
1359 estou representando o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura do
1360 Estado de Pernambuco. Queria parabenizar e mais uma vez reafirmar a importância
1361 do sistema nacional, do funcionamento do sistema nacional de prevenção e

1362 combate à tortura. Nessa perspectiva de todas as falas que já escutei, me chama
1363 atenção, já que temos em outras reuniões, a situação das mulheres encarceradas.
1364 Então, é importante que se cumpra a lei de execução penal, homens não devem,
1365 policiais penais, não devem fazer segurança de mulheres encarceradas. E aí eu
1366 deixo aqui a recomendação para que essa situação seja colocada em conta como
1367 necessidade de urgência. Isso acontece em várias situações no Brasil, inclusive
1368 aqui em Pernambuco, e por isso chama atenção no relatório. É só, por enquanto, é
1369 só isso.

1370 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1371 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vilma. Passar a palavra para Fernanda Chaves.

1372 **Sra. Conceição Sodré** – Boa tarde, eu sou Conceição Sodré, trabalho com a
1373 doutora Fernanda Chaves, ela me pediu para entrar e trazer algumas contribuições
1374 aqui. Sou coordenadora, estou coordenadora de saúde do sistema prisional da
1375 Bahia há 21 anos, e quero trazer, porque foi falado aqui sobre a questão da
1376 implantação e implementação da PNAISP, dizer algumas informações que eu acho
1377 que são bem importantes. Em todas as unidades prisionais, nós temos equipes
1378 multidisciplinares, entendemos que há custódia, como bem disse doutor Edmundo,
1379 que faz um trabalho maravilhoso no sentido de trazer a responsabilidade do Estado,
1380 mas entender que a custódia ela é multifacetada, ela é transversalizada, as políticas
1381 públicas elas são executadas pelos gestores municipais, e a custódia ela é estadual.
1382 O Estado da Bahia aderiu à PNAISP em 2014, dos municípios que temos unidades
1383 prisionais, apenas três municípios aderiram e habilitaram a política, o que torna um
1384 dificultador para a implementação das ações previstas na legislação. Mas nesse
1385 sentido, nós dependemos dos gestores municipais para potencializar a implantação
1386 e implementação da PNAISP, mas temos em todas as unidades prisionais, a equipe
1387 multidisciplinar prevista na legislação, muito mais além do que o quantitativo pela
1388 tipologia da equipe. Nós temos médicos, enfermeiro, dentista, auxiliar de consultório
1389 odontológico, psicólogo, assistente social, uma equipe robusta, uma equipe que
1390 desenvolve todas as ações de prevenção e promoção e assistência às pessoas
1391 privadas de liberdade. Então, no que diz respeito aos suas, nós temos algumas

1392 limitações também, a custódia por ser transversalizada e fluir por todas as outras
1393 secretarias, tanto de educação, trabalho, cultura, lazer, nós precisamos que esses
1394 outros, essas outras secretarias, tragam os seus municípios a sua responsabilidade,
1395 para que quando essas pessoas saiam, que estejam em tratamento de tuberculose,
1396 elas sejam, elas sejam, tem uma referência, tem uma contrarreferência, então nós
1397 fazemos e fomentamos aqui o tempo inteiro um diálogo com os gestores municipais,
1398 alguns a gente tem tido êxito, constrói fluxos de medicação, de insumos, específico
1399 do ponto de vista do agravo, porque tem medicações como tuberculose, por
1400 exemplo, que não é vendida em farmácia. Então, o município recebe do Ministério
1401 da Saúde e faz, a gente constrói esse fluxo à medida do que é possível, né, através
1402 de reuniões, através de documentos, e doutora de mundo e doutora Ariadna tem
1403 um papel fundamental, pois nos potencializa a melhorar o serviço. Muito obrigada.

1404 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1405 **e Cidadania – ITTC)** – A próxima fala é do Carlos.

1406 **Sr. Carlos Preto** – Olá, boa tarde a todas e todes, sou o Carlos, sou conhecido
1407 como Carlos Preto, sou um ativista de direitos humanos e sou integrante da Frente
1408 Estadual para o Desenvolvimento da Bahia. Eu queria, na verdade, parabenizar o
1409 mecanismo pelo excelente relatório e sacar a fundamental importância desse tipo
1410 de trabalho, dessas informações, mas eu queria também evidenciar a necessidade
1411 de se criar mecanismos, caminhos, né, dispositivos para divulgar essas
1412 informações, porque a despeito dos esforços da Elaine Paixão e tal, e da própria
1413 Frente Estadual para o encarceramento, nós sabemos que é muito difícil furar essa
1414 bolha que aqui está, das pessoas que estão diretamente conectadas com essa
1415 discussão, para que essas informações, de fato, tornem-se públicas, saiam desse
1416 ambiente viciado que a gente permanece. Então, eu queria destacar a necessidade
1417 dessas estratégias estruturadas com condições realizáveis para ampliar o alcance
1418 desse relatório, tornando ele, inclusive, um parâmetro para a elaboração e difusão
1419 de uma narrativa mais realista por parte das condições e da atuação da prática do
1420 sistema de justiça. Eu acho que isso é importante para que a gente possa
1421 desconstruir mitos sobre o sistema de encarceramento da Bahia, para que a gente

1422 possa desfazer algumas ilusões e para que a gente possa identificar violações,
1423 identificar os violadores e responsabilizá-los. Então, eu acho que com essas
1424 atitudes a gente consegue dar um passo além, utilizar, de fato, o relatório como um
1425 grande instrumento que ele pode ser. Então, é isso, eu não vou me alongar, eu só
1426 quero novamente parabéns e agradecer o mecanismo e muito obrigado pela
1427 oportunidade.

1428 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1429 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Carlos. Agora, por hora, não tem ninguém mais
1430 escrito online, mas a Patrícia está inscrita aqui.

1431 **Sra. Patrícia** – Sobre recomendação, sobre revista, queria dar uma sugestão,
1432 aproveitando a presença do deputado aqui, que eu acho que vai ser boa. O Estado
1433 do Rio de Janeiro tem uma lei estadual que proíbe a revista vexatória, tanto no
1434 sistema prisional, quanto no socioeducativo. Inclusive, para facilitar a vida do
1435 governo do Estado, na época, a Assembleia Legislativa fez a doação do recurso
1436 para a compra dos Scania. Na época, era o governador Sérgio Cabral e o falecido
1437 ex-presidente da Assembleia, Jorge Picciani. Então, talvez a Assembleia da Bahia
1438 também possa fazer isso, para ser uma boa prática. E aí, com recurso, porque não
1439 precisa ter a revista vexatória mais, porque revista vexatória no século XXI, em
1440 2023, é constrangedor. Então, acho que é uma boa sugestão, já que no Rio de
1441 Janeiro foi considerada uma boa prática. Inclusive, quando essas duas pessoas,
1442 porque o ex-presidente da Assembleia também venceu a privada de liberdade, e o
1443 ex-governador Sérgio Cabral, quando as suas esposas foram visitar, elas puderam
1444 passar pelo Scania. Então, acho que é importante.

1445 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1446 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Queria saber se temos mais pessoas
1447 inscritas, que queiram falar.

1448 **Interlocutor não Identificado** – Boa tarde, mais uma vez. Eu quero dizer que eu
1449 fiz muita questão, Camila, de inicialmente parabenizar pela sua apresentação aqui,

1450 a todo o comitê, pela organização, pela elaboração do relatório. Nós recebemos o
1451 relatório na comissão, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública já
1452 teve uma reunião tratando sobre, especificamente, as considerações que foram
1453 feitas. Tem uma marcada agora, na segunda semana de agosto, quando retorna o
1454 recesso. Certamente, tudo aquilo que nós discutimos, debatemos aqui, vai contribuir
1455 muito para o avanço disso. Na Bahia, nós temos alguns problemas, de fato, muito
1456 acentuados, como foi colocado aqui no relatório, e me chama muito a atenção, a
1457 sensação que tenho é de que as políticas relacionadas à Secretaria de
1458 Administração Penitenciária, a SEAP, mesmo com muita dificuldade, consegue
1459 ainda dar alguns avanços. Avançou recentemente com a aprovação da legislação
1460 da Polícia Penal, o governo anunciou recentemente a realização do concurso. Nós
1461 temos ainda essa problemática da potencialização, mas o que tem nos chamado
1462 muito a atenção e nos preocupado muito na comissão é a atuação da FUNDAC,
1463 que é a Fundação da Criança e do Adolescente, que essa sim, tem também
1464 cometido, nos últimos anos, violações de direitos humanos absurdos. Nós não
1465 temos só uma unidade socioeducativa na Bahia que precisa ser demolida, que
1466 precisa ser reconstruída. Não é só a Casa de Salvador. A Casa de Socioeducativo,
1467 o Juiz Melo Matos, também, em Feira de Santana, que é a minha terra natal,
1468 também precisa. Mas é uma unidade, ainda, que viola muito os direitos humanos.
1469 Uma unidade que foi construída há muitos anos atrás, às vezes, do antigo Código
1470 de Menores. Eu me recordo que, há alguns anos atrás, no governo da Presidenta
1471 Dilma, quando a ministra era Maria do Rosário, foi feito um grande movimento, uma
1472 grande articulação aqui em Brasília, os recursos foram alocados para a demolição
1473 da Casa de Salvador e isso foi se perdendo, se perdendo, se perdendo e, quando
1474 você vê, todo dia é reforma daqui, reforma dali, mas a estrutura arquitetônica que
1475 está lá, que viola todos os dias, ela continua, ainda, muito forte, com uma
1476 sinalização, por parte do governo do Estado, que vai melhorar, que vai adotar
1477 propensas. Muito pelo contrário, achando pouco essa problemática toda com
1478 relação à terceirização do sistema prisional, eles anunciaram, recentemente, os
1479 processos de cogestão também estão em curso e vão terceirizar, também, todas as
1480 unidades social-educativas do Estado. Então, essa atuação que vocês têm tido,

1481 esse trabalho que vocês têm tido, é importante, tenho certeza que pode nos ajudar
1482 muito nessa discussão lá na Bahia, essa sinalização que você fez na sua fala da
1483 realização de uma audiência pública na Assembleia, eu vou levar isso ao colegiado,
1484 mas acho que é importante e muito viável fazer e o objetivo, tem um simbolismo
1485 muito forte de estar participando desse encontro aqui com vocês, que foi trazido, de
1486 fato, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, para estar mais próximos,
1487 participando, se colocando em disposição, para que, juntos, a gente possa mudar a
1488 realidade da Bahia, que tem nos envergonhado muito, sobretudo, aquelas pessoas
1489 que militam com as questões relacionadas aos direitos humanos, como é o meu
1490 caso.

1491 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1492 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, vou passar a palavra para a Cíntia. Cíntia?

1493 **Sra. Cíntia** – Desculpe, detalhe, eu tinha esquecido de abrir o som, perdão. Boa
1494 tarde a todos e a todas, eu só queria, só reforçar primeiro, em relação à questão
1495 das mulheres privadas de liberdade, nós temos uma nota técnica do DEPEN, que
1496 foi lançado com parâmetros mínimos, diretrizes, em relação à questão da custódia,
1497 envolvendo, principalmente, já procedimentos e protocolos na porta de entrada das
1498 pessoas dentro do sistema prisional, mas, presidente, considerando que nós
1499 tivemos o relatório da Bahia, relatório como o doutor Edmundo mesmo colocou,
1500 questões que já são objeto de outros relatórios e de outras inspeções, tanto de
1501 relatórios do Ministério Público, da Defensoria, e considerando, se me permite, a
1502 criação do grupo de execução penal que foi constituído recentemente, Grupo de
1503 Atuação em Execução Penal da Bahia, era algo que nós já estávamos, doutor
1504 Edmundo, pleiteando desde aquela situação das mortes ocorridas no complexo de
1505 Mata Escura, eu gostaria, se me permite, presidente, que, se possível, doutor
1506 Edmundo, já que o lançamento do grupo foi feito agora, nesta segunda-feira, se
1507 havia possibilidade, ao menos, de ele colocar quais são as formas de atuação, quais
1508 serão os objetivos do GT, para que nós possamos, de alguma forma, nos somar a
1509 esses esforços.

1510 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1511 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Cintia, depois eu pediria para você mandar uma
1512 cópia dessa nota para o comitê. Eu vou passar a palavra para Maria Clara, que está
1513 aqui com...

1514 **Sra. Maria Clara** – Boa tarde, queria agradecer mais uma vez à Camila pela
1515 apresentação do relatório e a todas as pessoas que, autoridades, representantes
1516 da sociedade cívica que se dispuseram, da Bahia, que se dispuseram a vir aqui
1517 conversar com a gente. É muito importante a gente ter esse momento de devolutivo
1518 e acompanhamento da implementação das recomendações do mecanismo. E o
1519 comitê tem esse desafio de fazer com que, de fato, sejam implementadas. São
1520 muitas as recomendações, a Camila destacou as prioridades, mas são, de fato,
1521 nenhuma delas deve ser deixada de lado. E aí eu queria me ater a duas questões
1522 aqui. Primeiro, gostaria de perguntar também ao deputado se poderia detalhar um
1523 pouco melhor essa sinalização da privatização do socioeducativo, me chamou
1524 bastante atenção. Reitero que todos os relatórios apresentam questões bem graves
1525 e quando tem uma recomendação para fechamento de unidade, assim, é um alerta
1526 ainda maior, assim, é que realmente chegou a uma situação insustentável e é ruim
1527 também quando a gente tem uma recomendação dessas que é descumprida ou
1528 negligenciada ou sequer abordada. Então, acho que a gente, enquanto comitê, tem
1529 que empenhar os esforços também de acompanhar de que forma uma
1530 recomendação dessa de fechamento de unidade, tem de uma socioeducativa e de
1531 outra de unidade prisional, de que forma isso está sendo encaminhado. Com
1532 relação a do adulto, tem inclusive o descumprimento de TAC, né? Então, eu queria
1533 também perguntar aos representantes do Ministério Público, entendo que talvez não
1534 sejam os mesmos que estão envolvidos com o TAC, mas como também estão
1535 envolvidos com a questão da execução penal, podem ajudar, influenciar, participar
1536 nesse processo, induzir algum processo interno para saber quais vão ser as ações
1537 que vão ser tomadas diante do descumprimento de um TAC, né? É, de fato, bem
1538 grave a situação e parece que estão aguardando alguma situação muito grave
1539 acontecer, o vazamento mesmo do... e acontecer uma situação de mortes, enfim,

1540 para de fato perceber, olha, realmente tinha um descumprimento de um TAC, a
1541 unidade deveria ter sido fechada há muito tempo e aí temos mais uma vez uma
1542 situação de uma tragédia anunciada. Então, de que forma, inclusive, os
1543 representantes também da Secretaria de Administração do Ministério estão
1544 acompanhando essa questão, para a gente saber como proceder e como insistir
1545 nessa recomendação sobre o fechamento dessas duas unidades. Como não tem
1546 também nenhuma representante em relação à questão de unidades
1547 socioeducativas, acho que a gente pode contribuir com essas conversas, né, a partir
1548 dos grupos focais, mas também que isso não seja deixar de lado a indicação do
1549 fechamento da unidade socioeducativa, dessa e de outras que o deputado
1550 mencionou agora, que tem outras na mesma situação de gravidade.

1551 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1552 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Maria Clara. Antes de passar a palavra para
1553 Fernanda e Paulo, queria dizer só que quem entrou agora na reunião online pode
1554 se apresentar pelo chat, a gente pode ler aqui, se quiser se apresentar. E eu vou
1555 abrir antes, né, a palavra para a Maria Clara, que citou vários, né, o Ministério
1556 Público, para o deputado que está aqui presente. Então, se vocês quiserem dar uma
1557 resposta em relação ao que a Maria Clara falou, acho que pode ser pertinente, antes
1558 da fala, da Fernanda e do Paulo, se tiverem desejo de fazer isso.

1559 **Interlocutora não identificada** – Deputado, eu perguntei especificamente sobre a
1560 questão da, se o senhor souber também indicar de onde vêm esses recursos, como
1561 estão sendo as tratativas, inclusive, com o governo federal, porque aqui é o
1562 momento também da gente perguntar.

1563 **Sr. Pablo Roberto** – Eu vou, eu estou falando aqui com o pessoal da assessoria,
1564 eles têm o edital que foi publicado com relação à terceirização, eu pedi para ele
1565 mandar, que eu vou socializar aqui com vocês, e essa informação, nós já pedimos
1566 de forma oficial, através da comissão, informações a respeito do que é que foi feito
1567 com a destinação desse recurso, me parece que o ano foi 2011, 2012, não me
1568 recordo agora, mas eu vou mandar também essa informação, no caso da CASE

1569 Salvador, que é o caso mais grave que nós temos. Da unidade socioeducativa Júlio
1570 Melo Matos, também não tem-se nenhuma informação do que é que foi feito, tem-
1571 se as denúncias reiteradamente que foram feitas. Recentemente, a comissão fez
1572 uma visita à unidade socioeducativa Zilda Arns, que é uma unidade construída,
1573 inaugurada em 2007, já nos padrões do Sinase, já com os padrões arquitetônicos,
1574 com as equipes já completamente atendendo a legislação, mas sem ter ideia, o
1575 abandono é tão grande, que o espaço esportivo da unidade está interditado há
1576 quatro anos, sob ameaça do telhado desabar, e que não tem resposta nenhuma. As
1577 oficinas da profissionalizantes, sem funcionar, apenas duas, matagal tomando
1578 conta, então é uma situação realmente de muito abandono que vem acontecendo,
1579 mas nós temos essas informações todas, eu vou mandar, eu quero só qual é o canal
1580 que a gente pode estar socializando com vocês aí, e o edital também da
1581 terceirização, já pedi aqui.

1582 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1583 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu vou passar, então, a palavra para Fernanda e
1584 Paulo, e também sugerir para que, se quiserem, fazendo encaminhamento também,
1585 já podem fazendo encaminhamento.

1586 **Sra. Fernanda** – Bom, fazer uma consideração rápida aqui, até Denise, nesse
1587 aspecto, é ótimo que esteja aqui o Ministério das Mulheres, a gente tem apontado
1588 já há algum tempo aqui, no âmbito do comitê, uma série de denúncias que
1589 envolvem, em âmbito nacional, várias unidades prisionais, e que acabam trazendo
1590 aqui uma preocupação da própria corte interamericana, da Comissão
1591 Interamericana de Direitos Humanos, no quanto as unidades prisionais afetam as
1592 mulheres de forma muito mais gravosa, e a gente tem trazido essa fala já há muito
1593 tempo, para que seja uma preocupação desse comitê, inclusive, no último relatório,
1594 a gente até pediu que o mecanismo avaliasse a possibilidade de ter um item só a
1595 respeito da questão de gênero nas unidades prisionais, e aqui hoje me chamou
1596 atenção novamente essa questão das mulheres. Então, foi colocada aqui uma
1597 questão gravíssima sobre mulheres sendo vistoriadas por homens, isso já tinha sido
1598 um encaminhamento, assim, muito, há muito tempo, desse comitê, sobre unidades

1599 do país inteiro que tivessem homens fazendo revistas em relação às mulheres, acho
1600 que a gente não teve esse retorno, e uma outra questão, que eu até coloquei aqui
1601 também na nossa última reunião do final do ano passado, é o quanto algumas
1602 políticas são direcionadas de forma mais gravosa as mulheres, de uma forma até
1603 mais sutil, e eu lembro que eu tinha mencionado, não só a questão dos uniformes,
1604 que em âmbito nacional a gente viu isso sendo estabelecido em várias unidades,
1605 mas também essa questão que foi trazida aqui pela Eliane, sobre os escâneres.
1606 Então, eu me lembro que a gente tinha aqui uma representante do Amazonas, que
1607 chegou a relatar uma coisa que me pareceu absurda à época, né, de mulheres
1608 tendo que retirar absorventes para poder passar no escâner, e agora ela trouxe essa
1609 outra consideração, que é o fato de mulheres terem que tomar laxante para não
1610 serem acusadas de, ao passar no escâner, de estarem com alguma coisa dentro de
1611 seus corpos. Eu não vejo como dissociar isso da questão de gênero, né, já que são
1612 as mulheres que fazem visitas ao sistema prisional. Então, coloco aqui,
1613 eventualmente, já que estamos aqui, Arthur Silva, né, senhor Arthur, Arthur que tá
1614 aqui. Tem algum Arthur aqui, da SEAP? Ou não? Alguém representante da SEAP?
1615 Eu não sei, Denise, se poderia ter uma conversa do Ministério das Mulheres, com,
1616 de repente, a Secretaria, sobre uma providência emergencial para, já que estamos
1617 hoje tratando da Bahia, claro que talvez tenhamos que tratar em âmbito nacional
1618 isso, mas hoje tratando da Bahia, que na Bahia a gente já tenha de imediato a
1619 mudança desse posicionamento, assim, eu acho que a gente, enquanto mulheres,
1620 é muito gravoso ouvir isso. A gente, ano passado, teve uma notícia terrível de
1621 mulheres sendo estupradas por homens dentro do sistema prisional de Minas
1622 Gerais e, assim, a oportunidade que se dá para se repetir com homens, fazendo
1623 revistas em mulheres, é, assim, enorme. Então, eu acho que é uma coisa que a
1624 gente tem que se comprometer aqui e eu não sei se, eventualmente, né, já que o
1625 Ministério está aqui, se poderia já ter esse compromisso junto aqui com a SEAP de,
1626 de imediato, né, encaminhar uma providência, não sei qual que seria, de repente,
1627 uma resolução, uma mudança imediata para que não tenha mais isso, né, para
1628 ontem, que mulheres não possam mais ter que tomar laxante para visitar e que
1629 mulheres não sejam mais, que nenhuma inspeção tenha mais de homens

1630 revistando mulheres. Obrigada. Já esse encaminhamento, já caso a SEAP não
1631 tenha uma resposta sobre alguma providência que tenha sido adotada, porque os
1632 relatórios já foram encaminhados, né, caso não tenha nenhuma providência já
1633 adotada, se puder adotar esse encaminhamento.

1634 **Interlocutora não identificada** – Desculpa pela ordem, eu estive na inspeção da
1635 Bahia e eu fiquei responsável por analisar vários documentos do presídio feminino,
1636 da unidade feminina, e eu fiquei estarecida com os baixos números, baixo número
1637 de educação, baixas oportunidades de trabalho, horas ociosas que ultrapassavam
1638 16 horas de pleno confinamento. A unidade, nós fizemos um pedido imediato,
1639 imediato para a direção, para que locais fossem retirados os lixos, eles não
1640 acolheram nossa recomendação imediata de tão insustentável que estava a
1641 quantidade de insetos e ratos. A unidade foi uma das mais alarmantes no estado da
1642 Bahia. A situação de contenção química, de alienação em relação aos vários
1643 aspectos, questões de saúde, várias ausências materiais. Eu peço uma atenção
1644 especial, porque realmente os dados em relação a todo o panorama que já é grave,
1645 o feminino foi o pior dentro do sistema prisional, em questões realmente da pessoa
1646 privada de liberdade. Então eu gostaria de ressaltar esse ponto, que a unidade está
1647 precisando de uma intervenção imediata.

1648 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1649 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, vou passar a palavra para o Paulo.

1650 **Sr. Paulo** – Olá, boa tarde novamente a todas as pessoas. Também me somar na
1651 saudação ao mecanismo, pelo importante trabalho da produção dessa vistoria e da
1652 mesma forma dos representantes das instituições que acompanham online, em
1653 especial o deputado estadual que está aqui presente, o deputado Pablo,
1654 reconhecendo a importância e legitimidade desse fórum, desse espaço, do diálogo,
1655 tema que a gente enfrentou nessa manhã, as dificuldades que a gente tem
1656 encontrado, então a sua presença aqui também é muito significativa, que aponta
1657 para essa compreensão. E aí, nessa direção, acho que o deputado se comprometeu
1658 em verificar essa coisa do digital, da terceirização, mas se a gente tem um membro

1659 representante da SEAP, na reunião, eu queria ver se o representante da SEAP pode
1660 precisar para a gente um pouco mais dessas informações sobre a terceirização que
1661 foi colocada, mas além desse aspecto, eu acho que existem outras questões muito
1662 urgentes que foram colocadas, então, a questão das mulheres destacada agora,
1663 por exemplo, antes da minha fala, a própria unidade mista, que também foi colocada
1664 na apresentação da Camila, então também queria convidar o representante da
1665 SEAP para tentar trazer alguns encaminhamentos sobre esses posicionamentos,
1666 respeito dessas situações e a outra questão já foi colocada, que era sobre MP, os
1667 encaminhamentos, que eu esqueci o nome, desapareceu aqui, Edmundo e o outro
1668 que tinha destacado, mas especial atenção ao TAC, porque o descumprimento do
1669 TAC acaba desqualificando o instrumento fundamental que a gente tem para
1670 garantir de direitos, então, esse TAC não sendo obedecido, é uma coisa que
1671 desqualifica o próprio TAC, que tem sido tão importante para garantir de direitos em
1672 diferentes instâncias, então também queria ouvir, em especial, o que a gente pode
1673 saber sobre os esforços na garantia de cumprimento dele, é isso.

1674 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1675 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Paulo. Eu vou falar aqui a ordem dos inscritos e
1676 aí depois dessas pessoas que estão aqui inscritas, acho que a gente já pode partir
1677 para os encaminhamentos, então, que as falas sejam mais encaminhativas. Então,
1678 só vou dizer aqui a ordem, né? O Augusto, a Jéssica, o Edmundo, a Miriam, a Vilma
1679 e a Denise e a Camila. Agora, Sílvia e Augusto, tem a palavra. Desculpa, Elaine,
1680 não vi. Então, depois da Sílvia, Elaine. Augusto? Então, eu vou chamar a Jéssica e
1681 depois o Augusto fala quando ele voltar. Augusto, você está aqui?

1682 **Interlocutor não Identificado** – Augusto, não estamos te ouvindo.

1683 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1684 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu vou passar primeiro para a Jéssica e aí, na
1685 sequência, o Augusto. Jéssica?

1686 **Sra. Jéssica** – Oi, estão conseguindo me ouvir?

1687 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1688 **e Cidadania – ITTC) – Sim.**

1689 **Sra. Jéssica –** Na verdade, também a respeito dessa questão da revista, né? E aí,
1690 no caso, especificamente dessa revista do público externo. Eu acredito que essa
1691 situação é narrada.

1692 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1693 **e Cidadania – ITTC) –** Jéssica, só para eu te interromper, você poderia falar de
1694 onde você está falando? Só porque de que organização?

1695 **Sra. Jéssica –** SENAPPEN.

1696 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1697 **e Cidadania – ITTC) –** SENAPPEN, desculpa.

1698 **Sra. Jéssica –** Isso. Voltando aqui, eu acredito que esse problema relatado em
1699 relação à revista do público externo, ela não se limita ao estado da Bahia, né? E aí,
1700 eu acredito que, como a gente estava discutindo mais cedo a questão da criação do
1701 GT, talvez seja um tema a ser trabalhado de forma bem exaustiva pelo grupo, para
1702 que a gente trabalhe alguma recomendação nesse sentido. Até existe uma
1703 resolução do CNPCP, que trata sobre a revista do público externo, mas eu não sei
1704 se ela trata pormenorizada essa questão da revista até quando tem a utilização do
1705 scanner, né? Que também pode ser ainda reforçar alguns tipos de violência contra
1706 os visitantes que tentam ingressar nas unidades prisionais. Então, é mais ou menos
1707 isso. É só lembrar que isso pode ser um trabalho do GT de visitas.

1708 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1709 **e Cidadania – ITTC) –** Obrigada. Augusto, vou passar então, por hora, para o
1710 Edmundo.

1711 **Sr. Edmundo Reis –** Bom, como a gente falou, a formação desse grupo nosso, ele
1712 tem com o propósito de voltar a separar tutela coletiva, né? E o serviço de

1713 acompanhamento, a fiscalização, nós temos ali, são assuntos, esses grupos... Não
1714 tem alguém com o microfone aberto? Alô?

1715 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1716 **e Cidadania – ITTC)** – Não, a gente está te ouvindo normalmente.

1717 **Sr. Edmundo Reis** – Então, esse grupo, ele visa isso, ele tem uma
1718 extraterritorialidade, ele alcança todo o estado da Bahia, numa forma de
1719 complementar os colegas, né? E aí, são situações de relevância, de complexidade
1720 em que esse grupo vai ingressar. Por outro lado, eu vendo questões aqui que são
1721 postas e a gente não tem condição de debater satisfatoriamente. Eu gostaria de
1722 convidar a fazermos um evento aqui na Bahia. Eu tenho, inclusive, aqui uma decisão
1723 local que autoriza a visita íntima, pelo [Ininteligível]. A respeito do que foi dito aqui
1724 com relação à unidade feminina, nós direcionamos projetos para a unidade
1725 feminina, voltada à educação, voltada ao trabalho, que foram pedidos pela própria
1726 juiz da DEF para ser redirecionada para outra unidade, porque a unidade feminina
1727 já estava satisfatoriamente contemplada. Então, a gente precisa discutir isso aqui
1728 de forma mais amigável, né? E nós temos aqui, por exemplo, essa situação das
1729 revistas com a utilização de armamento químico e com força tática. Nós temos
1730 situações aqui de Feira de Santana, por exemplo, que eu tenho 1.800 presos e, às
1731 vezes, eu tenho um plantão de 14 policiais penais com um projeto arquitetônico
1732 completamente obsoleto. Então, de fato, isso a gente precisa discutir muito mais.
1733 Muito obrigado.

1734 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1735 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Edmundo. Vou passar a palavra, então, para o
1736 Augusto. Augusto, a gente não está te escutando. Eu não sei se é um problema no
1737 seu... Porque o microfone está aberto, mas a gente não te escuta. Se tiver um fone
1738 de ouvido, talvez? Eu vou, então, passar aqui para a Miriam e, depois, eu já volto
1739 para você, está bem?

1740 **Sra. Miriam** – Essa questão de nós, enquanto mulheres que visitamos as unidades
1741 prisionais, temos que tomar o laxante, porque, senão, não passa, não entra para
1742 visita. Uma coisa que é preciso ressaltar, o não... Como que eu vou dizer aqui? As
1743 pessoas que operam as máquinas, os bodyscan, elas não são treinadas para isso.
1744 Elas não sabem identificar. Aí, tudo a justificativa, que para mim não é justificativa,
1745 é desculpa mesmo, para que as familiares não adentrem as unidades prisionais,
1746 porque nós somos o elo das pessoas que estão privadas de liberdade com o mundo
1747 exterior. Somos nós que trazemos em massa as denúncias de torturas, de todas as
1748 violações de direitos. É que a mancha... Há até uma mancha, senhora, e eles não
1749 sabem identificar que mancha é essa. Se os servidores fossem treinados, se eles
1750 fossem capacitados para operar essas máquinas de bodyscan, isso não
1751 aconteceria. Outra coisa que é importante ressaltar também, que, em sua maioria,
1752 quando os servidores alegam essa mancha, essa dita mancha, para que as
1753 familiares não consigam adentrar as unidades, são de namoradas, companheiras,
1754 esposas, amigas. Porque existe, no país inteiro, uma perseguição mesmo com
1755 essas mulheres. Sendo que a lei fala que a pessoa privada de liberdade em
1756 cumprimento de pena, ela tem o direito. Direito não é regalia, é direito. Está na lei
1757 de receber a visita de familiar, de amigos, o que é negado o tempo inteiro. Porque,
1758 em Minas Gerais, por exemplo, se exige a união estável para que se faça esse tipo
1759 de visita. E teve uma determinada unidade prisional que exigiu de uma mulher que
1760 o cadastro dela era somente para levar os filhos do preso, para o vínculo com o pai.
1761 Essa mulher, já casada com outra pessoa, e eles queriam que ela fizesse uma união
1762 estável com o IPL para poder estar levando os filhos. Então, é uma questão de
1763 ressaltar que se faça uma capacitação das pessoas, dos servidores que operam
1764 essas máquinas. Porque, se operam essas máquinas e não sabem identificar qual
1765 seria essa mancha, aí nos sentimos obrigadas a termos que tomar laxante para que
1766 se limpe o organismo, para que se entre. Isso é uma situação humilhante,
1767 degradante e viola o nosso direito enquanto mulher. Obrigada.

1768 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1769 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Miriam. Eu só queria destacar nesse ponto, que

1770 a gente já recebeu aqui nesse comitê, denúncias de que mesmo passando pelo
1771 scanner e por esses funcionários, agentes penitenciários não saberem operar,
1772 então não saberem identificar se é um gás ou não, ou se é qualquer tipo de
1773 elemento, se sabem da área de serem quase sequestrados pelo Estado e serem
1774 levados para unidades básicas de saúde e terem seus corpos revistados, a despeito
1775 de não poderem realizar as visitas, caso assim não o façam. Então é uma denúncia
1776 muito grave e não adianta a gente ter só a instalação dos scanners corporais, das
1777 unidades prisionais, se isso é usado como uma forma, ainda assim, de torturar os
1778 familiares das pessoas presas. E aí eu não sei exatamente se é por uma falta de
1779 capacidade técnica de operar o aparelho ou se realmente, de fato, é só mais uma
1780 forma de tortura, como todas as outras que a gente observa no sistema prisional.
1781 Concordo. Vou passar para o Augusto. Vamos ver se ele conseguiu agora. Augusto?

1782 **Interlocutor não Identificado** – Ainda não ouvimos.

1783 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1784 **e Cidadania – ITTC)** – Augusto, talvez você possa sair e entrar de novo da sala.
1785 Vou passar para a Vilma, por enquanto. Falou alguma coisa, Jaque? Está bem, vou
1786 passar para a Vilma e depois volto para ele de novo.

1787 **Sra. Vilma** – Obrigada. Eu estou contemplada nas falas, mas uma coisa me chama
1788 a atenção. Temos uma lei de execução penal, infelizmente ainda não temos uma
1789 política pública penal no país. Mas, assim, o que me chama atenção é a questão da
1790 privatização ou da PPP quando nós sabemos que o Estado irá pagar por cada
1791 pessoa, cada adolescente que estiver ali. E esta previsão não poderia ser feita sem
1792 necessariamente o uso dessa PPP? Isso me deixa um pouco interrogável. Isso é
1793 interrogável, me deixa preocupada. Se há uma deterioração nos espaços, não foi
1794 por omissão do Estado, não. E por que fazer PPP quando o Estado também poderia
1795 assumir essas reformas? Essa é a pergunta.

1796 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1797 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vilma. Agora o Augusto entrou e saiu da sala.
1798 Vamos ver se funciona agora. Augusto.

1799 **Sr. Augusto** – Olá.

1800 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1801 **e Cidadania – ITTC)** – Agora sim. Ufa. Está com a palavra.

1802 **Sr. Augusto** – Muito boa tarde a todos. Uma grande chance de estar aqui. Agradeço
1803 a Jaque, a titular da rede de proteção e resistência contra o genocídio que eu estou
1804 como representante suplente e brevemente gostaria de fazer uma colaboração no
1805 sentido de que já vimos construindo ao longo das últimas reuniões para destacar as
1806 chamadas interseccionalidades sem desfazer da importância urgente e diária de
1807 tratarmos o sistema de tortura, de privação de liberdade, esse sistema de coisas
1808 inconstitucional. Mas acredito que devo cumprimentar Vilma Mello, Fernanda e as
1809 demais que trouxeram o tema do direito das mulheres encarceradas e lembrar
1810 que ele está previsto nas regras de Mandela e, por repetitivo que seja, acho que é
1811 oportuno destacar como está no texto desse tratado de direitos humanos que tem
1812 força supralegal. Então a regra 11 diz que homens e mulheres devem sempre que
1813 possível permanecer detidos em unidades separadas nos estabelecimentos que
1814 recebam homens e mulheres, todos os recintos destinados às mulheres devem ser
1815 totalmente separados e a regra 81 vem complementar ao dizer que em uma unidade
1816 prisional para homens e mulheres a parte da unidade destinada a mulheres deve
1817 estar sob supervisão de uma oficial feminina responsável que tenha custódia das
1818 chaves de toda aquela parte da unidade. Nenhum funcionário do sexo masculino
1819 deve entrar na parte feminina da unidade prisional muito a menos que esteja
1820 acompanhado de uma presa. As presas devem ser atendidas e supervisionadas
1821 somente por agentes femininas entretanto isso não impede que membros homens
1822 da equipe, especialmente médicos e professores, desempenhem suas atividades
1823 profissionais em unidades prisionais ou nas áreas destinadas a mulheres. Pois
1824 concluo fazendo um apelo a que sejamos radicais nesse tema sem prejuízo dos

1825 outros, pelo contrário, articulando-os todos para destacar as diferenças e
1826 necessidades de atenção urgente e ser necessário estarmos prontos para o mais
1827 rápido acessarmos como tem sido feito em diversos outros campos a ajuda e o
1828 apoio dos sistemas internacionais que se dedicam ao tema e cujo tratado inclusive
1829 de prevenção à tortura é que estrutura este mesmo comitê, portanto é plenamente
1830 coerente que dignifiquemos esse seu apoio tempo de necessário e com a agilidade
1831 necessária. Com isso concluo e devolvo a palavra. Muito obrigado.

1832 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1833 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada Augusto, eu vou passar a palavra para Denise.

1834 **Sra. Denise** – Na verdade eu só queria complementar com essas regras que o
1835 Augusto trouxe mas também conversando aqui com a doutora Fernanda, pensando
1836 que é assim desde a outra reunião que a gente já tinha vindo, a anterior, a última já
1837 tinham sido mesmo de fato relatadas essas questões e a gente saiu muito
1838 preocupada daqui e querendo fazer alguma coisa mas por formalidades ainda
1839 dentro daqui do comitê dentro da gente estar formalizada, a gente não poder colocar
1840 algum documento lá pensando nesse sentido, a gente está muito preocupada por
1841 isso quando a Sofia traz e eu levanto a mão porque a gente quer participar é razão
1842 disso, porque isso está ligado diretamente a muitas pautas nossas a gente é
1843 diretamente de uma secretaria do ministério que é a Secretaria de Enfrentamento à
1844 Violência então não tem como não conversar com a gente nesse sentido inclusive
1845 a Pagu, que eu sou a suplente, mas a Pagu teve no Mato Grosso recentemente, ela
1846 visitou o Presídio Feminino para ver também as questões das mulheres indígenas,
1847 que ela voltou horrorizada de tudo o que viu. Então, também lá está acontecendo
1848 isso no Mato Grosso ela acabou de voltar, ficou uma semana lá. Então, a gente de
1849 fato está preocupada com essas questões já há muito tempo e aí a gente já cobrei
1850 aqui, inclusive falei com a diretora, já pedi para a chefe de gabinete falei, isso
1851 amanhã tem que estar para vocês aí com a gente formalizada se o problema era lá
1852 com a gente eu já fiz o documento para isso acontecer para a gente, de fato, porque
1853 o que a gente vai precisar? Dos documentos, disso tudo para pensar na resolução

1854 vai subsidiar o documento então a gente tem que ter o acesso eu não sei se a gente
1855 está com algum acesso já por conta dessas formalizações.

1856 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1857 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada eu acho que o acesso a todos os documentos que
1858 fazem parte do comitê vocês podem acessar normalmente as únicas coisas que
1859 tem é que às vezes tem algumas coisas que eu não sei que são assinadas eu assino
1860 algumas resoluções, algumas coisas mas isso tudo é publicizado. Então, tem até
1861 uma pasta, vocês já podem entrar a gente pode colocar, se vocês não estão no
1862 grupo a gente pode colocar vocês no grupo do WhatsApp e aí eu ia falar também
1863 que eu acho que seria importante se na próxima reunião a Pagu pudesse falar, não
1864 só por isso, mas ela pudesse relatar o que ela viu no Mato Grosso em relação à
1865 população indígena aqui para o comitê que é algo que a gente vem pensando em
1866 tratar e precisa ser tratado com urgência. Eu vou passar a palavra agora para a
1867 Camila.

1868 **Sra. Camila** – Obrigada, Sofia antes de eu falar eu gostaria de saber se ainda tem
1869 algum representante da SEAP online por favor, dá um alô.

1870 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1871 **e Cidadania – ITTC)** – A Fernanda Chaves eu acho que ela é representante da
1872 SEAP e ela está inscrita para falar.

1873 **Sra. Camila** – Está inscrita? Ela está online. Então, vamos lá, é o seguinte: Eu vou
1874 aproveitar o comitê aqui vou aproveitar a presença da SEAP para informar que
1875 desde maio de 2022 mais ou menos eu mandei uma meia dúzia de ofícios para a
1876 SEAP solicitando informações sobre assuntos diversos relativo ao tratamento de
1877 pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e que muitos foram dados
1878 inclusive confirmação de recebimento, porém nunca me responderam nada são
1879 diversos ofícios que eu tenho comprovante de envio tudo pelo SEI, tudo
1880 documentado e a SEAP até hoje nunca respondeu nenhum embora tenha dado
1881 confirmação de recebimento de alguns. Eu gostaria de chamar a atenção de que o

1882 acesso à documentação relativo ao tratamento de pessoas privadas de liberdade é
1883 uma prerrogativa legal do mecanismo, a SEAP tem que cumprir a lei a nossa lei
1884 federal não está fazendo nenhum favor, é uma obrigação e eu gostaria de comunicar
1885 que se não for respondido eu vou oficialiar a PRDC da Bahia para intervir com relação
1886 a isso, porque nós precisamos dessas informações para fazer o nosso
1887 monitoramento. Fora isso, também tem outra coisa que eu queria perguntar a
1888 Fernanda, que está como representante da SEAP, se existe alguma disciplina,
1889 alguma norma algum documento normativo administrativo publicado ou não,
1890 referente às atribuições administrativas do GEOP que nós não podemos achar nada
1891 publicado na internet, no site da SEAP se houver, eu gostaria de solicitar aqui
1892 perante vocês que esse documento nos fosse enviado para análise.

1893 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1894 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Camila. Eu vou passar para Silvia e depois tem
1895 mais três inscritas, quatro inscritas agora mas eu vou pedir para que essas falas na
1896 sequência da Silvia já sejam falas encaminhativas aqui da nossa audiência.

1897 **Sra. Silvia** – Obrigada, Sofia rapidamente eu queria, primeiramente reforçar, acho
1898 que já foi trazido por alguns e algumas aqui a importância do Mecanismo Nacional
1899 de Prevenção e Combate à Tortura do trabalho que realiza da atuação, de
1900 documentar o que é visto, constatado de maneira tão técnica e detalhada
1901 pormenorizada e colocar essa informação a público, à disposição da sociedade
1902 então é importantíssimo realmente esse trabalho do Mecanismo de Monitoramento
1903 e de Prevenção. Também só reconhecer também a importância desse espaço de
1904 diálogo da audiência pública aqui ocorrendo no Comitê Nacional de Prevenção e
1905 Combate à Tortura reconhecer a presença de tantos representantes de Estado da
1906 Bahia tanto presencialmente como virtualmente eu acho que é realmente é chave
1907 que existe esse momento e que as entidades, que os agentes de Estado
1908 compareçam para esse diálogo então é muito importante esse momento sendo o
1909 que está ocorrendo aqui agora no Comitê. Eu queria, não vou repetir porque é
1910 justamente a questão também das revistas, revistas de familiares, as revistas das
1911 mulheres privadas de liberdade e trazer que isso realmente é uma situação

1912 simplesmente pavorosa, que a gente passa no Brasil há anos eu lembro assim,
1913 literalmente em 2011 está discutindo sobre revistas vexatórias de familiares a gente
1914 está aqui em 2023 estamos discutindo de revistas vexatórias de familiares coisas
1915 absurdas, que as vezes quando eu converso em outros fóruns em outros países, as
1916 pessoas não acreditam que isso ocorra no Brasil as vezes acham a revista da
1917 pessoa presa também não deveria ocorrer dessa maneira. Não, é do familiar, para
1918 o familiar ter acesso à visita. Assim, é uma coisa tão absurda, a gente fala em tanto
1919 gasto com armamento tantos milhões e bilhões, e não se consegue muitas vezes
1920 ter um bodyscan que funcione, ou uma pessoa treinada devidamente para operar
1921 esse bodyscan. Então, eu acho que é isso esse grupo de visitação, só queria
1922 reforçar a importância desse grupo de trabalho de visita, de visitação porque acho
1923 que poderia ser uma pauta importante do comitê mesmo, para pensar, sabe, nesse
1924 próximo ano, ano que vem, como uma pauta prioritária desse Comitê Nacional de
1925 Prevenção do Combate à Tortura, para ver se a gente consegue dar um passo, aí
1926 finalmente nesse conjunto de violações que ocorrem todos os dias, contra familiares
1927 que prejudica realmente o vínculo da pessoa presa com a família. Eu queria colocar,
1928 na verdade, uma pergunta para a representante do GMF, não sei se ela ainda está
1929 na reunião, porque foi falado num projeto de lei que será apresentado de
1930 enfrentamento à tortura, e aí eu não sei se é um projeto de lei de criação do sistema
1931 de prevenção ao combate à tortura no Estado, o que é exatamente esse projeto de
1932 lei que foi trazido pela representante do GMF se ela ainda estiver gostaria de
1933 escutar. Obrigada.

1934 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1935 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Silvia. Passar para a Elaine e aí pensando nessa
1936 ideia de serem falas mais encaminhativas aqui, com propostas.

1937 **Sra. Elaine** – Dr. Edmundo ainda está aí, é uma pergunta que refere-se ainda muito
1938 ao sistema prisional só para ressaltar quando a GEOP entra na feminina são
1939 homens, 5 horas da manhã esse foi o relato que nós escutamos dessas mulheres,
1940 5 horas da manhã recebendo tiro de borracha tinha uma senhora de 54 anos que
1941 ainda estava com o pé machucado por ter recebido o tiro de borracha e perguntar

1942 ao Ministério Público quais são os devidos encaminhamentos da execução da
1943 empresa Isas, que é a mesma empresa que atua aqui na área da saúde dentro do
1944 sistema prisional baiano, que desde sempre vem se furtando da oferta de serviços
1945 qualificados, entretanto a mesma foi a empresa ganhadora da equipe técnica do
1946 escritório social, tendo em vista que o escritório social fechou as portas, que era
1947 uma porta que também as pessoas, os egressos e a própria frente estadual tinham
1948 um diálogo de levarmos egressos que saiam do sistema prisional, faziam o
1949 acolhimento psicossocial, essa porta foi fechada e até hoje a SEAP não... Sempre
1950 diz que está abrindo, que abriu, mas assim não consegue atingir o seu objetivo e
1951 uma outra coisa é fiscalização nessas unidades cogestão do estado da Bahia,
1952 encontramos no dia da inspeção internos lavando o carro de vice-diretor e de
1953 coordenador de segurança. O coordenador de segurança foi que nos acompanhou,
1954 tirou minha foto, porque eu também já visitei dentro dessa unidade. Então, são
1955 violações de direitos surreais quando eu falei aqui que mulheres tomam laxante,
1956 elas passam pelo bodyscan e a unidade oferece esse laxante para ela tomar e ela
1957 fica no quartinho. Recentemente nós levamos ao Ministério Público na pessoa de
1958 Dr. Edmundo Reis, familiares de Lauro de Freitas que são agora levadas para
1959 quartinho para dizer onde moram, são várias violações, gente. O que nós queremos
1960 enquanto familiares e frente estadual pelo desencarceramento é essas violações
1961 tem que acabar, essas violações têm que acabar, porque o que nós queremos é o
1962 nosso direito de visitar os nossos e as nossas, né? E ser respeitada. Nós sabemos
1963 que o que tem que entrar é X, então nós levamos X e acabou. E nós não sermos
1964 taxada como pessoas que levam coisas ilícitas para lá, até mesmo porque já foi
1965 provado que não é entrada por familiares, né? Tivemos aí dois anos e meio de
1966 pandemia, familiares não estavam visitando o sistema prisional e houve uma
1967 rebelião no módulo 2 da Penitenciária Lemes Brito e foi com arma, armas de fogo,
1968 né? Então, as visitas estavam suspensas. Fica aqui a minha pergunta para o MP
1969 responder e fiscalizar a SEAP.

1970 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1971 **e Cidadania – ITTC) – Obrigada, Elaine.**

1972 **Interlocutora não identificada** – Sofia, só para lembrar que ser familiar não é
1973 crime.

1974 **Sra. Elaine** – Exatamente. Ser familiar não é crime.

1975 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1976 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Elaine. Obrigada, Miriam. Vou passar a palavra
1977 para a Cíntia.

1978 **Sra. Cíntia** – Obrigada, presidente. Só para alguns esclarecimentos. Por parte da
1979 SENAPPEN há uma clara indicação de orientação aos estados, porque os estados
1980 têm as suas autonomias, de que as visitas vexatórias sejam completamente
1981 abolidas. Tanto que nós fizemos doações de Boris Khan e as últimas doações, que
1982 foram 206 aparelhos para as 27 unidades federativas, elas foram acompanhadas
1983 da instalação e do curso de capacitação. Cada unidade federativa indicou entre 30
1984 e 40 servidores que foram capacitados no uso do equipamento e que esses
1985 servidores serviriam como multiplicadores desses conhecimentos a outros. Então,
1986 assim, há por parte da SENAPPEN esse comprometimento, nós vamos inclusive
1987 fazer uma nova doação de equipamentos de segurança com a capacitação prevista.
1988 O que acontece, talvez a SEAP possa nos esclarecer, é que você tem uma
1989 rotatividade de servidores entre diferentes postos, transferência, o sistema prisional,
1990 inclusive, é um dos sistemas com maior nível de sinteísmo e de evasão dentro do
1991 trabalho, mas só para esclarecer de que a capacitação, no que concerne às
1992 doações realizadas pela SENAPPEN, elas são as doações de equipamentos de
1993 bodyscan e outros equipamentos, elas são acompanhadas de uma rotina de
1994 capacitação.

1995 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1996 **e Cidadania – ITTC)** – Cíntia, sobre a respeito do que você falou, acho que seria
1997 importante o comitê ter acesso, por exemplo, a essas doações que foram feitas,
1998 inclusive, a esses cursos de capacitação que foram disponibilizados e ainda se tiver
1999 a informação, por exemplo, de quais unidades prisionais têm os bodyscanners

2000 instalados, acho que seria importante que a gente tivesse um monitoramento aqui
2001 e dos cursos que foram oferecidos, mas a mim não me parece muito profícuo que
2002 tenham multiplicadores de cursos que são cursos tão técnicos assim, então, assim,
2003 não sei de quantas horas, que eu não me lembro exatamente de quantas horas que
2004 é o curso, mas são poucas horas, não sei se são 25 ou 40 horas o curso, mas que
2005 uma pessoa consiga absorver o tanto de conhecimento tão técnico para repassar
2006 para um agente prisional, eu não acho que me pareça muito, enfim, assertiva essa
2007 recomendação de vocês, enfim. Então, acho que seria importante a gente...

2008 **Interlocutora não identificada** – Desculpe, presidente, mas eu não consigo
2009 encontrar qual outra saída, nós estamos doando o equipamento, nós estamos
2010 capacitando um número significativo de pessoas em relação à familiaridade, por
2011 dizer, do uso, a familiaridade em relação às imagens que são colocadas, inclusive
2012 estabelecendo uma rotina de procedimentos, minimamente isso talvez seja
2013 necessário que a gente, talvez o próprio comitê possa, de que essas situações em
2014 que há claramente uma vedação de acesso a uma pessoa, que isso seja adotado
2015 por meio de uma justificativa que seja apresentada, para que essa pessoa
2016 minimamente tenha ciência das razões que levam ao seu impedimento de ingresso
2017 na unidade, porque a própria capacitação, inclusive eu fiz, não é uma capacitação
2018 básica, é uma capacitação que envolve o equipamento, com amostras de testes
2019 para que se verifique uma situação real de ingresso com substância ou um tipo de
2020 armamento e outras, e também situações em que possam representar, que são o
2021 caso, por exemplo, de gases, isso também, se há uma amostra durante o curso
2022 dessas imagens.

2023 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2024 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu acho que como você mesmo disse, é um curso
2025 que tem uma robustez, então não acho que multiplicadores serviriam nesse caso,
2026 mas de todo modo, obviamente é uma questão também das próprias secretarias de
2027 cada estado, mas quando você diz que essas pessoas que passam por isso teriam
2028 que ter uma justificativa, a gente vai observando que isso é uma violação paulatina,
2029 a Silvia falou aqui desde 2011, e os familiares passam por isso cotidianamente,

2030 então, na verdade, acho que não seria nem capaz, tem até um relatório produzido
2031 por diversas organizações da sociedade civil em relação às serviços vexatórias, e
2032 tem diversas violações ali, até dados quantitativos, então acho que a gente não
2033 conseguiria nem absorver o tanto de violações dessas que são ocorridas no sistema
2034 todos os dias, e eu não sei, de fato, e acho que o ideal seria mesmo que, de fato,
2035 se um familiar foi impedido de entrar na humanidade prisional, que ele recebesse
2036 um laudo para dizer o motivo pelo qual ele foi impedido, mas também não me parece
2037 que isso taticamente é possível que aconteça, então acho que a gente está tendo
2038 uma falha aqui, mas de fato não está acontecendo como deveria acontecer, porque
2039 se tivesse acontecendo como deveria acontecer, a gente não teria esse monte de
2040 denúncias de violações de direitos contra os familiares das pessoas presas, então
2041 tem um problema sério aqui, né? Eu queria passar agora a palavra para Fernanda,
2042 Fernanda, representante da SEAP.

2043 **Sra. Fernanda** – Boa tarde a todos, eu até já coloquei no site, eu solicitei que vocês,
2044 por gentileza, enviem os e-mails citados assim, enviem para esses e-mails que a
2045 gente já colocou no site o que houve, né, toda com relação aos pacientes, para que
2046 a gente possa responder, porque essas informações não chegaram para a gente,
2047 está bom? E Conceição Sodré está querendo dar uma palavrinha, rapidamente.

2048 **Sra. Conceição Sodré** – A priori é agradecer a possibilidade de também estar
2049 refletindo com vocês, agradecer ao comitê, deixar como sugestão dizer que há anos
2050 a gente administra uma sucessão histórica de erros administrativos e políticos, né,
2051 desde o nível federal, estadual, municipal, e a gente vai tentando resolver e
2052 minimizar os problemas. Mas gostaria de deixar aqui a sugestão, presidente, que
2053 os recursos federais eles são disponibilizados aos estados, o recurso do FUPEN e
2054 de recursos federais para construção de unidades prisionais e sem o seu aporte
2055 específico para a execução das políticas públicas. Ok, vamos construir novas vagas,
2056 novas unidades prisionais, mas eu queria deixar como sugestão que o comitê
2057 sugerisse uma rubrica orçamentária e financeira específica para qualificação e
2058 requalificação das unidades prisionais. As vagas são importantes, diminuir a
2059 superpopulação é importantíssimo, mas a gente não pode perder o olhar de

2060 requalificar os espaços que já existem, porque senão a gente fica, como dizia uma
2061 excelente assistente social aqui, a gente fica enxugando o gelo. Então é preciso ter
2062 esse olhar, talvez uma rubrica específica, liberar recurso federal para construção de
2063 novas unidades prisionais com a previsão dos espaços para a execução das
2064 políticas públicas, isso tem que ser obrigatoriamente, e também uma rubrica
2065 orçamentária específica para qualificação e requalificação, não esse negócio de ou
2066 eu construo ou eu requalifico, não, vamos ter duas rubricas orçamentárias distintas,
2067 eu vou liberar para o estado esse recurso federal para tanto, para isso e para isso,
2068 porque as unidades elas são historicamente, não foram pensadas para a execução
2069 das políticas e para a garantia dos direitos, apenas para a punição, isso é um erro
2070 histórico do país. Muito obrigada.

2071 **Interlocutora não identificada** – Fernanda, por gentileza, desculpa, está a Sofia,
2072 eu só queria perguntar uma coisa a Fernanda da SEAP, repeti a minha pergunta
2073 com relação ao estatuto administrativo da GEOP, se tem algum documento que
2074 regulamenta, se ele é publicado?

2075 **Interlocutora não identificada** – Em relação a GEOP, eu sugiro que vocês entrem
2076 em contato com a superintendência de gestão prisional, com o superintendente
2077 Luciano, porque eu não consigo falar, aqui a gente faz parte da superintendência de
2078 ressocialização, eles com certeza devem ter, então para dar uma resposta mais
2079 assertiva, eu prefiro que seja direcionado para a SGP, tá? Eu não sei se tem alguém
2080 aqui da SGP presente.

2081 **Interlocutora não identificada** – Será que você não poderia conseguir isso com a
2082 SGP, não, já que você faz parte da secretaria? Porque assim, eu já sinalizei aqui
2083 um problema de comunicação com a SEAP.

2084 **Interlocutora não identificada** – Quando vocês me mandarem por e-mail, aí eu
2085 posso conseguir essa resposta para vocês por e-mail.

2086 **Interlocutora não identificada** – Coloca o seu e-mail no chat, por gentileza. Eu já
2087 coloquei, eu já coloquei.

2088 **Interlocutora não identificada** – Obrigada.

2089 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2090 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Ana Valesca.

2091 **Sra. Ana Valesca** – Obrigada. Eu queria aproveitar, considerando a fala da Camila,
2092 que o mecanismo nacional, nós já reiteramos esses ofícios para a SEAP, e que, em
2093 tese, a reiteração de ofícios e não haver a resposta, inclusive, não encaminhar os
2094 documentos ou atos normativos que regulamentam também a entrada de grupos
2095 táticos, o uso da força e outros documentos que o mecanismo sempre solicita, isso
2096 implica também em responsabilização por improbidade administrativa para a
2097 Secretaria de Administração Penitenciária. E digo mais, em relação também, houve
2098 violação clara expressa às prerrogativas do mecanismo no artigo 10 do inciso 4,
2099 que não conseguiu ter acesso a todos os espaços e locais de determinadas
2100 unidades, inclusive após a atuação de grupos táticos, e é uma prerrogativa legal.
2101 Eu acho que já deveria sair daqui de hoje, Camila, um encaminhamento, um ofício
2102 em conjunto assinado com o mecanismo e o comitê já reiterando, inclusive
2103 encaminhando já com cópia, acho que para o Ministério Público Federal já, para
2104 estar ciente dessas reiterações, violações e descumprimentos das prerrogativas
2105 legais previstas na Lei nº 12.847. É isso, obrigada.

2106 **Interlocutor não Identificado** – Só um adendo, e aí a gente pede também a ajuda
2107 do presidente da Comissão de Direitos Humanos, nosso deputado Pablo, para
2108 acompanhar essa ausência de resposta sistemática da SEAP a partir desse
2109 documento que então vai ser enviado. Então, copiando também a Comissão de
2110 Direitos Humanos da ALBA, para também acompanhar esse processo.

2111 **Sr. Edmundo Reis** – Senhora Presidente, pela ordem.

2112 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2113 **e Cidadania – ITTC)** – Quem é?

2114 **Sr. Edmundo Reis** – Edmundo Reis, pela ordem. Oi. Senhora Presidente, tendo
2115 em vista que a senhora Elaine mencionou meu nome, como destinatário de
2116 denúncias graves por ela formulada, eu gostaria de deixar patente aqui que todas
2117 as medidas foram adotadas em face dessas denúncias que ela me trouxe em
2118 relação ao presídio, especificamente em Lauro de Freitas. Ela me trouxe aqui todas
2119 as visitantes e medidas foram adotadas para restabelecer a regularidade dessas
2120 visitas e de encaminhamento para o promotor responsável por aquela unidade. A
2121 fala da Elaine me deixou claro que ela encaminhou isso e ficou no vazio acerca das
2122 providências que foram tomadas.

2123 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2124 **e Cidadania – ITTC)** – Então, o senhor poderia explicar aqui para a gente quais
2125 foram as providências que foram tomadas claramente, assim, de forma
2126 pormenorizada?

2127 **Interlocutora não identificada** – Sofia, eu posso... Eu estou sendo intransigente
2128 em entrar aqui?

2129 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2130 **e Cidadania – ITTC)** – Não, não, tudo bem.

2131 **Interlocutora não identificada** – Ah, é porque, como o doutor Edmundo falou, e eu
2132 digo assim sempre, eu levo essas demandas para o doutor Edmundo, sempre que
2133 possível. Marcamos até um dia de ele ir na unidade com a frente. Cheguei lá às seis
2134 da manhã, né? E ele chegou em seguida às seis e quarenta, mais ou menos, antes
2135 das sete. E, assim, foi restabelecida realmente a visita, né? E é um lugar onde, do
2136 MP, que eu sempre bato a porta, né? É na coordenação. Tendo em vista que eu já
2137 conheço desde 2010 o doutor Edmundo, né? Ele era promotor, ele estava promotor
2138 na execução da VEP aqui em Salvador. Então, quando eu volto para o sistema
2139 visitando o meu companheiro, né? Eu bato novamente e é isso. A frente sempre que
2140 é acionada pelos familiares que estão acontecendo violação de direito. Até as de
2141 Feira de Santana, por exemplo, também já levei demandas. Ele abriu as portas, né?

2142 Ele só esperava que ia à frente e foi aí. Os familiares de feira vieram também, oito
2143 mulheres, né? E ele foi solícito, abriu. E eu sei, é por isso que eu levo, né? Do
2144 empenho que doutor Edmundo, de doutor Edmundo e da coordenação a qual ele
2145 está na pasta. A gente pode contar enquanto frente, enquanto coletivo, enquanto
2146 familiar, né? Ele e doutor André Ariadne é a pessoa que nós temos aqui no MP como
2147 referência de bater na porta e denunciar as violações. Porque, tendo em vista que
2148 a gente sabe que o papel do Ministério Público é fiscalizar o sistema prisional, né?
2149 Não só outras atribuições, mas uma dessas atribuições é fiscalização mesmo do
2150 sistema prisional.

2151 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2152 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Elaine. Então, eu estou entendendo que, talvez,
2153 antes de uma falha de comunicação, E o Edmundo, de fato, é um aliado também no
2154 movimento de uma pessoa que está aberta ao diálogo, né? Acho que eu fiquei meio
2155 sem entender, talvez eu que não tenha entendido muito bem. Vou passar a palavra
2156 para a Fernanda, que estava inscrita, e para a Patrícia na sequência. E aí a gente
2157 faz os nossos encaminhamentos. Não vi que vocês estavam, mas aí a gente pode
2158 já fazer as falas de encaminhamentos, está bem?

2159 **Sra. Fernanda** – Eu quero propor dois encaminhamentos, né? Foi falado que a juíza
2160 da VEC, que responde pelo presídio feminino, teria dito que a unidade já estava
2161 suficientemente contemplada pelas políticas de educação, assistência, etc. Eu
2162 sugiro que nós oficiemos essa juíza para ela dizer o que é suficiente para ela, né?
2163 Porque o relatório do mecanismo diz exatamente o contrário, né? Para a gente
2164 compreender o que ela está entendendo como suficiente. E a segunda proposta de
2165 encaminhamento é oficializar a SEAP, porque para saber quais unidades possuem o
2166 recurso do scanner corporal, quantas pessoas foram treinadas em cada unidade, o
2167 curso que elas receberam e também quem são, porque eu entendo que é um direito
2168 do familiar saber, né? Se ele está passando pela revista como uma pessoa
2169 devidamente capacitada para fazer análise daquelas imagens ou se ele está
2170 passando por alguém que recebeu esse conhecimento de outra forma, né? Porque
2171 essa certificação é relevante. É isso, que eu acho que a gente precisa ter essas

2172 informações. E só trazer que existe a possibilidade do recurso repetitivo sobre
2173 revista vexatória no STF ser julgado, né? Vai recomeçar o julgamento, porque foi
2174 para julgamento presencial, para que a gente fique atento para poder intervir nessa
2175 questão, nesse processo, para que a gente não tenha uma decisão, porque essa
2176 questão da excepcionalidade que o Alexandre de Moraes está defendendo, a gente
2177 sabe que o familiar, ingressando na unidade, em situação de profunda
2178 vulnerabilização, a excepcionalidade vira regra, né? Então, instrumentais para o
2179 familiar saber quem foi que impediu ele de visitação, a gente não tem condições
2180 objetivas de fiscalizar e garantir o cumprimento disso. Em cada unidade prisional
2181 desse país. Então, a gente precisa de instrumentos com mais força cogente para
2182 evitar esse tipo de prática.

2183 **Interlocutora não identificada** – Então, queria voltar para falar em relação sobre
2184 o fundo, né? Fundo a fundo, assim. A prioridade não é para outras necessidades. A
2185 prioridade sempre vai ser para a construção de unidade e algumas reformas, né?
2186 Então, assim, falo isso porque, assim, o Estado do Rio de Janeiro já recebeu vários
2187 recursos do FUNPEN, nunca consegue prestar conta, está sempre na berlinda, mas
2188 ele nunca colocou para outras coisas, nem para colocar um telhadinho para as
2189 visitas. Por exemplo, o presídio que tem lá de audiência de custódia, Benfica, o
2190 telhado foi feito pelo Tribunal de Justiça, com recurso do tribunal, porque foi feita
2191 uma reunião no Tribunal de Justiça e foi questionado por que os familiares ficavam
2192 na chuva. Não foi do fundo a fundo. A prioridade não é, eu acho que o que a gente
2193 precisa colocar é dentro do plano de trabalho do FUNPEN, quando é apresentado,
2194 é colocar isso. O que é a prioridade? O que já fez? Gastou dinheiro para a
2195 construção de unidade? Não vai ter mais recursos para a construção de unidade.
2196 Vai ter para a reforma do ambiente, para botar outras coisas, porque, quando chega
2197 o dinheiro, o governo acaba decidindo para onde vai. E uma outra coisa, quando a
2198 Elaine citou o nome do promotor, é porque a instituição ministério público muitas
2199 vezes é pessoal às pessoas, não é uma política institucional. Então, ela acabou
2200 citando o nome do promotor porque é o promotor enquanto pessoa que faz. Não é
2201 uma regra do Procurador-Geral de Justiça. Então, assim, entendi muito bem, porque

2202 no meu Estado, o Ministério Público também é assim. São pessoas que a gente
2203 conhece e a gente fala com um, fala com outro. Não é uma política institucional.

2204 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2205 **e Cidadania – ITTC)** – A Dássia e a Miriam estão com a plaquinha levantada, daí
2206 vou pedir para vocês, enfim, fazerem a fala de vocês, mas os encaminhamentos, e
2207 depois dessa fala a gente vai partir para os encaminhamentos.

2208 **Interlocutora não identificada** – Em relação a essa sempre fala de novas
2209 construções, de construções de novas unidades prisionais, como se isso fosse a
2210 solução para os problemas e não é. A Silvia falou que ela ouve falar sobre essa
2211 questão da revista vexatória desde o ano de 2011. Eu, na verdade, desde o ano de
2212 2008. Construir novas unidades prisionais não resolve o problema, não estão dando
2213 conta das unidades que já têm. Construção de novas unidades prisionais só
2214 aumenta o encarceramento em massa, porque uma vaga que é construída para um,
2215 ela acaba abarcando para mais de dez, porque temos celas que foram construídas
2216 para quatro pessoas, e hoje tem 30, 35. Então, se construir mais unidades, só vai
2217 aumentar os problemas. A questão é resolver os problemas que estão aí. E em
2218 relação à capacitação que ela citou, que está sendo dada, então ficou claro que,
2219 pelo menos para mim, que não é falta de capacitação dos profissionais que operam
2220 as máquinas, é mesmo abuso de poder, tortura. Então, assim, eu sei que mancha
2221 é essa, mas estou aqui para torturar, estou aqui para impedir que esses familiares
2222 entrem. É abuso de poder, é a certeza da impunidade, porque não adianta dar
2223 capacitação, não adianta fornecer os bodyscans, se não há uma fiscalização,
2224 porque, pelo menos que eu saiba, o pessoal que é responsável por isso não está
2225 nas filas, não está nas unidades em dias de visita, que é aos finais de semana, para
2226 ver com os próprios olhos, já que o que nós, enquanto familiares, enquanto as
2227 pessoas que sempre estão trazendo essas denúncias, estão falando, não é
2228 problema, não é... Como vou dizer? Tem horas que eu fico assim, tão consternada,
2229 que as palavras até me fogem, sabe? Então, assim, as pessoas precisam ver com
2230 os próprios olhos para constatar o que está sendo dito aqui, o que está sendo dito

2231 em todos os outros estados, o que está no relatório do mecanismo. Então, ficou
2232 claro aqui.

2233 **Sra. Dácia** – Eu sou Dácia, do Conselho Federal de Serviço Social. Eu, em 1994,
2234 trabalhei no Instituto Padre Severino, que é um instituto de medida socioeducativa.
2235 Na época, eu era uma profissional, agente educadora, e eu realizava visita
2236 vexatória. Então, a gente está falando de um procedimento, de uma orientação,
2237 onde é prática do Estado orientar como é que seus agentes públicos de Estado
2238 devem tratar determinados segmentos da sociedade. Isso aqui não é novidade para
2239 ninguém. Então, assim, não se trata de uma questão só de capacitação. A
2240 capacitação faz parte de uma série de medidas que precisam ser tomadas, mas,
2241 além disso, a gente precisa ter medidas de consequência, inclusive contra o próprio
2242 Estado. No lugar de um comitê nacional como esse, onde a gente tem uma série de
2243 relatórios, um relatório extremamente qualificado, com informações, com imagens,
2244 com... O que falta para uma medida mais estruturante? Porque a gente sabe o que
2245 acontece. Quem está ali é a escolha da sociedade. Quando ela diz ser familiar de
2246 preso não é crime, não é crime, mas a gente sabe que, de todos os problemas que
2247 essa sociedade tem, estamos numa derrocada danada, essa não é uma prioridade.
2248 E a gente está, por diferentes meios e formas, a gente está, desde que a gente
2249 sentou hoje aqui de manhã, falando dessa expressão de desatenção de uma prática
2250 do Estado do que entende o que é um segmento da sua sociedade. E, se a gente
2251 for olhar mais quem são, quando falam que são mulheres, que são pretos... Então,
2252 fico pensando assim, o que temos informações, a gente tem aqui órgãos públicos
2253 do Estado, o que a gente poderia ter de ação exemplar? Acho que, diante de tudo
2254 isso, a gente recebe uma série de denúncias. Teria alguma ação exemplar? Por
2255 exemplo, pegar esse relatório, a partir da Bahia, como exemplo... O que eu poderia
2256 fazer? Sei lá, eu trabalho em empresa hoje, a gente faz um monte de projetos, aquilo
2257 dali para funcionar, o que a gente pega do começo ao fim e que todos nós aqui
2258 poderíamos ter de medida exemplar para fazer e depois denunciar isso nas cortes?
2259 Porque, quando a assistente social fala para outro que estamos enxugando gelo, é
2260 porque a gente precisa falar também da cultura e qual é a política de Estado que a

2261 gente quer desenvolver, porque todos que estamos aqui estamos convencidos, a
2262 maior parte de nós, eu entendo. A gente consegue identificar diferentes aspectos e
2263 o dinheiro é drenado para outros interesses, para outros... Porque também se
2264 alimenta disso. É importante para o segmento da sociedade que essas pessoas
2265 estejam onde estão. Então, fico pensando assim, vou mandar um e-mail...
2266 Desculpe, às vezes é um pouco irritante a gente ficar aqui. Quantos e-mails já foram
2267 mandados? Quantos, sabe? Com todo respeito às pessoas que estão trabalhando,
2268 porque todos... É isso.

2269 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2270 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, a Camila, depois Carlos e aí a gente vai fazer os
2271 encaminhamentos.

2272 **Sra. Camila** – Obrigada, Sofia. Eu queria fazer duas falas rapidamente. A primeira
2273 vai um pouco inspirada na fala do doutor Edmundo Reis, que é do Ministério Público
2274 da Bahia. Mas não apenas para o Ministério Público da Bahia, os ministérios
2275 públicos de todos os estados, a gente precisa que haja investigação de possíveis
2276 torturadores. Então, é extremamente plausível que o doutor Edmundo acolha as
2277 denúncias que a Elaine traz enquanto articuladora da frente pelo
2278 desencarceramento, quanto defensora de direitos humanos. Mas também nós
2279 precisamos... Nós temos no Brasil um problema de investigação da tortura, porque
2280 a tortura na privação de liberdade é naturalizada. Então, nós precisamos que o
2281 Ministério Público de todos os estados, não só da Bahia, preste contas também com
2282 relação à investigação de torturadores. Porque o problema do conjunto penal de
2283 Lauro de Freitas não é só violação de direitos de familiares e amigos, é um problema
2284 de tortura. E quantas investigações estão ocorrendo de tortura, possíveis
2285 torturadores estão sendo investigados pelo Ministério Público da Bahia? Nós
2286 queremos esse tipo de informação. Inclusive, enquanto país, enquanto Estado, nós
2287 fomos cobrados pelo CATE, na última revisão que houve em abril, porque nós não
2288 temos dados, nós não temos investigação, nós não temos dados mínimos sobre a
2289 questão da condução de investigação de tortura cometida ou facilitada, ou que seja
2290 responsabilidade objetiva de agentes do Estado. E aí não faça uma crítica objetiva

2291 ao Ministério Público da Bahia, faça essa crítica a todos os ministérios públicos. Nós
2292 precisamos de dados com relação a isso, nós precisamos que torturadores sejam
2293 afastados. E aproveitando o meu último minuto, eu queria fazer uma fala a respeito
2294 do FUNPEN, que é um fundo penitenciário multimilionário. Gostaria de chamar mais
2295 uma vez a atenção que a lei complementar do FUNPEN tem um dispositivo
2296 específico que obriga o FUNPEN a despende 30% dos seus recursos para a
2297 construção e manutenção de novas unidades, o que faz com que o sistema prisional
2298 brasileiro esteja em constante expansão. Lembrando a lição do chamado
2299 liberalismo clássico, da economia clássica que seja, a oferta cria a demanda. Então,
2300 se eu tenho uma vaga a mais, eu vou criar uma demanda. Então, o problema da
2301 superlotação não vai ser combatido através de novas vagas, ele vai ser combatido
2302 através da racionalização do cálculo e de políticas de desencarceramento. Era só
2303 isso, obrigada.

2304 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2305 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Bom, vou realmente, de fato, o Carlos era a última
2306 pessoa, mas agora a Cíntia se inscreveu, eu vou encerrar na Cíntia, e aí vou fazer
2307 aqui um apanhado dos encaminhamentos que eu fui anotando aqui, para a gente
2308 chegar a uma conclusão aqui, final. Então, vou passar a palavra para o Carlos.

2309 **Sr. Carlos** – Bom, eu queria fazer...

2310 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2311 **e Cidadania – ITTC)** – Cortou, desculpa. Cortou o que você falou aqui no começo,
2312 eu não ouvi. Estão me ouvindo? Eu queria fazer uma sugestão, no sentido de que,
2313 o que... De quem é familiar e está acompanhando todas as relações, a gente sabe
2314 que parte significativa desses acontecimentos estão protegidos pela falta de
2315 controle, essa ausência de controle sobre a ação do funcionário público que trabalha
2316 nessa questão prisional, dá a ele um empoderamento anormal, né? Então, eu acho
2317 que seria necessário conhecer protocolos que emitam, a cada passo dado, que
2318 emitam formulários com relatórios básicos. Então, por exemplo, um exemplo prático,
2319 o bodyscan. Se uma pessoa for... É imprescindível... Aquela resolução que está ali...

2320 Entendimento. Então, ele vai imprimir e vai dar à pessoa, à pessoa que for
2321 reprovada, porque... Nessa foto que está aqui... A substância... É necessário que a
2322 pessoa tenha... O funcionário diz, você não vai entrar porque estou vendo e você
2323 tem uma substância dentro do seu corpo. A pessoa simplesmente vira... O
2324 organismo que sustenta isso. Há, inclusive, notícias no retorno, num outro momento,
2325 o funcionário diz que nega, fala que nem foi ele que recusou a entrada. Então, não
2326 tem nenhum tipo de controle sobre isso. É uma autonomia na mão do funcionário
2327 ou da funcionária que impede que haja algum tipo de controle por parte do visitante,
2328 dos familiares, dos grupos de direitos humanos que estão apoiando essa... O que
2329 nós precisamos, além de muitas outras coisas, é também reduzir essa autonomia,
2330 esse controle total do funcionário que está na ponta, sem que haja sobre ele
2331 nenhum tipo de controle, nenhum tipo de fiscalização e, depois, também nenhuma
2332 responsabilização. Ele nega a entrada do visitante e não há nada que o funcionário
2333 possa fazer. Se o visitante disser que no dia tal recusou a minha entrada, não há
2334 nenhum procedimento a ser adotado. Ele tem o poder definitivo de deliberar quem
2335 vai e como entrar. E eu entendo, nós entendemos que esse poder exacerbado
2336 promove e estimula a violação de direitos dos visitantes.

2337 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2338 **e Cidadania – ITTC)** – Muito obrigada, Carlos. Passar para a Cíntia e a gente vai
2339 passar para os encaminhamentos.

2340 **Sra. Cíntia** – Eu queria só duas coisas a título de informação, tentando que a Nanda
2341 Fernanda, a doutora Fernanda, solicitou. A doação de bodyscan ao Estado da Bahia
2342 foram sete unidades, sete equipamentos de bodyscan. Foram doados no final de
2343 2020 e eu tenho aqui o nome das unidades, Fernanda, que eu vou te passar, que
2344 receberam, no qual foram instalados esses equipamentos e entre elas está sim a
2345 unidade de, desculpe, Lauro, deixa eu só verificar aqui.

2346 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2347 **e Cidadania – ITTC)** – Lauro de Freitas.

2348 **Sra. Cíntia** – Lauro de Freitas, perdão. Isso. E eu também queria fazer um
2349 complemento à fala da colega que me antecedeu, de que nós precisamos sim
2350 pensar em formas racionais e não apenas na construção de vagas. Porque esse
2351 número nunca vai bater. A construção de vagas traz também uma série de outros
2352 elementos de despesa, porque é despesas com pessoal, despesas com
2353 manutenção. Nós precisamos pensar racionalmente disso. Até porque os recursos
2354 do FUNPEN não são mais milionários. Para vocês terem uma ideia, eu estou aqui
2355 inclusive com as informações, a partir do descontingenciamento que foi autorizado
2356 pelo STF em 2016, o recurso do FUNPEN em 2016 era de R\$2.612.572...
2357 R\$2.612.572.154. Os recursos do FUNPEI agora que nós vamos receber e vai ser
2358 repassado para 27 estados é de 91 milhões. Houve, a partir de 2017, uma limitação
2359 e um fechamento de grande parte das fontes de custeio do FUNPEN. Isso, inclusive,
2360 é objeto de uma reclamação da DPU nos autos da ADPF 347.

2361 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2362 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Cíntia. Eu vou passar aqui para os
2363 encaminhamentos que eu anotei e vou pedir ajuda também para todo mundo. O
2364 primeiro encaminhamento seria essa construção de normativa do Ministério das
2365 Mulheres com a SEAP, a sugestão da Fernanda, em relação às revistas íntimas
2366 vexatórias, ao funcionamento dos bodyscanners e também uma construção de uma
2367 normativa impedindo a revista de homens agentes prisionais em unidades prisionais
2368 femininas. O segundo encaminhamento que a gente tem aqui era de oficial a juíza
2369 da VEP para que ela esclarecesse em relação a essas vagas de oportunidades de
2370 estudo, trabalho, etc., que foi dito que haveria, para que ela esclarecesse
2371 materialmente de fato o que está sendo feito em relação a essas vagas. Outro
2372 encaminhamento seria oficial a SEAP para entender quais unidades prisionais do
2373 Estado têm instalação de escândalos corporais, os cursos que foram feitos, então
2374 quantos agentes prisionais tiveram acesso ao curso e quem são esses agentes
2375 prisionais que tiveram acesso a esse curso. O que eu anotei de encaminhamento
2376 foi isso. Eu não sei se eu perdi alguma coisa e eu acho que, de todo modo, em
2377 relação à revista vexatória, depois a gente poderia, com mais calma, pensar aqui

2378 no histórico do comitê se tem alguma recomendação do comitê que foi feita nesse
2379 sentido de impedir a revista vexatória e se o comitê já fez alguma recomendação
2380 assim. E o próprio mecanismo, se tem uma recomendação nesse sentido das
2381 revistas vexatórias, porque mesmo se vocês tiverem ou se a gente tiver e caso não
2382 tenha, eu acho que seria caso de criar uma recomendação conjunta, atualizada
2383 sobre o fim das revistas vexatórias e pensar, enfim, incluir também a questão dos
2384 cursos oferecidos por agentes prisionais, etc., dentro dessa recomendação e que a
2385 gente pudesse fazer um exercício de publicização dessa recomendação porque eu
2386 acho que tem um pouco isso aqui também do comitê. A gente tem que trabalhar as
2387 nossas recomendações, mas também trabalhar a forma como a gente vai publicizar
2388 elas, porque não adianta a gente fazer uma recomendação que só a gente aqui
2389 saiba da existência da recomendação. Então, como a gente vai trabalhar isso,
2390 enfim, com a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, com a Sociedade
2391 Civil organizada de modo geral, com o sistema de justiça, enfim. Então, tem esses
2392 quatro encaminhamentos. A Maria Clara está aqui com a plaquinha levantada.

2393 **Sra. Maria Clara** – Desculpa, Sofia. Só para incluir, só mais um encaminhamento.
2394 Eu fico um pouco frustrada com o encaminhamento de enviar ofícios, mas como a
2395 gente fez duas vezes essa pergunta sobre o descumprimento do TAC não foi
2396 respondido, talvez enviar a PGR, não sei, o Ministério Público sobre quais vão ser
2397 as providências adotadas diante do descumprimento do TAC e para providenciar de
2398 fato o fechamento da unidade. E apenas me somando, assim, da necessidade de,
2399 como é frustrante a gente ficar reiterando esses encaminhamentos que não dão em
2400 nada, eu concordo muito com o que a Silvia falou, revista vexatória tem que ser
2401 prioridade para a gente, de fazer alguma coisa de fato efetiva e acrescento aí um
2402 estudo detalhado do FUNPEN do que a gente de fato vai apresentar enquanto
2403 proposta, porque, assim, de fato, é isso, ficar debatendo nessa minúcia de como
2404 cada Estado está descumprindo questões, assim, muito macro, é isso, né, revista
2405 vexatória, se já tem o bodyscan, se já tem o treinamento, então é porque eles não
2406 estão interpretando como tortura, enfim, estou me alongando aqui, desculpa,
2407 acrescentar esse encaminhamento do ofício ao Ministério Público sobre

2408 descumprimento do TAC e que a gente traga de fato o que vai ser a nossa prioridade
2409 enquanto sociedade civil, governo está convidado a participar, sim, do quais vão ser
2410 as grandes questões macro do comitê, o que a gente, quando finalizar o nosso
2411 biênio, o que a gente quer ver como resultado, assim, e para a gente não ficar aqui
2412 se debatendo, se degladiando, o governo sempre, é governo estadual atrás de
2413 governo estadual, apresentando sempre as mesmas respostas quando vem. Então,
2414 para a gente talvez investir mais, assim, foco em propostas e talvez eleger duas,
2415 três prioridades para a gente ser um pouco mais adulto.

2416 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2417 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Maria Clara, eu acho que, eu acho que é
2418 importante mesmo a gente pensar nisso, né, a gente já veio falando aqui há um
2419 tempo, mas dessas questões mais macro, né, não vai dar para tratar absolutamente
2420 de tudo nesse nosso biênio aqui, mas algumas coisas a gente pode tentar fazer com
2421 mais profundidade, né, e vou passar, acho que a Jaque está inscrita, a Fernanda só
2422 falou uma coisa que é dentro do encaminhamento da Maria Clara, e queria só
2423 destacar que, enfim, acho que foi importante, porque, de fato, acho que talvez tenha
2424 sido a primeira vez que a gente tenha feito convites, e, de fato, as pessoas estão
2425 presentes, né, isso é importante destacar, porque, embora a gente possa discordar,
2426 não concordar, mas o espaço é esse, é espaço de discussão e de debate, né, e se
2427 as pessoas não vêm, a gente não consegue debater, então, queria agradecer de
2428 novo todo mundo que veio aqui, né, e que foram os convidados, enfim, os convites
2429 que a gente fez, acho que a gente pode inclusive pensar em encaminhamentos em
2430 relação ao socioeducativo, que a gente não fez esses convites, né, para um próximo
2431 momento, talvez até uma reunião extraordinária ou com um ponto focal específico
2432 do comitê e do mecanismo, né, em relação a esse aspecto só, então vou passar
2433 para a Fernanda para fazer a complementação desse encaminhamento da Maria
2434 Clara, e depois para a Jaque.

2435 **Sra. Fernanda** – Só para incluir no encaminhamento, oficializar a coordenação do
2436 socioeducativo no Sinase, né, inclusive reforçando, né, a importância deles
2437 comparecerem ou participarem do comitê, né, já fiz esse reforço algumas vezes,

2438 mas talvez a gente reforçando coletivamente a gente consiga que eles destaquem
2439 a Mayara para acompanhar as reuniões do comitê e officiar o Conanda também.

2440 **Interlocutora não identificada** – Bem rápido, na verdade, só eu posso, pode ser
2441 que eu tenha perdido, mas é só para consultar se tem um entendimento que quando
2442 se fala da questão das revistas vexatórias, também estamos entendendo que o uso
2443 do laxante também o é, porque quando fala do scanner, parece que pronto, eu supri,
2444 está ok, sendo que na verdade ele está após o scanner, eu acho que só não pode
2445 tirar isso do radar, se tem esse entendimento que está incluso, era só ressaltar isso.

2446 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2447 **e Cidadania – ITTC)** – Então...

2448 **Interlocutora não identificada** – Encaminhamento, não sei se é encaminhamento
2449 ou mais uma solicitação, não sei muito bem, mas se não, se o SENAPPEN, se
2450 poderia compartilhar essa informação sobre a entrega, né, dos bodyscans, com
2451 treinamento, basicamente, quais estados receberam quantos bodyscans, em quais
2452 unidades, não só da Bahia, mas nacionalmente, então, quantos bodyscans foram
2453 entregues para os estados, quais servidores ou quais unidades eles deveriam estar
2454 instalados, quantos servidores foram capacitados em cada estado, porque acho que
2455 isso é interessante para esse grupo de trabalho que vai ser instalado, e se a gente
2456 fala tanto na questão do controle, fiscalização, isso é algo que na ponta pode ser
2457 feito, então, está funcionando esse bodyscan? A questão do laxante, ah, passa um
2458 bodyscan, mas tem que tomar laxante, então, eu acho que poderia ser um ponto de
2459 partida interessante para o trabalho do GT. Então, não sei se é simplesmente pedir
2460 que a Cíntia compartilhe essa informação, se precisa officiar, eu já não sei, mas
2461 colocar isso aqui.

2462 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2463 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Silvia. Então, eu vou pedir só para Tamires ler os
2464 encaminhamentos, e aí a gente pode encerrar a reunião.

2465 **Interlocutora não identificada** – Bom, gente, como primeiro encaminhamento,
2466 ficou construção de normativa do Ministério das Mulheres, junto com o SEAP, em
2467 relação às visitas de íntimas vexatórias, bodyscanners, e normativa impedindo a
2468 visita de revistas de agentes penitenciários, homens e unidades femininas. Segundo
2469 encaminhamento, é oficiar a ajuda da VEP para que esclareça materialmente o que
2470 está sendo feito, para que esclareça qual é o que ela entende como suficiente,
2471 oficiar a SEAP para saber quais unidades possuem scanners, quantas pessoas
2472 foram treinadas, o curso que receberam, e quem são as pessoas que analisam as
2473 imagens. Talvez uma recomendação conjunta do CNPCT com o MNPCT sobre o
2474 fim das revistas vexatórias. Ofício ao PGR, a UMP, sobre quais serão as
2475 providências sobre o descumprimento do TAC e fechamento da unidade. Um outro
2476 ofício é oficiar a coordenação do socioeducativo, reforçando a importância de
2477 comparecer e participar do comitê. Oficiar o CONANDA também. Isso, é isso.

2478 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão de ordem. Pelo que eu entendi, o
2479 TAC é do MNP estadual da Bahia, né? Acho que tem que ser oficiado ao PGJ, ao
2480 Procurador-Geral de Justiça da Bahia, não ao PGR.

2481 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2482 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Bom, só a Camila quer dar um informe muito
2483 rápido sobre o relatório anual. Alguém tem alguma objeção em relação aos
2484 encaminhamentos que foram feitos?

2485 **Sra. Camila** – Eu só quero me somar à construção da recomendação em relação à
2486 revista vexatória, porque a gente está acompanhando o processo no STF, a
2487 repercussão geral, e já elaboramos uma nota técnica, eu e Tamires, inclusive, em
2488 conjunto, bem robusta sobre o assunto e o nosso entendimento que ela deve ser
2489 recebida como tratamento cruel, desumano degradante, portanto, tortura e,
2490 portanto, não existe excepcionalidade.

2491 **Interlocutora não identificada** – Tenho um pedido para o SENAPPEN, o pedido
2492 dos dados sobre do SENAPPEN. Era para pedir... Você já pode falar?

2493 **Interlocutora não identificada – Pode.**

2494 **Interlocutora não identificada – Pode.**

2495 **Sra. Cíntia –** Eu não tenho, eu, particularmente, como eu disse, eu não tenho o
2496 menor problema em dar essa informação, mas como vai envolver outras áreas que
2497 não as minhas, eu solicitaria, até porque eu também sou só, eu não sou a titular da
2498 representação aqui no comitê, que se faça por ofício e a gente vai dar a maior
2499 celeridade possível a isso, para que nós possamos... Nanda, você sabe que a gente
2500 dá um jeito de atender o mais rápido possível, já sabemos que na Bahia foram sete,
2501 a doação, sabemos que houve o curso, agora eu fiquei sabendo foram 22 pessoas
2502 que foram capacitadas na teoria e na prática do manuseio do equipamento. E foram
2503 pessoas que estavam, que tinham lotações nas unidades onde foram instalados os
2504 equipamentos.

2505 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2506 **e Cidadania – ITTC) –** Bom, obrigada, Cíntia, pelas informações. A gente pode
2507 oficial oficialmente, de fato, para entender de todos os estados qual, enfim, os
2508 escâneres, quantos escâneres tem e os agentes que foram, que passaram por esse
2509 treinamento. E eu vou passar só para a Camila, então, fazer esse informe e a gente
2510 pode encerrar nossa reunião.

2511 **Sra. Camila –** Certo, eu vou fazer um informe que não tem relação com o ponto da
2512 Bahia. É o seguinte, nós vamos ter em agosto o lançamento, o evento presencial
2513 que será o lançamento do relatório anual de atividades do mecanismo do ano de
2514 2022. Certo, nós pedimos ajuda do Ministério do MDHC desde fevereiro para
2515 imprimir, fazer uma tiragem de 500 cópias desse relatório. E mais ou menos em
2516 fevereiro, março, por aí, fomos direcionadas pela SE para a ASCOM. A ASCOM
2517 disse que ia fazer as nossas impressões. Depois, quando foi mais ou menos entre
2518 maio e junho, a ASCOM disse que não ia poder fazer as nossas impressões. Aí a
2519 SE mandou a ASCOM fazer as impressões. E aí eles diagramaram o nosso
2520 relatório, estavam para mandar para a imprensa nacional. Só que agora veio a

2521 informação de que a imprensa nacional está com a chapa offset quebrada. E aí,
2522 assim, a chefia de gabinete da SE mandou, a Secretaria-Executiva, mandou um
2523 ofício aqui nos dando ciência de que a chapa offset está quebrada. Aliás, já
2524 sabíamos através da ASCOM. E nós estamos na eminência de fazer um lançamento
2525 de relatório sem relatório. Assim, a gente perdeu um tempo enorme. A gente poderia
2526 ter tomado outras providências. Desde fevereiro, se a ASCOM tivesse dito desde
2527 logo que não ia poder fazer ou se a gente soubesse. E agora a gente está
2528 basicamente na BR. A gente já aprovou o evento, vão vir convidados, a gente vai
2529 ter mesa, a gente convidou Sílvio Almeida, a gente convidou a Rosa Weber, a gente
2530 convidou diversos convidados. E a gente vai chegar para fazer um evento que não
2531 vai ter, e a gente está pedindo assim, não vai ter relatório impresso. Então, assim,
2532 a gente pede ajuda do comitê. 16, 17 de agosto. Pede ajuda do comitê para intervir,
2533 porque assim, não tem mais condições, sabe?

2534 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2535 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu acho que a gente pode aqui pensar alguma
2536 possível, enfim, intervenção nesse aspecto. Não sei se a gente vai conseguir, de
2537 fato, alguma coisa, mas acho que a gente pode pensar agora que a gente tem essa
2538 informação. E aí eu só queria dizer que eu tinha esquecido de dizer que a Gisela, a
2539 defensora pública da Bahia, ela colocou no chat, como ela não estava conseguindo
2540 falar, que a defensoria está realizando mutirões carcerários em Feira de Santana,
2541 que vai começar a realizar esses mutirões a partir do segundo semestre. Eu só
2542 queria, antes da gente encerrar, só tem que ter uma aprovação aqui do sumário,
2543 enfim, do nosso turno aqui. Não sei como que se a gente tem a possibilidade de
2544 projetar isso ou não, mas a gente tem que fazer essa aprovação do sumário. Não,
2545 é da verdade. Tudo que a gente decidiu aqui, tudo que a gente definiu aqui, pode
2546 passar para amanhã de manhã? Então, amanhã de manhã a gente pode fazer a
2547 revisão. Então, o primeiro ponto de amanhã vai ser a revisão de tudo que foi
2548 discutido hoje. Estava com muita ansiedade para terminar aqui, então, eu queria
2549 agradecer todo mundo que participou da reunião online e quem participou da
2550 reunião aqui também presentes. Então, a gente se encontra amanhã na reunião.

- 2551 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Boa reunião amanhã.
- 2552 **Interlocutora não identificada** – Obrigada.
- 2553 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, gente.
- 2554 **Interlocutor não Identificado** – Obrigado. Obrigado a todos.
- 2555 **Interlocutora não identificada** – Obrigada a todos e até a próxima.
- 2556 **Interlocutor não Identificado** – Bom trabalho para vocês amanhã.
- 2557 **Interlocutora não identificada** – Tchau, pessoal.
- 2558 **Interlocutor não Identificado** – Obrigada, gente. Até amanhã.
- 2559 **Interlocutor não Identificado** – Obrigado a todos. Até amanhã.
- 2560 **Dia 20-07-2023 - Áudio 1:**
- 2561 **Sra. Thamires** - MDHC, CGCT, SENAPEM, SENASP, Ministério da Defesa,
2562 Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação.
- 2563 **Interlocutora não Identificada** - presente.
- 2564 **Sra. Thamires** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
2565 Ministério da Saúde, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da
2566 República. Então, pelos representantes do governo, temos três presentes.
2567 Representantes da sociedade civil e ITTC, ANADEP, GAJOP, REDE, SOMOS,
2568 Associação de Amigos e Familiares,
- 2569 **Interlocutora não Identificada** - Presente.
- 2570 **Sra. Thamires** - Educafro, UFRN, AJD,
- 2571 **Interlocutor não Identificado** - Presente.

2572 **Interlocutor não Identificado** - Presente.

2573 **Sra. Thamires** - COFEM,

2574 **Interlocutor não Identificado** - COFEM, presente.

2575 **Sra. Thamires** - Agenda Nacional,

2576 **Interlocutora não Identificada** - Presente, Patricia.

2577 **Sra. Thamires** - CFFS.

2578 **Interlocutora não Identificada** - Presente.

2579 **Sra. Thamires** - Pelos representantes da sociedade civil, temos 12 presentes,
2580 total 15 membros.

2581 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2582 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Thamires. Então, a gente tem três
2583 membros de governo que fazem parte atualmente do comitê, e os 12 membros da
2584 sociedade civil, e também queria registrar a presença do Ministério das Mulheres,
2585 que em breve fará parte do comitê. Vou fazer aqui uma leitura rápida da nossa
2586 pauta do dia de hoje, e aí a gente pode seguir. Tem? Não, não tem. Não, mas as
2587 pessoas não estão. Não tem ninguém online do governo, tem outras pessoas.
2588 Bom, então, nosso primeiro ponto de pauta é a participação nos encontros, no
2589 encontro temático do Sistema Nacional, o mutirão carcerário. No segundo ponto, a
2590 apresentação do mapeamento pelo Mecanismo Nacional. O terceiro ponto, a
2591 gente suprimiu ele, então vai ser a questão do edital do mecanismo, um informe, e
2592 a aprovação da resolução de instalação de câmeras nos coletes. Aí a gente vai
2593 fazer a revisão do sumário do segundo turno, ao final, e aí depois do almoço a
2594 gente vai debater os dobramentos do Rio Grande do Norte, os encaminhamentos
2595 de pessoas com transtornos mentais para presídios comuns, a formação para o
2596 comitê no Tocantins, e aí a gente vai fazer a revisão do sumário executivo e
2597 encerrar às 18 horas. Então vou passar aqui a palavra para a Nana, para fazer

2598 esses pontos aqui de informes administrativos da participação no encontro e do
2599 mutirão carcerário.

2600 **Sra. Fernanda** - Bom dia, gente. Como a maioria eu acho que tem conhecimento,
2601 mas vou fazer uma retomada. O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
2602 Tortura, ele está inativo há algum tempo, durante todo esse período do governo
2603 anterior, e desde o golpe, no dia 23 de junho, foi feita a última reunião
2604 extraordinária do sistema, puxada pelo Ministério de Direitos Humanos. Essa
2605 reunião aconteceu aqui. Nessa reunião, o Ministério de Direitos Humanos levou
2606 cinco pontos de pauta que consideramos relevantes para articular através do
2607 Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Esses pontos na reunião
2608 foram debatidos e outros pontos foram acrescentados. Então eu vou ler os que foram,
2609 como ficou ao final da reunião. Aprimoramento e uniformização de metodologia
2610 para protocolos e formulários de inspeção em instituições prisionais. CNJ
2611 desenvolveu metodologia, utilização de câmeras corporais foi debatida nesse
2612 ponto, correção e treinamento dos profissionais. Existem metodologias, mas
2613 necessidade de impactar na realidade concreta. Protocolo de apuração de crimes
2614 de tortura também foi levantado. Redução da população carcerária e respectivos
2615 instrumentos, exemplo dos institutos do indulto e comutação de pena,
2616 racionalização carcerária, discussão das alternativas penais também. Estou lendo
2617 só a parte mais resumida, porque tem cada fala relatada aqui. Vamos para o
2618 próximo ponto. Análise da viabilidade de estímulos para mutirões
2619 multiprofissionais e interinstitucionais. Realização de recenseamento da população
2620 em situação de privação de liberdade e diagnóstico. Aí foram trazidos para o
2621 debate nesse ponto. Sistema eletrônico de execução unificada, preciso aprofundar
2622 dados, saber quantos filhos de presas e presos, mapeamento de debate sobre
2623 encarceramento indígena, dados de mulheres sobre custódia de homens. O ponto
2624 5, monitoramento das unidades, objetos de medida cautelar pelo sistema
2625 interamericano, trabalhadores do sistema carcerário, relato do uso da
2626 nomenclatura policial penal, profissionais de saúde têm sido muitas vezes
2627 massacradas, com aspas, mas foi essa expressão usada dentro do sistema

2628 prisional. Ponto 7, proposta de ato normativo para organização dos comitês e
2629 mecanismos, propôs que o CNPCT, em nome da senhora Sofia, que sugeriu,
2630 lidera a elaboração de minuta de ato normativo. Condições do cárcere, em
2631 particular alimentação, combate à fome no sistema prisional, segurança alimentar
2632 e também o tema da saúde. No ponto 9, encarceramento indígena, aí trouxeram o
2633 caso do Mato Grosso do Sul. Ponto 10, o sistema socioeducativo. Ponto 11,
2634 criminalização dos familiares de pessoas em privação de liberdade, dificuldade de
2635 visita no DF, por exemplo, familiares não têm direito à visita íntima, olhar nacional
2636 para o sistema carcerário do DF. Perspectivas privatizantes do sistema prisional
2637 brasileiro, federalização da metodologia de comunidades terapêuticas, polo
2638 carcerário, trabalho escravo institucionalizado. Resolução 482 do Conselho
2639 Nacional de Justiça. E o último ponto foi a questão da multa na execução penal.
2640 Como desdobramento dessa reunião, foi acordado que faríamos grupos, outros
2641 encontros menores, que nós chamamos de encontros bilaterais, de trabalho para
2642 debater e operacionalizar ações em torno desses pontos debatidos, junto com os
2643 membros do SNPCT e demais órgãos e instituições relevantes para cada
2644 temática, para operacionalizar cada temática. E foi acordado que, no dia 21 de
2645 agosto, faríamos um Encontro Nacional do Sistema, como marco, aí seria a
2646 reunião ordinária, anual, prevista por lei, que o Ministério dos Direitos Humanos
2647 obrigatoriamente teria que fazer, não fez nos últimos quatro anos, mas teria que
2648 fazer. Nos últimos quatro anos, muita coisa que estava na lei não foi feita. Então,
2649 essa reunião está agendada para o dia 21 de agosto e foi informada isso ao final
2650 da reunião pelo ministro Silvio de Almeida. Não houve a princípio-oposição dos
2651 membros do SNPCT naquele momento. Resumidamente, já foram feitos, já foi
2652 feito um encontro, que foi sobre as metodologias de expressão, que o mecanismo
2653 apresentou sua metodologia de expressão. A SENAPPEN trouxe o novo
2654 formulário de dados, de metadados, que eles estão pondo em funcionamento. A
2655 Defensoria Pública da União também trouxe apontamentos para a questão das
2656 expressões. E a próxima será dia 14 de agosto, para tratar dos mutirões,
2657 multiprofissionais, interdisciplinares, em relação ao sistema prisional, envolvendo

2658 todos os atores pertinentes, cada um nas suas competências. Os convites do dia
2659 14 de agosto ainda não foram enviados, por isso ninguém ainda recebeu.

2660 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2661 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Nana. Eu queria dizer aqui para o
2662 pleno que ontem a gente teve uma reunião com a Isadora, com a Érica e com a
2663 Nana, com Carol, Camila também, do mecanismo, com a Mayara, da Secretaria
2664 do Socioeducativo, e com a Isabel, que está cuidando da parte de Direito
2665 Internacional no Ministério. E, nessa reunião, o que a gente... Eu estava aqui na
2666 reunião do dia 23 de junho, mas eu, de fato, quando foi dito essa data dessa
2667 reunião, não me atentei a ela, porque foram ditas tantas coisas naquele dia, que
2668 não fiquei com isso na cabeça, de fato. Mas a gente tinha ponderado que seria
2669 interessante postergar essa data de reunião. E foi isso que a gente levou ontem,
2670 nessa reunião mais enxuta, a possibilidade de postergar essa data, inclusive
2671 porque a gente pudesse construir um encontro mais robusto, que não fosse uma
2672 coisa protocolar, um encontro de dois dias. E foi-nos informado que eles não
2673 poderiam dar aquela resposta naquele momento, que teriam que consultar outras
2674 pessoas para saber qual a possibilidade de alterar a data, mas que isso seria feito.
2675 Mas, de todo modo, a gente vai ter uma resposta em breve. A gente marcou uma
2676 próxima reunião para segunda-feira para debater como seria esse encontro,
2677 inclusive esses encontros bilaterais que a Nana denominou aqui, o que seriam
2678 esses pontos de pauta tratados. E a gente levou também a questão de que a
2679 gente não havia sido consultada no primeiro momento para delimitar quais seriam
2680 esses pontos de pauta que foram tratados nessa primeira reunião do sistema. E
2681 aí, esses pontos de pauta, foi-nos dito que a gente teria a possibilidade, então, de
2682 alterar esses pontos de pauta, incluindo pontos de pauta que a gente entenda
2683 como relevantes, a partir também desses que saíram desse encontro, que eu acho
2684 que a Nana vai poder compartilhar a ata com a gente, para a gente ter um pouco
2685 mais de profundidade sobre esses pontos de pauta, mas que a gente, nós do
2686 comitê, tanto nós do comitê quanto o mecanismo, possa elencar pontos que a
2687 gente acha, então, que são prioritários para essa pauta, e que a gente possa

2688 discutir isso nesse encontro do dia 21 e também nesses encontros bilaterais. E
2689 acho que, então, a gente sinaliza que, com essa reunião, acho que, enfim, que, de
2690 fato, o entendimento de que os órgãos que compõem o sistema têm que estar, de
2691 fato, na discussão para a elaboração de qualquer tipo de reunião ou evento que
2692 envolva o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. E a gente
2693 apontou também que, embora nós, da mesa diretora, estivéssemos lá, essa é uma
2694 decisão do pleno do comitê, que a gente teria que trazer aqui. Então, depois eu
2695 vou passar para a Patrícia, que também está com a mão levantada e que estava
2696 lá. Mas, de encaminhamento, o que a gente tem que fazer? A gente tem que,
2697 então, pensar esses pontos que seriam relevantes como pontos prioritários,
2698 levando em consideração que a Isadora, de novo, pontuou, que já havia sido
2699 pontuado pelo próprio ministro, que há uma janela nesse momento e que há um
2700 interesse do próprio presidente da República em tratar esse tema de maneira
2701 prioritária, inclusive pensando pautas desencarceradoras. E aí, nesse sentido,
2702 acho que a gente também tem essa tarefa de pensar o que a gente entende,
2703 compreende como uma possibilidade de desencarceramento. Vou passar para a
2704 Patrícia.

2705 **Sra. Patrícia** - Bom dia a todos e todas. Como a Sofia falou, essa reunião foi
2706 ontem. Como é a representação da Agenda Nacional, estando no comitê e
2707 conhecendo o sistema desde que foi criado, eu entendo que o Comitê Nacional
2708 precisa construir esta pauta, precisa construir essa reunião do dia 21, já que ela, a
2709 princípio, não pode ser alterada. A minha pergunta também foi se o presidente da
2710 República estaria presente. A gente não sabe, mas vai que ele apareça, já que ele
2711 está, nesse momento, se reconhecendo enquanto egressa ou sobrevivente do
2712 sistema. Então, acho que a atribuição do Comitê Nacional é construir essa pauta,
2713 que é uma pauta importante e que é uma pauta que faz parte do sistema e faz
2714 parte das atribuições do comitê. Então, a gente precisa... Não construímos a outra,
2715 mas essa a gente vai construir. Então, acho que é isso. Até fiz uma fala falando,
2716 porque a última atividade do sistema foi em 2018. Para quem estava lá em 2018,
2717 sabe as pautas que foram colocadas. Inclusive, na reunião foi tirada a carta de

2718 Brasília, assinada por vários comitês e vários mecanismos que estavam ali
2719 presentes. Não é vários, não, porque só tinha, na época, só existia o Nacional, Rio
2720 de Janeiro, Rondônia e Pernambuco. Então, acho que a gente precisa reafirmar o
2721 nosso compromisso e mostrar também, já que a gente não pode abrir a porta do
2722 presídio, porque, para desencarcerar, a gente podia começar abrindo as portas.
2723 Mas a gente não pode abrir as portas do presídio. Então, acho que a gente precisa
2724 pensar. Tem várias formas de desencarcerar. Tem as pessoas de medidas que
2725 estão internadas, que elas podem ser... Isso já abriria várias vagas. Presos
2726 provisórios. A população de presos provisórios no Brasil é muito grande. Então,
2727 acho que a gente precisa priorizar quais são os nossos pontos enquanto comitê. E
2728 construir, ver quem vão ser os convidados para o dia 21. Também, isso é muito
2729 importante, a gente saber quem são os convidados do dia 21, a gente organizar os
2730 convidados também. É isso.

2731 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica**
2732 **Às Organizações Populares – GAJOP)** - Bom dia. É um momento bem
2733 importante, o de reativação do sistema. Acho que traz uma visibilidade também
2734 para a pauta, que é muito importante que o governo esteja demonstrando esse
2735 interesse e trate o tema como prioridade. Realmente, causou um pouco de
2736 estranheza o primeiro ponto de pauta que foi trazido para o sistema em relação
2737 aos protocolos de inspeção. Por que esse tema foi elencado como prioridade?
2738 Que protocolo de inspeção seria esse? Infelizmente, eu não consegui participar da
2739 reunião, mas pelo que eu já peguei dos repasses e peço, inclusive, que seja
2740 encaminhada a ata. Se tiver também, para que a gente possa compreender
2741 melhor quais vão ser os desdobramentos disso. E que entendo que, pelo que
2742 foram lidas, tem vários temas que foram trazidos, para a gente também não correr
2743 o risco do que também acontece no comitê. São muitos problemas, são muitas
2744 questões lidando com a temática de prevenção e combate à tortura. É importante
2745 que a gente também compreenda qual que é o propósito desse espaço do
2746 sistema, no que ele se diferencia daqui do comitê, qual que é o gás que a gente
2747 vai dar nisso enquanto sistema. Estou colocando aqui a gente enquanto essa

2748 composição de Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Mecanismo
2749 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, CNPCP. Então, eu acho que a gente
2750 precisa entender também como que vai ser essa metodologia de funcionamento
2751 do sistema. Ontem, Fernanda, Patrícia, a gente estava conversando aqui sobre o
2752 sistema não ter um regimento interno. Então, quem que convoca as reuniões,
2753 como que são elencadas as pautas, como que isso vai funcionar, vai ser
2754 presencial, vai ser online. As reuniões foram chamadas com uma antecedência de
2755 menos de uma semana. A primeira foi menos de uma semana. E a gente é de
2756 outros estados para a gente conseguir estar aqui. A gente quer dar esse gás, quer
2757 dar essa importância que merece, mas a gente precisa também conseguir se
2758 organizar para estar presente e para fazer sentido, para não ser só a gente lá
2759 falando sobre diversos temas e não ter exatamente um desdobramento efetivo.
2760 Então, sobre o encontro do dia 21, é importante também que a gente entenda qual
2761 que é o propósito desse encontro. O que a gente quer com ele? Quer dar
2762 visibilidade a quê? O que a gente quer enquanto comitê, inclusive? O que a gente
2763 está trazendo para lá? E como a gente se articula com os outros órgãos que estão
2764 compondo também o sistema. Então, queria trazer essas preocupações.
2765 Novamente, acho louvável que esteja sendo reativado, que esse movimento esteja
2766 acontecendo, mas que a gente também aja com essa cautela e com esses
2767 cuidados para também não ser ou esvaziado no sentido de muita fala sobre
2768 diversos assuntos sem um propósito específico. E eu acho que isso tem que estar
2769 nas reuniões da plenária sobre o sistema e que a gente tenha essas
2770 comunicações também de uma forma que a gente consiga se organizar melhor,
2771 ter um pouco mais de transparência sobre isso e que a composição de fato seja
2772 efetiva, esteja sendo decidida pelos órgãos que de fato compõem o sistema. É
2773 isso.

2774 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2775 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Maria Clara. Diz o que você falou, eu
2776 questioneei ontem na reunião justamente isso. O que a gente queria com esse
2777 encontro? Qual era o propósito de fazer um encontro como esse? Porque são

2778 várias pautas e para a gente tratar dessas pautas em apartado, cada uma delas,
2779 enfim, sem ter tratado elas especificamente nesses encontros bilaterais, ou seja,
2780 sem ter um produto desses encontros bilaterais, talvez não fizesse muito sentido.
2781 Então, acho que pelo que eu, enfim, interpretei ali naquele momento da reunião,
2782 não havia ainda uma pauta delimitada sobre o que vai ser tratado nesse encontro.
2783 Então, acho que justamente agora tem essa possibilidade desse diálogo da gente
2784 inclusive propor o que a gente entende que pode ser esse encontro e o que a
2785 gente entende que podem ser as pautas prioritárias para serem tratadas. Da
2786 mesma maneira como a gente tem que entender quais são as pautas prioritárias
2787 que a gente vai tratar aqui no comitê, a gente tem que entender o que a gente vai
2788 tratar no sistema encontro prioritário, porque são diversas pautas num tema que
2789 ficou escanteado durante anos, desde, enfim. Então, a gente precisa pensar sobre
2790 isso. Caio?

2791

2792 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**

2793 - Bom dia, pessoal. Eu vou primeiro... Isso, eu ia pedir para a gente instituir
2794 novamente o sistema do tempo ali. Dizer que com certeza todos e todas nós
2795 recebemos com bastante satisfação a retomada das reuniões do sistema e desses
2796 trabalhos. Mas fazer uma fala breve em defesa da prerrogativa do colegiado.
2797 Quando a gente, nós, brasileiros, instituímos esses espaços, nós o fizemos num
2798 esforço civilizatório de distribuir a palavra, de distribuir os espaços de decisão. E
2799 isso é muito difícil, porque a gente caminha sempre numa corda-bamba da
2800 burocracia demasiada, mas também de ter um nível de institucionalidade que
2801 garante essa distribuição da palavra e da tomada de decisão. Então, nesse
2802 sentido, a lei que institui o sistema, ela diz que são quatro os membros naturais do
2803 sistema. São o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o
2804 Mecanismo, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o órgão do
2805 Ministério da Justiça responsável pelo sistema penitenciário, que aqui vai estar
2806 representado atualmente na SENAPPEN. Então, dessa leitura desses quatro
2807 membros naturais, embora outros possam aderir, e a lista é relativamente grande,

2808 não está o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Então, quando o
2809 ministro faz e toma para si essa convocação do sistema, ele não o faz de forma
2810 completamente legítima, porque ele só o pode fazer enquanto presidente do
2811 colegiado. E para, sim, o fazer, o colegiado deveria ter tomado a decisão. Então,
2812 nesse sentido, a minha fala é justamente para que a gente evoque novamente
2813 para cá a decisão de como o comitê, que é o membro natural do sistema, se
2814 coloca na construção do sistema, na construção das reuniões, na definição das
2815 pautas. Então, acho importante a gente lembrar isso, porque é claro que
2816 ninguém duvida da intenção, da importância dessa tomada de decisão da
2817 reativação do sistema, mas é importante a gente refazer essas perguntas, como
2818 nós estaremos daqui em diante participando desse espaço de decisão. Obrigado.

2819 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2820 **Trabalho e Cidadania – ITTC) -** Obrigada, Caio. Mauricleia?

2821 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular – Conselho Federal De Serviço**
2822 **Social – CFSS) –** Bom, eu acho que já foi falado da importância e a gente olhando
2823 a legislação do sistema, a gente vê como é que deve ser composto, como é que
2824 devem ser discutidas as pautas, como é que pode ser encaminhado. Então, na
2825 verdade, eu acho que a gente deveria... Eu tenho um acordo com os colegas que
2826 me antecederam, as colegas, que seria a gente tentar realmente olhar para a
2827 legislação, que é isso que o Caio está chamando a atenção, e ver como é que a
2828 gente poderia contribuir através, por exemplo, da construção de grupo de trabalho
2829 que colocasse a questão do regimento, que discutisse uma questão, quando a
2830 gente participou da reunião, que também trouxe esse tema na segunda-feira à
2831 noite, que é assim, a construção de alguns mecanismos e comitês, colocasse isso
2832 como prioridade para que o sistema construísse, e até porque foi questionado
2833 naquele momento como trazer alguns mecanismos, algumas coisas, se tinha a
2834 construção de policiais dentro dos espaços, é um debate que nós temos que fazer,
2835 por exemplo, vamos chamar para construir, porque aqui está dito que a
2836 construção é a partir desses órgãos, então a gente vai trazer determinados
2837 mecanismos, determinados comitês que têm problemas, quem escolhe quem vai

2838 participar? Então, se a gente está defendendo que sejam todos, mas alguns têm
2839 problemas, como é que vai ser isso? Então, acho que nós temos que fazer esse
2840 debate aqui, inclusive com um mecanismo, porque a construção está dita que
2841 desse espaço do sistema seria junto com eles, então acho que a gente tem que
2842 pensar em grupos de trabalhos para que possa olhar para a legislação e ver como
2843 viabilizar, eu acho que nesse encontro do dia 21 tem que ficar bastante evidente
2844 qual a política do Estado para essa pauta, eu acho que isso tem que ser colocado,
2845 então qual é a política do Estado para essa pauta? O que está sendo construído?
2846 Para não ser uma caixinha de surpresa, não aparecer projetos que não passem
2847 por lugar nenhum, então acho que isso tem que ser colocado. Essa é uma
2848 primeira coisa. E a outra questão que eu entendo que é importante é como a
2849 gente vai dar conta da construção de comitês estaduais e mecanismos estaduais.
2850 A gente sabe que tem toda uma orientação e que muitas vezes essa orientação
2851 não é seguida. Então, como a gente contribuir se a gente entende que esses dois
2852 mecanismos são importantes para a construção dessa política nos Estados? Eu
2853 diria essas duas pautas que eu acho que tem que ficar no encontro do dia 21, que
2854 eu acho que não mudaram a data, não sei, que seria como pauta importante para
2855 a gente levar para discutir essa metodologia. É isso.

2856 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2857 **Trabalho e Cidadania – ITTC) - Obrigada, Mauricleia. Paulo?**

2858 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
2859 **Do Norte – UFRN) -** Oi, pessoal, bom dia. Também para... Primeiro, acho que
2860 vale a pena, por mais que todo mundo já tenha dito, saudar o governo federal,
2861 reconhecer a importância desse movimento de retomada do sistema, uma coisa
2862 muito valiosa, muito importante. Então, acho que vale a pena, por mais que todo
2863 mundo já tenha dito, fazer esse registro também. E aí eu queria acompanhar a fala
2864 da Maria Clara sobre o que a gente quer exatamente com esse sistema e ver o
2865 que a gente pode fazer em torno dessa discussão sobre esse evento de retomada
2866 do dia 21. Eu acho que uma das coisas que foi discutido ontem, mas também eu
2867 já tenho acompanhado por outros espaços, ainda que seja minha primeira reunião

2868 aqui e repasse da Ana Karenina, é que um elemento fundamental é o
2869 fortalecimento dos comitês e dos mecanismos já existentes e a criação de outros.
2870 Então, acho que para uma reunião como essa da criação, da retomada do
2871 sistema, seria fundamental que a gente garantisse um tempo de articulação e de
2872 organização desses comitês e desses mecanismos nos seus estados. E aí, queria
2873 perguntar para a mesa se pudesse explicitar um pouco para a gente as razões do
2874 porquê a gente não pode fazer em outra data que não o 21 de agosto. Por que a
2875 gente não poderia jogar mais para frente, viabilizando que esses comitês e esses
2876 mecanismos pudessem se articular de uma maneira melhor nos seus estados.
2877 Porque por mais que o governo federal possa se responsabilizar com os recursos
2878 e para trazer alguns representantes, a gente também é significativo politicamente
2879 que esses comitês e esses mecanismos consigam fazer articulações locais para
2880 trazer mais gente para trazer outros debates. E se a gente compromete com essa
2881 data tão em cima a gente dificulta os ganhos políticos que essas articulações
2882 podem ter. Então, eu queria perguntar por que dessa data parecer tão absoluta e
2883 aí nem tinha essa informação, mas aí o Caio trouxe sobre esse caráter nato do
2884 comitê e também seria interessante saber um pouco do mecanismo também. São
2885 quatro membros efetivos. Eu não sei como avançou o debate dentro do
2886 mecanismo, mas no comitê, como isso tem se colocado aqui, a gente precisa se
2887 aprofundar um pouco mais sobre os nossos desejos, demandas e interesses com
2888 o sistema. Então, que a gente pudesse pelo menos ter uma reunião desse fórum
2889 com esse ponto como ponto de pauta para depois ter essa reunião para a gente
2890 poder contribuir de maneira melhor no debate do sistema. Então, acho que
2891 poderia ser interessante a gente aguardar mais uma reunião do comitê já que isso
2892 não foi trazido como ponto de pauta desse comitê. Então, a gente teria uma
2893 próxima reunião ordinária ou extraordinária para se debruçar exatamente sobre
2894 essa questão e aí a gente poderia também fortalecer esse evento de
2895 relançamento. Então, acho que são duas questões. Eu acho que uma é esse
2896 fórum aqui, o comitê ter mais tempo para se debruçar sobre essa questão e
2897 examinar seus interesses, questões e como fortalecer essa retomada. Então,
2898 também que a gente pudesse debruçar isso em uma reunião do colegiado. Mas,

2899 não obstante essa questão, também fortalecer os mecanismos e os comitês
2900 estaduais e as discussões em cada estado, tendo tempo para que essa
2901 articulação política seja feita também em nível local. Então, acho que queria saber
2902 um pouco por que o dia 21 e por que a gente não consegue de repente fazer em
2903 setembro que seja, possibilitando que essa discussão seja feita melhor aqui e nos
2904 estados.

2905 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2906 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Então, em relação a essa pergunta específica, o
2907 que nos foi dito ontem na reunião é que eles iam fazer esse questionamento,
2908 então, para essas instâncias superiores que, de fato, poderiam mudar a data da
2909 reunião, mas o que nos foi dito que foi pensado é o ministro, acho que é a agenda
2910 do ministro e acho que é a prioridade do momento. Ninguém falou exatamente
2911 quem são, mas eu entendi que é isso, é o gabinete do ministro. E o que nos foi
2912 dito para a proximidade da data é que seria uma questão de também pensar as
2913 políticas desencarceradoras e que se fosse, por exemplo, junto com o encontro
2914 que é em novembro ou em outubro, não se teria tempo para, de fato, fazer coisas
2915 práticas em relação a esse ponto. Então, a gente levantou que pudesse ser, por
2916 exemplo, em setembro ou no começo de setembro ou mais no meio de setembro
2917 e aí foi isso que nos foi dito. Então, que iam fazer esse questionamento de quanto
2918 seria esse teto. Mas eu acho que a audiência tem a ver com essa demanda,
2919 inclusive que não é uma demanda nem necessariamente é do ministério, mas é do
2920 próprio presidente e que, então, se fosse junto e fosse esperar, a gente teria não
2921 teria tanto tempo para fazer coisas na prática, porque foi sugerido, inclusive, pela
2922 Patrícia de que o encontro fosse junto com a reunião do sistema. E aí, em primeiro
2923 momento não se opuseram a essa ideia, mas depois entenderam que talvez fosse
2924 o caso de fazer separado. Mas me complementem se eu estiver equivocando.

2925 **Interlocutora não Identificada** - Não, eu levantei a placa. Eu acho que essas
2926 perguntas e essa resposta, eu acho que cabe para a Nana pela coordenação de
2927 combate à tortura e graves de violência. Acho que é melhor ela dar a explicação,

2928 porque a gente não tem a explicação. Então, assim, eu acho que cabe a ela essa
2929 explicação.

2930 **Sra. Fernanda** - Primeira questão, então, acho que é importante a gente retomar,
2931 como a Patrícia sempre reforça, esse histórico. A primeira reunião do sistema foi
2932 realizada em 2015. Dessa reunião foi lançado o instrumento para adesão no
2933 sistema, que para mim é um problema, bem como o livro de monitoramento dos
2934 locais de detenção em parceria com a APT. Esse livro, inclusive, na última reunião
2935 do sistema ele esgotou aqui para a gente. Que contribuíram para essa
2936 consolidação. A segunda reunião foi em 27 de novembro de 2018. E a terceira foi
2937 a reunião que, puxada pelo governo anterior, que nós decidimos não comparecer
2938 na época. Eu, enquanto sociedade civil, fiz parte dessa construção. Isso é um
2939 ponto. Em relação a haver uma ilegalidade por parte do Ministério dos Direitos
2940 Humanos puxar a reunião do sistema, o decreto 8154 coloca o Ministério dos
2941 Direitos Humanos como coordenação do sistema. Então, essa função de puxar a
2942 reunião e propor pautas não está obstaculizada. Durante a reunião outras pautas
2943 vieram e foram encampadas igualmente. Esse decreto, esse dispositivo não é
2944 alterado com o próximo decreto. Inclusive, o próximo decreto passou pelo crivo do
2945 comitê. Foram diversas rodadas as pessoas apresentando suas contribuições.
2946 Passou pelo crivo do mecanismo, acolhendo as demandas do mecanismo dentro
2947 desse decreto. Problemas que o mecanismo vinha enfrentando há algum tempo
2948 em relação às inspeções, ao apoio às inspeções. Então, não houve, não há essa
2949 alteração. Então, exercemos a nossa prerrogativa e dever, por lei, em relação à
2950 proposta de data. A proposta de data surgiu no dia 21 de agosto, inicialmente,
2951 porque havia sido atribuída à Coordenação Geral de Combate à Tortura, propor a
2952 reativação do sistema. A data do dia 23 de junho não foi proposta pela
2953 Coordenação Geral de Combate à Tortura. Foi uma data definida por questões de
2954 urgência apresentadas pelo Presidente da República, na reunião com todos os
2955 ministros de Estado, pedindo urgência na retomada dos debates sobre essa
2956 temática. Essa urgência tem várias origens. E aí eu vou falar das que eu percebo.
2957 As que eu percebo é o volume absurdo de leis tramitando no Congresso Nacional,

2958 aumentando o número de pessoas presas, aumentando o Pena, qualificando
2959 crimes e etc. Absurdo. A gente faz notas técnicas em baldes contra essas leis o
2960 tempo inteiro. A segunda questão é que a gente tem a expectativa do decreto de
2961 indulto em dezembro. E a tendência é que esse decreto esteja fechado até por
2962 volta de setembro. E a gente quer poder incidir de forma mais forte nesse decreto
2963 e o CNPCP, que é quem elabora, tem a prerrogativa legal de elaborar o decreto
2964 de indulto, faz parte do sistema e aí é um espaço que eles têm que compor
2965 obrigatoriamente por lei. É bem como o Ministério da Justiça, que vai ser instância
2966 em seguida que a proposta de decreto de indulto do CNPCP vai passar. Então a
2967 gente precisa estar bastante alinhada. Houve um tempo de contribuição, acredito
2968 que o comitê acompanhou até dia 30. Teve audiência pública em São Paulo,
2969 puxada pelo NESC, etc. Mas esse decreto ainda cabe incidência nele e a gente
2970 tem a reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal em setembro.
2971 Inclusive, eu confirmei essa data ontem porque eu estava achando que estava
2972 demorando demais e eu fiquei preocupada. É... E a última coisa é que existe essa
2973 vontade política agora e a gente sabe que essa vontade política não costuma
2974 surgir com frequência. Então a gente quer aproveitar essa vontade política, não
2975 deixar esse tempo passar e incidir com toda a nossa energia em cima disso para
2976 produzir a redução da população prisional e para tratar questões importantes
2977 como a questão da visita e a questão da multa penal que tem criado tantos
2978 embaraços para tantas pessoas inclusive dos nossos afetos pessoais. Então o
2979 que eu percebo de urgência está em torno dessas questões. E a partir daí a gente
2980 vai estar tratando dessa forma. Como a Sofia bem disse, nós não temos
2981 capacidade de modificação dessa data e eu, enquanto coordenação geral, não
2982 tenho essa capacidade de modificação da data, mas a Isadora se comprometeu
2983 com a secretária nacional de levar a demanda ou Luana, põe o tempo de levar a
2984 demanda para, para o gabinete ministerial. Acredito que ela vai fazer isso com a
2985 celeridade que a questão exige.

2986

2987 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
2988 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Nana. Eu queria falar desse ponto em
2989 relação a indulto o que a Isadora disse para a gente ontem, que embora já tivesse
2990 passado a data do dia 30 que eram para mandar as minutas de indulto, a gente
2991 teria a possibilidade ainda de mandar, assim como a Nana falou, ainda tentar
2992 mandar algumas outras possibilidades. A gente até falou, que eu não tenho
2993 certeza se está ou não está, da questão de a cada dois dias pela insalubridade
2994 etc., que tem sido decisões que tem então não lembro se estavam ou não, mas
2995 que a gente poderia talvez colocar essa questão de diminuição da pena pelo
2996 estado de insalubridade, de precariedade do sistema prisional. Vou passar para
2997 Fernanda.

2998 **Sra. Fernanda** - Bom dia todos e todas. Bom, eu vou aqui reiterar uma
2999 preocupação que o Caio trouxe e que ontem a gente colocou na reunião também,
3000 Caio. Sobre essa composição essa composição do sistema a gente colocou lá que
3001 seriam o comitê o SENAPPEN o CNPCP o comitê, o SENAPPEN o CNPCP e
3002 deixa eu ver aqui o último o mecanismo e o que nos foi trazido de retorno seria
3003 realmente essa coordenação do Ministério de Direitos Humanos e que traria esse
3004 protagonismo para definição das reuniões, já que não temos um regimento interno
3005 ainda consolidado. Eu procurei aqui no nosso decreto e na nossa lei e não
3006 consegui identificar essa coordenação com atividades está, da lei ou do decreto?
3007 E a outra questão que eu coloquei lá ontem também que vai um pouco ao
3008 encontro do que foi colocado pelo Caio é no sentido de que o SNPCT é um
3009 colegiado próprio não é, então eu não sabia até que ponto a gente teria
3010 legitimidade para discutir pautas e o próprio evento sem levar ao colegiado do
3011 SNPCT. Então o que nos foi trazido é que a gente estaria fazendo na verdade
3012 propostas para levar ao à reunião do colegiado e lá ser deliberado. Então essas
3013 questões foram colocadas e me parece que em relação ao regimento interno
3014 Maria Clara, eu também perguntei não é, já que eventualmente isso traria essa
3015 indefinição sobre regimentos, etc. e procedimentos, se a gente poderia criar um
3016 regimento interno e nos foi trazido também que isso pode ser tratado no âmbito do

3017 encontro, não é, mas a gente ficou um pouco sem saber como também e se daria
3018 tempo, não é. Então eu acho que o encaminhamento que o Paulo fez aqui é muito
3019 pertinente e vou reiterar aqui para vocês não sei o que vocês acham de a gente de
3020 repente fazer uma reunião extraordinária do CNPCT só para a gente debater esse
3021 tema de como vamos participar qual a finalidade e até para se debruçar um
3022 pouquinho melhor sobre esses regulamentos e saber as nossas possibilidades de
3023 participação de forma legítima.

3024 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3025 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Fernanda. Caio, eu só queria saber,
3026 posso ser com a mão levantada? Ah está, desculpa. Está, então Caio e depois
3027 você e depois Maria Clara.

3028 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
3029 - A Jaque apontou aqui, já tinha apontado para mim o dispositivo que foi colocado
3030 que é esse parágrafo 1º do artigo 2º, não é, que ele coloca a coordenação do
3031 CNPCT será exercida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
3032 Humanos na redação dada em 2019. Mas isso, no meu entender, não invalida o
3033 meu comentário anterior porque primeiramente, eu não usei a palavra ilegalidade
3034 eu usei a palavra legitimidade. Então, eu não estou pontuando isso no terreno da
3035 lei, da legalidade, mas no terreno da ética do pacto coletivo que nós entendemos
3036 que se estabelece quando a gente cria um espaço como esse. Então, dessa
3037 forma, o que o dispositivo diz é que a coordenação e aí não explicita o que é a
3038 coordenação. A coordenação é um papel burocrático, administrativo enfim, não
3039 diz. Mas a coordenação é do Ministério. De qualquer forma, a opinião do comitê
3040 dentro do sistema não é do Ministério continua sendo do comitê e é do comitê não
3041 do ministro presidente do comitê. Então, eu reforço a única coisa que eu estou
3042 pontuando é a importância de que a presentificação do comitê no sistema porque
3043 vejam como é sofisticado aqui é um colegiado de instituições lá é um colegiado de
3044 colegiados praticamente então vejam como é sofisticado assim a opinião vai se
3045 refinando e passando por vários filtros. Então, o que eu estou pontuando é que a
3046 presentificação do comitê no sistema a opinião do comitê no sistema não seja a

3047 opinião do Ministério seja a opinião nossa, seja a nossa opinião seja a opinião que
3048 é a tese que resulta de todas as nossas colocações aqui sobre o que a gente acha
3049 que é importante ou não dentro da pauta de prevenção e combate à tortura. Até
3050 porque pequeno comentário polêmico prevenção e combate à tortura não é
3051 desencarceramento não é sistema prisional é mais do que isso, embora a questão
3052 prisional no Brasil absurdamente seja a mais prioritária dentro do assunto, mas
3053 não é apenas não pode ficar restrita apenas é também luta antimanicomial é
3054 também sistema socioeducativo é também instituições de longa permanência de
3055 idosos então não esqueçamos da complexidade do assunto que a gente trata aqui
3056 é mais do que a questão desencarceramento.

3057 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3058 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada Caio, eu queria dizer que ontem na
3059 reunião foi uma coisa que eu pontuei de fato que o sistema enfim, porque como
3060 não tem o regimento interno do sistema e o sistema está sendo reestruturado aos
3061 poucos e tivemos poucas reuniões do sistema desde a história então o que é o
3062 sistema na verdade o sistema na verdade o desencarceramento é um ponto que
3063 se trata no sistema, mas o sistema na verdade é para a implementação de todas
3064 as normativas que o Brasil se comprometeu internacionalmente e inclusive para a
3065 formação e para a criação de comitês e mecanismos estaduais para o
3066 fortalecimento da prevenção e combate à tortura então eu acho que isso é
3067 importante para que a gente não se confunda uma pauta que é o
3068 desencarceramento com a implementação do sistema porque a implementação do
3069 sistema eu acho que é algo muito maior e parte também obviamente da questão
3070 de desencarcerar, mas a questão também de parar de prender pessoas então isso
3071 que tem que acho que está mais entendido, porque não adianta só a gente soltar
3072 se a gente continua prendendo nos mesmos moldes como a gente prendia então é
3073 isso que eu acho que tem que ser trabalhado no sistema, é como a gente previne
3074 a tortura, mas como a gente para de prender as mesmas pessoas é passar para o
3075 Paulo e depois para a Maria Clara está, então Maria Clara.

3076 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica**
3077 **Às Organizações Populares – GAJOP)** - Está, eu acho que de fato acho que não
3078 tem nenhuma ilegalidade nisso realmente, eu acho que o que a gente estava
3079 colocando aqui que seria bom e importante principalmente por conta da própria
3080 composição do sistema que a gente fizesse parte dessa construção
3081 conjuntamente de escolher a data escolher os temas enfim, tudo que já foi
3082 colocado aqui eu não vou nem me repetir mas eu queria colocar que vendo a
3083 resposta da Nana eu acho que fez bastante sentido se a prioridade foi indulto e
3084 realmente para ser antes da reunião do CNPC em setembro é um ganho a gente
3085 conseguir ter um indulto nesse ano assim, eu acho que essa é uma prioridade
3086 bem razoável faltou esse diálogo, eu acho, faltou essa compreensão, faltou a
3087 gente escolher isso como uma prioridade, faltou a gente ter essa compreensão de
3088 que as datas estavam dessa forma, faltou entender que a urgência do governo
3089 está sendo colocada no sistema mas até agora a gente não tem ainda a
3090 composição de todos os membros do governo nesse comitê faltou está tendo um
3091 descompasso que desde ontem a gente está falando de que forma as urgências
3092 estão se colocando, de que forma as prioridades estão sendo elencadas e como
3093 que a gente age estrategicamente eu não achei que algumas coisas não foram
3094 estratégicas, eu acho que o que o Paulo colocou sobre a gente conseguir articular
3095 os comitês estaduais seria bem relevante, assim, até para a gente dar mais força
3096 para o que a gente quer dessa reunião o indulto não é uma pauta palatável, a
3097 gente sabe, não é então como que a gente vai fazer com que isso seja estratégico
3098 a gente vai colocar alguma outra questão, assim, realmente tem essa questão da
3099 adesão do sistema como que isso vai ser colocado nessa oportunidade eu acho
3100 que é um pouco cansativo a gente ficar repetindo as mesmas coisas que a gente
3101 colocou aqui ontem inclusive quero reiterar que não é pessoalizado na fala, vou
3102 aproveitar essa oportunidade, não é, a presidenta falou várias vezes sobre a
3103 questão do interesse do governo a vice-presidenta, do interesse do governo de
3104 colocar essa pauta como prioridade mas quando a gente vê que a gente não
3105 consegue nem computar a composição aqui nos grupos de trabalho fazer com que
3106 eles não aconteçam essas coisas vão sendo um pouco desgastantes, então é só

3107 pra gente estar alinhado pra ter um comitê completamente operante pra que a
3108 gente possa dar esse gás também no sistema pra que a gente possa fazer essas
3109 conversas que precisam ser feitas com os outros órgãos eu acho que o indulto
3110 pode ser sim uma prioridade, a gente não conversou sobre isso, mas eu acho que
3111 faz muito sentido manter essa data se essa for a prioridade se a gente conseguir
3112 ter um indulto esse ano massa, eu acho que isso é um ganho quais são as outras
3113 coisas que a gente quer mostrar pro sistema, como que ele vai funcionar daqui pra
3114 frente pra que esses atropelos não aconteçam novamente, a gente está aqui bem
3115 aberto pra refinar esses acordos, a gente precisa que o governo também esteja e
3116 a gente entende que os tempos são urgentes, tem muita urgência realmente de
3117 projetos de lei de coisas acontecendo, mas a gente também não pode correr o
3118 risco de fazer as coisas no atropelo e perder algumas oportunidades enfim eu
3119 acho que a gente é bem pertinente esse encaminhamento da Fernanda de fazer
3120 essa reunião extraordinária pra gente afinar isso melhor e entender como que a
3121 gente vai construir isso pra de fato ser eficiente esse encontro e como que a gente
3122 vai articular os comitês estaduais, enfim vai ter um encontro também dos comitês
3123 e dos mecanismos, como que isso vai estar relacionado ao encontro do sistema
3124 tem muita coisa aí pra além dessas urgências dos tempos do presidente e do
3125 ministro e é preciso que o comitê esteja presente nessas decisões também, nesse
3126 espaço decisório é a primeira vez que eu estou ouvindo que essa data foi
3127 colocada por conta do decreto do indulto por conta de ser antes da reunião do
3128 CNPCP e a gente precisa só fazer parte desses processos decisórios e entender
3129 isso.

3130 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3131 **Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Maria Clara. Jaque.

3132 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
3133 **Resistência Contra O Genocídio) -** Bom dia eu entendo que porque eu fiquei
3134 aqui bem reflexiva em relação a fala do Caio quanto a legitimidade, para e aqui
3135 analisando o decreto entendo que dentro do sistema a importância do comitê ela é
3136 tamanha que inclusive o presidente do comitê é quem coordena o sistema e a

3137 única lógica que eu consigo identificar é exatamente essa, coordena o sistema
3138 nacional uma vez que o ministério não compõe o sistema, enquanto o ministério,
3139 mas compõe pelos seus representantes do comitê, entendo que é dada uma
3140 importância muito grande ao comitê dentro do sistema eu compreendo e acho
3141 louvável a boa intenção do governo e acho que isso é benéfico para todo mundo
3142 eu falei ontem e eu quero, sem ser repetitivo a retomar quando a gente fala de
3143 avanços eles são passos muito lentos, mas quando a gente fala em retrocessos é
3144 um estrago muito grande o mesmo decreto diz que o sistema tem que se reunir
3145 anualmente então se a gente já tem aqui a informação que a última reunião foi em
3146 2018 então quando a gente está falando de retrocessos nós estivemos todo esse
3147 tempo sem reunião sem articulação e no momento de extremos processos, assim
3148 não é então acho que é muito importante até mesmo considerando ressalto
3149 novamente a boa intencionalidade do governo que governos passam entendo que
3150 o mais importante para todos nós é a instituição efetiva da política pública para
3151 que isso fique inclusive aquém dos governos se a gente não respeitar o que está
3152 estabelecido é um risco, inclusive se nós tivermos um outro governo como o
3153 governo anterior então se não é um apego exacerbado à norma eu acho que é
3154 prudente é coerente e é o correto na verdade, então eu só peço para que a gente
3155 tenha essa compreensão de que na verdade sociedade civil também tem boas
3156 intenções e que o comitê também tem boas intenções e que é importante, para a
3157 prevenção e o combate à tortura que a gente foque verdadeiramente na política
3158 pública e é isso.

3159 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3160 **Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Jaque. eu acho que não tem mais
3161 ninguém inscrito, a gente pode partir para os encaminhamentos, mas eu só queria
3162 falar uma coisa em relação a fala da Maria Clara. Ontem na reunião, vou dizer o
3163 que aconteceu ontem na reunião que foi a partir daí que a gente soube mais
3164 informações sobre esse encontro foi dito pela Isadora que havia uma certa pressa
3165 para que a gente pudesse fazer medidas que de fato fossem eficazes mas ela não
3166 disse necessariamente neste momento que era por conta do indulto disse que sim

3167 que havia possibilidade de estar em uma conversa com o CNPCP em relação ao
3168 indulto e tem uma possibilidade inclusive desse indulto ser mais enfim,
3169 revolucionário como se pode dizer que tem uma abrangência maior o indulto,
3170 embora pode ser que ele não seja aprovado na sua totalidade mas que há
3171 possibilidade de levar essa minuta com uma abrangência maior e já é um texto
3172 bastante inovador em relação aos últimos indultos que foram aprovados que foram
3173 péssimos, mas não foi dito isso necessariamente olha, a gente vai fazer o
3174 encontro para então a gente formar uma minuta do indulto não foi isso que
3175 aconteceu lá naquele momento, ela falou que era isso, que eram medidas
3176 encarceradoras e aí outra coisa que eu acho que não falei aqui é que se tem uma
3177 ideia que eu acho que vai acontecer independente do nosso esforço e acho que
3178 até pontuei isso, sobre mutirões carcerários e aí eu disse ela, bom, então talvez
3179 essa não seja a prioridade do comitê e talvez não possa levar como uma
3180 prioridade do sistema isso é algo do ministério dos direitos humanos fazer os
3181 mutirões, e aí depois ela disse que havia uma possibilidade que eu acho que para
3182 mim é mais coerente que o mutirão carcerário ele seja feito depois do indulto,
3183 então a gente tem um indulto um decreto de indulto que é aprovado de uma forma
3184 que a gente assim espera mais abrangente, que envolva diversas vulnerabilidades
3185 das pessoas dos grupos mais vulneráveis do sistema, etc., vários pontos e aí a
3186 gente possa construir um indulto e inclusive um indulto um mutirão que seja
3187 acordado com os órgãos do sistema de justiça de algum certo modo, porque não
3188 adianta nada fazer um mutirão e um esforço tremendo, sendo que isso não vai ser
3189 não vai ter o resultado esperado então só queria dizer esses esclarecimentos em
3190 relação à reunião, eu acho que a gente fez uma reunião, mas a gente luta com a
3191 mesa diretora e tal, e a gente disse ao tempo inteiro que a gente precisava levar
3192 isso para o pleno então é isso que a gente está fazendo, e aí com o
3193 encaminhamento surgiu essa possibilidade que o Paulo levantou, de uma reunião
3194 extraordinária eu acho que isso pode ser feito, mas eu queria dizer também que a
3195 gente marcou uma reunião na segunda-feira com a mesa diretora e esse grupo
3196 que estava lá, inclusive para pensar no encontro, e nessa reunião a gente vai
3197 saber se a data de fato vai ser no dia 21 mesmo, ou se a gente vai ter a

3198 possibilidade de postergar essa data e aí a partir daí, eu acho que dessa reunião
3199 que a gente vai entender mais claramente isso, a gente pode também fazer depois
3200 a nossa reunião extraordinária, mas aí eu queria para a gente fazer essa reunião,
3201 eu queria entender o que é essa reunião extraordinária é uma reunião
3202 extraordinária do comitê que a gente vai chamar também, que é muito importante,
3203 tem vários peritos aqui do mecanismo, mas que a gente faça essa construção
3204 conjunta com o mecanismo, isso é óbvio, mas que eles também estejam nessa
3205 reunião extraordinária, mas se essa reunião extraordinária, a gente a nossa ideia é
3206 também chamar, por exemplo, a Isadora para reunião ou se é uma reunião do
3207 próprio comitê que costumam ser abertas, que são abertas, são públicas, mas
3208 qual que é o nosso intuito aqui da reunião, da gente pensar, da gente articular
3209 entre a gente, o que a gente quer com esse sistema a partir das informações que
3210 a gente vai ter de se vai ser nessa data ou não, e daquilo que a gente discutiu lá,
3211 ou se a gente quer retomar essa discussão com a Isadora e entender melhor, eu
3212 acho que talvez não seja muito profícuo isso, porque a gente já está fazendo isso
3213 agora e a gente pode, enquanto mesa diretora, levar essa discussão para o pleno
3214 e discutir no pleno e levar lá porque eu acho que tem uma tendência de reuniões
3215 muito grandes acabarem sendo, às vezes, pouco encaminhativas no sentido de
3216 construir uma coisa tão logo assim, mas eu queria entender qual que é a ideia e
3217 partir para o encaminhamento.

3218 **Interlocutora não Identificada** - A gente já tem opinião, mas eu acho que é a
3219 nossa, interna, entendeu? Com o mecanismo, pode ser, mas para a gente se
3220 ambientar assim, a gente, vocês tiveram essa reunião ontem e a gente não estava
3221 nem na pauta da nossa reunião ordinária, então acho que a gente primeiro precisa
3222 entender qual que é a nossa posição enquanto sociedade civil, enquanto pensar
3223 em conjunto com o mecanismo, é a minha opinião não sei o que vocês acham.

3224 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3225 **Trabalho e Cidadania – ITTC) – Paulo e Jaque**

3226 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
3227 **Do Norte – UFRN)** - Oi, então, eu acho que é isso, mas eu acho também ser
3228 interessante para essa reunião, a gente tem um momento que pudesse receber
3229 Isadora e os outros membros que também fazem parte do sistema, talvez um
3230 momento fechado do comitê para uma avaliação do que desejamos como é, mas
3231 eu acho que boa parte dessa avaliação talvez envolva alguns diálogos,
3232 esclarecimentos com outras pessoas que compõem o sistema, então acho que a
3233 ideia seria nessas duas nessa dupla direção e só porque eu já comecei a falar,
3234 tem uma outra questão que aparece tão nas falas, que talvez se a gente tem uma
3235 reunião extraordinária, talvez seja interessante também se debruçar sobre a nossa
3236 contribuição em torno do indulto então também teria um outro ponto que poderia
3237 se somar a esse não sei, fico pensando a partir das falas colocadas.

3238 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede De Proteção E**
3239 **Resistência Contra O Genocídio)** - Enfim eu acho muito relevante, pertinente
3240 quando é colocado talvez maior tempo para que se tenha uma maior articulação
3241 para que o comitê tome maior propriedade sobre a discussão, para que faça uma
3242 articulação com os mecanismos estaduais, eu acho isso de extrema relevância,
3243 mas só tenho uma preocupação em relação, você vai fazer uma reunião para
3244 discutir 21, porque assim, se já foi colocada pela coordenadora, por exemplo acho
3245 que tem uma tendência no meu entendimento, pode sair equivocada de
3246 manutenção da data de 21 acho que vai ser muito prejudicial continuar
3247 postergando então porque se é dia 21 e continuar fazendo reuniões e postergando
3248 então a reunião ainda vai ser mais prejudicada, porque 21 é amanhã praticamente
3249 a questão de tempo é amanhã então acho que talvez seria mais lógico entender
3250 porque o que eu entendo, tem uma ânsia do ministério pela retomada das
3251 reuniões do sistema tem uma concordância do comitê da necessidade de uma
3252 retomada das reuniões e do encontro do sistema o que está sendo questionado
3253 aqui na verdade é a forma a qual está sendo feita e a pouca incidência que o
3254 comitê está tendo nesse processo não é a reunião em si então eu penso que
3255 postergar a reunião a gente vai ter desgaste, gastar energia a gente, enquanto

3256 mesa diretora vai ter mais desgaste, gastar energia e se manter a gente vai ter
3257 uma reunião ainda mais prejudicada, penso que talvez seja mais coerente, está
3258 isso, vamos seguir dia 21 e da situação que a gente tem o que a gente faz agora,
3259 o que a gente discute a partir daqui, eu acho que tem que ter um
3260 comprometimento de que a gente vai construir isso coletivamente respeitando as
3261 instâncias e a incidência do comitê, a participação efetiva do comitê no sistema,
3262 eu acho que seria mais efetivo do que gastar energia com mais reuniões eu
3263 particularmente estou cansada de tanta reunião com tantas discussões e a gente
3264 volta na verdade nas mesmas inquietações desrespeito ao pleno, desrespeito ao
3265 comitê, desrespeito à sociedade civil sabe, acho que a gente precisa avançar a
3266 partir disso, porque eu não acredito e nem quero acreditar que há má intenção de
3267 ninguém aí, sabe, então eu acho assim vamos seguir pra frente, está, tudo bem,
3268 começamos errado, mas tudo bem, vamos reconhecer e vamos seguir Aqui, legal,
3269 aqui, parceiro daqui para frente, acho que é isso.

3270 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3271 **Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Jaque. Eu acho que, vou passar para
3272 a Patrícia, mas acho que assim, eu acho que a gente tem que assumir que vai ser
3273 dia 21, pode ser que seja postergado ou não, mas ainda assim, a data dessa
3274 reunião extraordinária aqui, que acho que seria daí então para construir o que a
3275 gente quer, tem que ser tão logo, não é? Semana que vem, porque é isso, pode
3276 ser que seja mesmo dia 21 e a gente tem que se articular para convidar as
3277 pessoas que a gente acha interessante, para pensar no que a gente quer nesse
3278 encontro.

3279

3280 **Sra. Patrícia -** Então, pessoal, acho importante também trazer para todo mundo
3281 que, assim, a gente fez uma reunião com a Isadora na segunda-feira, porque na
3282 reunião que a gente teve dos procedimentos, a gente ficou sem entender e, assim,
3283 eu tive dificuldade, coloquei isso na reunião, de entender qual era o objetivo. Já
3284 tive dificuldade de entender porque a reunião do dia 23 caiu de paraquedas.

3285 Porque a gente teve uma reunião do comitê no dia 30 e 31 de maio. E aí eu trago
3286 uma preocupação aqui, já aproveitando que está sendo gravada, que fica gravada
3287 para constar na ata, que depois não diga que o comitê não quis participar, que não
3288 deu a importância, porque a gente sabe muito bem como é que isso rola. Então,
3289 assim, a gente precisa ter esse entendimento porque, se a gente teve a reunião, a
3290 gente ficou sabendo no dia 19 de junho. Tem que mandar os nomes até 5 horas
3291 da tarde, que foi assim. A primeira pessoa a mandar o nome fui eu. E aí comecei a
3292 conversar com os outros mesmos, falando, todo mundo tem que estar, todo
3293 mundo tem que estar. Foi assim. E aí, enfim, só que a gente precisa estar muito
3294 alinhada, muito alinhado. E falo muito isso porque, assim, essa não será a
3295 primeira nem será a última vez. Isso já aconteceu em gestões anteriores do
3296 Comitê Nacional. Isso já aconteceu. Agora, cabe a nós também dar diretriz da
3297 linha do jogo. A gente não quer mais que aconteça. Então, se tiver que mudar
3298 vírgula, a gente vai mudar vírgula. E ficou bem claro que a reunião do dia 21 vai
3299 acontecer. Essa reunião a gente não vai mudar. Entendeu? Então, assim, ou a
3300 gente trabalha para dizer que a gente quer na reunião do dia 21 as nossas
3301 diretrizes ou a gente não vai estar na reunião e vão ser outras diretrizes. Então,
3302 assim, todo mundo precisa ter isso muito bem claro. Entendeu? E quem vai dar a
3303 regra do jogo somos nós, já que a gente não conseguiu no dia 23 saber quem
3304 eram os convidados, porque nada disso passou pela gente, agora vai ser
3305 diferente. E é assim que a gente vai fazer. Como a gente vai articular de comitês e
3306 mecanismo com comitês e mecanismo, porque é assim que sempre foi, é assim
3307 que eu sempre defendi isso. É assim que a gente tem que participar. Não é só
3308 constar. É isso. Acho que eu fiz essa fala para ficar bem na mente de todo mundo,
3309 para todo mundo lembrar. Então, assim, a gente precisa construir os pontos. Outra
3310 coisa que eu falei na reunião ontem. Na reunião de 2018, na carta de Brasília, saiu
3311 todas as diretrizes de como era a criação de comitês e mecanismo, qual era a
3312 atribuição de um, qual era a atribuição de outro. Independentemente de quem
3313 esteja no comitê hoje e quem esteja no mecanismo. Foi uma carta construída pelo
3314 órgão, não foi pessoal. Então, assim, é uma estrutura de órgão. E é isso que a
3315 gente vai seguir.

3316 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
3317 **Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Obrigada, Patrícia. O encaminhamento que foi
3318 feito aqui, então, vai ser que vai ser uma reunião extraordinária, não é? Acho que
3319 tem que ser na semana que vem. A gente tem aqui no nosso regimento interno um
3320 prazo para fazer a reunião extraordinária. Eu não lembro direito quanto que é o
3321 prazo que a gente tem que fazer para solicitar a... Vocês sabem? Alguém sabe? É
3322 da última resolução que... Cinco dias? Cinco dias contados hoje, a gente tem
3323 quinta-feira. Então, a gente pode marcar para quarta ou quinta-feira a nossa
3324 reunião extraordinária. Hoje é quinta, segunda, terça. Até quarta ou quinta-feira a
3325 nossa reunião. Não sei que dia é que... Não, mas a ideia era que, na verdade,
3326 fosse do comitê como modo geral, não é? Não dessa sociedade civil só. Então, a
3327 gente pode marcar para quarta-feira essa reunião virtual, não é? Que horário aqui
3328 para as pessoas é um horário razoável de reunião? Que dia foi? Dia 27? Então, a
3329 gente pode marcar dia 27, daí dá uma semana daqui dia 27. Eu acho que a gente
3330 podia marcar às nove da manhã, na minha opinião, está? Daí até meio dia é um
3331 horário razoável para a gente terminar a reunião. Então, a gente fica com esse
3332 encaminhamento. Acho que ninguém teve uma oposição aqui em relação a esse
3333 encaminhamento de dia 27 a gente fazer uma reunião extraordinária e a gente já
3334 vai ter mais informações também. É 27, quinta-feira. Quinta, para ter uma semana.
3335 De hoje. E aí a gente já vai ter mais informações também sobre a reunião que a
3336 gente vai ter com a Isadora na segunda-feira. Bom, acho que ninguém tem... Não
3337 sei se mais alguém tem mais algum ponto para tratar sobre isso, mas eu acho que
3338 a gente já pode passar para a apresentação, para o próximo ponto de pauta, que
3339 seria a apresentação do mapeamento feito pelo mecanismo. Então, vocês têm a
3340 palavra para fazer a apresentação de vocês.

3341 **Interlocutora não Identificada -** Primeiramente, bom dia a todas, todos e todes.
3342 Para essa apresentação do mapeamento, foram convidados também os
3343 mecanismos estaduais que participaram dessa construção, porque foi uma
3344 construção conjunta de quatro mecanismos, o nacional de Rondônia, do Rio de
3345 Janeiro e da Paraíba. Então, infelizmente, o Breno da Paraíba não vai poder estar,

3346 porque ele está doente. Ele ia participar da apresentação também, mas não vai
3347 conseguir. Mas quem vai começar a apresentação é a Nathália, do mecanismo do
3348 Rio, que está online. Então, Nath, te passo a palavra para você iniciar aí.

3349 **Sra. Nathália** - Bom dia.

3350 **Interlocutora não Identificada** - Tem um PowerPoint que a gente enviou. Eu
3351 estou com o PowerPoint.

3352 **Sra. Nathália** - Bom dia a todos e a todas e a todes. Meu nome é Nathália, eu sou
3353 aqui do mecanismo do Rio de Janeiro. Bom, a gente, só para fazer um breve
3354 histórico, eu acho que já pode ir para o segundo, acho que pode ir para o segundo
3355 slide. Só para apresentar um pouco da história desse mapeamento em si. Ele não
3356 começou esse ano, na verdade. Ele começou em 2022, para quem não recorda,
3357 em 2022, no começo do ano, o Subcomitê de Prevenção e Combate... Subcomitê
3358 de Prevenção à Tortura. Ele esteve no Brasil para uma visita, enfim, sui generis,
3359 no qual, ao invés de fazer as visitas típicas, eles vieram numa missão para
3360 fortalecimento dos mecanismos, especialmente, porque na época estava tendo
3361 desmonte. Então, a gente fez esse primeiro documento, para apresentar um
3362 quadro geral do sistema, como estava a implementação dos comitês e dos
3363 mecanismos, não só a nível nacional, mas a nível estadual também. E, esse ano,
3364 a gente teve um encontro na Paraíba, de mecanismos, no qual a gente tirou como
3365 um dos nossos encaminhamentos de ações conjuntas para desatualizar esse
3366 levantamento que estava desatualizado por quase dois anos, um pouco mais, e
3367 fazer com que ele seja público, para que não fique restrito só entre nós que
3368 estamos operando, mas que também ajudasse a dar algumas diretrizes para a
3369 implementação. Então, só para explicar a metodologia que a gente teve para
3370 fazer, a gente usou múltiplas fontes, a gente... Desculpa. Obrigada.

3371 **Interlocutora não Identificada** - Há uma interferência aqui no som. Pedir para o
3372 pessoal arrumar e voltar um pouquinho a sua fala, por favor.

3373 **Sra. Nathália** - Volta de onde? Volta de onde?

3374 **Interlocutora não Identificada** - Não, você começou com a metodologia.

3375 **Sra. Nathália** - Está. Então, a gente estava usando... A gente usou metodologias
3376 múltiplas para fazer em múltiplas fontes. Então, a gente se valeu das leis a nível
3377 estadual, para ver como é que estavam sendo estruturadas, não só leis, como
3378 decretos também, resoluções, qualquer normativa que estivesse sendo feita, que
3379 fosse referente e estivesse já valendo, e que tivesse referência aos mecanismos e
3380 comitês a gente usou. A gente também se valeu, obviamente, da nossa própria
3381 experiência de implementação do sistema como um todo, mas também... Tanto
3382 dos problemas encontrados pelos mecanismos estaduais quanto por problemas
3383 que foram enfrentados em outros estados. Esse entendimento também contou,
3384 óbvio, com a troca que os mecanismos fazem entre si e o que o mecanismo
3385 nacional faz com os próprios estados e com a sociedade civil, especialmente. E o
3386 mapeamento que levasse em conta também quais são os impasses que os
3387 mecanismos e comitês já ativos têm enfrentado e também quais foram as
3388 estratégias e que fatores foram importantes ao longo desses 12 anos desde que o
3389 primeiro mecanismo foi criado, ao longo desse ano, para que a política se
3390 sustentasse e se expandisse. Essas informações, a gente, óbvio, comparou elas e
3391 mediu elas em relação às diversas normativas e indicativos que você tem para os
3392 mecanismos. Então, a gente usou a Resolução 5 do Comitê Nacional, mas a
3393 gente também se valeu, obviamente, do APCAT e também das recomendações
3394 feitas tanto nos manuais de instituições como a APT, que são responsáveis pela
3395 implementação de grande parte dos mecanismos a nível global, como também as
3396 recomendações dos organismos internacionais e, principalmente, Relator Contra a
3397 Tortura, Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o próprio Subcomitê de
3398 Prevenção e Combate à Tortura. Pode passar. Pode passar o slide? Por favor.
3399 Bom. E aí alguns pontos para a gente elaborar aqui brevemente, que, obviamente,
3400 eles vão retornar na apresentação, mas dessas várias recomendações e
3401 normativas, a gente conseguiu depurar algumas diretrizes gerais comuns a elas
3402 todas. Então, o primeiro, que é a independência funcional de qualquer autoridade
3403 estatal, principalmente as que administram o Espaço de Privação de Liberdade e

3404 Forças de Segurança Pública. Isso vai se subdividir em uma série de eixos que
3405 são importantes para a política ter efetivamente autonomia. Primeiro, que eu acho
3406 que a gente tem feito mais incidência nos últimos tempos, é em relação à
3407 presença de instituições que administram Espaços de Privação de Liberdade ou
3408 de Segurança Pública nos comitês. Lembrando que os comitês selecionam os
3409 peritos do mecanismo, então, obviamente, eles têm uma gestão e uma
3410 responsabilidade considerável com a política, em cima especialmente do órgão
3411 que vai fazer a fiscalização, e é uma limitação ou um possível risco à autonomia
3412 dos peritos eles serem escolhidos diretamente por aqueles que vão ter suas
3413 instituições fiscalizadas ou que são autores prioritários de tortura. O segundo
3414 ponto que a gente colocou em relação, e aí também ainda quanto à independência
3415 funcional, e isso é comum a nível estadual e aconteceu, obviamente, a nível
3416 federal com o mecanismo de insumo com desmonte, que é também a
3417 independência funcional significar não sofrer pressões para atuar de uma
3418 determinada forma. E essa pressão pode se materializar de diversas formas, pode
3419 ser o risco de desmonte, redução de insumos, tudo isso que pode vir a acontecer,
3420 e tudo isso já aconteceu com os mecanismos estaduais e com o nacional também
3421 durante o último governo, é justamente você enxugar recursos ou impedir, por
3422 exemplo, determinadas missões por conta da pauta ser relacionada a direitos
3423 humanos e ter uma perspectiva mais crítica. Outro ponto em relação à
3424 independência funcional, o que é central é a garantia de tempo de mandato para
3425 os mecanismos e aí, para os peritos, e aí é não ter mandatos indeterminados,
3426 existem alguns locais que os mandatos são indeterminados, então é evitar, evitar
3427 não, é não ter mandatos por tempo indeterminado, porque, obviamente, a
3428 indeterminação faz com que não só você passe mais tempo do que é razoável
3429 dentro do mecanismo, que obviamente pode afetar a sua independência, como
3430 também pelo fato de tanto a exoneração quanto a nomeação serem de caráter
3431 muito pessoal e da administração, que é um problema. O outro ponto que vale
3432 colocar é que também é importante no quesito autonomia que seja meramente, o
3433 ato de nomeação seja meramente formal e que seja o comitê como um todo a
3434 estabelecer os critérios que devem ser os mais objetivos possíveis para a escolha

3435 dos mecanismos. A gente não pode esquecer que o mecanismo, de forma geral,
3436 ele tem um papel de monitorar o Estado e os serviços que estão ali dentro do
3437 sistema prisional, então vai passar por uma série de outros setores que não só a
3438 administração, então é importante a participação principalmente das instituições
3439 da sociedade civil na eleição e que essa eleição ela tenha um caráter que possam
3440 ter critérios determinados. Que você possa entender por que cada pessoa foi
3441 escolhida e que assegure o máximo possível de neutralidade e impessoalidade
3442 nessa seleção. Outra questão aqui em relação a recursos necessários e a
3443 autonomia para utilizar o orçamento. Alguns mecanismos têm hoje orçamento
3444 próprio, mas só parte de nós e a infinita minoria que conseguem, de alguma
3445 forma, dirigir para onde esse orçamento vai ser aplicado. Se ele vai para missões,
3446 se ele vai para material, para onde ele vai. Então, esse é potencialmente um dos
3447 pontos mais, se não o mais cumprido no país, que é a autonomia orçamentária
3448 dos mecanismos e é um ponto central justamente para que a gente possa elaborar
3449 um planejamento eficaz e efetivo de forma autônoma do Estado. E,
3450 principalmente, da pasta na qual a gente se localiza. Outro ponto que também é
3451 importante aqui. Estrutura material e de pessoal. Os mecanismos têm uma
3452 quantidade irrisória de peritos em todos eles, se comparado só a um tipo de
3453 privação de liberdade, que é a prisão. Você já tem um número muito aquém, todos
3454 nós. O nacional tem 11, mas todos nós estamos entre seis e três no país e a gente
3455 vai ver que tem previsões até de dois integrantes só no mecanismo. Enfim, isso é
3456 um critério que precisa ser pensado na hora de você estruturar, que seja possível
3457 que nós consigamos dar conta. Outro ponto importante em relação à parte de
3458 pessoal é que os mecanismos deles são absolutamente desestruturados em
3459 relação à assessoria. A grande maioria dos mecanismos, eles têm que fazer toda
3460 a sua parte administrativa, de secretariado, mais a parte política e de
3461 planejamento. Então, acaba que há uma sobrecarga e os peritos terminam por
3462 fazer funções que poderiam estar aquele tempo sendo utilizado porque
3463 efetivamente é a nossa função. Então, por exemplo, a necessidade de presença
3464 de pessoal, de equipe de apoio em todos os mecanismos é um outro eixo central.
3465 Quando a gente está falando aqui de estrutura material, a gente está falando de

3466 questões muito básicas que a maioria dos mecanismos também não tem. Câmera
3467 para poder tirar foto, computadores o suficiente para equipes. Em alguns casos,
3468 depois a gente vai falar dos mecanismos, isso vai ficar mais perceptível. Sala para
3469 alguns mecanismos. Um outro exemplo, diária para poder fazer tantos
3470 deslocamentos para missões quanto deslocamentos para reuniões políticas,
3471 interestaduais ou internacionais se necessários. Então, a gente tem todo um apoio
3472 de material que também é deficitário no país inteiro. São pouquíssimos que sequer
3473 têm carro para poder fazer visita. É importante, óbvio, cuidar de gênero e raça
3474 para a nacional região também. Isso aqui, não é? Essa parte de perito com
3475 habilidades e conhecimentos necessários. Esse ponto aqui é superimportante
3476 porque isso não é sinônimo de conhecimento acadêmico, não é? A gente não está
3477 falando aqui de formação acadêmica. A gente está falando aqui, inclusive, de que
3478 pode não ter sequer completado a escolaridade de ensino médio, mas, ainda
3479 assim, ter um notório saber no campo de direitos humanos, de prevenção e
3480 combate à tortura. Então, o que a gente está fazendo, falando aqui, é de uma
3481 pessoa que possua um acúmulo considerável de conhecimento no campo de
3482 prevenção e combate à tortura, privação e liberdade ligada a direitos humanos,
3483 especificamente. As legislações, por óbvio, precisam ser, e aí é outra falha geral,
3484 não é? Elas precisam ser o mais completas possíveis em relação tanto à nossa
3485 estabilidade e violabilidade de posições, que eu esqueci de colocar no primeiro
3486 ponto, mas é um ponto importantíssimo que os mecanismos tenham violabilidade
3487 de posições e eles tenham que ser, na verdade, exonerados por um processo
3488 administrativo, que garanta maior estabilidade para a gente, como, por exemplo,
3489 que isso ocorra caso tenha desvio de função, improbidade ou que o mecanismo
3490 ocasione, por exemplo, violações de direitos humanos. Isso, sem dúvida, são
3491 casas que merecem passar por processo administrativo, mas que isso seja claro
3492 também na lei, que isso seja perceptível. Quais são os critérios de exoneração?
3493 Quais são os critérios de admissão? Quais são as nossas funções prerrogativas e
3494 deveres? Em relação, então, é isso. E é importante que sejam leis, e não
3495 decretos. A gente tem muitos mecanismos regulados ou criados por decreto, a
3496 grande maioria do país, na verdade. Isso é extremamente problemático porque

3497 gesta exatamente o que aconteceu em 2019 com o mecanismo nacional, que é
3498 uma canetada destruir um sistema inteiro, ou quase destruir. O último ponto é que
3499 a presença de grupos de maior risco, isso também tem a ver com o fato da
3500 habilidade, conhecimento, não se confundir com o ensino universitário ou trajetória
3501 acadêmica, porque é muito importante a presença de pessoas que sofreram
3502 diretamente tortura ou foram familiares de pessoas torturadas, e a gente está
3503 falando de sobreviventes de espaços de privação de liberdade e familiares de
3504 pessoas privadas de liberdade. E, por fim, a garantia de deveres e prerrogativas
3505 mínimas. Tem as que são inerentes à nossa função e sim à execução de nossa
3506 função, que é poder acessar todos os espaços, ter acesso a todas as
3507 documentações, tirar fotos, isso é relativo à nossa função. Mas tem outras
3508 prerrogativas que são inerentes à segurança do nosso cargo, como, por exemplo,
3509 uma delas é a inviolabilidade, o outro, obviamente, é o princípio de não causar
3510 danos. Mas, fundamentalmente, são as prerrogativas que garantem que a gente
3511 tenha maior segurança e menor ingerência em relação ao nosso orçamento, tanto
3512 orçamentária quanto política, dentro do órgão. O último ponto, que é, obviamente,
3513 grande parte disso, inclusive a autonomia é importante em relação ao comitê
3514 também, e isso, o comitê, ele pode ser materializado, ele é materializado
3515 principalmente pela presença majoritária de sociedade civil. E isso foi um ponto
3516 que a gente entendeu ser bem importante de trazer também, que é o fato de, hoje
3517 os comitês, o que tem a maioria dos comitês que está paritário, ou acima, eles têm
3518 a composição de administração indireta como parte da sociedade civil. E, na
3519 verdade, é um terceiro grupo isso. Então, o majoritário de sociedade civil ou
3520 equiparado é a sociedade civil no sentido mais “clássico”, que aí a gente está
3521 falando aqui de, óbvio, associações, fundações, organizações não
3522 governamentais e movimentos sociais, o que perpassa também por uma redução,
3523 para garantir a presença de movimentos sociais, de um menor grau de burocracia,
3524 como, por exemplo, a exigência de CNPJ não ser obrigatória. Eu acho que, para a
3525 primeira parte, só para um panorama geral, acho que é isso. Faça a palavra para
3526 os colegas.

3527 **Interlocutora não Identificada** - Pode passar o slide, por favor? Então, essa é a
3528 parte do mapeamento dos mecanismos ativos no país. Então, atualmente, temos
3529 apenas cinco mecanismos preventivos ativos. Além do nacional, temos Acre,
3530 Rondônia, Paraíba, Rio de Janeiro e Pernambuco, que passou recentemente por
3531 um processo também de desmonte, que está atualmente desativado. Mas chegou
3532 a ser implementado. O restante são locais em que não houve nenhuma
3533 implementação de mecanismo. Então, vocês veem um mapa bem monocromático,
3534 porque pouquíssimos mecanismos de fato atuantes dentro do país. Pode passar,
3535 por favor, a próxima? Uma questão que a Nath colocou sobre o número de peritos
3536 integrantes. Três dos mecanismos atuantes têm apenas três integrantes em sua
3537 composição. Três pessoas é o mínimo para fazer uma inspeção, principalmente
3538 unidades grandes. Não é possível fazer uma inspeção com menos de três
3539 pessoas, e três pessoas é muito pouco, na realidade, para fazer uma inspeção em
3540 unidade de mil, dois mil, três mil pessoas, que existem. Estou vendo aqui o
3541 pessoal do Mato Grosso acenando, porque sei que tem unidades enormes. E não
3542 só isso. Se você tem apenas três profissionais, como que faz se um adoecer?
3543 Como que faz para revezar? Então, por exemplo, são os mesmos profissionais
3544 que vão sempre ter que fazer as inspeções e os relatórios. Então, você
3545 impossibilita algum tipo de revezamento dentro da equipe. Se alguém adoecer ou
3546 está de férias, já são dois. Então, é realmente inviável pensar, independentemente
3547 do tamanho do Estado, mecanismos apenas com três integrantes em sua
3548 composição. Pode deixar, por favor? 14 unidades da Federação não possuem
3549 previsão legal de implementação de mecanismos preventivos. Então, não tem
3550 sequer uma legislação que preveja isso dentro do cenário. Pode passar, por favor.
3551 Nós temos apenas um mecanismo no Brasil, que é ligado ao poder legislativo, que
3552 é o do Rio de Janeiro. O restante é ligado ao poder executivo. Inclusive, a nossa
3553 recomendação é de que os mecanismos não têm uma receita de bolo, certo?
3554 Então, eu acho que isso é uma avaliação. A gente sempre fala isso muito com os
3555 Estados, que precisa haver uma avaliação de onde os mecanismos vão ter maior
3556 possibilidade de autonomia. Então, isso precisa ser feito na discussão com a
3557 sociedade civil, com os poderes e autoridades públicas, para fazer uma avaliação

3558 política. Pode ser do legislativo, pode ser do executivo. Existe possibilidade
3559 também de criação de autarquias. Está dando uma interferência de som? Vou
3560 esperar. Ao menos um Estado da Federação, o Espírito Santo, previu dentro da
3561 sua legislação a criação de mecanismos sem remuneração para os integrantes,
3562 que inclusive é uma questão que foi julgada na DPF 607, pelo STF, quando do
3563 desmonte do mecanismo nacional. E a gente entende que isso é a forma de ferir a
3564 autonomia, evidentemente, dos mecanismos, até porque o próprio APCAT prevê a
3565 necessidade de autonomia financeira e de recursos orçamentários. Então, nem
3566 todas as previsões legais a gente quer que se concretizem. Esse é um exemplo de
3567 uma previsão legal que a gente não quer que se concretize. Isso precisa passar
3568 por uma alteração e a gente não vai jamais legitimar a criação de mecanismos
3569 sem remuneração para os integrantes. Esse é um órgão técnico com integrantes
3570 remunerados e isso é uma condição da qual a gente não pode abrir mão. Houve
3571 em Rondônia, depois se a Rose, no momento da fala dela, se ela quiser
3572 complementar, eu vou falar aqui mais na generalidade e muito rápido, depois se
3573 vocês também quiserem nas perguntas, a gente pode detalhar melhor como
3574 aconteceu. A Ana também está aqui, que estava na época no mecanismo de
3575 Rondônia. Ela saiu, mas enfim. Em Rondônia, teve uma tentativa bem forte, na
3576 verdade, de entrada de profissionais de segurança, policiais penais, policiais
3577 militares. No mecanismo, chegaram a se inscrever e precisou haver uma
3578 mobilização bastante forte da sociedade civil em torno disso para barrar essas
3579 candidaturas e depois houve um entendimento por parte do Ministério Público de
3580 Rondônia que isso configuraria improbidade. Então, eles deram uma decisão, um
3581 parecer que de fato cria um precedente muito importante, no sentido de que não é
3582 possível que profissionais de segurança, ainda que estejam na reserva, possam
3583 se candidatar como peritos do mecanismo. Evidentemente, de novo, a gente volta
3584 na questão da autonomia, é muito evidente porquê que pessoas que têm trabalho
3585 no campo da segurança não podem compor um órgão que é fiscalizatório em sua
3586 natureza. Maranhão tem previsão legal de um mecanismo com apenas dois
3587 integrantes, então, isso também é complicadíssimo, não chegou a se concretizar,
3588 até teve uma seleção, mas nunca foram nomeados. Maranhão, um estado

3589 complicadíssimo, é muito preocupante, realmente, uma previsão com apenas dois
3590 integrantes. Além do nível de disposição que isso gera para os profissionais,
3591 apenas duas pessoas, totalmente expostas em um estado com um cenário
3592 absolutamente complexo. A falta de autonomia na seleção realizada pelo comitê,
3593 esse também é um caso que a gente tem concretamente em Rondônia, porque a
3594 decisão do comitê não é a última decisão que vale, é bem complexo na verdade o
3595 processo seletivo de Rondônia, mas, em resumo, forma-se uma lista a partir da
3596 seleção do comitê, mas quem escolhe dentro dessa lista é o governador, e ele não
3597 precisa seguir o critério de classificação. Então, ele tem liberdade ali para fazer a
3598 escolha, como ele bem entende, e uma das questões principais da autonomia do
3599 mecanismo, da garantia de autonomia dos mecanismos, é que os seus integrantes
3600 são selecionados por um órgão colegiado com maioria ou, pelo menos, paridade
3601 de sociedade civil. Então, precisa haver limites muito claros em relação à
3602 interferência que o governo pode ter, que os governos podem ter na seleção dos
3603 mecanismos. E isso é, obviamente, uma forma, a primeira forma de você garantir
3604 que vai ser uma seleção isenta e não uma forma de aparelhamento desses
3605 órgãos. Existe também um quadro bastante grave atualmente, principalmente nos
3606 estados, de fragilização dos mecanismos que estão ativos. Eu acho que,
3607 atualmente, os que estão enfrentando uma situação mais complicada nesse
3608 sentido é, primeiramente, a Paraíba, até uma pena realmente que o Breno não
3609 esteja, porque a Paraíba é um caso bastante emblemático, porque já atua, há
3610 mais de um ano, apenas com dois peritos, sendo que tem uma lista de peritos já
3611 selecionados, que não foram nomeados pelo governador. Agora vai ficar com
3612 somente um, porque um mandato acabou. Então, na expectativa de serem
3613 apontados novos, uma questão de falta de estrutura. Paraíba também, porque é
3614 muito emblemático o caso da Paraíba, eles não têm sala. Eles não têm sala.
3615 Então, literalmente, colocaram eles depois de muita insistência na recepção da
3616 Comissão de Direitos Humanos, do Conselho de Direitos Humanos, não foram
3617 isso? Não tem nem computador, não tem internet, ou seja, não é um lugar de
3618 trabalho, as pessoas nem têm como ir para lá trabalhar porque não tem internet. E
3619 trabalham com um computador próprio. Então, obviamente, não é concretamente

3620 você garantir um espaço de trabalho para eles. Os salários são baixíssimos, são
3621 irrisórios para uma profissão e um trabalho que é extremamente desgastante do
3622 ponto de vista pessoal, mental, físico e emocional, além de ser um trabalho que
3623 tem seus riscos envolvidos, um trabalho extremamente pesado, que exige uma
3624 dedicação bastante grande, um conhecimento bastante específico. Então,
3625 também, isso é uma questão que acaba não atraindo, talvez, perfis e fragilizando
3626 as pessoas que estão naquela estrutura. A ausência completa de orçamento e de
3627 apoio, eu acho que, principalmente, Rondônia e Paraíba têm um problema muito
3628 sério em relação a questão de orçamento. O Rio também tem uma questão de
3629 dificuldade de acesso ao orçamento, apesar do orçamento existir. O nacional já
3630 passou por alguns momentos complicados. Obviamente, isso foi uma ferramenta
3631 usada na época do desmonte, você tirar o orçamento, você negar viagens, etc.
3632 Atualmente, a gente está em uma situação bem mais tranquila. Historicamente, eu
3633 acho que é a melhor situação de orçamento que a gente já teve. Mas os estados
3634 têm sofrido enormemente com isso. A ausência de apoio técnico, foi um pouco
3635 isso que a Nath já disse, a acumulação de várias funções. São as funções
3636 secretariadas, as funções administrativas, revisão de texto, diagramação. Tudo
3637 isso, os próprios peritos é que fazem, e que fazem rodar basicamente a estrutura
3638 do órgão. Nós, no nacional, eu acho que o nacional é o único que conta com
3639 algum tipo de apoio. Então, a gente tem duas funcionárias terceirizadas, pelas
3640 quais a gente lutou muito. A gente tinha só uma até o início desse ano, mas com
3641 muita briga a gente trouxe mais uma. Ainda assim, é muito limitado, porque a
3642 estrutura da administração pública federal não é simples. Então, uma boa parte do
3643 trabalho, não só a coordenação, mas todos nós fizemos trabalho administrativo. A
3644 coordenação concentra mais, mas acaba que todos os peritos fazem uma parte de
3645 trabalho administrativo e, obviamente, a gente não tem informação para isso e a
3646 gente tem que correr atrás e, em alguns momentos, em vez de escrever relatório,
3647 em vez de estar fazendo uma inspeção, a gente está fazendo um trabalho
3648 burocrático. A dificuldade de interiorização da atuação dos mecanismos estaduais,
3649 isso se dá, muitas vezes, pela negação de diárias ou por diárias extremamente
3650 baixas, que é o caso, principalmente, de Rondônia e da Paraíba. As diárias que

3651 existem para viagens dentro do Estado são irrisórias. Elas não, de fato, pagam
3652 para trabalhar, se for por interior, porque não se paga uma hospedagem.
3653 Rondônia é um Estado extremamente complexo, não é um Estado simples de se
3654 viajar, não é um Estado barato também. Então, assim, é praticamente
3655 impossibilitada a interiorização da atuação. Não ter carro também. O mecanismo
3656 da Paraíba, várias vezes, tem que ir com carro próprio. Rondônia também tem
3657 dificuldade de ter carro, o que é, obviamente, um fator de risco enorme para os
3658 peritos. E, de novo, vai dificultar, por exemplo, quando é um local mais isolado,
3659 etc. A não recomposição das equipes, que eu já tinha falado que é, no caso,
3660 principalmente da Paraíba, que tem a não recomposição de equipes, mas nós
3661 mesmos estamos aqui no Nacional com uma situação de não recomposição de
3662 equipes, já tem, mais de um ano, estamos com nove em vez de onze. E foram
3663 pouquíssimos os momentos, inclusive, que a gente historicamente teve onze
3664 dentro do mecanismo nacional. Então, são várias formas de fragilização dessas
3665 estruturas. Pode passar, por favor. Agora eu vou passar para o Rogério, que ele
3666 vai fazer essa parte.

3667 **Sr. Rogério** - Bom dia para todas. Então, dando sequência, agora a gente vai falar
3668 um pouquinho dos comitês estaduais. O cenário, o mapinha até parece até mais
3669 reconfortante, mas o cenário não é tão confortante assim. Embora a gente veja,
3670 começando pela região norte do país, uma prevalência maior de comitês, a
3671 existência de comitês, atualmente não estão implementados. Roraima, o Pará e o
3672 Amapá. Na região nordeste, a gente tem ali que não estão em funcionamento os
3673 estados Piauí e Bahia. Acho que tem um erro aqui. É, Maranhão e Bahia,
3674 desculpe. Maranhão e Bahia, minha leitura que é o erro. Na região sudeste, a
3675 gente tem Minas Gerais, também não está implementado. Toda a região sul não
3676 há previsão legal e São Paulo também não tem previsão legal. E, analisando, os
3677 23 estados que têm, pode passar, por favor. Analisando, então, os 23 estados que
3678 têm previsão, alguma previsão legal entre decreto e lei, apenas o Acre, o Rio de
3679 Janeiro e Rondônia é que não tem, dentro da sua composição, algo que o Carol já
3680 menciona, a presença de forças de segurança, sejam elas, Secretaria de

3681 Segurança Pública ou Secretaria de Administração Prisional. Para a gente, isso é
3682 bastante preocupante, reforçando o que o Carol falou, à medida em que os
3683 comitês são os responsáveis por fazer os processos de seleção dos peritos e
3684 peritas de cada mecanismo. Então, ter a presença desses órgãos de governo no
3685 processo de seleção é bastante preocupante para todos nós. Pode passar, por
3686 favor. E aí, dentro dessa análise das previsões legais, a gente tem normativas,
3687 dez estados que são normativas por decreto executivo, ao invés de leis estaduais.
3688 E, quando a gente vai debruçar um pouquinho mais na questão da composição,
3689 como é que está a composição desses comitês, a gente tem aí que só sete têm
3690 uma composição majoritária da sociedade civil. Isso quando a gente inclui a
3691 administração pública indireta, contando aí com os conselhos de classe, contando
3692 também com os professores de instituições de ensino superior, porque se a gente
3693 desconsiderasse esses dois setores da administração pública indireta, a
3694 sociedade civil seria minoria nesses espaços. Pode passar, por favor. E aí, alguns
3695 pontos que a gente traz com mais atenção para esse comitê, quando a gente
3696 verifica situações bem emblemáticas e que necessitam de uma atenção e até
3697 mesmo a intervenção do Comitê Nacional no sentido desse processo que a gente
3698 já vem discutindo, você já vem discutindo aqui no início dessa manhã, ontem
3699 também, que é do fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à
3700 Tortura na medida que a gente encontra esse cenário pelo Brasil. Então, uma
3701 confusão da atribuição entre comitês e mecanismos, daqueles que já estão com
3702 as suas normativas, essa confusão, por exemplo, para cada um desses estados.
3703 No caso de Alagoas, a legislação estadual prevê que, enquanto não tem
3704 mecanismo, é o comitê, eles vão retirar três pessoas do comitê para fazer o papel
3705 do mecanismo, para vocês terem uma ideia. O Distrito Federal, o comitê, ele,
3706 enquanto não tem mecanismo, também vai absorver as competências do
3707 mecanismo e o comitê, as prerrogativas, ele tem sempre, desculpa, tem sempre
3708 as prerrogativas do mecanismo. Então, ele vai fazer, às vezes, do mecanismo.
3709 Mato Grosso do Sul e Roraima, o que se tem é não tem mecanismo e o comitê
3710 também absorve as prerrogativas do mecanismo para fazer esse papel. E aí a
3711 nossa crítica, não é no sentido de forma alguma, porque a gente tem total

3712 entendimento do papel do comitê, enquanto também a atribuição de defender e
3713 fazer toda a luta pelos direitos das pessoas privadas de liberdade, e não é pela
3714 competência ou não de entrar no espaço de privação de liberdade, mas o que a
3715 gente verificou é que esse tipo de previsão legal enfraquece o sistema, na medida
3716 em que o Estado, ele não faz o movimento para a implementação do mecanismo,
3717 como a gente viu, por exemplo, nesses estados, porque, ah não, então o comitê
3718 vai fazer a fiscalização e, nesse sentido, a gente cai na mesma discussão que a
3719 gente fazia antes, quando, no caso do mecanismo nacional, se viu no famigerado
3720 decreto do Bolsonaro para a inclusão de peritos sem remuneração. Então, uma
3721 atuação totalmente voluntária e sem uma dedicação integral, exclusiva. Uma outra
3722 situação que também a gente identificou, que aí é um caso que nos causou
3723 bastante estranhamento, preocupação, que foi o caso de Sergipe, que foi uma
3724 interferência na autonomia do comitê de Sergipe. Essa interferência veio através
3725 do grupo de monitoramento e fiscalização do Tribunal de Justiça de Sergipe, na
3726 medida em que a Secretaria de Administração Prisional solicitou ao GMF um
3727 parecer sobre a competência do comitê estadual de fazer entrar no espaço de
3728 privação de liberdade. Uma vez que lá está sem mecanismo, então eles estavam
3729 indo sim, porque estavam recebendo denúncias e iam. E aí o GMF disse não. O
3730 comitê não tem competência, a lei é omissa, então a lei não diz que não pode, e o
3731 GMF disse que não, não pode. Então, nesse momento, a situação de Sergipe, o
3732 comitê de Sergipe está enfrentando essa violação, esse impedimento de entrar no
3733 espaço de privação de liberdade e não tendo mecanismo, não tem quem faça, não
3734 tem quem constate, de fato, apure as denúncias que estão chegando. Duas
3735 situações que a gente identificou de erros materiais em relação à representação
3736 da sociedade civil são duas situações em estados que, inclusive, já tem
3737 mecanismo, que é Rondônia e Paraíba. No caso da Paraíba, a lei diz que o comitê
3738 é paritário, e aí está dentro da lei. Eles, inclusive, colocam o numeral 14, e não
3739 são 14 integrantes no comitê de Paraíba, são 15 integrantes do comitê da Paraíba
3740 e oito são do Poder Público. Então, a lei erra nesse sentido, na contagem, e ainda
3741 erra dizendo que o comitê é paritário. Não é paritário, ele é maioria do Poder
3742 Público. São 15 integrantes, oito são do Poder Público. No caso do estado de

3743 Rondônia, a situação ainda é um pouco mais gritante, porque aí eles dizem que é
3744 majoritária a participação da sociedade civil e é um terço apenas a composição da
3745 sociedade civil no comitê de Rondônia. Então, mais uma outra situação que a
3746 gente identificou bem complicada. Sobre a seleção da representação da
3747 sociedade civil nos comitês, chamou a atenção de todos nós, Distrito Federal,
3748 Maranhão e Rondônia. O que a gente identificou? Distrito Federal, representação
3749 da sociedade civil não é indicada da representação da sociedade civil. Então,
3750 imaginem todos vocês que estão aqui representantes da sociedade civil, no caso
3751 se fosse, se vocês estivessem no Distrito Federal, no comitê distrital, vocês não
3752 estariam representando as instituições de vocês. O mandato é personalíssimo.
3753 Então, você está aqui por conta de você. Então, Ana, você está aqui porque você
3754 é a Ana, não é porque você é a Ana representante do GAJOP. É a Ana. Como é
3755 que se dá isso? Não sabemos. Então, hoje, o governador do Distrito Federal
3756 nomeia pessoas para o comitê, independente da sua representação, qual é o seu
3757 vínculo com uma instituição. No caso do Maranhão, o que está na lei é que essas
3758 pessoas serão escolhidas pelo governador. Então, também não há nenhuma
3759 previsão de como que é o processo, ou seja, não são eleitos pelos pares. O
3760 governador que escolhe a representação da sociedade civil. E Rondônia,
3761 novamente, quem faz o processo de seleção do comitê é o Conselho Estadual de
3762 Direitos Humanos. Então, o comitê não tem na lei a prerrogativa e a competência
3763 de fazer o seu próprio processo de seleção e escolha dos membros da sociedade
3764 civil, que não são maioria, são seis, naquela contagem que a gente fez. Para além
3765 disso, é claro, tem as outras situações que imagino que todas as membras e
3766 membros deste comitê têm conhecimento de muitos comitês pelo Brasil que as
3767 vagas já são cativas. Então, elas já estão lá, elas já existem, não são como esse
3768 comitê nacional, em que há uma previsão e um rol de entidades que podem
3769 participar, mas sim de entidades que já estão carimbadas, então nunca há
3770 nenhum rodízio de entidades da sociedade civil em muitos estados. Por fim, a
3771 vinculação dos comitês dentro de uma estrutura administrativa do Executivo, que
3772 está relacionada diretamente com a pauta da Segurança Pública ou da
3773 Administração Prisional. Então, a gente tem aí Roraima, Tocantins, Piauí, Mato

3774 Grosso do Sul e o Amapá, em que o comitê está diretamente ligado a essas
3775 secretarias, o que para a gente, mais uma vez, é muito preocupante. Na
3776 sequência, para a colega perita do Mecanismo de Rondônia, a Rose, que seguirá
3777 com a parte das recomendações.

3778 **Sra. Rose** - Bom dia a todos e todas. Agradecer poder estarmos participando pela
3779 primeira vez enquanto Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do
3780 Estado de Rondônia, de uma reunião dentro do Comitê Nacional de Prevenção e
3781 Combate à Tortura. E é muito caro para nós estarmos neste espaço, embora
3782 vamos estar apresentando as recomendações do que já foi apresentado pela
3783 Nathália, pela Carol e o relatório desse desafiante mapeamento, que todos nós
3784 sabemos que não foi fácil. Cada palavra, cada espaço, cada parágrafo que está
3785 aqui foi resultado de muito, muito trabalho. Eu gostaria imensamente de começar
3786 parabenizando o Mecanismo do Rio de Janeiro, o empenho do Mecanismo do Rio
3787 de Janeiro, da Paraíba, do Mecanismo Nacional através da Carol, e esperamos
3788 que este mapeamento seja neste ano em que completamos dez anos da lei que
3789 cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Mecanismo
3790 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Comitê, e também dez anos da
3791 lei que cria o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado
3792 de Rondônia. Que este mapeamento sirva como uma bússola norteadora nesse
3793 nosso desafiante trabalho. Estarmos aqui juntos falando da região amazônica com
3794 suas complexidades, com suas diversidades, com seus desafios e inúmeras
3795 fragilidades, de um órgão tão importante, mas tão frágil que é o Mecanismo
3796 Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Mas estamos aqui. Estarmos aqui
3797 neste espaço é saber que não estamos sozinhos. E ousar dizer aos senhores que
3798 cada recomendação apresentada neste mapeamento ela é, na verdade, resultado
3799 da vivência, das experiências, dos mecanismos, das implementações dos comitês
3800 pelo Brasil e dos desafios vivenciados desde o mecanismo do Rio de Janeiro, que
3801 é o primeiro a ser implementado, ao mecanismo do Acre, o mais recém
3802 mecanismo implementado. Então, e estas recomendações elas estão interligadas.
3803 Ela é resultado da importância de estarmos atentos às normativas, aos desafios,

3804 aos riscos, em que cada processo seletivo, os mecanismos, por exemplo, estão
3805 expostos às fragilidades. Por exemplo, observar estritamente nas legislações de
3806 criação e regulação dos mecanismos e comitês de prevenção e combate à tortura,
3807 as disposições do OPCAT, sobretudo no que tange à independência e autonomia
3808 dos mecanismos em relação aos governos e à garantia das prerrogativas dos
3809 seus membros, o que já foi muito bem apresentado pela Carol, pelo Rogério.
3810 Observar a legislação de criação e regulação dos sistemas estaduais de
3811 prevenção e combate à tortura, as diretrizes mínimas estipuladas pela
3812 recomendação de 18 de novembro de 2018 pelo comitê, adotar o número mínimo
3813 de seis peritos com cargo remunerado para composição dos mecanismos
3814 estaduais, de modo a garantir um cargo independente que possa manter seu
3815 trabalho de forma permanente e com organicidade, que também já foi apresentado
3816 aqui pelos colegas. Então, essas recomendações são vitais para os mecanismos,
3817 porque nós estamos falando, por exemplo, a partir da realidade do mecanismo de
3818 Rondônia, que em cinco anos de atuação, a nossa atuação é quase que 100 %
3819 centrada na capital, com a maioria, mais de 90 % com atuação, incidência sobre
3820 presídio feminino. E qual é o espaço que este mecanismo vem dando, que os
3821 mecanismos em relação à questão de gênero às mulheres, a unidade
3822 socioeducativa, as clínicas, as comunidades terapêuticas. Então, um desafio muito
3823 grande para que o mecanismo, ele não seja só criado e que seja insistido que três
3824 peritos são capazes de trabalhar com qualidade. Falando ainda, por exemplo, a
3825 partir da realidade de Rondônia e sua diversidade cultural, outro dia mesmo nós
3826 conversávamos aqui. O mecanismo de Rondônia está localizado numa região de
3827 grande fronteira com a Bolívia, com uma diversidade de mais de 60 povos
3828 indígenas, comunidades quilombolas. Seria possível a este mecanismo, caso
3829 houvesse condições, de relatórios temáticos específicos, porque estas
3830 comunidades, estes povos, eles também se encontram nos espaços de pregações
3831 de liberdade. São estrangeiros, bolivianos, indígenas, quilombolas, muitos
3832 forasteiros de várias regiões do Brasil. Então, o número de peritos, três, é
3833 insuficiente não só para o mecanismo de Rondônia, mas para que haja um
3834 trabalho de acordo conforme diz, determina o OPCAT, que seja garantida a

3835 estrutura de mandatos para a investidura nos cargos dos mecanismos estaduais
3836 em cumprimento do dever e a garantia autonomia e a independência do órgão por
3837 parte dos estados. Pode passar? Garantir que os comitês sejam órgãos com
3838 representação majoritária da sociedade civil, sendo assegurada a alternância da
3839 presidência ou coordenação entre as organizações da sociedade civil e do Estado.
3840 Aqui, por exemplo, no Estado de Rondônia, a sociedade civil de fato tem tido
3841 encontradas dificuldades em alguns momentos, resistência para compor o comitê.
3842 Então precisa compreender-se que o comitê é um espaço majoritariamente a
3843 sociedade civil e a sociedade civil, sobretudo, por exemplo, com estreita relação
3844 às pessoas privadas de liberdade, associações familiares, à frente pelo
3845 desencarceramento. Enfim, ainda há um desafio muito grande de compreender
3846 que o comitê é um espaço amplo, diverso e que sejam capazes de ouvir o que,
3847 por exemplo, os familiares têm a dizer, o que os egressos têm a dizer, o que a
3848 sociedade civil tem de fato a dizer e a contribuir com o comitê. Excluir da
3849 composição dos comitês qualquer secretaria, organizações, associações ou
3850 fundações que tenham sobre sua gestão espaços de privação de liberdade, que é
3851 o que já foi bem apresentado aqui pelo Rogério. Garantir que os mecanismos
3852 sejam compostos por pessoas com trajetórias em movimentos sociais e ou
3853 organizações com atuação comprovada na defesa dos direitos humanos e ou com
3854 trajetória acadêmica ou profissional em direitos humanos, devendo assegurar a
3855 multidisciplinariedade e equidade de gênero e raça, que também conforme foi
3856 apresentado tanto pela Nathália, pela Carolina e aqui também enfatizando a
3857 importância de haver essa sensibilidade, porque há pessoas que há uma
3858 formação acadêmica muito importante, que há inclusive formação inclusive em
3859 direitos humanos, mas isso não quer dizer que a pessoa tenha a sensibilidade, por
3860 exemplo, a questão dos desafios, a questão de realizar inspeções com outros
3861 grupos ou com convidados. Assim, a pessoa tem um amplo conhecimento em
3862 direitos humanos e pergunta, por que você está preso? Por que você insiste em
3863 fugir, se você sabe que deve? Eu digo porquê do inferno é pra tentar fugir mesmo.
3864 Então, assim, que haja essa qualificação, mas que o processo seletivo ele
3865 também dê conta de perceber para além do currículo a sensibilidade, isso é

3866 importante, porque nós estamos falando de pessoas privadas de liberdade e que
3867 os peritos e peritas do mecanismo, ele dispõe de cinco, dez minutos quando você
3868 encosta naquela bigorna e você precisa construir uma relação de confiança com
3869 aquele homem, com aquela mulher, com aquele adolescente. Então, ali precisa
3870 estar todos dispostos de todos os conceitos e preconceitos, seja religioso,
3871 religioso, cultural, mas por que que o índio, se o índio tem sua terra, por que que
3872 ele vai preso? Mas por que? Se você chegou nesse país, você é estrangeiro, por
3873 que? Então você ouve essas questões assim e então o processo seletivo ele
3874 precisa ter esta atenção para além do currículo, vedar sobre qualquer hipótese
3875 que a composição do mecanismo contenha pessoas que participam da gestão ou
3876 compõem a quadro espaços em privação de liberdade, que foi muito o que
3877 aconteceu no último processo seletivo do mecanismo aqui que só não foi, só não
3878 deu ruim porque houve um apoio a intervenção de várias organizações do Brasil e
3879 também já deixamos aqui um alerta que até o início de janeiro inicia o novo
3880 processo seletivo do mecanismo e precisa dessa atenção, porque a lei continua tal
3881 como está mas o comitê nacional tem um papel importantíssimo para acompanhar
3882 o próximo processo seletivo do mecanismo estadual de prevenção e combate à
3883 tortura, considerando inclusive que não obstante a lei da sabatina que o processo
3884 seletivo do mecanismo exige junto ao comitê que forma ali uma lista que vai para
3885 a assembleia legislativa e passamos por uma nova sabatina e dali saem seis
3886 nomes que vão para o governador escolher, o que eu quero dizer, não há um
3887 espaço que possa com autonomia os peritos do mecanismo, os candidatos a
3888 perito do mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura por uma sabatina
3889 na assembleia legislativa, como é que se pode pensar, construir esse espaço que
3890 dê condições que o processo prossiga, que não haja interrupção dos trabalhos do
3891 mecanismo, temos já essa preocupação, há um ano antes do encerramento dos
3892 atuais mandatos, então o comitê, isso é um alerta para o Comitê Nacional de
3893 Prevenção e Combate à Tortura, acompanhar o novo processo seletivo do
3894 mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura de Rondônia pode passar.

3895 **Interlocutora não Identificada** - Rose, só um minuto, eu ia pedir para que, eu sei
3896 que tem mais algumas recomendações, mas a gente está um pouco apertada aqui
3897 no tempo.

3898 **Sra. Rose** - Está bom, já vou só ler então, está?

3899 **Interlocutora não Identificada** - Obrigada.

3900 **Sra. Rose** - As seleções para integrantes do mecanismo devem ser pautadas por
3901 critérios mais objetivos possíveis, devendo estes estarem detalhadamente
3902 explicados no edital de seleção, observando a inclusão de pessoas sobreviventes
3903 de privação de liberdade e familiares de vítimas de violência do Estado, evitando o
3904 critério potencialmente excludentes desse perfil Publicar e publicizar todos os
3905 relatórios do mecanismo na rede mundial de computadores com ressalva para
3906 aquelas informações pessoais que exponham a identidade e intimidade de
3907 pessoas privadas de liberdade ou que possam gerar retaliações Prever nas
3908 legislações de criação e regulação dos mecanismos a garantia de estrutura de
3909 funcionamento do órgão, tais como carro para realização de inspeção, local de
3910 trabalho com equipamento de escritório e acesso à internet, orçamento próprio de
3911 acordo com o planejamento de atividades do mecanismo, garantia de diárias e
3912 passagens estaduais e internacionais, garantias de equipamentos para realização
3913 de inspeções, como máquinas fotográficas etc. Esse é o resumo da ópera e
3914 obrigada. Se alguém gostaria de fazer alguma complementação, obrigada.

3915 **Interlocutora não Identificada** - Queria agradecer aqui a apresentação de todos
3916 que falaram, acho que é muito importante que a gente tenha esse levantamento e
3917 agradecer o esforço desse trabalho Hercúleo que vocês fizeram de fazer esse
3918 mapeamento e acho que dá conta um pouco daquilo que a gente estava
3919 discutindo antes, que é não só a implementação de novos comitês e mecanismos,
3920 mas como fortalecimento daqueles que já existem, porque a gente pode ver a
3921 precariedade do trabalho dos peritos e das peritas, dos mecanismos estaduais e
3922 também as indignarias de cada comitê ou de cada processo legislativo, de decreto

3923 e como que seria importante, como a gente consegue a partir daí pensar naqueles
3924 que já estão compostos e já estão em funcionamento, como a gente pode
3925 regulamentar esses mecanismos e comitês e pensar na criação dos próximos, que
3926 eu acho que a gente tem que pensar aqui enquanto Comitê Nacional de
3927 parâmetros para que esses comitês e mecanismos possam seguir para criarem
3928 órgãos que de fato tenham sobreacionalidade e estejam de acordo com o OPCAT.
3929 Eu queria perguntar, na verdade, o que vocês fizeram nessa análise e depois
3930 passar a palavra para todo mundo, compreendem que seria um papel importante
3931 deste comitê no sentido de fortalecer esses que já existem e pensar nessas
3932 mudanças que precisam ser feitas e também na criação de novos e deixar a
3933 palavra aberta aqui para quem mais quiser fazer comentários. A Patrícia que
3934 estava primeiro aqui, depois eu acho que a gente pode fazer todo mundo aqui e
3935 depois vocês respondem só para a gente otimizar nosso tempo. A Patrícia, a
3936 Mauricleia, a Ana Valesca, Silvia e Caio.

3937 **Sra. Patrícia** - Então, eu quero aproveitar, eu tenho algumas ponderações para
3938 fazer e primeiro que eu acho que aproveitar que tem o mecanismo nacional, o
3939 mecanismo de Rondônia e do Rio de Janeiro na reunião e colocar um fato que
3940 aconteceu e aproveitando que A Vilma Melo, também está, do comitê de
3941 Pernambuco, a ex-perita do mecanismo de Pernambuco, Mariana Santa Cruz, me
3942 ligou para questionar um pouco esse mapeamento, que disse que teria uma
3943 inverdade no mapeamento e eu falei para ela que eu não tinha visto ainda, mas
3944 que eu ia ver. E aí chegou no e-mail do comitê nacional uma errata em relação a
3945 um ponto do relatório. E aí estou trazendo aqui para todo mundo, primeiro que o
3946 mecanismo de Pernambuco, as pessoas foram destituídas, então jamais poderia
3947 ter sido encaminhada uma errata pelo e-mail oficial do mecanismo de
3948 Pernambuco. Uma outra coisa que me chamou a atenção, que a ex-perita do
3949 mecanismo de Pernambuco, Simone, é perita no Acre e ela assina essa errata.
3950 Então, algumas ilegalidades aconteceram. Então, estou colocando aqui para todo
3951 mundo, para que fique bem, todo mundo a papo. Porque, sim, o mecanismo é um
3952 órgão de Estado, ele não é um órgão individual e a minha fala para Mariana foi, o

3953 mecanismo nacional, todos concordaram quando tem ali a logo do mecanismo
3954 nacional. Quando tem a logo do mecanismo do Rio de Janeiro, todos os membros
3955 do mecanismo do Rio de Janeiro concordaram com aquilo. Quando tem a logo do
3956 mecanismo de Rondônia, todos os membros do mecanismo de Rondônia
3957 concordaram. Porque não é individual, é um órgão, é um colegiado. Então, acho
3958 que isso precisa ficar muito bem claro, porque, assim, não dá para ser assim.
3959 Então, estou aproveitando a oportunidade para colocar para todo mundo. E uma
3960 outra coisa que me chamou a atenção, nesta errata, que foi encaminhada para o
3961 ministro. Se era para ter sido feita alguma errata, tinha que ter sido encaminhada
3962 diretamente para os mecanismos. Não cabe uma errata para o comitê. E, assim, a
3963 autonomia funcional fica onde? Então, acho que a gente precisa se debruçar e
3964 conversar bastante. Por exemplo, o representante do batalhão de Ariquemes, que
3965 era o primeiro na lista, não foi para o mecanismo de Rondônia porque eu fiz uma
3966 mobilização. Porque, na hora de colocar, todo mundo ficou nessa ajusta, porque
3967 ninguém queria ficar mal na fita. Se tivesse aberto um precedente lá, todos os
3968 outros mecanismos teriam. E a gente fez reunião com o comitê de Rondônia para
3969 dizer, olha, isso não vai dar certo, não é assim. Porque, assim, o que atinge um
3970 mecanismo atinge o outro. O que atinge um comitê atinge o outro. Então, a gente
3971 precisa ter muito isso. Eu sempre defendi a importância da criação de comitês e
3972 mecanismos no Legislativo. Por quê? Atribuição de fiscalização do Legislativo.
3973 Atribuição de fiscalização do Legislativo. Então, acho que a gente precisa
3974 entender os espaços que a gente ocupa e o que a gente vem fazendo. Espero
3975 que, até o final do ano, a gente tenha um mecanismo no Legislativo de Salvador e
3976 que tenha outro no Paraná. Porque aí não será só mais o do Rio de Janeiro, um
3977 solitário. Terão outros. Então, a gente precisa ter muito bem tudo isso. Depois eu
3978 vou me reescrever para falar uma outra coisa.

3979 **Sra. Mauricleia Soares Dos Santos (Titular - Conselho Federal De Serviço**
3980 **Social - CFSS)** - Só um minutinho. Eu fiz as anotações. Bom dia a todas e todes.
3981 Dizer que... E aí a fala da Errata eu nem vou comentar, porque eu já tinha até
3982 comentado com a Patrícia. Eu vou me deter aqui na questão do material. Eu acho

3983 que agradecer a apresentação, agradecer o material, que ficou muito bom. Nós
3984 lemos o material, só para dizer aqui, que tem que reforçar, porque ele não vai no
3985 drive, mas a gente procurou buscar o material e fazer a leitura. Então, é bem
3986 interessante. E eu acho que ele vai contribuir bastante na discussão que nós
3987 temos, que é da seleção do mecanismo. Eu acho que isso... E aí vocês apontam
3988 alguns elementos bem interessantes, que eu acho que nós temos que fazer a
3989 discussão, como, por exemplo, a questão da pessoa com deficiência, que é uma
3990 das questões que é importante a gente fazer esse debate, porque com certeza vai
3991 ter divergências aqui. E eu acho que é importante a gente aprofundar alguns
3992 debates, já que eu estou falando porque o CFFS, está nessa comissão, nesse GT.
3993 Então, acho que foi um material muito bem e mostra uma realidade das condições
3994 de trabalho do mecanismo e dos comitês estaduais que estão aí instituídos e a
3995 necessidade da gente ter isso como uma pauta prioritária. O Comitê Nacional,
3996 apesar de ter algumas recomendações que estão colocadas na construção, mas
3997 que parece que não é levado muito em consideração. Então, como a gente fazer
3998 com que os próximos ou os atuais que estão instituídos modifiquem a legislação,
3999 atualizem dessas condições? Parece trabalho voluntário, na forma que foi
4000 colocada aqui pelo mecanismo. Então, acho que é muito importante esse material
4001 e eu agradeço ao grupo inteiro que produziu os mecanismos estaduais, as peritas.
4002 Eu acho que foi bem importante. Eu acho que é um material que a gente vai,
4003 naquela primeira fala, colocar com prioridade, apesar de a gente não ter feito um
4004 planejamento no comitê, mas que, para mim, isso faz parte de uma pauta que é
4005 importante, que é a discussão dos comitês e dos mecanismos estaduais.
4006 Obrigado.

4007 **Sra. Ana Valesca** - Bom dia a todos e todes. Aproveito a oportunidade também e,
4008 mando um abraço pessoal do Mecanismo Rondônia e logo mais a gente está junto
4009 de novo. Aproveitando aqui, em cima do que foi apresentado, só queria frisar que,
4010 hoje também, além do projeto de lei do Mecanismo Espírito Santo, o Mato Grosso
4011 do Sul também não tem previsão de remuneração, é só uma complementação.
4012 Então, assim, e também quero aproveitar aqui no colegiado para dizer que tem

4013 governadores de estados e secretarias que apresentam resistência em discutir a
4014 alteração da lei de criação e que instituiu o comitê e o mecanismo. Inclusive,
4015 depois, não sei se a Romilda vai querer falar, mas, assim, eu trago essa sugestão
4016 aqui para o comitê, juntamente, lógico, de tentar evitar esforços, que até o próprio
4017 ministro também tinha se colocado numa reunião para gente que dialogaria com
4018 os governadores. Por exemplo, o governador do Mato Grosso do Sul é
4019 extremamente, extremamente bolsonarista e seguiu o modelo decreto 9831
4020 federal, instituiu, inclusive queria nomear membros do comitê como membros do
4021 mecanismo. Então, diante dessas questões, uma outra questão importante que
4022 trago aqui, além da articulação da sociedade civil que provocou autoridades locais
4023 de Rondônia, nós temos como um precedente bom para subsidiar, inclusive, o
4024 comitê, que é uma sugestão que eu trago aqui como encaminhamento, presidente,
4025 é de rever essa Recomendação 5 e fortalecer, com mais recomendações
4026 específicas, essa recomendação do comitê, que traz diretrizes para a criação de
4027 comitês e mecanismos. E aí, reforçando numa nova recomendação, que não haja,
4028 também, concorra policiais, agentes de segurança, porque, inclusive, agentes de
4029 segurança achavam que poderiam afastar do cargo e acumular o cargo. E, na
4030 época, também, nós temos esse precedente do MP de Rondônia, assinado em
4031 conjunto com a DPE, que poderá subsidiar, inclusive, essa recomendação do
4032 comitê, que não pode haver incompatibilidade, é incompatível a acumulação de
4033 cargos de policiais, agentes com cargo de perito do mecanismo, além, lógico, da
4034 atuação deles, que também não é conduta compatível. Então, assim, deixo aqui
4035 como uma sugestão de encaminhamento, uma proposta para o comitê de a gente
4036 pensar numa recomendação que, inclusive, acoberte traga essas recomendações
4037 aqui apresentadas, como essas outras, que é importante estar bem claro,
4038 destacado, uma diretriz para os Estados, o que não pode ser acolhido pelo projeto
4039 de lei. Inclusive, reforçando que a agente de segurança é incompatível à
4040 acumulação de cargos. É isso, obrigada.

4041 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4042 **Trabalho e Cidadania – ITTC) - Obrigada, Silvia.**

4043 **Sra. Silvia** - Obrigada, obrigada, Sofia. Antes de mais nada, também, parabenizar
4044 o mecanismo nacional e os mecanismos estaduais pela produção desse material.
4045 Como a Rose falou, imagino o trabalho que gerou para vocês fazer esse
4046 mapeamento, mas era algo muito necessário. A gente sempre fala, como é a
4047 situação? Ninguém nunca sabia ao certo, de maneira sistematizada. Então,
4048 realmente, era um material que faltava, que havia aí essa lacuna e vocês
4049 conseguiram completar essa lacuna. Queria trazer um ponto importante, acho que
4050 foi a Rose que trouxe justamente os dez anos da Lei do Sistema Nacional de
4051 Prevenção, Combate à Tortura, que também, pensando aqui nesse comitê, eu não
4052 sei que comitê poderia fazer, ou então o sistema, mas, assim, acho que é um
4053 marco importante, interessante, que a gente não poderia esquecer. Então, em
4054 agosto, são dez anos da lei que criou o Sistema Nacional de Prevenção, Combate
4055 à Tortura. E aí, um comentário que também vai um pouco como, talvez, um
4056 questionamento, talvez, até mais, para representantes do ministério que estão
4057 aqui, o governo, de maneira geral, porque eu trouxe até essa preocupação ontem.
4058 Em abril, quando o Brasil foi examinado pelo Comitê contra a Tortura, justamente
4059 a criação do Sistema Nacional foi, talvez, um dos pontos que o comitê mais
4060 insistiu, o fato que o Brasil já tem uma lei de dez anos de idade e com apenas
4061 quatro, naquela época eram quatro, agora cinco mecanismos locais operando, em
4062 funcionamento. E o CAT deixou, inclusive, no relatório final, expressa, de uma
4063 maneira muito explícita e muito contundente, essa preocupação que esse sistema,
4064 atualmente, é praticamente quase inexistente, vamos dizer assim, porque cinco
4065 mecanismos num país com 27 unidades federativas, realmente a gente ainda está
4066 bem atrasado. E, inclusive, foi considerada uma das recomendações prioritárias
4067 do CAT. O CAT, em geral, de todas as recomendações que ele emite, ele escolhe
4068 quatro como prioritárias e mais urgentes. Uma foi justamente a questão do
4069 sistema socioeducativo e uma outra recomendação prioritária foi justamente a
4070 criação de mecanismos de prevenção da tortura nos estados. Inclusive, o Brasil,
4071 em um ano, em maio do ano que vem, tem que prestar esclarecimentos perante o
4072 CAT sobre o que está fazendo para avançar na criação dos mecanismos
4073 estaduais. O ministro estava presente lá na revisão, no exame, estava também a

4074 Maria Clara, que está aqui, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à
4075 Tortura, também estava em Genebra, e o ministro fez, também, no fechamento, no
4076 encerramento da sua fala, uma manifestação, assim, também muito forte, disse
4077 que isso seria prioridade absoluta do governo e do ministério, a criação dos
4078 mecanismos estaduais. Ele falou que era um compromisso absoluto, um
4079 compromisso irredutível e que era, inclusive, um compromisso com o povo
4080 brasileiro. Então, isso foi em abril, nós estamos em julho. E é o que eu queria
4081 colocar, realmente, assim, como pergunta mesmo, é saber, então, que estratégia
4082 está sendo pensada pelo Ministério de Direitos Humanos para induzir essa
4083 política, esse sistema nacional. Precisa-se, realmente, de uma estratégia pensada,
4084 de indução, para que os estados criem esses mecanismos de prevenção e
4085 combate à tortura, porque a gente sabe que é muito difícil, a gente sabe que não
4086 há vontade política nos estados, em geral, de criar esses mecanismos, não é?
4087 Todo mundo que está aqui sabe da dificuldade de conseguir uma lei, depois que a
4088 lei seja efetivamente implementada, porque, às vezes, a lei até sai, não é? Tem
4089 várias leis, Alagoas, Sergipe, mas cadê o mecanismo? Não sai do papel. Então,
4090 assim, que política o governo federal está pensando? Estratégia, política de
4091 indução, não sei se poderia condicionar, por exemplo, repasse de recursos à
4092 criação de mecanismo, não, assim, são ideias, assim, são, acho que estratégias a
4093 serem pensadas, mas, assim, é um fato que precisamos, como Estado, de uma
4094 estratégia que venha do governo federal. Então, eu queria, assim, colocar a
4095 pergunta, o que está sendo pensado por este governo como estratégia de indutora
4096 de criação dos mecanismos estaduais e espero que valem, também, de um
4097 encontro, de uma conversa, de algo mais do que isso para a criação de
4098 mecanismos estaduais. Então, queria colocar essa pergunta e, aí, claro, imagino
4099 que isso também está elencado ao comitê, o que o comitê pode fazer para,
4100 também, fortalecer essa possível estratégia. E, aí, só fechar com, justamente, a
4101 questão, também, que foi, não sei se vai ser ainda a pauta de hoje, mas, por
4102 exemplo, o que aconteceu no Rio Grande do Norte, aquela manifestação dos
4103 agentes de força e segurança, uma manifestação, também, super preocupante,
4104 questionando o que é o mecanismo, que o mecanismo é uma ingerência na

4105 segurança pública. Então, o Mecanismo Internacional lançou uma nota, que a
4106 APT, inclusive, assinou, subscreveu essa nota técnica, mas acho que isso, por
4107 exemplo, é algo que, nossa, precisaria de uma resposta forte do Comitê Nacional,
4108 do Ministério de Direitos Humanos, não sei, uma conversa do ministro com as
4109 autoridades do Rio Grande do Norte, não sei, estou colocando aqui, mas, nossa,
4110 tem muito que o comitê e o ministro, o ministério, podem fazer para, realmente,
4111 atuar de maneira, com mais força, mesmo, nessa pauta. Então, é isso, vou fechar
4112 aqui, que desculpa falei muito.

4113 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4114 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada. Obrigada, Silvia. Próximo é o Caio.

4115 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4116 - Gente, talvez eu passe o tempo, porque foi uma apresentação bem longa, acho
4117 que foi quase uma hora e meia, e, aí, eu refaço a minha inscrição e continuo
4118 depois. Eu tenho algumas questões que eu anotei como observações, outras são
4119 perguntas, e eu começaria só, aí, para fazer uma homenagem ao povo lá do Rio
4120 Grande do Sul, de que eu entendi que esse relatório não foi completamente justo
4121 com a história da luta da prevenção e o combate à tortura no Rio Grande do Sul.
4122 Por opção das pessoas que fazem esse trabalho lá, nunca houve uma
4123 institucionalização dessa pauta, por opção daquelas pessoas. Eu, inclusive, não
4124 concordo com isso. Então, lá, eu sou voto vencido, assim, eu várias vezes já falei
4125 da importância de institucionalizar, criar por lei, etc., etc. Mas, é legal pontuar,
4126 assim, que no Rio Grande do Sul, essa pauta, de forma sistemática, enquanto um
4127 grupo que se reúne, existe desde 2002, se eu não me engano. O que faz, embora
4128 informal, ser o Comitê Estadual de Combate à Tortura do Rio Grande do Sul, o
4129 mais antigo do Brasil, em funcionamento nessa pauta. Então, isso seria importante
4130 de colocar essa história, assim, no relatório. Então, terminada a sessão bairrismo,
4131 eu tenho algumas outras questões. Eu estou de olho no tempo e eu retorno em
4132 seguida. Tem duas das recomendações que me saltaram um pouco mais, assim,
4133 e eu gostaria de saber um pouco mais o que elas significam. A primeira delas, eu
4134 acho que a segunda vai ficar para outra inscrição, é sobre o item 13, que fala

4135 sobre, de certa forma, a prerrogativa dos comitês. Então, diz, impedir que sejam
4136 prerrogativas de comitês, direcionar o funcionamento do mecanismo estadual. E
4137 aí, a palavra direcionar, para mim, ela é muito vaga, porque se aqui nós, por
4138 exemplo, votássemos e pensássemos, olha, é importante que o mecanismo
4139 nacional, neste ano, ele se dedique aos hospitais psiquiátricos, porque nós
4140 identificamos uma questão específica. Isso é direcionar? Direcionar seria o quê?
4141 Direcionar seria definir, não é? Então, talvez, assim, porque, para mim, direcionar
4142 é apontar o caminho, apontar uma direção. Esse é o sentido da palavra direcionar.
4143 Então, isso poderia, talvez, ficar um pouco mais evidente, assim, tendo em vista a
4144 importância dos comitês e deste aqui mesmo, que, enfim, é a minha preocupação
4145 em defender. Eu retorno depois, então, me incluam novamente.

4146 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4147 **Trabalho e Cidadania – ITTC) -** Você não quer continuar, Caio? Não, mas eu
4148 acho que...

4149 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4150 - Minhas colegas estão inscritas, e aí eu vou ficar falando aqui, e aí vocês vão.

4151 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4152 **Trabalho e Cidadania – ITTC) -** Mas eu acho mais fácil você continuar agora.

4153 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4154 - Então, está bom. Todo mundo seja testemunha que eu coloquei. Então, outra
4155 recomendação que eu acho que seria legal a gente ter um pouco de atenção é a
4156 número 11. Ela diz, excluir da composição dos comitês, e aí eu estou me
4157 apegando mais aos comitês, não exatamente a mecanismos neste ponto,
4158 quaisquer secretarias, organizações, associações ou fundações que tenham, sob
4159 sua gestão, espaços de privação de liberdade, a saber, estabelecimentos penais,
4160 delegacias, socioeducativas, hospital psiquiátrico, comunidade terapêutica,
4161 recolhimento institucional e órgãos da segurança pública e suas associações e
4162 sindicatos. Segundo essa recomendação, este colegiado não é adequado ao

4163 funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura por conta
4164 da presença da colega Cintia, que aqui está representando a SENAPPEN. Eu
4165 acho isso um erro, um erro, porque é impossível a gente induzir política
4166 penitenciária sem a participação da política penitenciária. Claro, a gente vai dar
4167 toda a prerrogativa e o poder para a SENAPPEN? Não. A SENAPPEN tem que
4168 estar aqui, respondendo pelo governo, trazendo orientações. Não é um inimigo,
4169 faz parte do sistema, porque é um sistema. Eu acho que esse ponto é um
4170 equívoco quando pensar a formação. Eu sei qual é o sentido. O sentido dele é que
4171 a gente não tenha policial penal, que a gente não tenha policial militar participando
4172 desses espaços. Esse é o sentido. Da forma como está escrito aqui, ele retira as
4173 pessoas da gestão do governo que pensam, inclusive, em tratamento penal. Lá no
4174 Rio Grande do Sul, por exemplo, tem pessoas muito boas que falam de tratamento
4175 penal da pauta que eu trabalho, que é LGBT. Agora, essas pessoas, eu vou retirar
4176 da discussão sobre LGBT? Não. Eu faço a mudança através delas. É com elas
4177 que eu faço convênio com o governo. É elas que deixam, que possibilitam que as
4178 organizações sociais dessa pauta entrem na penitenciária para falar com as
4179 travestis, para falar com as trans, etc. Então, nesse ponto, eu acho que deveria
4180 ser revista a forma como se coloca essa exclusão da composição dos comitês.
4181 Poderia ficar mais direcionado a agentes de segurança pública, no sentido mais
4182 estrito. Essas são duas questões específicas sobre as recomendações que vêm
4183 no documento. Uma questão que eu ponto mais como dúvida, que me preocupa, é
4184 a questão de Pernambuco. Porque, pelo que se lê do documento, tem uma
4185 pessoa trabalhando lá. Tem um perito. Paraíba, perdão. Isso. TB, Paraíba, PE,
4186 Pernambuco. Sempre tive dificuldade. Paraíba. Tem uma pessoa trabalhando lá.
4187 Então, não é um mecanismo estadual. É um indivíduo estadual de prevenção e
4188 combate à tortura. Então, isso é um problema sério. E saber se houve já alguma
4189 manifestação do mecanismo nacional, porque daqui eu sei que não saiu ainda
4190 nada sobre isso, seria importante pontuar. E a segunda é sobre, aí sim, PE,
4191 Pernambuco. Sobre esse processo, porque na outra reunião presencial que eu
4192 estive, eu perguntei sobre isso porque eu não entendi exatamente como tinha sido
4193 dado o processo. E eu coloco de novo porque eu sei que houve uma questão

4194 burocrática da governadora exonerar todo mundo, porque isso acontece sempre
4195 que o governador entra. E isso eu queria que fosse um pouco mais evidenciado
4196 como se deu esse processo, até dentro do relatório, mas, enfim, não é a minha
4197 função dizer o que está no relatório. Mas se vocês pudessem me explicar
4198 novamente e também colocar qual foi a opinião do órgão, ou dos órgãos, porque
4199 são vários mecanismos que assinam esse documento, se esse sistema de
4200 mecanismos se manifestou, foi escrito publicamente sobre essa função de
4201 exonerar as pessoas lá de Pernambuco. É isso.

4202 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4203 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Caio. Vou passar para a Vilma. Vilma?

4204 **Sra. Vilma** - Oi? Estão me ouvindo?

4205 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4206 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Sim.

4207 **Sra. Vilma** - Bom dia ainda. Boa tarde a todas e a todes. E dizer dessa
4208 responsabilidade que eu estou assumindo agora. Primeiro, parabenizar. São 10
4209 anos. Uma construção que eu participei da construção da política pública com
4210 várias reticências. Sabia que iria acontecer algumas coisas, mas é muito difícil.
4211 Quando eu participei de uma reunião, fiz até um motim na reunião, quando alguém
4212 falou para mim assim, olha, qualquer pessoa pode participar. É o Ministério
4213 Público, ele pode dizer, eu vou pedir afastamento e sei do mecanismo. Então,
4214 gente, está lá atrás o grande erro. Está lá atrás. Está lá atrás a falta de um sistema
4215 operativo que dê condições de todo mundo fazer da mesma forma, sem criar a
4216 moda da casa. Essa criação da moda da casa é o resultado, exatamente, da falta
4217 de um sistema. De um sistema efetivo, de uma política pública direcionada. Sem
4218 isso, não cada um vai criar a moda da casa. A gente tem uma lei de execução
4219 penal e o pessoal cria a moda da casa. Vocês imaginem sem isso. O Brasil ainda
4220 não faz, não reconhece, as pessoas, os órgãos de ação não reconhecem
4221 recomendação. Isso é horrível. Você manda, a gente tem recomendações do CNJ,

4222 a gente tem recomendações de todos os órgãos. E as pessoas nem, nem. Então,
4223 eu acho que o inicial é criar uma política pública, é reestruturar uma política
4224 pública efetiva. Agora, quanto Pernambuco. Eu não vou falar muito porque eu
4225 estou aqui mesmo representando Pernambuco. Eu quero dizer e pedir desculpas
4226 pelo erro de uma, para você ver como é a moda da casa. Pernambuco não foge
4227 da regra, não é? Porque peritos usaram, ex-peritos usaram oficialmente da
4228 prerrogativa de um órgão que eles não estão mais vinculados para fazer essa
4229 errata. É crime, gente. Então, quando cada um faz a moda da casa, isso pode
4230 acontecer. Isso é crime. E eu estou aqui dizendo que nós do comitê, na próxima
4231 reunião, faremos isso ponto de pauta especial. Porque ninguém pode responder
4232 por um órgão público sem ter a legalidade para isso. Então, é errado, é ilegal.
4233 Peço ao mecanismo nacional e ao comitê que desconsiderem, mas vamos fazer
4234 isso oficialmente através do comitê estadual. Não vou tomar o tempo porque eu
4235 sei que está em cima da hora, mas quero apenas dizer, Pernambuco está numa
4236 situação muito difícil. Com o comitê e com o mecanismo. O comitê praticamente
4237 não está funcionando por uma força da sociedade civil. Quero também dizer que
4238 concordo com o Caio, muito mesmo, Caio, quando você fala da paridade. Porque
4239 para falar da paridade, a gente tem que começar do sistema nacional. E a gente
4240 entenda o comitê como órgão público nas interrelações da política pública. E a
4241 gente vai precisar dessas pessoas para dizer a eles que eles precisam dar conta
4242 das demandas. Então, se for assim, a gente tem todos os órgãos de
4243 representação do comitê nacional. Então, é uma coisa que eu tenho como certo,
4244 inclusive porque até me especializei nessa área de políticas públicas. E quero,
4245 assim, deixar isso aqui, que a gente precisa. Isso vai demorar muito, isso a gente
4246 vai discutir muito. Hoje que a gente vai decidir as coisas. Mas a importância
4247 desses dez anos é exatamente essa reflexão. O que a gente pode fazer daqui
4248 para frente? Parabéns. Sem análise, sem respaldo na análise. E para mim, esses
4249 dez anos é de respaldo.

4250 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4251 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada. Obrigada, Vilma. Eu gostei desse

4252 termo aqui, a moda da casa. Achei que pode ser importante aqui. Passar para Ana
4253 Cláudia.

4254 **Sra. Ana Cláudia** - Bom dia a todos. Eu e o doutor Matheus somos do CEPET de
4255 Mato Grosso. E brevemente nós gostaríamos de contribuir em duas perspectivas.
4256 Primeiro, narrando brevemente a experiência de um comitê que é novo. Nosso
4257 comitê tem menos de um ano de formação. E também uma pequena sugestão
4258 baseada, inclusive, nas dificuldades que nós tivemos como comitê iniciante. O
4259 comitê, quando a sociedade civil... Eu e o doutor Matheus somos da pastoral
4260 carcerária de Mato Grosso. A primeira questão é que, quando nós entramos para
4261 o comitê, a formação do poder público já estava montada. Ela foi montada num
4262 processo anterior à adesão das instituições da sociedade civil. E lá nós já
4263 tínhamos a Secretaria de Segurança. Nós tínhamos um acúmulo de experiência
4264 baseado na questão de sermos da pastoral carcerária, que é uma entidade que
4265 trabalha também com a questão do combate à tortura. E por pertencermos a uma
4266 força-tarefa que, lá em Mato Grosso, é liderada pelo Tribunal de Justiça e pela
4267 Defensoria Pública. Então, nós sabíamos, por experiências e, eu diria também, por
4268 traumas, em outros conselhos, da dificuldade que é você estar em determinados
4269 espaços com a presença de forças da segurança. Não porque a gente rivalize com
4270 elas, a questão não é essa. Mas é uma questão de segurança e integridade até
4271 com relação à vítima. Então, como é que você vai tratar de denúncias tendo ali
4272 pessoas que, às vezes, são da gestão? No nosso caso, eram colegas muito bons
4273 naquilo que eles faziam, mas eram ex-diretores de unidades prisionais, policial
4274 militar, gestores de unidades de privação de liberdade. Então, eu gostaria de dizer
4275 para vocês da dificuldade que é, para a gente como sociedade civil, porque somos
4276 nós que olhamos nos olhos daquelas pessoas e temos a confiança delas, porque
4277 elas correm risco de vida nesses processos. Então, nós já temos uma formação,
4278 que foi instaurada pelo próprio Poder Público, depois nós fomos colocados nesse
4279 comitê através de um processo de seleção, que eu acho que isso foi bem bacana
4280 para a gente. Mas, hoje, em que situação nós estamos? Nós temos uma minuta
4281 que foi construída, que hoje está em trâmite. Nessa minuta, nós decidimos, por

4282 votação, que não teríamos forças de segurança, e é um ponto de resistência,
4283 porque essa minuta ainda pode ser alterada, mas ela foi aprovada dentro do
4284 comitê. E o outro problema, a grande dificuldade também, que nós temos em Mato
4285 Grosso, é porque tem uma resistência forte com relação à criação dos cargos.
4286 Meu tempo acabou, gente. Eu retorno depois, está?

4287 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4288 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Não, mas pode concluir ainda.

4289 **Sra. Ana Cláudia** - Posso concluir? Nós temos uma resistência muito grande,
4290 porque a criação do mecanismo, ela trará a criação de cargos. Nós estamos
4291 lutando hoje por seis vagas, o Estado gostaria que fosse apenas três, três é o
4292 mínimo, e conseguimos resistir a esses pontos que são para nós sensíveis, muito
4293 graças ao apoio que nós tivemos das peritas aqui, a nível nacional, que
4294 acompanharam as nossas assembleias, que, de certa forma, compraram conosco
4295 essa luta. E a sugestão que eu daria, que a gente sente, é a falta de um material
4296 que fosse... Eu sei que existem alguns, mas um material que fosse amplamente
4297 divulgado, criado por aqui, pelo Comitê Nacional e pelo Mecanismo Nacional, e
4298 uma formação básica, porque nós temos colegas que vieram de instituições, é por
4299 amor àquela situação, mas que eles não entendem hoje o que é um combate à
4300 tortura. Por que a gente não pode ter determinadas situações? Então, eu daria
4301 essa sugestão, um material consistente para quem está começando e uma
4302 formação básica para os conselheiros. Muito obrigada.

4303 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4304 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada. Eu acho que só um ponto muito rápido,
4305 antes de passar para a Maria Clara, é que eu acho que talvez essas ideias aqui,
4306 que eu acho que também a gente já teve em algum momento, de consolidar o
4307 material, mas isso da formação, talvez a gente, quem ficou encarregado no GT do
4308 encontro, talvez até possa pensar numa possibilidade de formação nesse
4309 encontro. Eu vou passar para a Maria Clara e dizer que a gente já extrapolou o
4310 nosso tempo aqui, que teoricamente a gente encerraria meio-dia, mas a gente

4311 pode encerrar a uma, mas para as próximas falas já terem a fala e o
4312 encaminhamento também, se caso tiver encaminhamento.

4313 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica**
4314 **Às Organizações Populares – GAJOP) -** Bom dia. Primeiro, eu vou parabenizar
4315 por esse trabalho desse relatório. Eu acho que ele vai ser extremamente útil para
4316 essa tarefa, que é a elaboração da recomendação, de fato, sobre as diretrizes de
4317 criação e mecanismos. Eu acho que essa é a nossa tarefa. E aí, já colocando
4318 como sugestão de encaminhamento, eu não sei se é possível já a gente trabalhar
4319 na criação de um GT, conjunto, comitê e mecanismo, para já fazer a minuta dessa
4320 recomendação, estabelecer alguns prazos para a apresentação dessa minuta e
4321 que a gente possa, enfim, no âmbito do próprio GT, a gente construir essa
4322 metodologia, como que isso pode ser colocado, inclusive, no âmbito do sistema,
4323 mas para a gente não deixar isso solto, porque isso é uma questão recorrente,
4324 acho que essa é uma das nossas tarefas primordiais aqui. Mas muito bom o
4325 trabalho, parabéns mesmo. Então, já esse é o encaminhamento. Só
4326 complementando a questão de Pernambuco, a Patrícia colocou, vi uma, Caio
4327 perguntou. Ah, o Caio saiu. Não, mas só respondendo rapidamente, o problema
4328 de Pernambuco é que a lei não tem a previsão do mandato, principalmente isso
4329 que a Vilma colocou, teve essa falha na lei, que a gente sabe que na disputa da lei
4330 a gente tem que abrir mão de algumas coisas, inclusive a Vilma não precisa se
4331 desculpar por isso, a gente sabe dessas dificuldades no processo legislativo, mas
4332 diante dessa situação, a governadora Raquel Lira, quando assumiu, decidiu por
4333 bem exonerar os cargos comissionados do Estado, dentre eles os peritos e peritas
4334 do mecanismo. Então, entraram nesse bolo das exonerações, não deveria, porque
4335 de fato deveria ter esse entendimento acerca da autonomia independente desses
4336 cargos, mas a fragilidade dessa lei, a fragilidade dessa estrutura também permitiu
4337 com que isso acontecesse, gerou essa lacuna. Enfim, vem de um histórico
4338 também de que esses peritos e peritas estavam há muito tempo nesses cargos,
4339 porque também não tinha previsão de mandato. Então, foi elaborada uma
4340 proposta de edital, o Comitê Estadual elaborou, com o apoio também do ponto

4341 focal de Pernambuco, daqui do mecanismo nacional, foi apresentada essa
4342 proposta para o Estado, e o Estado simplesmente está sentado em cima da
4343 proposta de edital, sobre o argumento de que a lei não tem previsão de mandato,
4344 eles também estão querendo colocar essa proposta que vocês apresentaram aqui,
4345 dessa configuração de o Comitê seleciona uma lista de nomes e a governadora
4346 vai escolher quem desses. Então, uma proposta bem frágil, a título de quê?
4347 Também publicar um edital nesse formato. Então, foi elaborado uma nota em
4348 conjunto do mecanismo... Vou concluir. Sobre essa diretriz e sobre como o
4349 parecer da PGE contraria o OPCAT para a publicação desse edital e continuamos
4350 sem resposta, não é, Vilma? A gente vai ter essa reunião novamente com o
4351 Estado, mas é muito importante que o governo também auxilie nesse processo de
4352 indução para que o Estado se movimente e publique esse edital, porque já vamos
4353 entrar no sétimo mês, oitavo mês, sem mecanismo no Estado e é uma perda, um
4354 retrocesso imenso. Então, só... Vou concluir, desculpa. Mas a gente também viu
4355 com muita preocupação o envio desse e-mail, ressaltamos como tem informações
4356 sigilosas desse e-mail, sobre as inspeções, sobre os relatórios, talvez informações
4357 de pessoas que sofreram tortura e foi encaminhado esse e-mail a partir do e-mail
4358 institucional, de peritos que não estão mais no cargo, não é? Então, reitero essa
4359 preocupação que já foi colocada por Patrícia, por Vilma e é isso.

4360 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4361 **Trabalho e Cidadania – ITTC) – Obrigada, Maria Clara.**

4362 **Interlocutora não identificada** - Então, assim, a Ana da Pastoral colocou lá sobre
4363 ter forças de segurança. E aí, assim, como alguns daqui sabem, eu já fui do
4364 Comitê do Rio de Janeiro, depois fui do Mecanismo do Rio de Janeiro, voltei para
4365 o Comitê do Rio de Janeiro. Então, assim, vou dar um exemplo. Sergipe, sabe por
4366 que o GMF proibiu o Comitê de Sergipe fazer fiscalização? Porque existe dentro
4367 do comitê a Secretaria de Administração Penitenciária. Foram eles que pediram
4368 para o GMF fazer isso. Então, assim, e essa história começa lá em Minas Gerais,
4369 que foi a primeira lei horrorosa, entendeu? Que começou com as forças de
4370 segurança. E aí era a Polícia Civil, Secretaria de Administração Penitenciária, era

4371 a polícia toda. E aí a gente conseguiu que nunca fosse para frente. Inclusive a
4372 gente conseguiu, na gestão do subcomitê da ONU, que não reconhecesse aquele
4373 projeto de lei como fazendo parte do sistema. E aí, de lá para cá, tiveram algumas
4374 gestões na coordenação de combate à tortura, que viajou os estados. E aí tem
4375 que criar, tem que criar. Importante é ter. Então, assim, foram criando isso e a
4376 gente está vendo isso. E aí uma outra coisa para falar para a Silvia. Silvia, a gente
4377 não sabe o que o Ministério está fazendo, porque o ministro só veio em uma
4378 reunião do comitê. Então, assim, fica difícil dizer o que o Ministério está pensando
4379 em fazer junto com o comitê, porque ele veio a uma reunião, que foi a reunião de
4380 maio. Então, assim, mas a atribuição é do comitê. Ele vindo à reunião ou não, a
4381 gente vai ter que tocar isso. Então, acho que também isso precisa ser dito, porque
4382 fica meio esquisito. Então, assim, Forças de Segurança não pode estar em comitê,
4383 porque quem comete a tortura é o Estado. Isso é claro. A Força de Segurança
4384 dentro do comitê, na hora da defesa, ela vai defender o comitê ou ela vai defender
4385 o Estado. Ela vai defender, claro, a Secretaria. Eu fui para a formação de Sergipe,
4386 os membros do sistema prisional falavam, eu só estou aqui porque eu quero ser
4387 do mecanismo. Foi essa a sua fala. E uma outra coisa que a gente tem que ter
4388 muito cuidado também é com a representação, porque às vezes as pessoas têm
4389 as suas religiões e elas querem levar para o mecanismo também as suas
4390 religiões. Quando eu fui fazer a capacitação de Rondônia, eu coloquei isso
4391 claramente para o membro do mecanismo de Rondônia, porque ele é uma pessoa
4392 evangélica. Então, a gente tem que ver tudo isso, porque ele não está ali para
4393 pregar para a pessoa, não. Como se fosse uma pessoa de candomblé, não estava
4394 ali para fazer uma reza, não... A gente vai criando, vai criando, porque tem que ter
4395 para mostrar que tem, e aí depois a gente vai sofrendo as consequências. Eu já
4396 tinha colocado isso, de que precisa ter uma recomendação do Comitê Nacional
4397 sobre a criação, sobre orientações. E, assim, já deu, gente. O Comitê de 2013.
4398 Nós estamos em 2023. Então, é hora de a gente deixar alguma coisa para depois
4399 a gente não dizer que não construímos, chorar do leite derramado não dá certo,
4400 não.

4401 **Interlocutora não Identificada** - Sou eu mesma? Sou eu mesma? A Sofia anotou
4402 a hora. Eu estava escrita também, Sofia, antes. E lá também, viu? Bom,
4403 respondendo o que foi trago pela Silvia, do âmbito das atribuições do Ministério
4404 dos Direitos Humanos, que eu acho que é um desafio que nós enfrentamos agora
4405 por causa do que foi feito nos períodos anteriores, que é essa confusão entre o
4406 que é a atribuição da Coordenação Geral de Combate à Tortura e do Ministério
4407 dos Direitos Humanos, o que é a atribuição do Comitê Nacional, inclusive se
4408 encerrou a discussão ontem sobre a mesa diretora e as atribuições da
4409 coordenação, de apoio à coordenação executiva dedicada ao comitê. Então, tem
4410 sido um esforço, principalmente meu, porque já estive aqui no colegiado como
4411 membro da sociedade civil, manter esse distanciamento, essa separação,
4412 respeitando as competências do comitê. O que nós temos feito? Nós temos feito
4413 reuniões com os pontos focais de governo para entender como esses governos
4414 atuais estão percebendo a importância da implantação dos comitês e
4415 mecanismos. Essas reuniões, dessas reuniões, o que nós percebemos? É que
4416 existe uma demanda, eu acho que, tanto o mapeamento quanto a fala da Ana
4417 Cláudia traz isso, pela produção de uma normativa que direcione como deve ser o
4418 processo de construção, criação, composição dos comitês e mecanismos, e que
4419 essa normativa seja encampada pelo Ministério, pelo Comitê Nacional de
4420 Prevenção e Combate à Tortura e pelo próprio governo federal como um todo e
4421 usada em todas as questões que se relacionam à segurança pública, porque os
4422 pontos focais de governo de Estado sentem falta disso para poder se posicionar
4423 de forma mais assertiva com os escalões de poder acima deles, com os
4424 governadores e etc. A maioria dos Estados não são secretarias de direitos
4425 humanos, muitas vezes são subsecretarias, coordenadorias, diretorias, e isso é
4426 toda uma questão. Em relação ao ponto sobre essa simetria entre o Comitê
4427 Nacional e os comitês estaduais no que tange à presença da SENAPPEN, eu
4428 entendo que são circunstâncias diferentes. Uma coisa é a SENAPPEN, órgão
4429 nacional, aqui no Comitê Nacional, em que a maioria dos casos de tortura vão vir
4430 de denúncias de presídios estaduais. Outra coisa é você ter que fazer uma
4431 reunião enquanto membro do comitê com o sujeito do seu lado, da Secretaria de

4432 Administração Penitenciária daquele Estado, gravando a sua fala, que foi o que
4433 aconteceu comigo em Pernambuco, para encaminhar para o secretário. É bem
4434 diferente.

4435 **Interlocutora não Identificada** - Presidente e demais membros, eu só queria
4436 fazer aqui uma fala rápida, que, assim, eu não vou concordar que isso que
4437 aconteceu, de ter usado o e-mail, isso pode ser crime. Por quê? Quero terminar de
4438 concluir a fala rapidamente. Porque, assim, em tese, esses peritos que foram
4439 destituídos do cargo, até que se haja nova edital, alteração da lei, fixação de
4440 mandato e o ingresso de novos peritos, em tese, eles são a memória de todos os
4441 documentos que foram produzidos. Inclusive, trago aqui como referência, para
4442 devidamente, desculpe o meu discordar, porque eu acho que não é crime. Quando
4443 você sai, inclusive, de um órgão, até do Programa de Proteção ao Testemunho,
4444 que, inclusive, já trabalhei, a gente sai com a responsabilidade, mesmo sendo ex-
4445 perito, ex-advogado, de guardar o sigilo de qualquer informação que você atendeu
4446 e acompanhou. E, assim, se entrar, a gente até não sabe, porque a governadora,
4447 segundo parecer dela, lá da Procuradoria, queria nomear servidores. E, se ela vier
4448 nomear servidores, esses peritos que recém saíram, que, em tese, têm a
4449 responsabilidade de guardar sigilo, até pela própria lei, eu faço essa análise, e
4450 faço uma análise jurídica, de fazer o repasse da memória dos futuros peritos. E,
4451 hoje, também há uma preocupação da governadora de nomear servidores. Se ela
4452 nomeia servidores, é também um risco esse e-mail ficar também na mão de
4453 servidor ali. Inclusive, a gente não sabe quem vai entrar ali. Até que você altere a
4454 lei, faça o processo seletivo, o ideal é que eles, ex-peritos, façam repasse da
4455 memória e, futuramente, se vai criar novo e-mail ou não. Então, eu não concordo
4456 que, nesse aspecto, é crime. Está sobre guarda, mas, inclusive, eles não podem
4457 entregar o e-mail para qualquer pessoa. É possível entregar o e-mail para alguém
4458 que está lá dentro da Secretaria? E aí, sim, essa é a responsabilidade. E eu vejo
4459 que, como ex-perito, qualquer um de nós tem o direito de se manifestar. Desculpe
4460 eu discordar, mas eu faço uma análise. A gente tem que ter esses cuidados. A

4461 gente não pode. Tem que tomar cuidado com o que a gente fala para não
4462 criminalizar e analisar mesmo cada caso concreto. É isso. Obrigada.

4463 **Sra. Cecília** - Acho que agora sou eu, Sofia. Cecília, aqui. Eu fiz uma inscrição
4464 quando o Caio estava falando, só para não perder a pergunta que ele fez. É eu e
4465 depois Silvia. Caio, em relação à questão dos peritos do Paraíba, só para
4466 esclarecer para todo mundo, o mecanismo está acompanhando, sim. Inclusive,
4467 nós tivemos uma visita presencial, fizemos reunião presencial com o Governador e
4468 com a Secretária, ao qual eles estão vinculados, reiterando toda essa urgência de
4469 resolução. Depois da nossa vinda para cá, a gente tem encaminhado ofícios
4470 reiteradamente para o Governo de lá e Breno pediu para a gente aguardar mais
4471 um pouco para marcar outra reunião, porque eles estão tentando ver se
4472 conseguem de uma forma não judicializada. A gente pensou em estar
4473 judicializando isso também, ele pediu para aguardar um pouco, mas nós estamos
4474 acompanhando bem de perto. Na reunião com o Governador, na presencial, tanto
4475 ele quanto a Secretária se mostraram, como sempre, dispostos a resolver a
4476 questão, porque falaram que seria problema dos cargos, que não tinha disponível
4477 ainda, ofereceram cargo em comissão e daí isso não foi aceito, teria que ser o
4478 cargo de perito mesmo, então está nesse impasse ainda, só mais para esclarecer,
4479 para não ficar tão longe da pergunta dele.

4480 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4481 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Silvia. Eu vou só falar a ordem das
4482 pessoas que estão inscritas, então é a Bárbara, a Silvia, a Patrícia, a Maria Clara,
4483 o Tiago e a Vilma, e a Nathália já está escrita há bastante tempo, mas a Carol me
4484 falou aqui que a Nathália queria falar o final de todas as falas para responder tudo
4485 em conjunto, então é a Bárbara agora.

4486

4487 **Sra. Bárbara** - Então, eu queria só fazer duas falas mais encaminhativas mesmo
4488 e queria ressaltar uma das recomendações do mecanismo por várias questões,

4489 que a gente faz a recomendação de pensar em todos os relatórios regulares que
4490 sejam públicos, eu acho que essa tem um mecanismo nacional, todos os relatórios
4491 sejam temáticos ou os regulares são públicos, isso ajuda muito, porque senão a
4492 maioria dos relatórios talvez em âmbito estadual não sejam publicizados, então a
4493 gente tenta construir isso em um diálogo mesmo, porque é importante que a gente
4494 tenha as informações, e aí eu só queria fazer uma ressalva que a gente debateu
4495 internamente, claro, esses relatórios não podem conter informações sigilosas, não
4496 podem ter nomes, tem que ser um relatório não se gabando do trabalho do
4497 mecanismo nacional, mas um pouco nesse parâmetro que a gente não expõe
4498 nenhuma identidade nem situação sigilosa, então a gente aproveitando esse
4499 momento para comentar dessa construção, dessa recomendação que a gente
4500 debateu bastante internamente para a gente ter mais transparência, mais apoio
4501 para que a sociedade também possa ter esse trabalho veiculado e ter esse
4502 instrumento de luta também, porque os nossos, como é tudo que a gente faz estar
4503 lá, é nota, tudo que a gente pensa é público, isso instrumentaliza, sobretudo, a
4504 sociedade civil, queria só ressaltar essa recomendação que eu acho que ela é
4505 bem preciosa. Em relação a dois encaminhamentos que eu queria dizer, embora
4506 Cecília tenha trazido aqui a situação da Paraíba, o que eu acho interessante é que
4507 o governo federal apoia um pouco mais. Gente, a gente tem Paraíba e
4508 Pernambuco numa situação hoje dramática, a gente não pode, a gente tem que
4509 priorizar esses dois estados, na minha opinião, para a gente restabelecê-los. Olha,
4510 foi tão difícil, vocês sabem todos os dias quanto é difícil a gente ter um
4511 mecanismo, então, por favor, queria deixar esse pedido de dois encaminhamentos
4512 para o envolvimento prioritário do governo federal para a gente recuperar. E eu
4513 queria que vocês prestassem atenção na descrição lá da Paraíba, no nosso
4514 mapeamento conjunto, que aquele salário não tem condição, gente, também
4515 aquele lugar está esvaziado porque o nível de coisa que a gente faz aqui, com
4516 aquele salário lá, não tem condições. E vou deixar só mais uma, vou chutar uma
4517 bola aqui que eu já estou indo embora, pensar num salário de piso para todo
4518 mundo. O trabalho do estadual e o trabalho do nacional é o mesmo, e eu ousou
4519 dizer que o estadual trabalha muito mais, porque ele sabe o nome de cada

4520 familiar, ele sabe o nome de cada pessoa privada de liberdade. Eu sempre disse
4521 que o estadual trabalha muito mais do que o mecanismo nacional, com todo
4522 respeito às minhas colegas e à história do mecanismo nacional. Então, assim, que
4523 a gente pense mais para frente, fica aqui também uma ideia para o Comitê
4524 Nacional trabalhar e com uma certa prioridade, na minha opinião, para que a
4525 gente possa ter um piso salarial, porque o perito daqui e do Oiapoque ao Chuí vai
4526 fazer o mesmo trabalho, inclusive no estado vai correr muito mais risco em relação
4527 à sua segurança pessoal. Então, eu deixo aí para vocês essa dica de prioridades
4528 aí na atuação. Então, como eu falei, Paraíba, porque não tem estrutura, porque é
4529 questão de salário, enfim, que mantenha no mínimo os três peritos, mas com
4530 dignidade. A gente fala muito de dignidade e esquece, às vezes, de dar aos
4531 nossos a dignidade, inclusive, do trabalho. E, para fechar, eu só queria dizer que
4532 no mundo ideal, e quando eu vejo a Cintia sempre me renova os meus
4533 pensamentos aí, eu acho que a gente precisa de diálogos do nosso ministro de
4534 Direitos Humanos junto com o nosso ministro da Justiça. Porque, se a gente ficar
4535 só Direitos Humanos, só Direitos Humanos, a gente precisa se aproximar, criar um
4536 laço, uma ponte, um ponto em comum para que o ministro da Justiça e o ministro
4537 dos Direitos Humanos consigam, de fato, implementar essa nossa política tão
4538 importante, que eu tenho certeza que o ministro da Justiça também está de acordo
4539 com essa política que é importantíssima. Obrigada.

4540 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4541 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Bárbara. Eu acho que, só rapidamente,
4542 acho que a gente pode entender que teve essa confusão de coordenação
4543 membros do Ministério dos Direitos Humanos que estão aqui no comitê, mas acho
4544 que a gente tem que entender com quem a gente pode falar quando a gente
4545 quiser falar com o Ministério dos Direitos Humanos. Então, se a gente quer falar
4546 com o Ministério dos Direitos Humanos no âmbito de uma política federal,
4547 inclusive para esses dois casos que a Bárbara falou, a gente precisa identificar
4548 quem é essa pessoa que a gente pode conversar, que não está aqui,
4549 necessariamente, no espaço do comitê, mas que pode tratar desse assunto de

4550 maneira mais ampla. E acho que a Nana talvez possa indicar, e talvez alguém
4551 também do próprio Ministério da Justiça. É você? Para mim não era isso. Mas a
4552 Nana não é o Ministério dos... Sim, tudo bem, mas eu achei que era diferente, na
4553 minha concepção, achei que era diferente. É... É, não sei, mas é porque acho que
4554 se a gente está conversando isso daqui e aqui e agora, então, enfim, aí você falou
4555 assim, tem que ter uma postura a mais do Ministério dos Direitos Humanos. Então,
4556 o que? Cabe a Nana levar esse encaminhamento para outros lugares? É isso?

4557 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4558 - Desculpa, mas tem uma cadeia lógica. A gente vai reportar a Fernanda, porque a
4559 gente não vai passar por cima dela para falar com a secretária executiva.

4560 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
4561 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** - Sim, é que eu não tinha entendido dessa
4562 maneira, inclusive pela questão dos lugares aqui de ocupar o Ministério. Mas se é
4563 isso, tudo bem. Então, melhor ainda. Ela está aqui. Pronto. Sílvia?

4564 **Sra. Sílvia** - Gente, bom, posso começar a minha fala? Vamos lá. É rápido, vou
4565 tentar também os três.

4566 **Interlocutora não Identificada** - Gente, pela ordem, obviamente tudo que o
4567 comitê passa para mim vai subir e vai respeitar a hierarquia do Ministério. Se falou
4568 comigo, vou subir para a minha diretora, que é a Ana Luísa Zago, que vai
4569 encaminhar para a secretária nacional, que é a Isadora Brandão, que vai
4570 encaminhar para o gabinete ministerial, onde está a Rita e o ministro Silvio de
4571 Almeida, que é a secretária executiva Rita e o ministro Silvio de Almeida. É assim
4572 que funciona. É claro que, quando uma situação é extremamente urgente,
4573 algumas vezes a gente fura isso aí. Não, é o recomendado. Geralmente, quando
4574 eu faço isso, eu tomo um...

4575 **Dia 20-07-2023 - Áudio 2:**

4576 **Interlocutora não Identificada** - Puxão de orelha, mas, ainda assim, às vezes eu
4577 faço, porque eu vejo que é urgente. O caso da violação de prerrogativas do
4578 mecanismo aqui no DF, eu furei essa hierarquia. E o caso do Rio Grande do Norte,
4579 eu furei essa hierarquia. Tomei dois puxões de orelha? Tomei, mas furei esse
4580 mesmo, porque é isso. Às vezes a coisa é urgente, é a vida das pessoas e pronto,
4581 vida que segue. Agora, a lógica hierárquica é essa, e, dentro dessa lógica
4582 hierárquica, vão ter coisas que eu não vou ter como responder aqui na hora, sem
4583 fazer esse percurso. Isso é normal. Agora, o comitê tem toda a liberdade do mundo
4584 para marcar suas reuniões, seus debates, diretamente com as instâncias do alto
4585 escalão do Ministério. Não tem problema nenhum. Isso é atribuição do comitê, e ele
4586 pode fazer isso com toda tranquilidade, sempre que achar necessário. E eu, em
4587 alguns momentos, dentro dos nossos acordos de confiança, vou dizer, olha,
4588 recomendo que dialoguem diretamente com.

4589 **Interlocutora não Identificada** - Vamos lá, obrigada, Sofia. Vamos lá, eu queria
4590 fazer três apontamentos rápidos. O primeiro, sobre a questão das diretrizes,
4591 parâmetros e tal. Acho que a gente tem que lembrar que existe uma recomendação,
4592 número cinco do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, de 2018.
4593 Inclusive, ela é quase que uma minuta de projeto de lei, essa recomendação. Então,
4594 assim, eu acho que a gente tem que... Eu acho que, assim, eu fiquei um pouco
4595 preocupada quando escutei a Nana falando que os estados precisam de
4596 normativas, estão perdidos. Gente, sinceramente, a gente tem uma recomendação,
4597 a gente tem uma lei nacional, tem um livro publicado pela Secretaria de Direitos
4598 Humanos de 2014. Eu acho que a gente tem muita diretriz. Talvez seria
4599 interessante o comitê olhar para essa recomendação número cinco. Está faltando
4600 alguma coisa? Tem algo que agora a gente talvez não concorde? Altera essa
4601 recomendação, adiciona algo. Mas, assim, eu não... Sinceramente, eu não acho
4602 que os estados não estão criando por falta de diretriz ou normativa ou falta... Gente,
4603 não é isso. Então, eu acho que a gente tem que... Ok, essa recomendação está
4604 incompleta? Trabalha sobre ela, vê o que está faltando. Não concordamos mais
4605 com isso, tira, muda. Mas, assim, o que está precisando ser trabalhado muito é a

4606 vontade política. Então, só para lembrar, essa é a recomendação número cinco.
4607 Para não parecer que tem que fazer um trabalho todo de novo. Gente, foi feito.
4608 Então, tem que alterar. Ótimo. Trabalha a partir daí, altera. Se precisar de algo,
4609 precisa de mais minúcia, detalhe. Mas, assim, começar daí. A segunda questão
4610 que eu queria colocar é sobre a pergunta que a gente colocou aqui. Eu coloquei
4611 aqui sobre as ações que estão sendo tomadas pelo governo. E eu entendo, Patrícia,
4612 que o comitê tem um papel, o CNPCT, tem um papel importante na política e, claro,
4613 é um papel do CNPCT, mas é um papel do Estado, é um papel do governo federal
4614 também. Então, acho que, assim, o governo federal tem que explicar ou pensar no
4615 que ele vai fazer para induzir essa política. A gente está falando de uma política, de
4616 um sistema nacional que precisa de recursos, precisa de uma política indutora por
4617 parte do governo federal. Então, é nesse sentido também que eu coloco. O comitê
4618 tem um papel a cumprir, mas o governo como governo também tem um papel a
4619 cumprir. Então, acho que é importante a gente também direcionar às vezes certas
4620 cobranças para o governo. E o terceiro apontamento que eu queria trazer é
4621 justamente reforçar algo que trouxe a Bárbara sobre justamente esses dois estados,
4622 Paraíba e Pernambuco. O que o comitê, então, pode fazer em relação a esses dois
4623 estados? Não sei, encaminhar um ofício assinado pelo ministro na qualidade de
4624 presidente, pedindo uma reunião, não sei, com governador, governadora,
4625 secretários, não sei. Mas o que o comitê agora, então, poderia talvez encaminhar
4626 para que sejam tomadas realmente algumas medidas em relação a esses dois
4627 estados? Porque a gente está falando de um estado de Pernambuco que está sem
4628 mecanismo, o mecanismo não existe, não está funcionando. Paraíba, que está com
4629 um membro, se eu não entendi bem. Então, o comitê nacional é isso, aproveitar
4630 esse espaço, essa potência desse espaço para isso, oficiar com a assinatura do
4631 ministro, pedindo uma reunião. E também só adicionar isso, o Rio Grande do Norte.
4632 Então, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. E é isso, eu ia falar outra coisa,
4633 mas deixa eu.

4634

4635 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4636 **e Cidadania – ITTC)** - Você vai falar que a gente mandou, logo quando os peritos
4637 de Pernambuco foram exonerados, a gente mandou um ofício para a governadora
4638 e a gente não teve resposta nenhuma, a gente enquanto comitê. Mas nada impede
4639 a gente tentar marcar uma reunião também. Patrícia?

4640

4641 **Sra. Patrícia** - Então, eu me reescrevi para falar assim, a guarda de um e-mail é
4642 guarda de um e-mail. A mesma coisa, eu ter saído do mecanismo do Rio de Janeiro
4643 e estar utilizando o e-mail institucional do mecanismo para mandar qualquer
4644 documento. Elas estão guardando o e-mail, beleza, ok. Agora, encaminhar e-mail
4645 pelo e-mail do mecanismo, isso não pode. A mesma coisa qualquer outro membro
4646 do mecanismo nacional pegar o e-mail do mecanismo nacional e ficar mandando o
4647 documento, gente. Onde que está o cabimento? Ou eu estou muito fora da casinha,
4648 porque não é possível. Não é possível. Isso é ilegal. Isso não é uma coisa legal.
4649 Você sai de um órgão, a mesma coisa, a ministra Damares saiu daqui do ministério
4650 e vai estar mandando e-mail enquanto Damares ainda dizendo que está... Pelo
4651 amor de Deus! Aí a gente vai achar isso normal? A gente não pode achar isso
4652 normal, porque é assim que está criando os monstros. Entendeu? A gente vai
4653 fazendo as coisas, vai fazendo as coisas, e aí quando é o outro a gente fala, ah,
4654 não pode criticar, ah, não pode falar. A gente tem que falar sim, tem que apontar os
4655 erros sim. Isso é grave, porque aí abre um precedente para o outro vir e fazer a
4656 mesma coisa. E eu sou muito amiga de todo mundo de Pernambuco. Eu sou amiga
4657 de Maria Clara, eu sou amiga da Simone. Eu sou amiga de todo mundo, mas está
4658 errado e a gente que tem que falar que está errado. Porque a gente não fala que
4659 está errado porque a gente não quer ficar mal na fita. Só que está errado. Ou a
4660 gente entende isso ou vai ficar difícil. Aí a gente agora está num governo razoável.
4661 É quando tiver outro governo que a gente não sabe nem daqui o que vai acontecer
4662 amanhã, porque a gente nunca pensou que a gente ia ter um governo assim. Ou a
4663 gente aprende com o erro ou vai ficar difícil. E aí depois a gente vai falar, ah, não
4664 sabia, não sabia. Nada no Brasil está livre de acontecer. Nada. A gente tem que

4665 aprender com os erros para que não aconteça de novo. E uma outra coisa para
4666 terminar, queria lembrar que o Comitê Nacional também tem representações para
4667 acompanhar os estados na criação de leis, de comitês e mecanismos. A gente já se
4668 colocou à disposição. Por exemplo, eu tenho conversado com o pessoal da Bahia,
4669 junto com a Camila Antero. A gente está fazendo várias coisas. Então o comitê
4670 também tem essa atribuição. Então acho que a gente precisa que todo mundo saiba
4671 disso, que é importante.

4672

4673 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
4674 **Organizações Populares – GAJOP)** - Bem rapidinho, só peguei o final da fala da
4675 Patrícia, mas eu concordo que eu não acho que é crime o que eles fizeram, mas de
4676 fato, acho que isso é uma acusação séria, mas causou estranheza e preocupação,
4677 inclusive dessa falta de respostas. De fato, quem é que o governo está colocando
4678 para administrar o e-mail? São coisas que a gente não sabe. Então, eu acho que
4679 não é para a gente ficar pessoalizando nos ex-peritos e peritas, é mais aqui o lugar
4680 para a gente ficar atento com a negligência do Estado em relação à ausência do
4681 mecanismo. E sim, eu acho que é um erro, causa preocupação sim. Eu acho que
4682 a gente não vai deixar de chamar atenção. Inclusive, como o meu tempo tinha
4683 acabado anteriormente, mas falando em si sobre o conteúdo da Errata, eu também
4684 não acho que eles falaram sobre os relatórios não serem publicizados, mas eles
4685 não eram. Então, eu não acho que isso é um erro que consta no relatório. De fato,
4686 não eram. Eles apontam, eles não estão violando a lei. De fato, não estão violando,
4687 mas eu também não acho que foi isso que foi colocado no relatório. Eu acho que é
4688 importante que os relatórios sejam publicizados. E não havia essa publicização. Eu
4689 acho que se for eventualmente fazer alguma correção no relatório para explicar
4690 melhor a situação, para que os peritos e peritas se sintam contemplados, eu acho
4691 que aí fica a critério de quem elaborou o relatório, mas não é um erro dizer que os
4692 relatórios não eram publicizados, porque não eram, e eles mesmos reconhecem
4693 isso no e-mail. Então, só queria deixar isso pontuado.

4694

4695 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4696 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Maria Clara. Tiago.

4697

4698 **Sr. Tiago Nagô (Secretário do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à**
4699 **Tortura)** - Boa tarde a todos e a todas. É muito mais para registrar, pontuar a
4700 importância da atuação do Comitê Nacional, bem como do Mecanismo Nacional,
4701 nessa luta que nós travamos em Pernambuco para a publicação de tal
4702 recomposição dos peritos do mecanismo de Pernambuco. Pernambuco vive uma
4703 situação extremamente grave e precisamos, de fato, dessa atenção. Dito isso, eu
4704 só gostaria de pontuar com relação à atitude dos ex-peritos do Estado de
4705 Pernambuco que eu não consigo entender, não enxergo nenhum exercício de
4706 hermenêutica possível de abarcar a tese de que eles, por serem memória, tem o
4707 direito, tem prerrogativa de enviar mensagens pelo e-mail institucional. Você
4708 imagina, eu sou oficialmente consultor de uma agência da ONU, a OIT. Também
4709 atuo no Comitê Técnico e Científico do MPT. Você imagina se eu sou exonerado e
4710 passo, não é, a diligenciar pelo e-mail oficial. Isso não tem, de forma alguma,
4711 nenhuma tese que abarque que isso é algo correto. E essa é a fala de uma pessoa
4712 que nasceu no território, que vive no território, que já apanhou da polícia militar
4713 quando no exercício da função e que representa o movimento negro unificado, que,
4714 aliás, se manifestou contra a recondução dos peritos porque nós conhecemos a
4715 forma de atuação, que é uma forma que nós não concordamos, principalmente
4716 porque, já que a maioria da população carcerária do Brasil é negra, nós pautamos
4717 questões relacionadas ao direito do povo preto no nosso Estado. E o Estado em
4718 que nós enfrentamos historicamente dificuldade porque foi a porta de entrada do
4719 colonizador. E que, no momento, temos uma governadora que disse em rede
4720 nacional que no seu governo só tem brancos porque ela não conseguiu encontrar
4721 negros com capacidade de assumir cargos no seu governo. Então, eu gostaria que
4722 as pessoas que emitem opiniões sobre Pernambuco passem aqui pelo menos uns

4723 três meses, dialogue mais, inclusive com a sociedade civil, visite os locais onde nós
4724 visitamos. E, aliás, trabalho que fazemos com esmero dedicação e investindo
4725 dinheiro no nosso próprio bolso. E como nós costumamos dizer, botando a cara na
4726 bala, porque o Estado a todo momento nos assedia e tenta engessar.

4727

4728 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4729 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Tiago. Vou passar para a Vilma. Vilma.

4730 **Sra. Vilma** - Oi. Para mim, estou falando apenas de um complemento. Agradeço
4731 muito a fala de Tiago Nagô, porque ele é membro e secretário do Comitê Estadual
4732 de Prevenção e Combate à Tortura. Então, o que foi falado aqui é uma atitude, mas
4733 é uma atitude que você usa, eu recebi e vi, você usa o Mecanismo Estadual de
4734 Direitos Humanos, você não usa. Bem, dizem que eu tenho um arquivo que tem
4735 tudo. Eu tenho um arquivo que tem tudo, desde a época em que Silvia me conhece,
4736 desde a época em que estávamos discutindo o Sistema Nacional de Prevenção e
4737 Combate à Tortura. Ora, eu tenho 70 anos, mas eu também tenho o cuidado de
4738 guardar. E acredite, eu não vou dizer quem é, nem quem deixou de ser. Muita
4739 gente, ainda do Nacional, me procura e faz. Mas tu tens aquele documento, eu
4740 procuro. Tenho, tome. Entendeu? Isso é uma coisa. Outra coisa, era tão simples,
4741 era só dizer, ex-peritos do mecanismo estão encaminhando para uma sugestão ou
4742 uma retificação. Isso, gente, ninguém está falando aqui, e eu concordo plenamente
4743 com a Patrícia, quando ela diz, e eu vou resumir em tudo, o pau que bate em Chico,
4744 bate em Francisco. Se a gente não toma uma atitude agora, eu não estou
4745 mandando criminalizar as meninas, até porque eu conheço. Eu não estou falando
4746 da pessoa, de cada uma, eu não estou falando, estou falando da ação. Eu conheço
4747 cada uma, e não queria, e sou contra o encarceramento. Mas, as coisas devem ser
4748 feitas de forma correta. E não foi feita de forma correta. Então, não vamos proteger
4749 algo agora, que poderemos sofrer repetições depois. É só isso. E quando forem
4750 chamar, e o governo federal, o governo não, os órgãos federais têm essa prática.

4751 Vem falar com o governador aqui, mas não fala com os órgãos de controle. Por
4752 exemplo, se eu for falar sobre combate e prevenção à tortura, convido quem? O
4753 comitê? O mecanismo. No caso, não tem mecanismo, mas o comitê. Isso é uma
4754 falha antiga. Ah, eu vou falar com a governadora. Certo. Mas fala com a
4755 governadora, com quem entende da história, que é o órgão público para valorizar a
4756 sua ação.

4757 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4758 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada. Cintia, você levantou a mão e abaixou? Você
4759 levantou a plaquinha e abaixou ou não? Não, imagina. Eu tinha anotado o seu
4760 nome aqui, mas aí você abaixou, fiquei na dúvida se você queria falar ou não. Seria
4761 a Camila e depois é você. Não, sim, o Caio também. Camila.

4762 **Sra. Camila** - Obrigada, Sofia. Gente, eu gostaria de aproveitar o momento para
4763 denunciar o governo de Pernambuco por estar deliberadamente tentando aparelhar
4764 o mecanismo de Pernambuco através de diversas ações e omissões, sobretudo
4765 com relação ao edital. Nós disponibilizamos um edital revisado de acordo com o
4766 OPCAT, desde o começo do ano, certo? E eles estão querendo publicar um edital
4767 sem previsão de mandatos e também vieram com um discurso no sentido de que
4768 vieram com um discurso no sentido de que seria prerrogativa da governadora
4769 escolher e ter a palavra final com relação à escolha dos membros do mecanismo, o
4770 que é uma franca violação ao princípio da autonomia e independência dos
4771 mecanismos decorrentes do OPCAT, certo? Se nós tivermos um edital, um
4772 instrumento convocatório publicado sem a previsão de mandato, que é algo
4773 perfeitamente legal e legítimo, nós vamos estar caindo na mesma fragilidade
4774 institucional que, inclusive, deu causa à exoneração sumária dos peritos no começo
4775 do ano, nós vamos estar voltando à estaca zero, nós podemos ter uma nova turma
4776 do mecanismo de Pernambuco que pode ser exonerada a qualquer momento
4777 porque não vai ter a estrutura administrativa do mandato. A PGE fez uma nota
4778 parecer, aliás, que já foi atacado por nós, aliás, com as devidas argumentações e

4779 fundamentações hermenêuticas jurídicas, foi um documento que saiu assinado pelo
4780 Comitê Nacional e pelo mecanismo de acordo com o OPCAT, com a lei e com a
4781 jurisprudência, certo? Eles estão, de toda forma, insistindo nessa tese da
4782 Procuradoria Geral do Estado de que não pode sair um edital com previsão de
4783 mandato por ausência de previsão legal, o que é uma inversão, certo? É uma tese
4784 que não existe, é uma tese que tem pé de barro, como a gente gosta de dizer no
4785 nosso território, essa tese, ela não tem nenhuma fundamentação e ela é uma
4786 inversão hermenêutica daquilo que deveria ser. Não existe nenhuma objeção para
4787 que nós tenhamos a previsão de mandato no instrumento convocatório, que é o
4788 edital, o que não dispensa de forma nenhuma a reforma legislativa da lei que institui
4789 o Mecanismo Estadual e o Comitê Estadual de Pernambuco. Então, gostaria, desde
4790 já, de suplicar ao governo federal que intervenha, certo? Nana, que nós possamos,
4791 de repente, chamar Isadora, para fazer uma reunião com a Argentina, com o Jayme
4792 Asfora, que, aliás, é uma das pessoas que eu tenho observado que tem contribuído
4793 para esse aparelhamento, infelizmente, certo? Ele foi convidado para estar aqui,
4794 ele não está, e eu diria isso para ele, se ele estivesse aqui da mesma forma, aliás,
4795 ele é um procurador de carreira que se encontra na posição de secretário executivo
4796 de direitos humanos, na pasta da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do
4797 Estado, e nós precisamos fazer com que o governo do Estado pare de enrolar o
4798 Comitê Estadual, certo? Porque eles estão enrolando o Comitê Estadual, Vilma tem
4799 tido uma posição absolutamente aguerrida, Maria Clara também, o GAJOP, as
4800 demais representações do Comitê, no sentido de garantir um edital de acordo com
4801 a OPCAT e com a previsão de mandatos, e eles estão fazendo ouvido de mercador.
4802 Então, eu peço, por favor, que o governo federal intervenha e que nós possamos
4803 agendar uma reunião com Raquel Lira. Obrigada.

4804 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4805 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Camila. Eu vou passar a palavra e encerrar aqui
4806 as inscrições para a gente partir para os encaminhamentos, então vai ter a palavra
4807 Cíntia Caio, e aí Natália, e depois a gente já parte para os encaminhamentos.

4808 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
4809 **Penais – MJSP)** - Presidente, eu abro mão, eu acho que na parte da tarde eu
4810 consigo fazer as contribuições, eu acho que a discussão agora é principalmente
4811 pontuada na questão de Pernambuco, no qual nós nos sumamos naquilo que for
4812 possível contribuir, colaborar, e na parte da tarde nós fazemos uma fala em relação
4813 à atuação da SENAPPEN e o total comprometimento da Secretaria em atuar em
4814 conjunto com este comitê.

4815 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4816 - É que eu sigo um pouco confuso em relação a essa história de Pernambuco,
4817 porque eu entendo qual foi a colocação da Ana Valeska. A questão é não é da
4818 nossa alçada ficar pensando se isso aí é crime, se é falsidade ideológica, o que for,
4819 esse local aqui não investiga crime nenhum. Então, se alguém acha que foi crime,
4820 reporte à autoridade policial. Mas eu entendo qual talvez tenha sido o sentido.
4821 Existiam pessoas que foram exoneradas sumariamente, tiveram uma prerrogativa
4822 legal interrompida, e aí sai um documento com o qual eles não concordam e aí eles
4823 vão lá e se manifestam. Isso poderia ter sido feito de forma mais adequada sem
4824 meio pessoal? Acredito que sim. E espero que tivesse sido levado em consideração,
4825 porque para mim não é evidente ainda qual foi o apoio que as nossas instâncias
4826 daqui deram às pessoas que tiveram o seu mandato ceifado, retirado. O mecanismo
4827 foi contra isso? Nós fomos contra isso? A gente fez um ofício dizendo não, não
4828 façam isso. E vocês fizeram a mesma coisa? Vocês se manifestaram para não
4829 interromper o mandato? Não, não. Quando foi cortado, quando foram exonerados...

4830 **Interlocutora não Identificada** - É isso que eu estou dizendo. Não tem previsão de
4831 mandato do mecanismo de Pernambuco. Entendeu? Então, assim...

4832 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4833 - Não, tudo bem. É que, gente, tudo bem. A gente não vai, talvez, concordar nisso
4834 agora, e aí eu até vou me encaminhar como a Cintia para que a gente possa ir

4835 almoçar. Mas, para mim, tem diferença. Para mim, é quase como se a vaca, se está
4836 doente, em vez de levá-la no veterinário, dê um tiro na cabeça dela. Para mim,
4837 basicamente, é isso. Tu exonerar todas as pessoas. Tu podes, então, denunciar
4838 que aquele órgão não existe da forma como deveria existir. E aí se faz um trabalho
4839 institucional. Mas se a gente... Mas apoiar que se interrompam os mandatos... Ok?
4840 É, eu acho que é uma posição grave apoiar que se se interrompam os mandatos.
4841 Ok? Não. O colega, que, inclusive, eu achei... Exato. É que, inclusive, eu achei
4842 indelicado dizer que a gente não pode se manifestar sobre o Estado. O Brasil todo.
4843 Disse que lá se apoiou isso. O comitê de lá apoiou isso. É uma organização
4844 específica.

4845 **Interlocutora não identificada** - Eu acho que a gente... A gente teve essa
4846 discussão já, quando isso aconteceu. Tem uma longa trajetória de articulações
4847 locais que foram feitas, costuradas.

4848 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4849 - Só um momento. Aqui é o colegiado dos membros do comitê. Os membros do
4850 mecanismo falam aqui no momento de falar. Inclusive, essa pauta aqui tem muita
4851 coisa do mecanismo. Eu pedi que, nas próximas, a gente tenha mais coisa do
4852 comitê também. Então, eu vou concluir aqui. Depois a gente pode pessoalmente
4853 falar mais sobre essa questão. Mas o que ficou nublado para mim foi isso.
4854 Independente se o órgão está meio estranho, a gente denuncia isso. A gente não
4855 diz, ok, então, interrompam. Tudo bem o que a Raquel Lira fez. Isso, para mim, é
4856 estranho. Para mim, não ficou evidente se isso veio de lá, se isso veio do território.
4857 Porque, se isso veio de lá, talvez pudesse chamar nossa atenção para a gente fazer
4858 a mesma coisa. Mas, basicamente, foi isso.

4859 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4860 **e Cidadania – ITTC)** - Eu vou passar a última palavra para a Natália, que estava
4861 inscrita já há bastante tempo. Eu só a deixei por última, porque esse foi o pedido

4862 que foi feito por ela. Mas eu acho que esse espaço aqui é um espaço do Comitê
4863 Nacional, mas é um espaço também que, embora o mecanismo, a gente está
4864 falando do sistema o tempo inteiro, mas que o mecanismo é muito bem-vindo e a
4865 gente contribui...

4866 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4867 - É muito bem-vindo, mas eu não sou interrompido.

4868 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4869 **e Cidadania – ITTC)** - Eu acho que, Caio, na verdade, eu acho que tem uma
4870 questão aqui que acho que talvez eu deixe a discussão acontecer um pouco assim,
4871 porque, no final das contas, eu acho que esse formato de três minutos e cada um
4872 fala, etc., é um formato complexo também, porque existem discussões que têm um
4873 certo debate. Então, da mesma forma que você falou alguma coisa, alguém estava
4874 debatendo no sentido contrário, etc., e acho que, se for esperar a ordem para você
4875 falar, etc., isso acaba se perdendo. Então, eu acho que isso aconteceu com você
4876 agora, assim como aconteceu com outras pessoas. Não foi exclusivo com você que
4877 aconteceu agora.

4878 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4879 - Eu dou a parte para todo mundo, fico falando aqui, mato meu tempo, não tem
4880 problema nenhum. O problema é vir dizer que tem outras pessoas inscritas e que
4881 eu tenho que parar de falar. Se vier de ti, eu aceito, porque é tu que determina
4882 como funciona essa reunião. Se vier dos colegas, eu tolero. Se vier de mais
4883 qualquer pessoa, eu não aceito.

4884 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4885 **e Cidadania – ITTC)** - Bom, eu vou passar a palavra para a Natália e a gente parte
4886 para os encaminhamentos.

4887 **Sra. Nathália** - Bom, eu vou tentar ser breve pela avançada hora. É só alguns
4888 pontos aqui, não é, para colocar de forma muito rápida, assim. Primeiro, em relação
4889 ao que Silvia traz, não é, sobre a implementação. Silvia, a gente detectou que um
4890 dos problemas é que como está sendo implementado cada Estado, não é, como o
4891 Vilma muito bem colocou, de uma forma, um dos nossos grandes receios é que
4892 justamente os mecanismos sejam implodidos por dentro do sistema, não é, por
4893 conta da quantidade de mecanismos fora dos padrões. Então, é só para reforçar a
4894 importância, não é, da multiplicação dos mecanismos, mas que isso seja feito e
4895 revisto a partir dos padrões, não é, mínimos, não é estabelecido pelo OPCAT, pela
4896 resolução do CNPCP, que você muito bem citou. Porque, efetivamente, se todos os
4897 que estão previstos em lei agora entrarem em vigor, a gente vai ter um problema,
4898 assim, na verdade, porque os mecanismos dentro do padrão virariam minoritários.
4899 Um segundo ponto aqui para colocar é só em relação a duas questões que
4900 surgiram. A primeira é se o comitê pode determinar temas para o mecanismo ou dar
4901 diretrizes, não é, o questionamento foi sobre a palavra diretrizes, em relação a
4902 forças de segurança pública. Assim, isso não foi uma coisa pouco discutida dentro
4903 do sistema ao longo dos anos, não é? Bom, o primeiro ponto em relação à diretriz,
4904 não é, o termo é diretriz mesmo, não foi uma escolha ocasional, não foi uma escolha
4905 acidental, não foi uma má escolha de palavras, foi uma escolha, não é? Os órgãos,
4906 eles são, atuam de forma cooperativa, mas autônoma. Assim, o comitê, ele não
4907 pode, ele pode dar ideias, como qualquer outro órgão pode dar ideias, mas ele não
4908 pode dirigir a atuação no mecanismo para onde o comitê acha interessante, não é,
4909 porque isso é exatamente o que vai comprometer o sistema em relação à sua
4910 autonomia, especialmente se se defende que forças policiais ou de secretaria de
4911 administração penitenciária estariam dentro do comitê, porque aí a gente está
4912 possibilitando que o órgão fiscalizado indique como a política de controle externo
4913 vai controlar, vai fazer um monitoramento, e aí se perde completamente tudo que
4914 está previsto na legislação. Especificamente sobre a questão de secretaria de
4915 segurança pública, eu acho que, e da CEATA, que foi citada do SENAPPEN, eu
4916 acho que existe uma diferença enorme entre o sistema nacional e o comitê nacional,
4917 que foi, e assim, não é, eu acho, não é, isso também já foi um debate a longo aí dos

4918 12 anos desde que o sistema teve o seu primeiro órgão implementado, que é o fato,
4919 13, perdão, que é o fato que o sistema, ele engloba vários atores, inclusive aqueles
4920 fiscalizados. Agora, os comitês, eles vão ter diretamente gestão sobre a política, e
4921 aí a gente está falando que não existe forma de seleção de mecanismo distinta do
4922 comitê escolher. Então, o que se diz, não é que a gente vai abrir um espaço para o
4923 diálogo, e ninguém está falando aqui de autonomia. O que a gente está colocando
4924 aqui é que precisa se garantir a autonomia, e garantir a autonomia é que quem vai
4925 ser fiscalizado não escolhe o fiscalizado, porque senão, mais uma vez, as coisas
4926 terminam se perdendo absolutamente. E é isso, e aí só para complementar aqui,
4927 todas as questões que foram colocadas especialmente pelas pessoas de
4928 Pernambuco, elas estão no relatório, inclusive citando a necessidade de que se
4929 traga, que se faça a eleição o mais breve possível. E é isso, só reforçar que perito
4930 não pode ser ex-perito, isso já foi, se confundir porque isso já foi um problema no
4931 mecanismo, posições individuais de ex-peritos operarem como se fossem de
4932 peritos, o que prejudica demais o trabalho dos mecanismos. Obrigada.

4933 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4934 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Natália. Eu acho que a gente tinha que ter tido,
4935 enfim, foi bastante tempo de apresentação, mas essa discussão aqui, acho que
4936 talvez tenha ficado alguns pontos, mas isso a gente vai tratando ao longo aqui,
4937 enfim, em outros espaços, etc. Eu queria anotar, eu queria dizer aqui dos
4938 encaminhamentos que eu observei a partir de todas as falas para ver se a gente
4939 está de acordo com eles. Primeiro, eu acho que tem um encaminhamento, que é a
4940 criação de um material e visitar esse material que já existe, essa recomendação
4941 número 5, que já existe. Eu acho que talvez o formato desse material, ele talvez não
4942 esteja encontrando um lugar para que as pessoas acessem, então eu não sei se o
4943 formato deveria ser um compilado com um formato de cartilha, de algum outro jeito
4944 que fosse um pouco mais acessível, porque embora entendo que a Silvia fala que
4945 não é por falta de normativas, mas isso tem vindo como demanda de todos aos
4946 comitês e mecanismos de modo geral, inclusive foi trazido aqui pela Ana Cláudia,
4947 então eu acho que isso deve ser levado em consideração. Então, isso e a questão

4948 da formação. O que eu proponho aqui é a criação, não vou chamar de grupo de
4949 trabalho, porque senão tem aquela coisa toda, enfim, mas de um, sei lá, um
4950 agrupado de pessoas que possa fazer essa questão aqui, trabalhar um pouco
4951 melhor do que tem já produzido, para que a gente crie um material nosso, e acho
4952 que seria importante a presença do mecanismo também, ao final, assim, para que
4953 a gente pudesse trabalhar junto. Então, eu queria saber quem poderia gostar de
4954 participar desse agrupamento de pessoas. Eu me inscrevo para participar. Agenda,
4955 Associação de Amigos, GAJOP, ITTC, Silvia, ANADEP, e Ana Cláudia, do Comitê
4956 Estadual do Mato Grosso. E o outro encaminhamento que foi feito aqui foi um
4957 pedido, acho que eu que me confundi aqui, até peço desculpa para a Nana, não
4958 queria suprimir a sua autoridade perante as demais, assim, para a gente falar como,
4959 mas assim, eu tinha entendido que, porque a gente teve uma reunião com a Isadora
4960 e tal, eu tinha entendido um pouco diferente, mas teve esse pedido específico, acho
4961 que tem dois pedidos específicos, um encaminhamento que a Nana vai levar em
4962 relação ao Comitê da Paraíba, desculpa, da Paraíba, e também o de Pernambuco,
4963 mas o de Pernambuco, especificamente, eu acho que tem essa vontade desse
4964 pedido de reunião, que eu acho que poderia ser um pedido de reunião conjunta com
4965 a governadora e demais autoridades que vocês podem elencar melhor, e o Comitê,
4966 o mecanismo e o Ministério dos Direitos Humanos, não nessa instância dentro do
4967 Comitê, isso que eu acho que eu quis dizer e que não me expressei bem, que eu
4968 acho que o Ministério dentro do Comitê tem um peso que é relevante, mas o
4969 Ministério fora do Comitê, enquanto organização, enquanto órgão, tem outro peso,
4970 tanto é que no Rio Grande do Norte, uma das questões foi que tinha um desejo que
4971 o Ministério acompanhasse, embora o Comitê também tenha membros que sejam
4972 do Ministério, não é a mesma coisa, não tem a mesma força política. Então, acho
4973 que seria importante isso, e aí eu só queria que vocês dissessem quem mais que
4974 vocês acham que seria importante participar dessa reunião, só para a gente anotar
4975 aqui.

4976 **Interlocutora não identificada** - A PGE só, e essas que há...

4977 **Interlocutora não Identificada** - A PGE, o Comitê Estadual.

4978 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4979 **e Cidadania – ITTC)** - Então, além do que eu falei...

4980 E a Secretaria de Direitos Humanos de Pernambuco.

4981 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4982 **e Cidadania – ITTC)** - A pessoa do Jayme...

4983 **Interlocutora não Identificada** - É o Comitê Estadual, do Comitê Estadual de
4984 Combate à Tortura do Estado.

4985 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4986 **e Cidadania – ITTC)** - É... É, só para tratar o caso do mecanismo de Pernambuco.
4987 Eu acho que foram esses três encaminhamentos, então... Você que tinha dito
4988 Paraíba, Pernambuco e...

4989 **Interlocutora não Identificada** - Rio Grande do Norte.

4990 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4991 **e Cidadania – ITTC)** - Rio Grande do Norte. Bom, esses três, então, para a Nena
4992 fazer o encaminhamento para essas outras instâncias do próprio Ministério. Esse
4993 grupo que foi formado aqui e o pedido de reunião. Então, foram esses três
4994 encaminhamentos. Eu queria só...

4995 **Interlocutora não Identificada** - Mais um. Eu pedi como prioridade para pensar
4996 na questão do piso salarial. Sabe por quê? Nesse debate, a gente vai para os
4997 Estados e as pessoas perguntam qual é o piso do perito. É o nosso piso, é o piso

4998 nacional, o piso. Que isso seja trabalhado como prioridade pessoal. Porque a gente
4999 está... Uma luta dessa aqui para constituir o pessoal, para depois dar 2.500 reais
5000 para o pessoal. Não tem condição.

5001 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5002 **e Cidadania – ITTC)** - Não, eu acho que... Quando eu pensei nesse grupo, eu
5003 pensei em todas essas questões também que implicam, inclusive, essa questão dos
5004 agentes penitenciários, etc., que fosse uma coisa bastante taxativa para que não
5005 tivesse nenhum equívoco e nenhuma interpretação aberta sobre o que pode ser, o
5006 que não pode ser, que acho que isso tem dado bastante problema, como a Vilma
5007 falou, à moda da casa. Eu só queria... Eu vou botar em votação aqui só para ver se
5008 todo mundo concorda com esses encaminhamentos e a gente vai almoçar.

5009 **Interlocutor não Identificado** - Eu queria só pedir para incluir o Maranhão também.
5010 Eu sou de lá e tenho uma lei com a previsão apenas de dois peritos. Os cargos
5011 estão ocupados, mas talvez com desvio de finalidade. A lei precisa ser alterada. Há
5012 um movimento da sociedade civil para pressionar a mudança da lei, inclusive com
5013 uma nota publicada mês passado.

5014 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5015 **e Cidadania – ITTC)** - Está.

5016 **Interlocutor não Identificado** - Então, eu queria incluir o Maranhão. Obrigado.

5017 **Sra. Silvia** - Obrigada, Sofia. É só um esclarecimento sobre os encaminhamentos.

5018 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5019 **e Cidadania – ITTC)** - Gente, a Silvia...

5020 **Sra. Silvia** - É só um esclarecimento sobre o encaminhamento. Em relação a esse
5021 grupo que vai pensar os parâmetros, olhar... Agrupado. Que vai olhar a
5022 recomendação 5 e trabalhar e tal. Seria também uma ideia de formação incluir o
5023 que trouxe a Ana Cláudia. Porque acho que além de ter a normativa ou a
5024 adequação, formar, divulgar, dar a conhecer e tal.

5025 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5026 **e Cidadania – ITTC)** - Sim, é tudo isso.

5027 **Sra. Silvia** - Só queria entender... Você falou três encaminhamentos. Um agrupado,
5028 outro encaminhamento são os estados Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte.

5029 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5030 **e Cidadania – ITTC)** - Maranhão agora. Na verdade, esses são de mais atenção
5031 que estou falando aqui. Todos de modo geral. O terceiro seria o pedido de reunião
5032 especificamente para o caso de Pernambuco.

5033 **Sra. Silvia** - Eu queria botar um encaminhamento. Para a reunião que vem, talvez...
5034 Não sei se é isso que se faz agora, mas vou pedir que o governo federal traga um
5035 pouco o plano de ações do governo federal para induzir a criação dos comitês e
5036 mecanismos. O que está sendo traçado pelo governo federal desse caminho? Se
5037 puder trazer para a próxima ordinária? Não sei, estou colocando aqui, mas faço
5038 esse pedido.

5039 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5040 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Silvia. Pode falar.

5041 **Sra. Patrícia** - Eu vou voltar em Pernambuco porque acho que desde que o
5042 mecanismo de Pernambuco foi criado, que é uma fala em relação aos cargos. Isso
5043 não é novidade. Isso não é nenhuma novidade. No primeiro encontro de comitês e

5044 mecanismo, isso foi dito, debatido neste andar que estamos hoje. No segundo
5045 encontro, a mesma coisa. E, no terceiro, a mesma coisa. Só que tinha uma
5046 tranquilidade de que estamos aqui, não é bom mexer agora que estamos aqui. Só
5047 que aí a Raquel Lira chegou e falou não. E sempre foi porque sempre foi um
5048 questionamento, sempre foi uma questão de ficar de eterno. Eles estavam há 10
5049 anos, não foi 10 dias, há 10 anos. E aí ela chegou e tirou todo mundo. Então, a
5050 gente debateu isso no Comitê Nacional. A gente falou isso, a gente já falou isso na
5051 outra reunião. Por exemplo, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento fez o
5052 ofício, mandou, eu liguei para a assessora do governador. Inclusive, coloquei o
5053 telefone lá no grupo do WhatsApp, porque ela disse que ia dar o retorno e, até hoje,
5054 ela não deu o retorno. Então, assim, não é uma coisa nova, é uma coisa antiga.
5055 Inclusive, a gente debateu muito. Porque acho que tem que ter uma transição, mas
5056 não tem que ser os mesmos membros. Precisa ter uma transição, precisa ter
5057 eleição. Esse é o ponto. A prioridade, isso foi em março, mas estamos em julho.
5058 Desde janeiro que a gente vem lutando em relação a isso. Uma outra coisa que a
5059 gente precisa entender também é que os governadores, e eu já falei isso algumas
5060 vezes no grupo do Comitê, realiza reunião aqui em Brasília. Eu falei, vamos
5061 aproveitar a reunião dos governadores em Brasília e vamos fazer uma reunião com
5062 os governadores aqui. Eu já falei isso dez vezes. Dez vezes. E isso não foi
5063 encaminhado. E aí a responsabilidade de quem? Dos membros do Comitê, que não
5064 prestam atenção também. Porque a gente tem que pegar eles aqui em Brasília,
5065 eles vão estar aqui em Brasília. É uma oportunidade. A gente marca uma agenda
5066 com todos eles, a gente não vem aqui para pedir dinheiro. Tem um calendário de
5067 reuniões que é feita uma reunião pré-agendada com o André Siciliano, que é da
5068 articulação. E depois o presidente da República recebe os governadores. Então,
5069 assim, o que a gente precisa é se organizar e participar dessa reunião. Vai ser na
5070 reunião com o presidente? Não precisa ser. Mas, no momento que eles estiverem
5071 aqui, a gente precisa conseguir agenda com eles.

5072 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5073 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Patrícia. Então, vamos só votar esses quatro

5074 encaminhamentos, só votar a concordância aqui. Então, o primeiro
5075 encaminhamento é esse agrupamento. O segundo encaminhamento são essas
5076 perguntas para o governo federal, para que traga o material, para que traga o que
5077 ele está fazendo para, de fato, implementar os mecanismos, qual é o plano. O
5078 terceiro ponto é essa atenção especial a alguns estados específicos. E o quarto
5079 ponto é esse pedido de reunião. Eu vou abrir aqui para votação, só para ver se todo
5080 mundo concorda com os encaminhamentos, começando a partir da Jaque.

5081 **Sra. Jaque** - Favorável aos encaminhamentos, só queria fazer uma ressalva, sem
5082 me prolongar. Para mim, eu achei muito relevante a colocação que foi feita pelo
5083 membro do Movimento Negro Unificado. Eu penso que, quando a gente fala de
5084 prevenção e combate à tortura, é muito importante que a gente escute quem está
5085 no território. O Movimento Negro Unificado fazia a discussão de combate à
5086 violência e à tortura em 1978. Então, eu acho que tem relevância o que foi dito por
5087 ele, e só espero que o agrupamento considere isso. Obrigada. **Sr. Caio César Klein**
5088 **(Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** - De acordo, só deixo
5089 a ressalva de que, no mundo ideal, a gente seguiria a resolução que fala sobre como
5090 se criam comissões e grupos de trabalho, mas eu entendo a opção por fazer algo
5091 informal.

5092 **Interlocutora não Identificada** - CFSS de acordo.

5093 **Interlocutor não Identificado** - EDUCAFRO de acordo.

5094 **Interlocutora não Identificada** - Associação de Amigos de Acordo.

5095 **Interlocutora não Identificada** - ITTC de Acordo.

5096 **Interlocutora não Identificada** - ANADEP de Acordo.

- 5097 **Interlocutora não Identificada** - Agenda Nacional de Acordo.
- 5098 **Interlocutora não Identificada** - GAJOP de Acordo.
- 5099 **Interlocutora não Identificada** - COFEN de Acordo.
- 5100 **Interlocutor não Identificado** - AJD de Acordo.
- 5101 **Interlocutora não Identificada** - MDHC de Acordo.
- 5102 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5103 **e Cidadania – ITTC)** - Ministério da Educação?
- 5104 **Interlocutor não Identificado** - De acordo, eu queria sugerir que, no regime de
5105 votação, ao invés de voto um a um, fosse consultado quem está em desacordo ou
5106 se abstém para agilizar a votação.
- 5107 **Interlocutora não Identificada** - MDHC de Acordo.
- 5108 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5109 **e Cidadania – ITTC)** - Muito obrigada. Eu já tinha feito isso em outros momentos e
5110 me falaram que era o contrário, que, na verdade, não era para fazer assim. Então,
5111 a gente pode chegar a um consenso aqui. SENAPPEN?
- 5112 **Interlocutora não Identificada** - SENAPPEN de Acordo.
- 5113 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5114 **e Cidadania – ITTC)** - Então, a gente pode seguir para o almoço e acho que,

5115 adiantado da hora, e que todo mundo tem gente que vai pegar voo acho que não
5116 sei qual o último horário e tal, eu ia propor que a gente

5117 **Dia 20-07-2023 - Áudio 3:**

5118 **Interlocutora não Identificada** – A senhora quer falar agora?

5119 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5120 **e Cidadania – ITTC)** – Sim, pode falar.

5121 **Interlocutora não Identificada** - O que eu quis dizer é que militarizados eles são,
5122 mas formalmente não são militares. Quando a gente fala de militarização, é uma
5123 categoria mais sociológica do que jurídica. Por isso que eu acho que nessa
5124 recomendação não faria sentido, porque não são grupos militares. São grupos civis,
5125 com aspectos militarizados, mas eles não são grupos militares. É por isso que eu
5126 acho que não faz sentido ter o militarizado, porque eles não são militarizados. Não,
5127 nós não somos militarizados. Eles podem usar isso, mas não, nós não somos
5128 militarizados. Eles são civis, de fato. Então é por isso que eu acho que não cabe
5129 numa recomendação formal, com teor jurídico, usar o termo porque formalmente,
5130 tecnicamente, não é. Eu acho que talvez essa sugestão dos grupos de intervenção
5131 tática, talvez contemple.

5132 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5133 **Organizações Populares – GAJOP)** - Eu não sei se vocês têm uma outra
5134 sugestão. O que mais? Sobre, talvez, os destinatários da recomendação, eu não
5135 sei se precisa exatamente ter esses destinatários, ou a gente faz só uma
5136 recomendação geral. No nove, eu achei só um pouco confusa a redação observar
5137 de modo estrito as atribuições legais atribuídas a tais grupos que devem ser
5138 estabelecidas com detalhamento técnico explícito, excepcional, e com os critérios
5139 estabelecidos previamente para aferição de urgência e gravidade. Eu entendi o
5140 ponto desse, mas eu acho que ele poderia ser incorporado num um que já fala sobre

5141 a elaboração de protocolos. Então, talvez, quando fala sobre os critérios objetivos,
5142 que atendam aos requisitos de aferição de urgência e gravidade, que atendam as
5143 atribuições legais, eu acho que talvez fique um pouco mais sucinto, objetivo, nesse
5144 sentido, juntar um com nove. O que mais? Ah, e aí o 10 e o 11 falam sobre a
5145 comunicação, eu reitero que eu já tinha falado na reunião anterior, não sei se
5146 acabou passando batido, porque uma coisa é a comunicação prévia à entrada, e aí
5147 isso não sendo possível comunicar posteriormente em até 24 horas, mas ainda é
5148 necessário que seja enviado um relatório posterior, explicando o que aconteceu,
5149 porque, tá rá rá. Então, eu incluiria aí só uma comunicação posterior com o relatório
5150 completo do que ocorreu a ser enviado para os mesmos órgãos que foi feita a
5151 comunicação inicial, por se tratarem de coisas diferentes. E, por fim, aí a gente pode
5152 estabelecer um prazo também para essa comunicação, não sei se talvez até 72
5153 horas, para o envio desse relatório. E, por fim, no 13, quando fala sobre publicizar
5154 os protocolos de atuação, normalmente em relação ao uso de armas, sejam letais
5155 ou menos letais, talvez tirar sobre o letais, mas eu colocaria só para que fosse de
5156 acordo com os parâmetros da ONU sobre o uso de armamentos menos letais,
5157 porque já existe esse protocolo, então talvez fica mais amarrado. Incluiria essa
5158 sugestão, inclusive, com relação ao ponto 8, que fala sobre o custo de formação,
5159 então que também levasse em consideração os protocolos, acho que quanto mais
5160 específico a gente for, melhor. Então, fazer a menção do protocolo já existente da
5161 ONU sobre o uso de armamentos menos letais. É isso, mas acho que são
5162 recomendações pontuais, eu acho que a gente tem condições agora de já votar e
5163 aprovar, e parabeno ao grupo que ficou responsável por fazer essa proposta.

5164 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5165 **e Cidadania – ITTC)** - Obrigada, Maria Clara. Acho que a gente podia colocar nesse
5166 último ponto, de acordo com os protocolos, não é?

5167 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5168 **Organizações Populares – GAJOP)** - porque tem um nome bem específico, acho

5169 que é protocolo da ONU sobre o uso de armamentos menos letais, alguma coisa
5170 assim.

5171 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5172 **e Cidadania – ITTC) – É, Ana Valeska.**

5173 **Sra. Ana Valeska** - Seguindo essa linha que a Maria Clara falou, desse ponto 13,
5174 para enfatizar aqui e citar o manual da ONU, eu acho que é importante também, já
5175 que vamos falar do manual da ONU, o manual da ONU proíbe o uso de armamento
5176 letal na parte interna, no âmbito interno das unidades intramuros. Então, em que
5177 pese a nossa legislação 13.060, nós temos uma portaria interministerial também, a
5178 4226, que é de 2010, que precisa também ser revista e mudar a terminologia
5179 também, eu acho que deveria constar também uma recomendação nesse sentido,
5180 porque está sendo comprado nos últimos anos, e foi comprado muito fuzil, muita
5181 pistola, berettas, e a ONU, o manual, se a gente citar, ela orienta que a arma letal
5182 não deve ser utilizada na parte interna das unidades prisionais. E só para ressaltar
5183 aqui, teve uma reunião até que nós participamos, uma vez com o Marivaldo, acho
5184 que foi até eu e a Carol, a Carol não está aqui, ele mencionou sobre a questão das
5185 câmeras, ele chegou a falar que eles estão pensando, o Ministério da Justiça, criar
5186 um sistema nacional que vai armazenar aqui em Brasília e monitorar essas
5187 imagens. E aí é importante mesmo fazer essa incidência do tempo, como a Patrícia
5188 falou, mas eu fiquei sabendo que a ideia deles, que eles vão apresentar a essa
5189 agência é isso, eles vão criar um sistema de monitoramento nacional aqui em
5190 Brasília, e que as imagens iriam ser armazenadas aqui. E aí é realmente importante
5191 frisar e marcar terreno com relação ao tempo de armazenamento das imagens.

5192 **Interlocutora não identificada** - Eu só queria pedir para incluir no item 1, acho que
5193 no inciso 4, que seja feito também o registro da quantidade de balas, por exemplo,
5194 no caso de balas de borracha e tal, e a pesagem dos sprays, porque eles entram
5195 com isso e não prestam contas do que gastam, como gastam, então que isso seja

5196 feito para que o uso de fato tenha que ser justificado para cada bala ou cada spray
5197 que eles usarem.

5198 **Interlocutora não Identificada** - Só uma sugestão em relação à questão da
5199 Ementa. Eu acho que o que nós estamos tentando, de alguma forma, dispor sobre
5200 a atuação, e aí eu sugiro, dos grupos de intervenção, tira militar e tira rápida, que
5201 atuam nos estabelecimentos penais, sistema prisional, só que eu vejo que a Ementa
5202 fala sobre câmeras fixas. A gente percebe pelo teor, gente, que não é só as câmeras
5203 fixas, é uma série de outras questões que estão sendo dispostas. Então, a Ementa
5204 precisa refletir qual é o objeto da recomendação. Eu não estou dizendo que não vai
5205 ter as câmeras, mas que a Ementa diga não que é sobre as câmeras, e sim
5206 disciplinando regramentos, fluxos ou protocolos para atuação desses grupos nos
5207 estabelecimentos penais. **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta –**
5208 **Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Mais alguém tem alguma
5209 contribuição aqui para a minuta?

5210 **Interlocutora não Identificada** - Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento
5211 só, porque eu havia entendido que, na verdade, já ia projetar, e o que tivesse
5212 consenso já ia fazer adequação, não é?

5213 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5214 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que a gente pode...

5215 **Interlocutora não Identificada** - sendo assim, seria bom a gente ir item a item
5216 mesmo. O que tiver consenso, já vai. Porque eu tenho muito medo que... Porque
5217 todos os apontamentos estão sendo muito relevantes. Eu tenho medo que fique
5218 alguma coisa por fora. Eu acho que talvez fosse melhor fazer item a item, para a
5219 gente já realizar...

5220 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5221 **e Cidadania – ITTC)** – Eu concordo que, na hora que começou, não estava
5222 projetado ainda. Mas acho que a gente pode fazer isso.

5223 **Interlocutora não Identificada** - Porque eu estava aqui... Sim, a gente foi para o
5224 13. Acho que vamos...

5225 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5226 **e Cidadania – ITTC)** – Vamos na...

5227 **Interlocutora não Identificada** - Aí, assim, eu falei, está ficando...

5228 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5229 **e Cidadania – ITTC)** – Em relação à emenda, eu acho que esse já era um ponto
5230 que tinha sido colocado já para abranger também... Que, na verdade, essa
5231 resolução está tratando também de cuidar de como esses grupos operam. Quem
5232 que está com o negócio? Você vai aí? Ah, está. Eu não consigo nem... Daí a gente
5233 tira o grupo militarizado e coloca grupos de intervenção. De acordo. Acho que
5234 intervenção, acho que... Grupos de intervenção. Esses similares, acho que talvez
5235 não precisa, porque está abrangendo... Grupo de intervenção, acho que já entendi
5236 que está abrangendo tudo. Então... Ah, está. Então, está. Então, grupos de
5237 intervenção e similares. Só que, antes disso, já tem que dispor... Fala aqui, não é?
5238 Dispõe sobre o uso de câmeras fixadas nos coletes dos agentes, dos grupos... Está,
5239 é isso. E aí, similares para agentes penitenciários, processos penais. Quais que são
5240 os processos penitenciários?

5241 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5242 - Sofia.

5243 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5244 **e Cidadania – ITTC) – Oi.**

5245 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5246 - Sofia. Eu sugiro, assim, dispõe sobre a atuação dos grupos de intervenção e
5247 similares formados por agentes penitenciários, policiais penais ou quaisquer
5248 atuantes em estabelecimentos de prevenção de liberdade, vírgula, sobre o uso de
5249 câmeras e das outras providências.

5250 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5251 **e Cidadania – ITTC) – Acho que pode ser assim. Você conseguiu pegar, Maria**
5252 **Clara?**

5253 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5254 - Repito.

5255 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5256 **e Cidadania – ITTC) – É, então, mas escrevendo junto ali na...**

5257 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5258 - Vai? Pode ser?

5259 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5260 **e Cidadania – ITTC) – A Maria Clara está lá.**

5261 **Interlocutor não Identificado** - Sofia. Só queria, assim, sugerir, hein, Sofia, a
5262 metodologia aqui. Pelo menos assim. Lê o texto, o parágrafo aí, e aí as pessoas
5263 vão colocando qual alteração. E aí pronto, para aquele parágrafo, faz a alteração,
5264 parte do próximo parágrafo. Faz a leitura. E, se quiserem, eu posso fazer a leitura
5265 do parágrafo.

5266 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5267 **e Cidadania – ITTC)** – Está, mas acho que...

5268 **Interlocutor não Identificado** - Nós estamos no primeiro aí, na emenda. Acho que
5269 a emenda já está...

5270 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5271 **e Cidadania – ITTC)** – Mas eu queria saber se... Mas aí, conseguiu completar tudo?
5272 Eu nem enxergo daqui, nem com óculos. Eu não estou enxergando nada. Ah, está.

5273 **Interlocutora não Identificada** - Então, a emenda está da seguinte forma. Dispõe
5274 sobre a atuação dos grupos de intervenção e similares formado por agentes
5275 penitenciários, policiais penais ou quaisquer atuantes em estabelecimentos de
5276 privação de liberdade, o uso de câmeras e outras medidas preventivas de torturas
5277 e tratamento desumanos e degradantes. Tem acordo?

5278 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5279 **e Cidadania – ITTC)** – Tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Você quer
5280 falar uma coisa? Silvia. Pode ser. Outras medidas de prevenção. Não está dentro
5281 do estabelecimento. Bom, então acho que a gente conseguiu superar aqui o texto
5282 da ementa, não é? Aí aqui o próximo parágrafo que é o Comitê Nacional de
5283 Prevenção e Combate à Tortura no uso das suas atribuições legais e regimentais e
5284 na atenta observância das normas nacionais e internacionais atinentes a garantir a
5285 direita das pessoas privadas de liberdade e estabelecimento sob administração e
5286 supervisão do Estado, recomenda ao Conselho Nacional de Justiça, recomenda ao
5287 CNPCP, acho que aqui tem que estar escrito não só a sigla, mas o que é o CNPCP,
5288 aos governos de Estado e ao DF demais autoridades competentes em todo o
5289 território nacional que promovam em regime de urgência onde já não as houverem
5290 as mais efetivas medidas legais e administrativas sem prejuízo de dispositivos de
5291 teor similar já em vigência capazes de. Alguém quer fazer alguma alteração?

5292 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5293 **Enfermagem – CONFEN)** - Só a palavra... governados aí, aos governos, não é?
5294 Já, ok. Quer que eu leio, Sofia?

5295 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5296 **e Cidadania – ITTC)** – Se quiser ler, pode ler.

5297 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5298 **Enfermagem – CONFEN)** - Ok, você pode ajudar na... Posso? Alguma observação
5299 nesse texto aí, que acabou de ser lido? Ok?

5300 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5301 **e Cidadania – ITTC)** – É, talvez não precisa ter, talvez não precisa ter o destinatário,
5302 talvez, porque assim, você pode ter uma abrangência maior do que só esses dois
5303 órgãos, não é? Então, talvez possa suprimir esse pedaço. Recomenda às
5304 autoridades competentes em todo o território nacional. É, sim, também. Atendente
5305 à Supervisão do Estado com E maiúsculo, e daí acho que recomenda às
5306 autoridades competentes em todo o território nacional que promovam regime de
5307 urgência. Eu acho que é isso, não é? Daí a gente vai tirar esse pedaço onde já não
5308 as houverem. Então, mas é porque daí você já tem, já tem, não é? Não precisa, não
5309 precisa, pode tirar, não é? É. Pode tirar, eu acho. É, bom, aí agora o ponto um, o
5310 Coutinho vai ler aqui.

5311 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5312 **Enfermagem – CONFEN)** - O ponto um. Prever a elaboração de protocolos de
5313 entrada de forças especiais em estabelecimentos penais. Detalhando, um, os
5314 critérios objetivos para que sejam convocadas pela direção dos estabelecimentos
5315 penais. Dois, os procedimentos que poderão ser adotados dentro da unidade, em
5316 relação à revista das pessoas privadas de liberdade e dos espaços físicos, assim
5317 como ao deslocamento e a contenção das pessoas privadas de liberdade. Três,

5318 tipos de armamentos e munição autorizados a serem portados e utilizados durante
5319 estas operações. E quatro, a forma minuciosa de registro das ações, constando a
5320 identificação de todos os profissionais envolvidos e suas respectivas
5321 responsabilidades durante a ação. Descrição detalhada dos armamentos utilizados
5322 e da justificativa para seu uso. Identificação de pessoas feridas e do atendimento
5323 dado a elas.

5324 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5325 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Coutinho. A Nana que tinha sugerido aqui colocar
5326 mais um item, então, com a quantidade de balas e a pesagem dos sprays, é isso?
5327 Alguém tem mais algum ponto em relação a esse ponto ou... Então, eu não sei se
5328 tinha essa abrangência aqui. Gente, foi colocada uma questão aqui, a gente colocou
5329 estabelecimentos penais, não é? Mas se era para incluir o socioeducativo também,
5330 eu não lembro, mas então está. Verdade. Sim, mas a gente pode colocar. Então,
5331 Maria Clara, você pegou isso? Mas aqui na imensa, está. Por agentes
5332 penitenciários, policiais penais ou quais que eram antes? Está, então, mas quais
5333 que eram antes você já não contempla nesse sentido? Carol?

5334 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
5335 **Democracia)** - Só uma questão sobre o sócio. Eu acho que não deveria colocar o
5336 sócio aí por uma razão muito simples. Eu acho que deveria ser construída uma
5337 recomendação de proibição de grupamentos táticos no socioeducativo. A gente não
5338 tem que cobrar que eles sejam regulamentados, tem que cobrar que eles não
5339 existam, porque é ilegal. Não tem nenhuma base no SINASE, não é?

5340 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5341 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então nesse caso a gente manteria só com os
5342 estabelecimentos... Sim, sim, com certeza, sim. Está, aí, bom, com isso a gente já
5343 poderia passar para o item 2, não é?

5344 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5345 **Enfermagem – CONFEN)** - Item 2. Garantir a identificação dos agentes que atuam
5346 nos referidos estabelecimentos de privação de liberdade, especialmente dos grupos
5347 militarizados especiais, de intervenção rápida para controle e prevenção de crises
5348 formados por agentes penitenciários, policiais, penais ou quaisquer atuantes em
5349 estabelecimentos de privação de liberdade, com exposição do nome completo em
5350 local visível e em suporte indelével.

5351 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5352 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que, então, a gente pode mudar, não é? Você
5353 colocou lá na emenda grupos de intervenção tática, a gente tira aqui esses grupos
5354 militarizados especiais de intervenção rápida e coloca grupos de intervenção tática.
5355 Grupos de intervenção. Grupos de intervenção, então. E tira esse pedaço todo, não
5356 é? Grupos militarizados especiais de intervenção rápida. Alguém tem mais algum
5357 ponto em relação a esse 2 aqui? Acho que a gente pode passar para o 3.

5358 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5359 **Enfermagem – CONFEN)** - 3. Vedar o uso por tais servidores públicos de máscaras
5360 ou qualquer outro instrumento capaz de impedir a identificação como balaclavas ou
5361 qualquer outro aparato ou material, permitindo-se a visualização da face e a
5362 identificação do agente por terceiros. Alguma observação?

5363 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5364 **e Cidadania – ITTC)** – Então, a gente coloca por agentes penitenciários, policiais
5365 penais ou qualquer atuante em estabelecimento de privação de liberdade. Então,
5366 tira os servidores públicos e bota agentes penitenciários, policiais penais ou
5367 qualquer atuante em estabelecimento de privação de liberdade.

5368 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5369 - Mas, como tem os tais, eu colocaria tais agentes públicos? Porque daí não diz qual

5370 é. Porque daí, sei lá, o diretor da unidade não é um agente, ele é um técnico superior
5371 penitenciário da área de, sei lá, psicologia, um delegado, aí não entra, entende? Eu
5372 colocaria tais agentes públicos. Porque agente público envolve terceirizado,
5373 concursado, tudo.

5374 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5375 **e Cidadania – ITTC)** – Então, seria vedar o uso por tais agentes públicos de
5376 máscara ou qualquer outro instrumento, é isso?

5377 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5378 **Enfermagem – CONFEN)** - Quero concordar com o Caio.

5379 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5380 **e Cidadania – ITTC)** – A gente pode passar para o 4.

5381 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5382 **Enfermagem – CONFEN)** - 4. Realizar gravações audiovisuais.

5383 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5384 **e Cidadania – ITTC)** – Não.

5385 **Interlocutora não Identificada** - Só fiquei confusa mesmo. Porque quando nós
5386 discriminamos lá em cima, a gente não tinha feito a interpretação, por exemplo, do
5387 delegado. E aí, quando eu falo tais, a leitura que eu faço é que eu estou me referindo
5388 ao que eu já disse, tais, esses aqui. E aqui, como ele é mais amplo, eu acho que,
5389 na verdade, tem um desacordo aí. Oi?

5390 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5391 - Isso.

5392 **Interlocutora não Identificada** - Está. Volta lá no texto, por favor. Não, não, lá
5393 embaixo mesmo, amor. Compreendi, gente. Item quatro. Realizar gravações
5394 audiovisuais de todas as incursões dos referidos grupos a partir de câmeras fixadas
5395 nos coletes dos agentes. Próximo. 5. Encaminhar os vídeos imediatamente à
5396 Secretaria de Administração Penitenciária, competente ou outra secretaria com tais
5397 atribuições. À Vara da Execução Penal, responsável pelo estabelecimento aos
5398 órgãos do Ministério Público e Defensoria Pública, responsáveis pela execução
5399 criminal, para a mera preservação e armazenamento, assegurando acesso
5400 posterior e caso de necessidade.

5401 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5402 **e Cidadania – ITTC)** – Esse aqui, a Maria Clara e a Carol já tinham pontuado de
5403 talvez tirar a Secretaria de Administração Penitenciária competente. E eu acho, na
5404 minha opinião, que não é para a mera preservação de armazenamento. É para
5405 apurar ilegalidades na atuação do grupo de intervenção.

5406 **Interlocutor não Identificado** - Com certeza.

5407 **Sra. Jaque** – Sofia?

5408 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5409 **e Cidadania – ITTC)** – Oi, pode falar, Jaque.

5410 **Sra. Jaque** - Tem uma questão, porque não vai ficar alguém analisando para
5411 verificar se houve alguma violação. As imagens seriam para armazenamento?
5412 Porque, se tiver qualquer indício, qualquer denúncia... Pensa que são 24 horas de
5413 gravações constantes o tempo todo. É para armazenamento? Qualquer momento
5414 eu posso requisitar por qualquer questão. Então, na verdade, seria o
5415 armazenamento mesmo. Não vão ser constantemente vistoriadas todas essas

5416 imagens. Tem uma denúncia aqui, tem uma questão aqui, tem um indício aqui.
5417 Então, nós temos as câmeras. É para poder acessá-las.

5418 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5419 **e Cidadania – ITTC)** – Entendi o ponto, mas eu fico na dúvida se, por exemplo, isso
5420 é uma coisa, no final das contas, que não é viável. Porque a gente não sabe se o
5421 Ministério Público, se a Defensoria Pública tem, de fato, a capacidade de armazenar
5422 esse monte de vídeos que vão... Enfim, esse monte de imagens.

5423 **Interlocutor não Identificado** - Não tem.

5424 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5425 **e Cidadania – ITTC)** – Então... Maria Clara.

5426 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5427 **Organizações Populares – GAJOP)** - Eu compreendo. Acho que a Carol,
5428 novamente, tinha feito uma sugestão no documento que não tem como a gente
5429 prever qual vai ser a cadeia de custódia, de onde vai ficar armazenada. Eu acho a
5430 Secretaria de Administração Penitenciária inapropriada para armazenar esse tipo
5431 de gravação. E eu acho que cada lugar vai ter isso. Acho que, como a Carol estava
5432 explicando, tem empresa, enfim. Eu contemplaria aquela sugestão de ser um pouco
5433 mais abrangente, de acordo com a cadeia de custódia adequada, porque vai
5434 depender da empresa, a gente não tem como entrar nesse nível de detalhe aqui. E
5435 envio, aí complementar. E envio para... Aí eu deixaria só esses órgãos do sistema
5436 de justiça. Não que eles sejam mais confiáveis, mas eu acho um pouco mais
5437 adequado. A vara de execução penal, Ministério Público e Defensoria Pública. Aí,
5438 como a sugestão da Sofia, para apuração de eventuais ilegalidades. Porque daí não
5439 seria para armazenar, já que estaria armazenado em outro lugar, mas para essa
5440 eventual apuração. Minha sugestão é essa. O material deve ser mantido, não é?
5441 Após a gravação, ele não deve ser destruído. E deve estar disponível para esses

5442 órgãos, caso eles queiram acessar, entendeu? E eles sejam comunicados da
5443 disponibilidade da câmera. Eu acho que poderia ser assim. Determinação de que
5444 eles não se desfaçam da gravação e não remeter à gravação, e que ela estaria
5445 disponível para esses órgãos quando eles quisessem, entendeu?

5446 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5447 **Enfermagem – CONFEN)** - Uma sugestão. A ideia do item 5, a ideia é preservar os
5448 vidros, não é? Então, talvez, se pudesse dividi-lo em dois, ou então destacar que
5449 os vídeos devem ser preservados. Aí alguém falou que tem que ser definida qual é
5450 a cadeia de custódia. Ou então retirar esse mera, encaminhar para preservação,
5451 armazenamento e medidas que entenderem necessárias, cabíveis. E eu sugeriria
5452 também incluir, em alguns estados tem Secretaria de Direitos Humanos. Incluir
5453 também aqui.

5454 **Sra. Patrícia** - Pessoal, então, são coisas diferentes, assim. Vou dar um exemplo,
5455 não é? A Polícia Militar do Rio de Janeiro está implementando as câmeras no
5456 uniforme dos policiais. Foi contratada uma empresa do Paraná para fazer a guarda
5457 dessas imagens. Quem acessa as imagens é a Polícia Militar do Rio de Janeiro. E
5458 aí, se tiver alguma violação, alguma coisa, essa imagem vai ser requisitada pelo
5459 Ministério Público, pela Defensoria Pública e pela vítima. Então, assim, acho que
5460 precisa ter claro quem vai guardar, quem vai acessar, que são coisas
5461 completamente diferentes. Então, acho que está havendo uma confusão de quem
5462 tem direito a acessar, que tem que ter direito, inclusive, na DPF das favelas. Uma
5463 questão nossa foi que as pessoas que fossem vítimas de violência não teriam
5464 acesso. E aí, a gente teve que entrar com uma nova petição no Supremo pedindo
5465 para a gente ter acesso, um direito que é nosso. Então, assim, acessar é uma coisa,
5466 guardar é outra. A gente ainda nem sabe quem vai ser a empresa contratada,
5467 porque é uma política do Ministério da Justiça, para os estados, a gente não tem
5468 essas informações ainda também. Não. Não, tem que ver como é que vai ser, tem
5469 que deixar separado quem tem a guarda de quem vai acessar, porque, senão, a

5470 gente não vai deixar tudo junto, vai ficar ruim, entendeu? A guarda, a gente não
5471 sabe. Acesso, a gente diz quem são os acessantes.

5472 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5473 **Enfermagem – CONFEN)** - Então, mas a gente entrar nesse detalhe também, quem
5474 vai guardar e quem vai acessar, eu acho assim, a gente está entrando num detalhe
5475 que nós não vamos conseguir resolver isso, a comitê. Eu acho que nós temos que
5476 colocar no texto aqui, aquilo que nós queremos. Quem vai operacionalizar isso
5477 depois, mas nós temos que dizer o que nós queremos. Quem vai operacionalizar
5478 isso, como é que vai fazer?

5479 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5480 **e Cidadania – ITTC)** – A Carol e a Cíntia estão com a plaquinha levantada.

5481 **Sra. Ana Carolina Bartolomei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
5482 **Democracia)** - Então, é só porque, assim, eu acho que a gente deveria recomendar
5483 algo que seja operacionalizável. Eu vou ler aqui o comentário que eu fiz nesse texto
5484 no grupo nosso, não é? Faria aqui bem mais geral, porque não temos conhecimento
5485 técnico sobre esse fluxo, que é bem mais complexo. Geralmente, a contratação de
5486 uma empresa e os vídeos ficam armazenados em um sistema da empresa. Nenhum
5487 vídeo é enviado diretamente às autoridades, porque seria um fluxo inviável. Há um
5488 tempo de armazenamento que permite depois buscar imagens por dia, horário,
5489 local, nome do profissional. Então, a redação que eu sugeri foi prever uma cadeia
5490 de custódia segura para o uso, envio e armazenamento das imagens que garantam
5491 a proteção da integridade das imagens contra adulterações e tempo mínimo
5492 razoável de preservação, de modo a possibilitar seu uso em futuras investigações.

5493 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5494 **e Cidadania – ITTC)** – Cíntia, eu acho que talvez me pareça que talvez fosse

5495 pertinente colocar que essas imagens podem ser requeridas por esses órgãos a
5496 qualquer momento.

5497 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
5498 **Penais – MJSP)** - Não, gente, são coisas bem distintas. Por exemplo, hoje nós
5499 temos uma portaria do Ministério da Justiça, que tem relação com o que eu estou
5500 falando, que fala sobre a utilização dos equipamentos menos letais. Essa portaria
5501 precisa ser reformada porque ela prevê apenas o relato aos órgãos de fiscalização
5502 e controle quando você tem feridos ou mortos. E a ideia é que ela seja feita, ela é
5503 de 2010, eu vou passar depois para vocês, não é de 2014, enfim. A gente precisa,
5504 porque toda e qualquer atuação do grupo de intervenção, ela precisa ser levada aos
5505 órgãos, o juiz da vara de execuções penais precisa ser informado, se antes ou logo
5506 após, o Ministério Público precisa ser informado, a Defensoria Pública precisa ser
5507 informada e, nesse momento, é aí que vem a expressão que eu concordo, que é a
5508 cadeia de custódia. Você precisa apresentar todos os elementos. Muitas vezes você
5509 não tem as câmeras, porque não tem os sistemas de CFTV, mas minimamente você
5510 vai apresentar a relação dos servidores envolvidos na atuação, o tipo de armamento
5511 que foi utilizado, o que exatamente foi o fato motivador da crise que justificou a
5512 intervenção e também a relação de pessoas que, porventura, tenham sido feridas
5513 nessa atuação. Então, eu acho que a gente pode trabalhar com essas questões.
5514 Hoje, gente, até para esclarecer, nós queremos, isso está sendo feito, aqui a colega
5515 Jéssica, inclusive do gabinete, nós estamos fazendo um estudo no âmbito da
5516 SENAPPEN. Primeiro, há, por parte da Secretaria, total e absoluta certeza de que
5517 as câmeras são uma necessidade absoluta, até para resguardar, isso que a gente
5518 estava falando, resguardar a atuação dos profissionais e também a garantia de
5519 direitos das pessoas. Só que nós precisamos também, é isso que está sendo feito,
5520 está sendo feito um estudo para apresentar qual é a melhor tecnologia. Porque hoje,
5521 câmeras, gente, você tem até em uma caneta. Essa é a verdade. Você precisa
5522 definir, primeiro, isso que São Paulo fez. E eu digo, São Paulo não retirou as
5523 câmeras porque foi um estudo muito bem elaborado, justamente para você ter o
5524 tempo em que isso ficar armazenado, quais são as pessoas que têm acesso a isso,

5525 mesmo sendo uma contratação privada e também o Ministério Público, nessas
5526 atuações, o Ministério Público tem acesso direto. Ele não precisa nem requerer,
5527 porque é uma atuação do poder público que levou ou a uma violação de direitos ou
5528 uma situação de crise que precisa ficar melhor esclarecida. Eu não sei, Sofia, se eu
5529 consegui me fazer esclarecer.

5530 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5531 **e Cidadania – ITTC)** – Sim, eu só fico na dúvida de uma coisa, depois já vou passar
5532 a palavra, é porque tem as intervenções que são pontuais, mas tem os
5533 agrupamentos que estão lotados nas unidades prisionais de modo contínuo. E aí é
5534 esse que é o mais complicado, porque são várias gravações, horas de gravações,
5535 e pode ser que nesse momento aconteça alguma violação de direito. Porque se
5536 fosse só, por exemplo, a gente soube, porque aqui tem na recomendação, falar
5537 também que tem que avisar os órgãos quando tem essa intervenção pontual. Mas
5538 quando são esses grupos que estão dentro das unidades prisionais, eu acho que é
5539 o mais complexo e que tem que abranger aqui de alguma forma. Vou passar a
5540 palavra.

5541 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5542 **Enfermagem – CONFEN)** - Eu vou sugerir uma redação modificada do 4 e do 5 da
5543 seguinte forma. No 4, realizar gravações audiovisuais de todas as incursões dos
5544 referidos grupos a partir de câmeras fixadas nos coletes dos agentes, devendo o
5545 material ou os vídeos permanecer armazenados por um prazo razoável pelo
5546 responsável por sua custódia. No item 4, trataria da gravação e do armazenamento.
5547 E no item 5, do acesso. No 5, ficaria a encaminhar ou permitir acesso aos vídeos
5548 imediatamente aos órgãos tais, assim que solicitado ou requerido. Eu tentei fazer
5549 assim, o 4 seria a filmagem e o armazenamento e o 5 o acesso.

5550 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5551 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que até faz sentido, mas acho que quando a gente

5552 coloca tempo razoável, que é razoável para um e não é razoável para outro, tem
5553 que colocar um tempo...

5554 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5555 **Enfermagem – CONFEN)** - Esse tempo vai ter que ser disciplinado pelo que eu
5556 compreendi numa lei nacional, num regramento nacional. Porque a gente também
5557 não vai chegar no consenso do que é razoável. Por exemplo, para efeitos criminais
5558 são 20 anos de homicídio. Eu teria que guardar para um eventual julgamento por
5559 um homicídio seriam 20 anos ou mais. Então...

5560 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5561 **e Cidadania – ITTC)** – A Jaque está com a mão levantada, acho que a gente pode
5562 ir partindo para essas sugestões todas que foram feitas de novas redações aqui.

5563 **Sra. Jaque** - É que, na verdade, eu entendo que a proposta de redação proposta
5564 pela Carol, porque, na verdade, ela trata da preservação das imagens, acho que a
5565 gente só incluiria o que foi colocado pela Sofia em relação ao acesso. Foi dado aqui
5566 o exemplo de São Paulo, que é acessado direto pelo Ministério Público, inclusive
5567 sem necessidade de requisição. Eu acho muito preocupante a ideia de esse
5568 armazenamento ser feito exatamente por quem é o responsável da custódia, por
5569 razão da probabilidade de adulteração. Eu acho isso muito complicado. Na verdade,
5570 você não tem qualquer controle ali. Mas eu acho que a redação proposta pela Carol
5571 já fala da questão da preservação das imagens. E é isso. Acho que vou incluir o
5572 acesso e encaminhar esse ponto.

5573 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5574 **e Cidadania – ITTC)** – Vamos tentar sintetizar. Eu acho que aquela redação da
5575 Carol junto com a do Ivo, talvez possa fazer sentido colocar no ponto 4 essa questão
5576 também do armazenamento, e aí encaminhar os vídeos ser o ponto 5. Pode ser?
5577 Obrigada. Não, porque elas estão escrevendo lá.

5578 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5579 **Enfermagem – CONFEN) - Item 6, pode Presidente?**

5580 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5581 **e Cidadania – ITTC) – Pode ser.**

5582 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5583 **Enfermagem – CONFEN) - Item 6, vedar o uso de cães, pelas forças de segurança**
5584 **no âmbito de unidades prisionais.**

5585 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5586 **e Cidadania – ITTC) – Pode passar para o 7.**

5587 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5588 **Enfermagem – CONFEN) - 7. Vedar o desnudamento de pessoas presas durante**
5589 **os procedimentos e operações pelas forças de segurança em unidades prisionais.**

5590 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5591 **e Cidadania – ITTC) – Aqui eu não sei se... Bom, desnudamento de modo geral,**
5592 **porque a gente vê que em unidades prisionais em que tem mulheres, mulheres**
5593 **trans, enfim, etc., e quando tem agentes penitenciários masculinos, mas não sei se**
5594 **a gente precisa colocar isso especificamente ou só isso já abrange tudo.**

5595 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5596 **Enfermagem – CONFEN) - Eu acho que abrange, desnudamento de pessoas**
5597 **presas.**

5598 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5599 **e Cidadania – ITTC) – Então 8.**

5600 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5601 **Enfermagem – CONFEN) - 8.** Estabelecer no curso de formação de agentes e
5602 capacitação contínua dos grupos especiais referidos na escola de administração
5603 penitenciária ou órgão correspondente amplo conteúdo de direitos humanos que se
5604 desdobre em módulos e meios didáticos que assegurem reflexão profunda acerca
5605 dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

5606 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5607 **e Cidadania – ITTC) –** Alguém tem alguma observação sobre esse ponto 8?

5608 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5609 - Esse eu tenho. Não vou entrar muito nesse mérito, mas eu colocaria assim, na
5610 escola de administração penitenciária, eu tiraria aquela vírgula ali depois, porque é
5611 meio estranho, mas no final eu colocaria reflexão profunda acerca dos direitos
5612 fundamentais das pessoas privadas de liberdade, aí vocês podem sugerir, vírgula,
5613 inclusive ministrado por movimentos sociais e pessoas egressas do sistema
5614 prisional.

5615 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5616 **e Cidadania – ITTC) –** Ana tem uma sugestão também.

5617 **Sra. Ana -** Oi. É para deixar específico aqui, colocar aqui curso de formação de
5618 agentes e capacitação periódica, se bem que está contínua, mas também foi
5619 colocado aqui direitos humanos, módulos e meios didáticos. E aí eu queria
5620 aproveitar e trazer uma questão, não sei se poderia ser aqui. Inclusive, no curso de
5621 formação, se for possível, os comitês receberem também um convite, incluindo os
5622 comitês estaduais, para que pudesse também dar uma palestra nesses cursos de
5623 formação também sobre prevenção e combate à tortura, sobre a legislação, em que
5624 pese, eu sei que está aqui específico e geral. Mas isso aqui, eu trago essa sugestão
5625 aqui, que é uma sugestão que já foi debatida em outros espaços, da importância

5626 também de acompanhar o processo também do concurso público de policiais, seja
5627 com o Conselho de Direitos Humanos, seja comitês estaduais de prevenção e
5628 combate à tortura, como também ter a possibilidade de participar também no curso
5629 de formação, contribuir também nos módulos de direitos humanos.

5630 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5631 **e Cidadania – ITTC)** – O Erasto está com a mão levantada.

5632 **Sr. Erasto Fortes Mendonça (Titular - Ministério Da Educação - MEC)** - É só
5633 uma questão de nomenclatura, pedagogicamente, a expressão correta é
5634 capacitação continuada.

5635 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5636 **e Cidadania – ITTC)** – Gente, só porque este teve muitos pontos, eu só queria
5637 saber, a gente pode ler aquele, já está pronto e depois voltar para esse?

5638 **Sr. Erasto Fortes Mendonça (Titular - Ministério Da Educação - MEC)** -
5639 Formação é mais adequada. Formação de agentes inicial e continuada.

5640 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5641 **e Cidadania – ITTC)** – Ou a gente termina esse, é mudar ali a redação desse e
5642 depois volta para aquele outro. Aí seria então estabelecer no curso de formação de
5643 agentes e capacitação continuada, é isso?

5644 **Sr. Erasto Fortes Mendonça (Titular - Ministério Da Educação - MEC)** - Seria
5645 melhor a formação inicial e continuada de agentes.

5646 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5647 **e Cidadania – ITTC)** – De agentes, dos grupos especiais referidos, na escola de
5648 administração penitenciária, o órgão correspondente, esse amplo conteúdo, a gente

5649 vai manter exatamente assim? Conteúdo, porque é amplo, não sei, conteúdo de
5650 direitos humanos que se desdobre em módulos e meios didáticos, que assegura a
5651 reflexão profunda acerca dos direitos fundamentais das pessoas presas, aí a parte
5652 que o Caio colocou, inclusive sendo ministrado por organizações com a participação
5653 da sociedade civil e egressos ou sobreviventes do sistema prisional. Então ficou
5654 assim, estabelecer no curso de formação inicial e continuada de agentes, dos
5655 grupos especiais referidos, na escola de administração penitenciária, o órgão
5656 correspondente, amplo conteúdo, já tiraria o amplo, só colocaria o conteúdo,
5657 conteúdo de direitos humanos que se desdobre em módulos e meios didáticos, que
5658 assegurem a, está faltando o A, reflexão profunda acerca dos direitos fundamentais
5659 da pessoa presa, inclusive ministrados ou ministrados com a participação,
5660 ministrados, inclusive com a participação, então tira ministrados, com a participação
5661 da sociedade civil, acho que não precisa, pode colocar egressos, e comitês e
5662 mecanismos.

5663 **Interlocutor não Identificado** - Sofia? pessoas presas, pessoas privadas de
5664 liberdade.

5665 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5666 **e Cidadania – ITTC)** – Pode ser, eu gosto de pessoas presas, mas pode colocar
5667 pessoas sobreviventes.

5668 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5669 **Enfermagem – CONFEN)** - É porque lá em cima já foi definido como pessoas
5670 presas de liberdade.

5671 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5672 **e Cidadania – ITTC)** – Então está bom, coloca pessoas privadas de liberdade e eu
5673 sempre prefiro sobreviventes ao invés de egressos, mas entendo que pela lei de

5674 execução penal, etc., eu não sei se a gente mantém. Está aqui, está ali. Então, todo
5675 mundo de acordo com essa, acho que a gente pode voltar àquela... 5 ou 4.

5676 **Interlocutora não Identificada** - Prevenção e combate à tortura.

5677 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5678 **e Cidadania – ITTC)** – Aí a gente pode voltar lá para aquela 4 e 5. Sim. Agora pode
5679 voltar lá, por favor, Débora e Luana, para o 4 e para o 5. Pode ser. Então vocês
5680 anotaram esse pedaço da sociedade civil com atuação em direitos humanos?

5681 **Interlocutora não Identificada** - Eu nunca tive a oportunidade de falar isso.

5682 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5683 **e Cidadania – ITTC)** – Pode.

5684 **Interlocutora não Identificada** - A instituição responsável pela gestão do sistema
5685 prisional deverá promover o armazenamento das imagens e remetê-las junto com
5686 as comunicações das ocorrências destinadas ao órgão correcional, assegurando o
5687 atendimento das requisições e demandas dos órgãos de controle interno e externo.
5688 Como é que eu falo?

5689 **Interlocutora não Identificada** - Eu achei chique essa redação aí, muito rápida e
5690 chique.

5691 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5692 **e Cidadania – ITTC)** – Então vocês querem escrever essa redação que a Cíntia
5693 propôs e a gente depois relê-la? A gente não viu também como ficou o 4, não é?
5694 Só foi o 5? Ah, não, porque alguém tinha sugerido para colocar um outro pedaço no
5695 4. Mas aí não ficou, está bom. Então, enquanto isso, a gente pode ir para o ponto
5696 9.

5697 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5698 **Enfermagem – CONFEN)** - Ok, item 9. Observar de modo estrito as atribuições
5699 legais atribuídas a tais grupos que devem ser estabelecidas com detalhamento
5700 técnico explícito excepcional e com critérios estabelecidos previamente para
5701 aferição da urgência e gravidade.

5702 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5703 **e Cidadania – ITTC)** – Tem mais alguma observação sobre esse ponto 9?

5704 **Interlocutora não Identificada** - No meu estado, a gente está tendo uma série de
5705 problemas nessas escolas de formação. Se houvesse alguma possibilidade de
5706 inserir a gravação desses cursos, eu acredito que também seria algo vantajoso para
5707 a gente. Nós tivemos acesso a poucas gravações com várias transgressões de
5708 direito. Se de alguma forma a gente conseguisse regulamentar isso seria
5709 interessante. A outra questão diz respeito à formação com as armas não letais. Em
5710 Mato Grosso, nós temos o caso de uma acusação de tortura de uma agente
5711 prisional. A denúncia é de agressão contra ela num desses treinamentos. Então, a
5712 gente ter algum tipo de controle também sobre isso. Obrigada.

5713 **Interlocutor não Identificado** - Acho que talvez seja interessante até ouvir o
5714 Erasto, companheiro do MEC, sobre a dificuldade que a gente tem com registro,
5715 com gravações de aulas. Esse é um debate que a gente tem muito como
5716 professores, os riscos de registrar, inclusive para o nosso campo. A perseguição a
5717 defensores e defensoras de direitos humanos também é feita a partir das gravações
5718 dessas aulas em que a gente está basicamente dizendo o óbvio, a garantia de
5719 direitos, mas tem sido utilizado para a perseguição para o outro lado. Não sei, só
5720 queria trazer isso. Não fico, talvez, achando confortável isso. Caberia, porque está
5721 gravado. Sim, só que vai pegar e vai circular, assim como é isso. A minha sala de
5722 aula...

5723 **Interlocutora não Identificada** - Eu entendo que Ana Cláudia talvez não esteja se
5724 referindo às aulas ministradas em sala de aula. Eu acho que ela está se referindo
5725 ao treinamento tático, porque, de fato, pessoas têm morrido nesses treinamentos.
5726 Inclusive, não só do sistema prisional, mas de outras forças de segurança, por
5727 excessos e por abuso, por tortura. Então, é algo que tem... Tenho certeza que deve
5728 estar chegando na SENAPPEN também, que tem nos ocupado substancialmente.

5729 **Interlocutora não Identificada** - Das pessoas que vão fazer parte do grupo.

5730 **Interlocutora não Identificada** - porque alguns ultrapassam os limites de qualquer
5731 coisa que você conseguir imaginar.

5732 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5733 **e Cidadania – ITTC)** – Maria Clara, mas acho que isso seria um outro ponto, não
5734 é? Maria Clara.

5735 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5736 **Organizações Populares – GAJOP)** - Eu entendi a necessidade. Eu só não sei se
5737 a gente está extrapolando muito o escopo dessa resolução. Eu acho bem pertinente
5738 a gente falar talvez sobre os cursos de formação e aí entrar um pouco mais nessa
5739 minúcia. Porque aí eu acho que pode até ter outras coisas que a gente pode pensar
5740 melhor sobre isso. Aí vai ter outra questão, a cadeia de custódia dessas gravações
5741 também, como que vai ser. Eu acho pertinente, eu não entraria nisso. Agora,
5742 sobre... Eu acho que a gente pode acrescentar, como eu tinha sugerido também no
5743 13, que a formação também inclua sobre os protocolos, sobre uso de armamentos
5744 menos letais, também para incluir que esteja garantido no currículo. Agora, assim,
5745 sempre fico na dúvida de quanto mais a gente fica explicitando o que vai ter nesse
5746 conteúdo, mais a gente corre o risco de deixar a coisa de fora. Talvez esses direitos
5747 humanos deixem mais abrangente. E aí em outro momento, quando a gente for se
5748 debruçar sobre esses cursos de formação, a gente entre nessas minúcias, só para

5749 a gente não fazer uma coisa que fique nem muito minuciosa, mas também
5750 abrangente demais, e aí não fica nenhuma coisa nenhuma. Falei, falei, para deixar
5751 como está, basicamente.

5752 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5753 **e Cidadania – ITTC)** – Mas, assim, só para a gente seguir aqui na ordem que está,
5754 não é? Porque acho que a gente pode só voltar no 5 e acabar de ler ele, para ver
5755 como ficou e se todo mundo está de acordo. Até pelo horário, não é, gente?

5756 **Interlocutora não Identificada** - Prever uma cadeia de custódia segura para o uso
5757 e envio armazenamento das imagens...

5758 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5759 **e Cidadania – ITTC)** – Qual que é? Aqui? Ou é tudo junto? Bom, então seria prever
5760 uma cadeia de custódia segura para o uso e envio armazenamento das imagens
5761 que garanta a proteção e integridade das imagens contra adulterações e tempo
5762 mínimo razoável de preservação de modo a possibilitar seu uso em futuras
5763 investigações. 5A A instituição responsável pela gestão do sistema prisional deverá
5764 promover o armazenamento das imagens e remetê-las junto com as comunicações
5765 das ocorrências ao órgão correcional assegurando o atendimento das requisições
5766 e demandas dos órgãos de controle interno e externo.

5767 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5768 **Organizações Populares – GAJOP)** - Eu acho que dá para aproveitar uma parte,
5769 mas eu reitero que eu acho que esse armazenamento aí continua atribuindo a
5770 responsabilidade pelo armazenamento à Secretaria da Gestão do Sistema Prisional
5771 que eu discordo que tem que ser com a Secretaria de Gestão do Sistema Prisional
5772 aí talvez deixar genérico estou colocando como sugestão primeiro, depois vou ver
5773 se todo mundo vai aprovar a instituição responsável pelo armazenamento aí deverá
5774 pelo armazenamento das imagens deverá remetê-las junto com as comunicações

5775 das ocorrências ao órgão correcional assegurando o atendimento das requisições
5776 e demandas dos órgãos de controle aí não sei se esse interno e externo mantém,
5777 eu acho que talvez só órgãos de controle externo e aí acrescenta aqueles lá de
5778 baixo ministério, como é? Vale de execução penal, ministério público defensoria
5779 pública, responsável pela execução criminal para eventuais investigações aquilo
5780 que a Sofia tinha colocado, de violações.

5781 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5782 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que eu que tinha lido errado porque na verdade
5783 eram duas sugestões, não era que era a mesma coisa então acho que uma pode
5784 estar incorporada na outra não é 5 em 5A, é uma coisa...

5785 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5786 **Organizações Populares – GAJOP)** - Só seria para incorporar mesmo mas o que
5787 eu estou colocando é tirar que essa instituição responsável pelo armazenamento
5788 seja do sistema prisional, isso é o que eu estou colocando de conteúdo para levar
5789 em consideração e aí as demandas do acesso que não sejam apenas órgãos de
5790 controle externo e interno e externo...

5791 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5792 **e Cidadania – ITTC)** – Gente, eu pedi para as pessoas ficarem mais quietas porque
5793 eu não estou conseguindo ouvir muito direito, pode falar.

5794 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5795 **Organizações Populares – GAJOP)** - Mas que sejam aquelas ali de baixo os
5796 órgãos do ministério público, defensoria pública execução penal, esses aí de baixo
5797 é o que eu estou colocando, eu fico com receio de atribuir essa responsabilidade
5798 para secretarias de administração penitencial porque cada estado é um estado, a
5799 gente também não tem como garantir que essas secretarias façam um
5800 armazenamento adequado ou adulteração.

5801 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5802 **e Cidadania – ITTC) – Ana.**

5803 **Sra. Ana** - Assim, destes órgãos aqui citados de fato quem tem atribuição legal para
5804 fazer o controle da atividade externa policial é o ministério público, mas isso não
5805 impede, lógico, da defensoria e o juiz da vaga de execução penal durante as
5806 inspeções também solicitar abertura de procedimento para investigação mas o
5807 controle mesmo das atividades, o acompanhamento da atuação dos grupos táticos
5808 inclusive podendo-se pedir recomendações é do controle da atividade externa que
5809 geralmente é um órgão específico dentro do ministério público Só para frisar.

5810 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5811 **e Cidadania – ITTC) – Maria Clara.**

5812 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5813 **Organizações Populares – GAJOP)** - A sugestão é a instituição responsável aí tira
5814 pela gestão do sistema prisional exclui só responsável pelo armazenamento das
5815 imagens... deverá remetê-las aí mantém até o final e aí só nesse finalzinho aí junta
5816 com esse parágrafo de baixo só para incluir também os órgãos do sistema de
5817 justiça, seria essa minha sugestão.

5818 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5819 **e Cidadania – ITTC) –** Mas aí essa parte, esses 5 aqui tiraria, prefere uma cadeia
5820 de custódia?

5821 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5822 **Organizações Populares – GAJOP)** - Não, mantém, seria para complementar.

5823 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5824 **e Cidadania – ITTC) –** E esse de baixo vira um outro ponto?

5825 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5826 **Organizações Populares – GAJOP)** - Porque o cinco de cima está falando sobre
5827 a instituição do armazenamento e o cinco de baixo está falando sobre que eles
5828 deverão ser obrigados.

5829 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5830 **e Cidadania – ITTC)** – Mas ele vira seis ou vira um cinco?

5831 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5832 **Organizações Populares – GAJOP)** - Não, vira seis.

5833 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5834 **e Cidadania – ITTC)** – vira seis, aí tira esse pedaço de baixo aqui, esse encaminhar
5835 e tal, porque já está tudo em cima.

5836 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5837 **Organizações Populares – GAJOP)** - Não, não, calma, calma. Junta esse...

5838 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5839 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, ela já incluiu, está, está. Você pode tirar esse pedaço
5840 todo aqui do encaminhar, esse parágrafo todo. Ainda não? Não está em cima,
5841 gente? Não está escrito? Deixa a Jaque falar, ela tem algum comentário. De
5842 controle interno e externo. Você quer falar, Jaque?

5843 Na verdade, na hora que eu me... Porque a... Primeiro, eu acho que, numa reflexão
5844 aqui, eu acho que o verbo ali não seria prever, porque, na verdade, está ok, previ,
5845 está previsto, ok. Não é... Não assegura, não é? Eu acho que tem que ter uma
5846 mudança do verbo ali no prever, não é? É, acho que seria estabelecer, por exemplo.
5847 Eu só estou pedindo para prever, só. Não estou pedindo para executar, não é? Só
5848 não estou recomendando a execução. É... E aí, entendi aqueles são

5849 complementares, que eu pensei que é que seria excluir, porque, na proposta feita
5850 ali pela Silva, na verdade, eu estou entendendo que já tem um órgão específico pelo
5851 armazenamento, não é? O que, na verdade, que a gente está pedindo é que se
5852 tenha um órgão específico para o armazenamento. Mas eu entendo que o envio dos
5853 vídeos imediatamente, ela tem que estar obrigatoriamente assegurada. Por quê?
5854 É... Aqui, na verdade, na proposta da Silva, eu, inclusive, estou dizendo que eu vou
5855 fazer um comunicado quando ocorrer um fato. Ocorrer um fato, na verdade, então,
5856 assim, eu faço as comunicações de praxe, isso que eu estou dizendo, faço as
5857 comunicações de praxe e vou enviar para os órgãos de correção. Então, houve um
5858 fato, está? Que já é de conhecimento. Eu só estou encaminhando. A gente está
5859 recomendando a obrigatoriedade desse envio quando houve o fato. E, na verdade,
5860 a proposta inicial, ela estava no sentido de preservação de toda e qualquer imagem
5861 para que ela possa ser acessada pelos órgãos de controle. Então, são coisas
5862 distintas, na verdade, não é? Porque uma coisa é quando houve um fato e esse fato
5863 vai ser investigado e outra coisa é a preservação das imagens no geral para que se
5864 possa consultar, entendeu? Então, são coisas distintas. Acho que ou a gente coloca
5865 dois, um pensando no armazenamento geral e preservação dessas imagens e a
5866 outra específica em relação quando se tem conhecimento de um fato e aí entendo
5867 que as comunicações correccionais e em todas as hipóteses o encaminhamento
5868 imediato, porque aí eu impeço, inclusive, que possa haver qualquer adulteração ou
5869 qualquer modificação nos vídeos.

5870 **Interlocutora não Identificada** - Não, você foi clara. E quando eu me refiro à
5871 questão do remetê-las, porque o fato é intervenção, gente. Nós estamos falando da
5872 atuação de um grupo de intervenção. Então, tem um fato que é atuação em que
5873 toda atuação que houver envolvendo o grupo seja imediatamente remetida às
5874 câmeras para isso. E aí, quando a gente fala... Há uma situação que eu queria
5875 deixar clara quando a gente fala a secretaria vai ser responsável pelo
5876 armazenamento. Gente, a tecnologia que está sendo pensada é a mesma das
5877 tornozeleiras eletrônicas, praticamente. Você contrata uma empresa, até porque a
5878 gente sabe que o poder público não tem. Eu acho que todo mundo aqui que já viveu

5879 as suas agruras em termos de ferramenta de TI dentro do poder público. Então,
5880 assim, você contrata uma empresa. Existe uma série de cláusulas que são,
5881 inclusive, acompanhadas pelo Ministério Público, pelos órgãos de controle. A
5882 secretaria não vai ter acesso para adulteração nem nada. Tanto que o Ministério
5883 Público não pede para a secretaria pedir para a empresa. Ele já notifica a empresa
5884 direto sobre aquele fato e ela remete. E há casos que a gente vê, por exemplo, no
5885 caso da tornozeleira, no caso de violação, a própria empresa já remete para o juiz
5886 da vara de execuções penais para dizer houve uma violação que se observou nesse
5887 momento uma situação. Então, assim, só que a contratação desta empresa vai se
5888 dar através das secretarias responsáveis pela gestão do sistema prisional. De
5889 alguma forma, as secretarias vão estar envolvidas nisso.

5890 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5891 **e Cidadania – ITTC)** – Gente, o Augusto está como levantado há um tempo, que
5892 está online, e aí a gente pode redefinir aqui essa redação. Augusto, você quer falar?
5893 É sobre esse ponto mesmo. Augusto?

5894 **Sr. Augusto Luiz Aragão Pessin (Suplente - Rede De Proteção E Resistência**
5895 **Contra O Genocídio)** - Olá, Ana. Obrigado. Me senti contemplado já pelas
5896 participações. Eu sugeriria apenas o verbo garantir, mas agradeço. Perdão não ligar
5897 a câmera, é para melhorar a conexão. E parabênizo os trabalhos, estão muito
5898 interessantes, estamos acompanhando aqui atentamente. Obrigado.

5899 **Interlocutora não Identificada** - Garantir no lugar de preferência.

5900 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5901 **e Cidadania – ITTC)** – Você quer sugerir já que a redação como ficaria?

5902 **Interlocutora não Identificada** - Garantir.

5903 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5904 **e Cidadania – ITTC) –** Então, garantir uma...

5905 **Interlocutora não Identificada -** Acho que assegurar gosto mais.

5906 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5907 **e Cidadania – ITTC) –**Bom, vamos só ler esse ponto. Então, seria garantir em vez
5908 de prever. Assegurar. Assegurar, desculpa. Então, ficaria assim. Assegurar uma
5909 cadeia de custódia, segura para o uso e envio de armazenamento das imagens,
5910 que garanta a proteção da integridade das imagens. Contra adulteração e tempo
5911 mínimo razoável de preservação, de modo a possibilitar seu uso em futuras
5912 investigações. E daí os seis não mudou nada. Sim, eu concordo. Eu já tinha lido
5913 isso, mas era só... Não, você tem razão. Então, assegurar uma cadeia de custódia
5914 para... Segura para o uso e envio de armazenamento das... Que garanta a... Segura
5915 para o uso e envio de armazenamento das imagens. Passado esse ponto aqui, a
5916 gente estava no nove, que tinha uma... Acho que era uma coisa pequena de
5917 redação. Observar de modo estrito as atribuições legais a tais grupos, não é? Isso.
5918 Tirar esse...

5919 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5920 **Enfermagem – CONFEN) -** Atribuídas.

5921 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5922 **e Cidadania – ITTC) –** Atribuídas, não é? E acho que era só isso. Sim. Aí, a gente
5923 pode ler o dez e pensar que a gente pode correr um pouco mais com isso por conta
5924 do tempo.

5925 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5926 **Enfermagem – CONFEN) -** 10. Comunicar as incursões e operações dos referidos
5927 grupos com antecedência mínima de 24 horas ou em prazo menor, se houver motivo

5928 para tanto. Devidamente justificado. Ao juízo, da execução criminal, ao Ministério
5929 Público, à Defensoria Pública e ao Conselho da Comunidade.

5930 **Interlocutora não Identificada** - Para mim ficou meio confuso esse ou em prazo
5931 menor, se houver motivo para tanto. Eu não entendi muito bem. Porque fica meio...
5932 Está, mas...

5933 **Interlocutora não Identificada** - Mas já tinha uma antecedência mínima de 24
5934 horas.

5935 **Interlocutora não Identificada** - Mas é sempre de urgência.

5936 **Interlocutora não Identificada** - Mas eu acho que dá para suprimir.

5937 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5938 **e Cidadania – ITTC)** – Mas sempre vai ser uma coisa que, na verdade...

5939 **Interlocutora não Identificada** - Gente, não me levem a mal, mas há situações em
5940 que você não consegue avisar. Há um evento de crise em que você precisa atuar.
5941 Então, eu acho que a gente poderia comunicar sempre que possível.

5942 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5943 **Enfermagem – CONFEN)** - Não, nunca vai acontecer.

5944 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5945 **e Cidadania – ITTC)** – Então pode manter como está, gente.

5946 **Interlocutora não Identificada** - Desculpe, retiro.

5947 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5948 **e Cidadania – ITTC) –** Ou em prazo menor... Tudo bem, mas calma aí. A gente tem
5949 pressa, mas também tem que fazer uma coisa bem feita. Ou em prazo menor... Eu
5950 acho que ainda não é se houver motivo para tanto. Então é em questões
5951 emergenciais ou alguma coisa assim. Porque motivo para tanto é um pouco vago
5952 aqui, não é? Eu achava que tinha que suprimir, mas... Então acho que pode tirar
5953 esse pedaço. Pode tirar esse pedaço. Comunicar as execuções. Em prazo mínimo,
5954 a juíza da execução criminal, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o
5955 Conselho da Comunidade. Bom aí o 11.

5956 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5957 **Enfermagem – CONFEN) -** Tirou devidamente o justificado?

5958 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5959 **e Cidadania – ITTC) –** Então, acho que a gente tinha colocado essa discussão de
5960 comitê e mecanismo e eu não lembro o que tinha sido falado. Então, assim, em
5961 relação aos comitês a gente pode colocar, mas o mecanismo também faz sentido.
5962 Porque, de fato, assim, a comunicação... Então acho que pode colocar comitês e
5963 mecanismos. E comitê... O 11.

5964 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5965 **Enfermagem – CONFEN) –** 11. Caso não seja possível, por motivo justificado, a
5966 comunicação prévia que os órgãos sejam notificados das operações realizadas em,
5967 no máximo 24 horas, com remessa de relatórios circunstanciados das ocorrências.

5968 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5969 **e Cidadania – ITTC) –** Alguém tem algum ponto? É, o Coutinho fez uma correção
5970 de gramática aqui, mas a Nana também falou que isso depois vai passar de novo,
5971 não é? Vai revezar a gramática de novo e tal. Então, acho que ninguém tem um
5972 ponto substancial em relação ao 11. 12. A minha sugestão seria para a inclusão.

5973 Que esse é o relatório que vai ser enviado quando é possível a comunicação prévia.
5974 Mas eu acho que sempre tem que ser enviado um relatório após toda e qualquer
5975 operação. Aí seria para incluir um novo ponto. Falando... Seria um para... Ah, no
5976 próprio dez? Dez. Porque, assim, o comunicado das operações de servidores do
5977 grupo com antecedência. E daí por que não coloca aqui? E envio de relatório...

5978 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5979 **Organizações Populares – GAJOP) -** Após a operação. Após a operação. Em até
5980 o quê? Setenta e duas horas? Quarenta e duas horas?

5981 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
5982 **Trabalho e Cidadania – ITTC) –** Quarenta e oito horas? Quarenta e oito horas me
5983 parece um pouco...

5984 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5985 **Organizações Populares – GAJOP) -** Setenta e duas horas. Então, aí, conselho
5986 da comunidade. E, após a operação, enviar relatório circunstanciado. Não,
5987 pormenorizado. Até setenta e duas horas após. É isso. Pouco? Muito? Eu não sei.
5988 Eu não sei. Assim... É que eu estou pensando, quando tem um monte de
5989 transferência e pegar exatamente o nome das pessoas e para onde foram... É, é,
5990 pode ser quarenta e oito horas. Assim, para ser razoável. Porque também se for
5991 para descobrir... Você acha que vinte e quatro horas, então? É a imprensa.
5992 Quarenta e oito horas. Quarenta e oito horas. Vinte e quatro horas, então. Não sei,
5993 gente. Eu acho que... Então, é vinte e quatro horas.

5994 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5995 **e Cidadania – ITTC) –** Então, vamos para o ponto doze.

5996 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5997 **Enfermagem – CONFEN) –** Ponto doze.

5998 **Interlocutora não Identificada** - Gente, só para confirmar. No item onze, ficou
5999 quarenta e oito, setenta e duas?

6000 **Interlocutora não Identificada** - É vinte e quatro.

6001 **Interlocutora não Identificada** - Vinte e quatro horas. Será ali no texto onze.

6002 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6003 **e Cidadania – ITTC)** – É ponto doze.

6004 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
6005 **Enfermagem – CONFEN)** – Ponto doze. Obstar aos agentes policiais os referidos
6006 grupos a realização de revista pessoal de familiares demais visitantes e pessoas
6007 presas, bem como, obstar que, homens revistem mulheres presas e que mulheres
6008 revistem homens presos. Assim como, impedir que, os agentes ostentem armas, de
6009 modo intimidativo em relação aos visitantes.

6010 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6011 **e Cidadania – ITTC)** – Eu só colocaria esse finalzinho depois dos visitantes. Talvez.
6012 Porque aqui está falando de visitantes e aqui está falando bem como estar que
6013 homens revistem mulheres presas e mulheres revistem homens. Isso não é dos
6014 visitantes. Isso aqui está falando de pessoas presas. E esse final está falando sobre
6015 os visitantes. Então, para mim, faria mais sentido. Obstar aos agentes policiais os
6016 referidos grupos a realização de revista pessoal de familiares de mais visitantes e
6017 pessoas presas, presas, assim como impedir que os agentes ostentem armas de
6018 modo imediato, íntimo e negativo, em relação aos visitantes. E aí, eu não sei se...
6019 Eu acho que até poderia ser outro ponto, porque é outro assunto, não é? Obstar
6020 que homens revistem mulheres presas e que mulheres revistem homens presos. E
6021 aí, obstar, não é, não é homens, não é, obstar que agentes policiais, não é, dos

6022 referidos grupos revistem mulheres presas, assim como mulheres revistem homens
6023 presos.

6024 **Interlocutora não Identificada** - Pessoas privadas, também.

6025 **Interlocutora não Identificada** - Ah, e dos policiais também.

6026 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6027 **e Cidadania – ITTC)** – Não deve ter dado para pegar, não é, o que a gente falou.

6028 **Interlocutora não Identificada** - Vedar.

6029 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6030 **e Cidadania – ITTC)** – Vedar. Está, pode ser, vedar.

6031 **Sra. Maria Clara D’ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6032 **Organizações Populares – GAJOP)** - Vedar. Vedar que, agentes ou policiais...

6033 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
6034 **Enfermagem – CONFEN)** – Vedar agentes.

6035 **Sra. Maria Clara D’ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6036 **Organizações Populares – GAJOP)** - Não, aí aquela mesma nomenclatura lá.

6037 **Interlocutora não Identificada** - Nessa parte, presidente, aí das mulheres presas,
6038 poderia constar mulheres presas e população LGBTQI? Para deixar bem claro,
6039 porque também, às vezes, eles colocam também servidor do sexo masculino,
6040 agente policial, é, sempre, policial penal, para também fazer revista.

6041 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6042 **e Cidadania – ITTC)** – Está. Não, está. Então, ficaria assim, ó. O doze ficaria assim.
6043 É, vetar que agentes... Como que é o nome? Não, mas agentes... Agentes
6044 penitenciários. Fala aí.

6045 **Interlocutora não identificada** - Agentes penitenciários, policiais penais ou
6046 quaisquer atuantes em estabelecimentos de privação de liberdade, revistem
6047 mulheres cisgênero ou transgênero, do sexo masculino, revistem mulheres
6048 cisgênero ou transgênero e do sexo feminino, revistem homens cisgênero.

6049 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6050 **e Cidadania – ITTC)** – Aí, outro ponto é... A mesma coisa que começa com aquele,
6051 não é, vedar aos agentes penitenciários ou policiais penais, é... A realização de
6052 revista pessoal de familiares e de mais visitantes de pessoas presas, aí, assim como
6053 impedir que os agentes ostentem armas de modo intimidativo em relação às
6054 visitantes. São dois pontos separados. Está. Enquanto elas estão arrumando aqui,
6055 a gente pode passar para o ponto 13, que é o último.

6056 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6057 **e Cidadania – ITTC)** – 13. Cada grupo, por meio da respectiva secretaria ou órgão
6058 responsável, deve publicizar seus protocolos de atuação, maiormente em relação
6059 ao uso de armas, sejam letais ou menos letais.

6060 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6061 **e Cidadania – ITTC)** – A Maria Clara tem uma sugestão em relação a esse ponto,
6062 não é? Eu tiraria mormente.

6063 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
6064 **Enfermagem – CONFEN)** – É. Mormente.

6065 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6066 **Organizações Populares – GAJOP)** - Eu acho que fica a questão se a gente vai
6067 realmente incluir o letais aqui, ou se a gente sequer fala sobre isso, considerando o
6068 que a Ana Valeska falou, que eu acho desnecessário a gente legitimar o uso de
6069 armas letais dentro desses estabelecimentos, não é? E aí eu incluiria menos letais,
6070 de acordo com o manual da ONU sobre o uso de armas menos letais.

6071 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra,**
6072 **Trabalho e Cidadania – ITTC)** – Está. Então, vocês conseguiram, as meninas
6073 conseguiram pegar esses pontos? Precisa só saber se está de acordo sobre tirar o,
6074 letais, porque isso é uma questão de conteúdo.

6075 **Interlocutora não Identificada** - Eu acho que estou refletindo ainda, mas estou
6076 partindo do pressuposto que se eles utilizam as armas utilizadas por eles, nós
6077 estamos pedindo aqui que elas sejam publicizadas todos os protocolos, ok? Se a
6078 gente tira o uso dos protocolos em relação ao uso de armas letais, se eles fizerem
6079 o uso de armas letais, eles não têm que publicizar protocolo, eles só teriam que
6080 fazer os menos letais. Mas eu compreendo, eu acho que teria que tirar tudo, talvez,
6081 e tudo depois do mormente, não só o mormente, na verdade. Tirar todo o mormente
6082 aí, tudo depois do mormente. E eu acho que, na verdade, ele começaria aqui
6083 também, tipo assim, abolir o uso de armas letais e publicizar os protocolos de
6084 atuação, abolição das armas letais, porque não dá para ignorar o fato de que elas
6085 possam eventualmente ser utilizadas, sabe? Então, acho que coloca a
6086 recomendação direta em relação ao não uso e à publicização de todos os protocolos
6087 de atuação, entende?

6088 **Interlocutora não Identificada** - Protocolos de atuação com armas menos letais.
6089 E a gente não pode esquecer que, às vezes, também, é importante também que dá
6090 transparência também a atos normativos que também criam e regulamentam a
6091 atuação também desses grupos também. Protocolo do uso da força também. Mas

6092 aí, nesse caso, seria então vedar a utilização de armas letais, segundo a orientação
6093 do Manual da ONU, Manual da ONU de Armamentos Menos Letais, mas publicar,
6094 publicizar os protocolos de entrada. O que garante a entrada é a atuação dos grupos
6095 táticos, que inclusive institui os grupos táticos, e publicar também o protocolo que
6096 regulamenta o uso de armamento menos letal. Se é que tem, não é? Porque alguns
6097 têm e outros não. Segue a portaria interministerial, só.

6098 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6099 **e Cidadania – ITTC)** – Então, a gente tem uma sugestão de redação?

6100 **Interlocutora não Identificada** - Eu já tinha passado.

6101 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6102 **e Cidadania – ITTC)** – Está, então, mas aí como ficaria? Ficaria vedar aos agentes
6103 penitenciários ou presídios penais, segredos grupos? Está escrito aqui. E os
6104 agentes? Calma aí, que elas ainda estão nesse 14.

6105 **Interlocutora não Identificada** - Está tudo travando aqui.

6106 **Interlocutora não Identificada** - Eu estou quase também.

6107 **Interlocutora não Identificada** - Vocês estão levantados? Está, porque eu
6108 poderia... Um já está falando sobre os protocolos de entrada. Talvez seria suficiente
6109 só elaborar e publicizar os protocolos de entrada. No 3 já tem falando sobre os tipos
6110 de armamentos também que vão ser utilizados. E a gente pode só colocar que
6111 estejam de acordo com os parâmetros internacionais sobre o uso da força. E aí
6112 excluiria o 13. Até porque a gente já falou lá em cima que eles têm que ter protocolos
6113 e a gente pode acrescentar só que eles devam ser publicizados, certo? E já está
6114 falando sobre os tipos de armamentos. Aí eu acho até que poderia ficar repetitivo

6115 também ter esse 13. Só excluiria. O que vocês acham? Vocês estão entendendo?
6116 Está todo mundo escutando?

6117 **Interlocutora não Identificada** - Cumprimento... Não, nós estamos no 13, na
6118 verdade.

6119 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6120 **e Cidadania – ITTC)** – Então a gente... Acho que a gente pode só ler esses três
6121 últimos itens. Só porque aí a gente fecha. O 13 ficaria assim. Vedar aos agentes
6122 penitenciários, policiais penais ou qualquer atuante em estabelecimento de privação
6123 de liberdade a realização de revista pessoal, de familiares e de mais visitantes de
6124 pessoas privadas de liberdade assim como impedir que os agentes ostentem armas
6125 de modo intimidativo em relação aos visitantes. Ok. Um pouco repetitivo esse último
6126 pedaço. Não, aí é o próximo. Vedar aos agentes penitenciários, policiais penais ou
6127 qualquer atuante em estabelecimento de privação de liberdade masculinos que
6128 revistem mulheres cisgênero, está faltando um que aí, masculinos que revistem
6129 mulheres cisgênero e transgênero em privação de liberdade e femininos que
6130 revistem homens cisgênero em privação de liberdade. E aí o 15 ficaria. Cada grupo,
6131 por meio da respectiva secretaria ou órgão responsável deve publicizar seus
6132 protocolos de atuação. Aí a gente tinha tirado esse mormente, não é? A Jaque pode
6133 ajudar a pensar como que era a redação que tinha ficado? Ah, desculpa. É a Silvia
6134 e a Cinthia que estão com a plaquinha levantada? Ah está, então o Paulo. O Paulo
6135 e a Ana. Podem falar.

6136 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6137 **Do Norte – UFRN)** - A minha formulação é com relação ao 14 que tem, enfim, está
6138 meio estranha a formulação, mas para além da estranheza da formulação há um
6139 debate também inerente, sobretudo no movimento trans, não é? Sobre a categoria
6140 transgênero e também de maneira muito forte a importância de explicitação de
6141 transexual e de travesti de maneira separada, considerando as vulnerabilidades

6142 específicas da população travesti, das travestis, não é? Então, com relação a isso,
6143 para uma forma de encaminhar e talvez facilitar a formulação, alguma coisa em
6144 torno de vedar os agentes beneficiários, policiais ou qualquer atuante de
6145 estabelecimento de privação de liberdade revistar pessoas em privação de
6146 liberdade em desatenção a sua identidade de gênero.

6147 **Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)** - A
6148 minha sugestão nesse ponto é a seguinte, obrigando a revista de pessoas privadas
6149 de liberdade obrigando não é um bom verbo, está? Mas que seja a revista de
6150 pessoas privadas de liberdade conforme o gênero autodeclarado nos termos da
6151 resolução 348 CNJ. Não, não está genérico, porque se a resolução do CNJ é
6152 cumprida a pessoa na entrada autodetermina e aí ela diz se ela é trans, travesti,
6153 gay, sexual, enfim, ela pode autodeclarar orientação sexual, identidade de gênero.
6154 Então, aplicaria todas as possibilidades, não é? E aí, nesse sentido, quando a
6155 pessoa faz autodeclaração ela também, no mesmo ato, pede para a autoridade
6156 judiciária que seja enviada para a unidade prisional conforme ela solicita. Então,
6157 não teria que no texto explicitar, por exemplo, que, no caso dos homens trans, a
6158 gente não orienta que sejam homens que façam a revista. A gente orienta que sejam
6159 mulheres, que sejam agentes femininas que façam a revista de homens trans.
6160 Exato? Então, talvez... Assim, claro, eu entendo a tua colocação. Tem que ser
6161 explícito, porque nunca ouviu falar de resolução 348 CNJ. Mas daí vai lá e corre
6162 atrás, não é? Vai fazer o teu trabalho e vai procurar o que quer dizer.

6163 **Interlocutora não Identificada** - Eu, sinceramente, sempre penso na parte mais
6164 vulnerabilizada desse processo, que vai ser a pessoa presa ou familiar, não é? É
6165 obrigação do agente público correr atrás, mas a realidade, ela se dá de uma outra
6166 natureza. Então, assim, eu sempre prefiro ser a mais descritiva possível. A gente já
6167 está se dando ao trabalho de escrever a resolução, não é? A gente pode pegar o
6168 trecho lá da 347 e colar aí. Porque se falasse, ah, você vai ter que ir lá no outro

6169 lugar ler, não vai ler, não é? Não retirar a referência à resolução de CNJ, mas eu
6170 acho que é colocar textualmente.

6171 **Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) -**
6172 Então, vamos lá. A revista deverá ser feita conforme a identidade de gênero
6173 autodeclarada, ou seja, dois pontos. Estou esperando lá. Autodeclarada.

6174 **Interlocutora não Identificada** - Gosto mais de participar da outra reunião.

6175 **Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS) -**
6176 Posso? Vamos lá. Ou seja, dois pontos. Mulheres cisgênero, Mulheres transexuais,
6177 Travestis E outros sujeitos identificados como do gênero feminino serão revistados,
6178 revistadas, por agentes femininas. É isso? É agentes femininas? Ah, não. Nesse aí
6179 também vai travestis, vírgula. Homens trans. O que você acha, Paula? É isso que
6180 eu estou dizendo. Essa moça que está me olhando ali do lado da Cintia. É? É que
6181 eu estou dando a opção que pediram a opção detalhada. Eu acho que não é melhor.
6182 Ah, pode ser. Ah, isso resolve, você não acha que? Não, não. Mas isso que a DPU
6183 colocou, você não acha que resolve? É. Resolve. Na verdade, resolve. Eu gostei,
6184 eu vou com a Jaque. É velha da revista pessoal de... Aquele hall de... O antropólogo.

6185 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6186 **e Cidadania – ITTC) –** Bom, a gente... Fechou aqui? Então, eu tenho só uma...
6187 Pode falar.

6188 **Interlocutora não Identificada** - Só para confirmar se a gente pode deletar o item
6189 12, por já estar contemplado no item 11. Tem 12 que está no quadro.

6190 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6191 **e Cidadania – ITTC) –** Não, mas é diferente uma coisa da outra. Porque uma coisa
6192 é você comunicar as incursões com antecedência. E a outra é, se não for possível

6193 você comunicar com antecedência, você tem que notificar em 24 horas. Entendeu?
6194 É diferente.

6195 **Interlocutora não Identificada** - Então, não sei. Acho que a gente pode reler o item
6196 11, o final do item 11, para ver se está batendo com o item 12. Porque ficou após a
6197 realização da operação, em via de relatório pormenorizado em até 24 horas. É, por...
6198 Tira esse pedaço?

6199 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6200 **e Cidadania – ITTC)** – Não, então, não. Talvez esteja mal escrito, porque você não
6201 está entendendo. A redação podia ser melhor. Mas a ideia é que tem que avisar
6202 com antecedência de 24 horas e enviar o relatório pormenorizado com
6203 antecedência, em caso de até 24 horas.

6204 **Interlocutora não Identificada** - Em ambas as hipóteses, vai enviar o relatório.
6205 Então, obrigada. A Jéssica fez uma sugestão, só para a gente fazer a diferença, se
6206 no caso de que ali, até para a gente dar essa possibilidade, essa vantagem, de que
6207 quem comunicou com antecedência pudesse fazer o envio em 48 horas, porque os
6208 órgãos podem acompanhar. Entenderam? Só para ter a diferença. Agora, até para
6209 dizer exatamente isso, tenha como conduta comunicar previamente. Porque
6210 quando... Se você não for comunicar, você vai ter que apresentar em 24 horas.
6211 Agora, quando você comunica previamente, você pode...

6212 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6213 **Organizações Populares – GAJOP)** - E eu acredito que não é nem só essa
6214 questão. 24 horas para um relatório robusto, como que se pretende aqui, é difícil
6215 ser alcançado em tão pouco tempo. Entendeu? Agora, quando você não faz a
6216 comunicação prévia, aí você tem que fazer aquela comunicação emergencial ainda
6217 dentro do dia da ocorrência, para que os órgãos se façam presentes, caso haja essa
6218 possibilidade. Entendeu?

6219 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6220 **e Cidadania – ITTC)** – Gente, eu não estou ouvindo. Por favor.

6221 **Interlocutora não Identificada** - Desculpe. Não, a ideia é que nós pudéssemos
6222 fazer uma distinção entre aqueles que comunicam previamente a intervenção, o que
6223 é a incursão, que eles possam apresentar o relatório com um pouco mais de prazo.
6224 E aqueles que não comunicaram, aqueles sim, deverão representar em 24 horas.

6225 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6226 **e Cidadania – ITTC)** – Então, a gente pode colocar nesse de cima o quê? 48 horas,
6227 72 horas, o que vocês acham razoável? 48 horas, então. No 11, 48 horas, e no 12,
6228 a gente mantém as 24 horas. Não, não, não é isso. É lá embaixo. É na última linha,
6229 em até 48 horas. Está. Bom, então, acho que a gente... Só ficou o último ponto
6230 mesmo, que a gente estava... Eu só vou ler ele, só para ver se está... Então, não
6231 está certo, porque a gente tinha mudado, não é? Então, era assim, cada grupo, por
6232 meio da respectiva secretaria ou órgão responsável, deve publicizar seus protocolos
6233 de atuação. A gente já tiraria esse maiormente. E aí, qual que era a... Como que
6234 ficaria no final das contas, Maria Clara? Ou 15? Qual o primeiro? Está, mas então
6235 eu sugiro de modo que elas... Ah, já foi? Ah, está, então está. Não, não. Está. Está.
6236 Então, acho que foi contemplado tudo. A gente pode colocar em votação... A gente
6237 pode colocar em votação aqui a aprovação da recomendação, está? Eu vou passar
6238 para a Jaque primeiro.

6239 **Sra. Jaque** - Rede de Proteção e Resistência, que é o nosso favorável.

6240 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6241 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, está, pode continuar. Rede Votou Favorável. É,
6242 somos?

6243 **Interlocutor não Identificado** - Favorável.

- 6244 **Interlocutora não Identificada** - CFSS favorável.
- 6245 **Interlocutora não Identificada** - Associação de Amigos favorável.
- 6246 **Interlocutora não Identificada** - ITTC favorável.
- 6247 **Interlocutora não Identificada** - ANADEP favorável.
- 6248 **Interlocutora não Identificada** - Agenda Nacional favorável.
- 6249 **Interlocutora não Identificada** - Gajope favorável.
- 6250 **Interlocutor não Identificado** - COFEM favorável.
- 6251 **Interlocutor não Identificado** - AJD favorável.
- 6252 **Interlocutora não Identificada** - MDHC favorável.
- 6253 **Interlocutor não Identificado** - Oi, não, não. É porque eu estou vendo aqui o ponto
6254 que o Augusto mandou no chat sobre o item 14, só para a gente fazer uma alteração
6255 específica. É isso que devem estar fazendo agora. Sexo por gênero masculino aí
6256 no 14. Favorável.
- 6257 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6258 **e Cidadania – ITTC) – É, é, Cíntia? SENAPPEN favorável.**
- 6259 É, agora... Erasto?

6260 **Sr. Erasto Fortes Mendonça (Titular - Ministério Da Educação - MEC) – MEC**
6261 favorável.

6262 **Interlocutora não Identificada - Favorável.**

6263 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6264 **e Cidadania – ITTC) – Bom, gente, então aprovamos. Mas a gente podia pensar**
6265 **depois, nossa, Cidade Civil, um jeito de publicizar isso para além dos órgãos que a**
6266 **gente vai mandar, não é? Uma nota, enfim.**

6267 **Interlocutor não Identificado - Uma consulta, por gentileza. Depois da aprovação**
6268 **aqui pelo colegiado, qual é o fluxo de encaminhamento dessa recomendação?**

6269 **Interlocutora não Identificada - Depois da aprovação, a gente, não é? O famoso**
6270 **abre o processo 6, junta a recomendação, faz a nota técnica, exposição de motivos,**
6271 **manda para a diretoria, nossa diretoria vai assinar, a Secretaria Nacional, CONJUR,**
6272 **passando pelo Crivo da CONJUR, publica.**

6273 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6274 **e Cidadania – ITTC) – Cadê a Maria Clara?**

6275 **Sra. Silvia - Posso só, rapidamente, enquanto está aqui nesse intervalo, é só para**
6276 **aproveitar, para me despedir, porque vou ter que sair agora. Então, só queria, mais**
6277 **uma vez, agradecer pela oportunidade por estar aqui com vocês esses dois dias. E,**
6278 **bom, como a APT, estamos nos disponibilizando para alguns grupos de trabalho,**
6279 **para os agrupamentos, agrupados e tal. Então, a gente fica esperando, talvez, os**
6280 **encaminhamentos para participar nos grupos de trabalho e também as informações**
6281 **sobre as reuniões do sistema, comitê e todos os próximos passos. E parabéns a**
6282 **todos e a todas pelo trabalho desses últimos dois dias. Tchau, gente.**

6283 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6284 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Obrigada, Sílvia, pela participação tão importante
6285 aqui sempre no comitê. Espero que você seja na nossa próxima R.O. e na nossa
6286 reunião extraordinária. Bom, vamos seguir a pauta aqui e aí vou pedir para que
6287 esses informes aqui, enfim, eles consigam ser mais concisos e mais rápidos. Vou
6288 passar primeiro para a Bárbara. Ah, desculpa, tinha um ponto também que a Camila
6289 tinha me falado também do informe. Mas aí depois passo para a Bárbara e depois
6290 para a Camila, que também é um ponto rápido de informe.

6291 **Sra. Camila** - Pessoal, rapidinho então. Bom, rapidíssimo mesmo. O mecanismo
6292 teve lá, para quem não estava aqui, foi fazer uma inspeção regular em novembro
6293 de 2022. Depois teve toda aquela crise no sistema prisional do Rio Grande do Norte
6294 e a gente tentou alertar muito todas as autoridades, incluindo a governadora do
6295 Estado, sem sucesso nos diálogos. O que acontece é que, justo naquele momento
6296 de março, do dia 14, onde explode aquela crise, é lançado, por casualidade, o
6297 relatório do Mecanismo Nacional. Então foi um movimento complicado. Neste
6298 momento, os policiais penais começaram um movimento bem preocupante em
6299 relação a tentar nos criminalizar, criminalizar o trabalho do Mecanismo Nacional.
6300 Enfim, o que aconteceu? Nós, depois de toda essa questão dessa crise, fizemos
6301 uma delegação para voltar ao Estado do Rio Grande do Norte, com mais apoio,
6302 para a gente conseguir diálogos mais profundos, porquê da primeira vez a gente
6303 não conseguiu. Essa delegação, só para informar, foi composta pelo Mecanismo
6304 Nacional, Comitê Nacional, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional de
6305 Direitos Humanos e algumas, quatro representações aqui do Ministério de Direitos
6306 Humanos, incluindo a coordenação que a Nana está à frente, a Ana Lúcia também
6307 aqui, que é Direitos Humanos, Segurança Pública e outras. Então a gente fez uma
6308 agenda lá com muitas articulações, muitas reuniões, incluiu uma inspeção em
6309 Alcaçuz para todo mundo ficar na sintonia de entender o que estava acontecendo
6310 no Estado e o que acontece. A gente sai de lá, estou falando super resumidão, a
6311 gente sai de lá com o compromisso da governadora de fato de impulsionar o projeto
6312 de lei, porque de tudo o que a gente tinha para falar estava lá no relatório. Então a

6313 ideia de que todo mundo, inclusive com o apoio do Governo Federal, no mesmo
6314 sentido, apoiasse a implementação do projeto de lei. E de fato ela cumpriu. E isso
6315 foi para a Assembleia. E estava indo tudo muito bem até que alguns policiais
6316 começaram um movimento de procurar os deputados, um deles pediu vistas, estava
6317 passando sem chamar muita atenção, um deles pediu vistas, e aí eles lançam uma
6318 nota. Essa nota aqui, eu não sei se vocês tiveram acesso, mas a gente pode pelo
6319 WhatsApp socializar. O que diz essa nota? Ela diz que esse projeto de lei, eles
6320 fazem uma nota, todo o Fórum de Segurança, com todas as polícias do Estado, faz
6321 uma nota que diz que esse projeto de lei, da implementação do sistema estadual de
6322 prevenção, combate à tortura, vai fragilizar a segurança pública do Estado. Esse PL
6323 também, segundo eles, vai criar uma entidade com superpoderes que vai defender
6324 facções criminosas que aterrorizam a sociedade, e o projeto de lei fere a segurança
6325 pública e vai trazer caos para a polícia militar, polícia civil e polícia penal. Eu só
6326 peguei aqui os principais trechos para vocês terem uma noção da veiculação. E aí
6327 tem uma pessoa que, honestamente, acho que depois vocês pensam isso com o
6328 tempo, a presidenta do Sindicato dos Policiais Penais, eu não veiculo os vídeos,
6329 porque eu não quero que eles se disseminem, porque é assim que você vai passar
6330 para um que passa para outro. Ela faz falas, falando que nós somos mesmo, que
6331 nós pertencemos às facções. A última fala dela, inclusive, fala que o governo
6332 também pertence à facção. Eles tiraram uma foto da secretária-adjunta da SEAP
6333 dizendo que ela estava falando com as facções. Pessoal, a gente é no sistema de
6334 privação de liberdade e os direitos humanos é para todos. O que faz, o que fez, não
6335 interessa. Não existe assim, para você é para você. Então, eles tiraram uma foto
6336 dessa secretária, inclusive ela está sendo extremamente ameaçada de uma
6337 maneira muito preocupante também. Nós nos preocupamos muito com a questão
6338 dela, porque ela saiu falando em defesa do projeto de lei, e tem tomado uma força
6339 preocupante. A gente sabe aqui, que a gente acaba falando para poucos, essa
6340 questão do sistema nacional, sistema estadual, mecanismo, existe muita confusão,
6341 quem faz, o que é atribuição. Então, para uma sociedade que não sabe o que é
6342 isso, uma nota dessa, com todas as forças de segurança do Estado apontando que
6343 nós somos, como ela mesma já disse, terroristas, apoiadores de facção, da facção,

6344 enfim, causa um problema muito grande a nível estadual, e cuidado, pode ser uma
6345 tendência. Então, com essa preocupação, o mecanismo, junto com toda essa
6346 delegação, a gente fez uma nota, mas não em resposta, fez uma nota apoiando o
6347 projeto de lei e explicando o que é cada um. O que é, qual é a atribuição do
6348 mecanismo, não tem nada a ver com isso, uma atribuição, enfim. Eles reclamam de
6349 uma coisa, eu quero aproveitar muito a presença do SENAPPEN aqui, eles falam
6350 muito sobre a gente não tem dialogado, sobre o Estado não ter dialogado com eles,
6351 não ter incluído no diálogo. Gente, o Brasil, a nível estadual, está só cumprindo o
6352 OPCAT e o compromisso que tem com a ONU. É um diálogo muito com o objetivo
6353 de apresentação e esclarecimento, mas a ideia deles é assim, nós queremos
6354 participar porque a gente quer mudar esse projeto de lei a ponto de que nós, policiais
6355 penais, possamos ser os futuros peritos. Então, assim, a gente sabe que a gente
6356 tem participação social em tudo que a gente faz, Brasil signatário do governo aberto,
6357 mas tem algumas questões que elas são, basicamente, implementação de
6358 compromissos já assumidos. Então, eu acho que dialogar é sempre bom,
6359 apresentar e esclarecer é excelente, agora, não existe esse tipo de diálogo no
6360 sentido de uma interferência, inclusive, que viola tudo o que a gente fala aqui a vida
6361 inteira. Então, a gente fez uma nota, não em resposta, porque a gente achou que
6362 não é essa a ideia, não é ficar rebatendo nem criando, mas explicando para tentar
6363 mostrar tanto para os deputados quanto para a sociedade é potiguar e para todo o
6364 Brasil, porque essa nota ficou pública, o que é o sistema e qual é a função dos
6365 peritos do mecanismo. Então, a gente está precisando, nesse momento, estava
6366 falando um pouco com quem esteve, encaminhamentos possíveis para a gente já ir
6367 matando aqui. Eu vou ser bem honesta, quando a gente fala para a gente, direitos
6368 humanos, direitos humanos, a gente tem uma legitimidade muito forte. Por isso que
6369 eu acho imprescindível a SENAPPEN ter esse diálogo também. Eu insisto nas
6370 pontes entre o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, porque,
6371 por mais que a gente fale, por mais que as nossas representações mais superiores
6372 falem, eu acho que o diálogo entre pares, ele também tem que ser fortalecido. E,
6373 embora, nessa nota, a gente não tenha tido assinatura do Ministério, a Nana
6374 articulou uma nota do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e ela

6375 vai dar um breve informe também. E aí, já que o SENAPPEN vai assinar o sistema
6376 todo, eu acho que, mais do que assinar uma nota, é criar um diálogo. Realmente, a
6377 situação lá, a gente tentou, a gente fez algumas avaliações internas no mecanismo,
6378 a gente tentou, não sei se ignorar essas falas dessa senhora, como de
6379 movimentação dos policiais penais nesse sentido de criminalizar, de falar que nós
6380 somos de organização criminosa e tudo mais, a gente tentou não dar muito palco
6381 para isso, mas isso tem crescido de forma muito preocupante. Então, acho que, a
6382 partir do momento que a gente envolve o par direto, acho que a gente pode ter mais
6383 êxito. Então, a proposta de que a gente possa fazer essa conversa, na minha
6384 opinião, não sei se eu estou, mas, assim, junto, conjuntamente, Ministério dos
6385 Direitos Humanos com o Ministério da Justiça. Eu queria propor, eu sei que vai ter
6386 muita divergência entre o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, mas eu queria
6387 propor só nesse ponto de implementação dos sistemas estaduais de prevenção,
6388 combate à tortura, que houvesse, de fato, uma articulação para a gente deixar, dar
6389 a mão e falar só nisso a gente se compromete nos estados explicados, fazer um
6390 trabalho, sabe, próximo. Então, assim, eu posso estar viajando, querendo uma
6391 coisa, um presente de Natal adiantado, mas é sobre isso? Porque, senão, a gente
6392 fica sempre, parece que, é assim, os inimigos ó, você tem que fazer. Não, não vou
6393 fazer, não. Então, assim, sabe, vamos tentar dar a mão pelo menos em pontos que
6394 a gente consegue concordar, porque se a SENAPPEN vai assinar essa nota do
6395 Sistema Nacional, então a gente está falando que o MJ está na mesma orientação
6396 nesse sentido, de implementação, porque é o Brasil cumprindo um acordo com a
6397 ONU, não é? Então, assim, eu não sei, a proposta de encaminhamento seria essa,
6398 para não ficar só o Ministério falando, só o Comitê falando, só o Mecanismo falando,
6399 sabe? Acho que, quando a gente se apoia, a gente vai ter mais chance de êxito.
6400 Não sei se alguém mais quer complementar, a Nana tem o informe da nota do
6401 Sistema, e vamos lá com essa nota, não é? Nana, ó.

6402 **Sra. Fernanda** - Bom, no dia que a Bárbara, não é, e que a Carol também, acho
6403 que foi a Carol, a Camila, todo mundo mandou esse trem, esse trem aí para mim.
6404 Eu li o negócio e falei, Senhor da Glória, não é? A gente não tem um dia de paz.

6405 Mas, e nesse dia eu conversei diretamente com algumas pessoas e me propus a
6406 redigir uma nota, conversei com o Rafael Velasco e falei assim, olha, se for uma
6407 nota pelo Sistema, podemos assinar todos, não é? Ele sinalizou positivamente, eu
6408 elaborei a minuta, não é? Porque é uma minuta, não foi aprovada pelos órgãos do
6409 Sistema, então ainda é uma minuta. E essa minuta tramitou internamente aqui
6410 dentro do Ministério até o Gabinete do Ministro e, com muita pressão, jeitinho, ela
6411 retornou, não é? E aí eu vou ler para avaliar a ação do Comitê Nacional de
6412 Prevenção e Combate à Tortura e aí vamos passar por todos os órgãos, não é?
6413 Para acolher o acordo de todo mundo. Está aberta para alterações que entenderem
6414 necessárias. Deixa-me ver. Eu mando para o ZapZap, espera aí. Mas eu vou ler
6415 daqui porque eu não vou enxergar lá, não, gente.

6416 **Sra. Bárbara** - Só vou falar uma coisa, eu só gostaria que esse encaminhamento
6417 tivesse data, está, pessoal? Porque agora a gente está falando de um momento que
6418 o tempo vai ser decisivo. Não, não, mas eu acho... O Comitê, sim, mas, assim, que
6419 a gente crie, que seja através dessa nota de outros meios, não é, que a gente tenha
6420 uma data para isso, porque ou a gente vai ganhar esse momento ou a gente vai
6421 perder de uma forma que pode se multiplicar por todo o território, não é?

6422 **Sra. Fernanda** - Débora, te mandei aí. Na mesma linha do que a Bárbara falou, nós
6423 procuramos não rebater a nota e eu fiz uma coisa bem mais enxuta porque é uma
6424 outra proposta diferente da anterior que é para ser uma nota técnica mais
6425 substantiva também. Você ficou com um tom mais político, não é? Rio Grande do
6426 Norte já tem projeto de lei complementar número 11. Conseguiu abrir aí, Débora?
6427 Está abrindo, não é, no tempo do nosso computador, que não é mais velho. Rio
6428 Grande do Norte já tem projeto de lei complementar número 11, 2023, que cria o
6429 sistema estadual de prevenção e combate à tortura de acordo com o protocolo
6430 facultativo de prevenção e combate à tortura da ONU. O Sistema Nacional de
6431 Prevenção e Combate à Tortura, que teve suas atividades retomadas no dia 23 de
6432 junho de 2023, expressa seu apoio ao projeto de lei complementar número 11, 2023,

6433 de iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A referida proposição
6434 legislativa visa dar cumprimento à obrigação assumida pelo Estado brasileiro
6435 perante a comunidade internacional de prevenir, combater e erradicar a tortura,
6436 quando da ratificação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou
6437 Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU, e o protocolo facultativo à
6438 Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos
6439 ou Degradantes, 2007. Nessa esteira, a lei 12.847, 2 de agosto de 2013, instituiu o
6440 Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, criando em seu âmbito o
6441 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de
6442 Prevenção e Combate à Tortura. Compete ao Comitê Nacional o órgão colegiado
6443 de participação social, composto por representantes da sociedade civil e
6444 representantes de órgãos do Estado, participar na gestão de políticas que influam
6445 no acesso a direitos de pessoas que estejam em alguma situação ou ambiente de
6446 restrição ou privação de liberdade. Apoiar a criação de comitês ou comissões
6447 semelhantes na esfera estadual e distrital para o monitoramento e avaliação,
6448 avaliação das ações locais e difundir as boas práticas e as experiências exitosas de
6449 órgãos e entidades. O mecanismo nacional, por sua vez, é o órgão autônomo
6450 formado por peritos de acordo com o número definido em lei, que se candidata por
6451 meio de edital de chamamento público à função, passando por um processo seletivo
6452 dirigido pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. É primordial que
6453 o desenho do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura seja espelhado
6454 pelas unidades da Federação, as quais incubará estruturar os seus sistemas
6455 estaduais de prevenção e combate à tortura, dotados da função de promover
6456 articulação interinstitucional entre o Comitê Estadual, o Mecanismo Estadual e o
6457 órgão de estado responsável pela administração do sistema prisional,
6458 resguardando-se a função específica estabelecida pela legislação nacional a cada
6459 um desses órgãos, e sem que se impeça a integração de outros órgãos ao sistema,
6460 de acordo com a necessidade e realidade peculiar de cada estado. A tortura é um
6461 mal absoluto e, portanto, não pode ser tolerada sobre nenhuma forma, seja ela física
6462 ou psicológica ou contra qualquer pessoa. Assim, o PLC 11 2023 explicita a
6463 determinação e o compromisso do Estado brasileiro com o valor da dignidade

6464 humana, com a proteção intransigente da vida e com a prevenção e combate à
6465 tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. A
6466 aprovação do PLC cumpre o relevante papel de ampliar os instrumentos
6467 institucionais de prevenção da violência nos presídios e de proteção das pessoas
6468 que se encontram sob custódia estatal, em condições de extrema vulnerabilidade e
6469 privadas do exercício de direitos básicos. O Supremo Tribunal Federal, no âmbito
6470 do julgamento da DPF 347, reconheceu que o sistema prisional brasileiro se
6471 caracteriza pelo estado de coisas inconstitucional, após observar que nele opera a
6472 violação a direitos e garantias fundamentais de uma ampla parcela de população,
6473 em situação em que fica evidenciada a falha sistêmica de autoridades e entidades
6474 na execução e na condução de políticas públicas. Nesse sentido, a estruturação do
6475 sistema estadual de prevenção e combate à tortura no Rio Grande do Norte
6476 representará um avanço histórico da sociedade brasileira rumo à superação das
6477 falhas sistêmicas históricas do estado brasileiro na condução de políticas afetas ao
6478 sistema carcerário e a garantia da dignidade das pessoas encarceradas. Essa é a
6479 proposta da nota.

6480 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6481 **e Cidadania – ITTC)** – A ideia é a gente votar aqui agora o comitê se a gente aprova
6482 a nota. O mecanismo já aprovou, é isso? Então, acho que a gente pode votar aqui
6483 no comitê se a gente aprova a nota. Passar para a Jaque.

6484 **Sra. Jaque** - Voto favorável.

6485 **Interlocutora não Identificada** - Desculpa, mas tem algumas pessoas que
6486 levantaram a placa, eu tenho a impressão que é para debater o teor antes de entrar
6487 em votação.

6488 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6489 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, não, mas eu não tinha visto.

6490 **Interlocutora não Identificada** - Só para reforçar a preocupação da Bárbara, que
6491 é a mesma nossa, e contar, inclusive, Bárbara, de compartilhar com você uma coisa
6492 muito interessante. O CONSEJ Conselho dos Secretários de Estado de
6493 Administração Prisional e de Justiça lançaram uma nota de apoio ao projeto. Eu
6494 vou, inclusive, ler para vocês, eu acho isso superimportante. Então, são os gestores,
6495 a pessoa do presidente, ele fez o lançamento. Então, se vocês me permitem, eu
6496 vou ler. O Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Justiça da Cidadania,
6497 Direitos Humanos e Administração Penitenciária, CONSEJ, órgão colegiado de
6498 âmbito nacional, que tem por intermédio de seus titulares responsáveis pelas pastas
6499 penitenciárias, vem por meio deste expressar seu apoio integral ao projeto de lei
6500 que tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que institui o
6501 Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e dispõe sobre o Comitê
6502 Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio Grande do Norte. A prevenção
6503 e o combate à tortura são pilares fundamentais na construção de uma sociedade
6504 justa e respeitosa. O Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura já foi
6505 instituído em 12 unidades da federação como parte do Sistema Nacional de
6506 Prevenção e Combate à Tortura, conforme estabelecido pela Lei nº 12.847, de
6507 2013. Compete a cada Estado e deve ser reconhecido como um compromisso
6508 cívico, zelar pelos direitos de todos os cidadãos e combater a tortura em qualquer
6509 âmbito, espaço e ramo da sociedade. Todos juntos podemos transformar a
6510 sociedade livre de tortura. Então, já há por parte dos secretários um apoio em
6511 relação a esse projeto de lei do qual nós nos somamos e também entendo, claro,
6512 Nana já conversou com... Olha a intimidade, Nana. Doutora Fernanda. Doutora
6513 Fernanda já conversou com o secretário e por parte também da Diretoria de
6514 Políticas Penitenciárias na condição de adjunta, eu me somo a vocês no processo
6515 de sensibilização e de convencimento. E estamos também, Bárbara, fazendo o
6516 acompanhamento, eu quero em um momento posterior tratar com vocês de ações
6517 que estão sendo implementadas no Rio Grande do Norte. Inclusive, estamos
6518 instituindo, começamos no mês de julho, a trabalhar com a constituição das
6519 comissões técnicas de classificação dentro do sistema prisional do Rio Grande do
6520 Norte para que nós possamos trabalhar com medidas alternativas ao

6521 encarceramento, a possibilidade de inclusão de pessoas em atividades laborativas
6522 e para fora do cárcere. E um dos nossos desafios é envolver também os servidores
6523 e a entidade sindical naquela ideia de que precisamos, apesar de todas as
6524 divergências, é necessário construir junto. Há uma expressão que, quando usamos
6525 em relação à questão da câmara nos uniformes, usamos uma expressão lá que é a
6526 velha batalha entre a vela e a lâmpada. Nós vamos vencer, gente. A questão das
6527 câmeras, elas estão algo que se materializa cada vez mais e que nós precisamos
6528 também acompanhar, como também, como já conversamos, inclusive, com o Caio,
6529 a possibilidade de que movimentos sociais e organizações da sociedade civil
6530 possam atuar cada vez mais dentro do sistema prisional. Desculpa, presidente, se
6531 me alonguei.

6532 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6533 **e Cidadania – ITTC)** – Não, é o Paulo. É o Paulo, depois a Silvia, depois a Clara.

6534 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
6535 **Do Norte – UFRN)** - Pois, gente, na verdade, eu peguei aqui o relato da Bárbara,
6536 acho que no início, mas também acho que só trazendo alguns elementos, mas fiquei
6537 muito contente agora com o relato da Cíntia, porque era uma das questões também
6538 que valeria a pena colocar, que depois dos incidentes, com aspas, incidentes de
6539 março, a gente teve uma resposta imediata do Ministério da Justiça que foi em torno
6540 da doação, do repasse de 100 milhões de reais para o governo do Estado, e isso
6541 produziu uma certa legitimidade do MJ no RN, que nesse momento seria muito
6542 relevante a atuação do MJ e da SENAPPEN a partir disso. Eu vou falar disso daqui
6543 a pouco quando a Cíntia voltar, então vou passar por outros pontos sobre isso. Acho
6544 que a Bárbara fez um importante informe sobre a situação da Meli, que virou alvo
6545 da extrema-direita e desse setor dos sindicalistas, sobretudo da sindicalista da
6546 Vilma, no RN, e a isso tem sido feito já uma reação impulsionada até pela própria
6547 governadora de provocar que as outras secretarias do sistema se manifestem.
6548 Então talvez seja importante, e a Fernanda falou sobre as reuniões com pontos

6549 focais dos governos que tem tido pela manhã, talvez tentar garantir que essas notas
6550 saiam logo, porque essa reunião ocorreu na semana passada e ainda não saiu
6551 nenhuma nota além da secretária adjunta da SEAP, que virou alvo. Então acho que
6552 é muito importante que saiam as notas da assistência social, da saúde, da educação
6553 de outros atores do governo do Estado, como a governadora se reuniu com as
6554 secretarias para que isso saísse. Então talvez seja importante essa interlocução
6555 aqui do Ministério dos Direitos Humanos e acho que também da SENAPPEN e do
6556 MJ, como eu estava falando, para que essas notas saiam. A Meli assumiu a linha
6557 de frente da defesa e, portanto, virou alvo. Então é muito interessante que a gente
6558 dê muitos alvos a eles, para que eles possam gastar bastante energia conosco,
6559 além dos alvos já tradicionais, como, por exemplo, o comitê estadual, que inclusive,
6560 não sei se todo mundo teve acesso, posso mandar no grupo também, recebeu uma
6561 nota do DMF e do CNJ em solidariedade na semana passada em razão desses
6562 ataques. Então, acho que como encaminhamento, uma sugestão é que a Fernanda,
6563 como Ministério da Justiça, e a possibilidade também do MJ, pela legitimidade
6564 conquistou, em especial a partir de março, invista em esforço junto ao Governo do
6565 Estado, para que essas notas, esses posicionamentos das outras secretarias,
6566 sejam emitidos. Da mesma forma, eu acho que vale a pena também compartilhar,
6567 tornar público não só essa nota do DMF, mas uma polêmica que ganhou força lá no
6568 RN, não sei até que ponto se tornou nacional, sobre o movimento da ministra Rosa
6569 Weber de recusar uma homenagem da LERN em razão do não, para o seguimento
6570 da votação. Então, também acho que mais cedo, a Silvia tinha colocado, o que a
6571 gente pode fazer de efetivamente, coloque gargalos para impor que se faça coisa,
6572 se não vai receber recursos, não vai não sei o que, que também o MDH e o MJ
6573 avalie a possibilidade de ter ações também nessa direção mais enérgicas, que isso
6574 produzir um certo desgaste na LERN, esse movimento da ministra. Eu acho que
6575 como informe, mais um informe em turno disso, você chegou a falar sobre o
6576 andamento do PL na LERN, porque eu peguei, eu acho que você estava no início.
6577 Então é isso, agora para o segundo semestre, eu acho também, talvez seja
6578 importante a gente ver como a gente consegue fazer o acordado é que vai ter uma
6579 série de audiências, sobretudo uma inicial entre a Comissão de Direitos Humanos

6580 e a Comissão de Administração Penitenciária e Segurança Pública, não lembro o
6581 nome da audiência, da comissão que vai compor audiência agora no retorno
6582 parlamentar de agosto. Então talvez seja a possibilidade de ter alguém daqui nessa
6583 audiência, também no processo de fortalecer, agosto é o retorno do recesso, ainda
6584 não está com data, mas a ideia é fazer agosto, ou no máximo setembro, porque
6585 temos tido de fato o movimento mais contundente do governo do Estado em levar
6586 essa proposição, até surpreendendo em algum sentido alguns aspectos. E aí,
6587 voltando agora para o PMJ, o que eu estava falando, o que eu estava comentando,
6588 Cintia, é que depois dos acontecidos de março, com a visita do ministro Flávio Dino
6589 e a divulgação do repasse de R \$ 100 milhões, produziu-se uma grande
6590 legitimidade, reconhecimento da atuação do PMJ, e aí eu acho que é muito legítimo
6591 centrar o lugar que hoje se ocupa lá. Então, só reforçando o argumento da Bárbara,
6592 que o PMJ talvez seja muito importante nesse trabalho de advocacy para o avanço
6593 disso. Mas não obstante, foi muito bom te ouvir sobre os GTs, eu como membro do
6594 Comitê Estadual de Provação e Combate à Tortura e também do Conselho Estadual
6595 de Direitos Humanos, eu acho que pode ser superinteressante a exposição desses
6596 GTs, desse trabalho nos nossos plenos, que podem ser conjuntos, em agosto ou
6597 setembro, para compartilhar. Isso, até como uma forma também de a gente lidar
6598 com o governo do Estado, porque por mais que eu tenha destacado que o governo
6599 do Estado tem feito esforços para a aprovação do PL, ainda, digamos assim, o
6600 governo do Estado peca em não conceder ou reconhecer a legitimidade do Comitê
6601 Estadual e boa parte de seus atores. Então, a presença, por exemplo, do MJ, da
6602 SENAPPEN, apresentando não só esses trabalhos no Comitê Estadual, mas
6603 também o plano de execução dos 100 milhões que foram anunciados em março
6604 para o Comitê e para o Conselho, nos ajuda em diferentes desafios que temos
6605 enfrentado no RN, para além da aprovação do PL. Então, acho também, só para
6606 concluir, que eu já me alonguei, eu acho que é importante o envio de esforços para
6607 que essas notas de outras secretárias saiam, como isso tinha sido acertado no
6608 Estado, a possibilidade da presença também dos ministérios nas audiências que
6609 terão início a partir do retorno do recesso em agosto e a possibilidade da gente ter
6610 também o relato um pouco desse trabalho dos GTs no Comitê Estadual de

6611 Prevenção e Combate à Tortura e no Conselho Estadual de Direitos Humanos, falo
6612 como quem tem assento nos dois fóruns, e desse plano de execução também que
6613 a gente tinha solicitado dos 100 milhões anunciados em março para o Estado. A
6614 gente sabe que já chegaram alguns recursos para a Secretaria de Segurança
6615 Pública, mas ainda não chegou para a Administração Penitenciária e é isso, a gente
6616 quer acompanhar um pouco mais disso também para além da tramitação do PL.
6617 Obrigado.

6618 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6619 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu vou passar a palavra aqui, mas eu ia pedir
6620 para a gente tentar ser mais encaminhativo e ouvir mais rápido as nossas falas,
6621 porque a gente ainda tem alguns pontos de pauta e falta uma hora para acabar a
6622 nossa reunião. Então, se a gente não correr, efetivamente, não vai dar tempo de
6623 acabar a reunião. Acabar as pautas da reunião. A reunião vai acabar de qualquer
6624 jeito. Não. Patrícia. A reunião vai acabar. As pautas que não. Patrícia.

6625 **Sra. Patrícia** - Então, assim, algumas questões. A gente está um pouco focada
6626 falando do RN muito esse ano de março, mas a história do RN já vem de longe. A
6627 história da Vilma, presidente do sindicato, já vem de longe. E há uma outra coisa
6628 que eu não entendo. Ela é presidente do sindicato dos agentes penitenciários. Ela
6629 está ali para defender as pautas dos policiais penais e não para ter um superpoder
6630 e uma supermão. O que ela está fazendo é porque deram para ela muita confiança
6631 de superpoder. Como é que ela vai para a Assembleia? Como é que ela grava um
6632 vídeo falando com a governadora? Tem vários vídeos. Que a governadora está lá
6633 falando da facção, defendendo a facção. E ninguém encorre ela no processo
6634 disciplinar. E aí vai. E assim vai. É por isso que ela se sente à vontade para fazer o
6635 que quer. E aí todo mundo vai se sentir à vontade para fazer o que quer. Ela está
6636 ali para lutar pelo direito dos policiais penais. Acho ótimo, de acordo. Agora, para
6637 ficar fazendo o que ela faz, para pegar foto de familiar, ficar colocando no Instagram,
6638 falando várias coisas, dizendo assim, familiar fecha com a facção tal, como fez com

6639 várias, e ninguém tomou a providência, aí fica difícil. Então, acho que a gente
6640 precisa pensar em orientações. Ela já expôs várias pessoas. Inclusive, ela fez um
6641 vídeo dizendo que o Mecanismo Nacional fechava com a facção. Eu ainda guardei
6642 o vídeo. Porque se um dia ela fizer um vídeo com a minha foto, eu vou pegar um
6643 avião e vou chegar lá, e aí ela vai ter que provar para mim que é. Então, acho que
6644 a gente precisa entender também qual é o papel. Ela foi lá, fez a movimentação, aí
6645 os deputados da Assembleia foram lá, todo mundo ficou. A governadora só recebeu
6646 o Mecanismo Nacional, só se movimentou porque entrou um pedido de
6647 impeachment dela na CPI. Aí foi. Entendeu? Então, acho que a gente precisa
6648 entender, o Legislativo tem a atribuição de fiscalização, o projeto de lei está lá, tem
6649 Ministério Público, tem Defensoria Pública, tem Tribunal de Justiça, tem todo mundo
6650 para apoiar o projeto de lei. Eu acho que o que está faltando é uma articulação e
6651 consciência. Cada um no seu papel. E queria pedir também essa nota dos
6652 colegiados, dos secretários de administração penitenciária, para mandar para o
6653 comitê, que acho ótimo. Ótimo que tem uma nota defendendo a prevenção em
6654 combate à tortura. Porque é isso. A gente precisa entender, e não é um
6655 supermecanismo que vai ter superpoderes. Isso precisa ser claro. E o que está
6656 vendendo é fake news. Ainda estão vendendo fake news. Então, acho que tem
6657 várias coisas que dá para a gente fazer. É que a gente, às vezes, fala, fala, fala, e
6658 a gente não conclui as coisas. A gente precisa posição. Ela é presidente do
6659 sindicato? Beleza, mas o que ela está fazendo, já passou do fato dela ser presidente
6660 do sindicato.

6661 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6662 **Organizações Populares – GAJOP)** - Em relação ao Rio Grande do Norte, a ideia
6663 justamente dessa nota é fazer esse reforço para a Fátima, porque ficou muito nítido
6664 para mim, na reunião com ela, a correlação de forças ali. E essa girada de chave
6665 para a perseguição da Amelie também reforça que existe também um elemento
6666 extremamente misógino nesse processo, porque ela não vai em cima de homens,
6667 ela está sempre indo em cima de mulheres. E a Patrícia reforçou isso. Então, é uma
6668 situação bastante complicada, e concordo que ela faz isso, porque permitiram que

6669 fizesse. Toleraram a conduta dela até chegar a esse ponto. Mas, a propósito de ser
6670 uma nota do sistema, é justamente mostrar essa unidade dos atores principais
6671 sobre isso. Eu acho que não vai ter dificuldade com a assinatura do CNPCP, até
6672 porque ele já soltou uma nota do próprio conselho, e a gente deve conseguir colocar
6673 essa nota, publicizar essa nota no site do MDH, até, no máximo, estourando
6674 segunda-feira, basicamente só porque amanhã é sexta e tem o time da publicação.
6675 Não sei se vai dar tempo.

6676 **Interlocutora não Identificada** - Mas ela esteja aprovada.

6677 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6678 **Organizações Populares – GAJOP)** - Só para não perder os encaminhamentos de
6679 vista, tem uma reunião que foi tirada mais cedo, de manhã, com o Rio Grande do
6680 Norte, Pernambuco, etc. Nessas, podemos já colocar aqui, por escrito, o
6681 encaminhamento de que o Ministério da Justiça, na representação do SENAPPEN,
6682 pode participar conjuntamente dessa reunião. Como essa forma de manifestação
6683 pública, de contato também com as autoridades locais, eu acho que isso também é
6684 visto como um desdobramento da missão que foi feita no início do ano, e definir
6685 quando que isso vai realizar, para também isso não ficar solto. Então, se já terem
6686 uma previsão de data, para que isso entre como prioridade, considerando também
6687 a urgência e a eminência da aprovação do PL, e de toda essa questão da nota, para
6688 que isso não se prolifere, a gente viu lá como a Vilma é exaltada. Então, só para
6689 não tirar esses encaminhamentos de vista, as palavras já estão fugindo. Os outros
6690 encaminhamentos também, que o Gustavo tinha falado sobre a participação na
6691 audiência, o MJ já tem um posicionamento sobre isso, para a gente ir fechando aqui,
6692 e o prazo para essa reunião, quando que vai mandar, a gente pode tirar, MJ pode
6693 ir, o comitê pode participar, enfim, a gente está à disposição.

6694 **Interlocutora não Identificada** - Eu acho que podia aproveitar esse momento
6695 dessas audiências que vão ter em agosto, para a gente talvez pensar, Cinthia, se

6696 achar que é possível, uma missão conjunta, e MJ e MDHC numa dessas agendas,
6697 acho que a primeira, que é entre a Comissão de Direitos e Mano de Segurança
6698 Pública, é bem importante, para mostrar essa unidade, entendeu? De propósito e
6699 tal. E aí o comitê, o mecanismo, para mostrar que o Sistema Nacional de Prevenção
6700 e Combate à Tortura está unido em torno da aprovação do PL no Rio Grande do
6701 Norte.

6702 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6703 **Organizações Populares – GAJOP)** - E que o sistema contemple o MJ, porque a
6704 nota é importante, mas eu não sei se fica evidente para o pessoal local, para o
6705 mercado.

6706 **Interlocutora não Identificada** - Não, eles vão assinar junto.

6707 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6708 **e Cidadania – ITTC)** – Acabou?

6709 **Interlocutora não Identificada** - Uma pergunta que eu faço a Bárbara e Camila e
6710 Carol, os outros que estão aqui do mecanismo, me assustou um pouco essa postura
6711 de ataque, que não é só a Bárbara enquanto perita ou a peritos individuais, mas
6712 acaba sendo um ataque ao mecanismo e ao sistema. E aí me trouxe um alarme
6713 essa fala da Bárbara de, olha, ou a gente contém agora ou pode se espalhar, e de
6714 fato é assim que acontece. A todos nós que trabalhamos no sistema com atividades
6715 que não são benquistas, se isso cresce e virar a moda da casa? Se virar a moda da
6716 casa pode ser um problema muito grande. Então, eu não sei se vocês acham que
6717 seria pertinente de repente uma moção de desagravo e eu não sei o teor se foi
6718 ameaça, se foi ofensa, qual foi o conteúdo, mas se tem de tudo, isso é um crime a
6719 servidor federal, eu acho que vocês se enquadram nesse conceito, e eu acho que
6720 além da moção de desagravo caberia aí a notificação do MPF por ação imediata de
6721 crime. Então, eu não sei, talvez até pedindo afastamento cautelar, já que é uma

6722 servidora estadual, alguma coisa assim, pelo tamanho, às vezes, da proporção e do
6723 impacto social que teve a ação respectiva, que viola a integridade não só da perita,
6724 não só do mecanismo, mas do sistema nacional. Eu acho isso muito preocupante e
6725 coloco aqui como encaminhamento a esse órgão se podemos fazer uma moção de
6726 desagravo e o encaminhamento de um pedido de apuração da conduta da
6727 profissional sob o aspecto criminal e administrativo e ainda o órgão da Secretaria
6728 de Administração Penitenciária a consideração sobre eventual afastamento cautelar
6729 para não prejudicar a apuração administrativa ou criminal.

6730 **Interlocutora não Identificada** - Só vou fazer um pequeno comentário que eu falei
6731 voando, mas foi a primeira vez que mesmo lá em novembro, foi tão efervescente
6732 desde novembro que foi a primeira vez que a PRF que faz o nosso apoio logístico
6733 de segurança ficou com a gente o tempo todo inclusive na audiência. E quando a
6734 gente retorna em abril, foi também tipo um outro nível de acompanhamento devido
6735 à avaliação de risco que eles mesmos fizeram a partir desses vídeos.

6736 **Interlocutora não Identificada** - Muito perigoso para além do mecanismo.

6737 **Interlocutora não Identificada** - Não, exatamente. E o comitê que está lá é as
6738 famílias.

6739 **Interlocutora não Identificada** - Qualquer órgão de inspeção vai ter o mesmo nível
6740 de situação de risco? De insegurança.

6741 **Interlocutora não Identificada** - Eu acho que, quando a Patrícia fez essa fala, falei
6742 sobre isso. Em que momento que a gente vai encaminhar alguma coisa nesse
6743 sentido? Até a Cíntia aqui sinalizou. Porque é isso, gente. É um absurdo. E se a
6744 gente, de fato, não fizer alguma coisa, não começar a mostrar que isso vai ter uma
6745 responsabilização, olha, é assustador. Acho que só quem conhece de perto, eu
6746 lembrei de todos os familiares contando essa situação. Patrícia, se você ver minha

6747 foto, me avisa também. Eu vou nesse mesmo avião aí. Não, porque você imagina
6748 fazer isso com o familiar. Só queria dizer que essa fala é muito potente e concordo
6749 plenamente contigo, Fernanda. E foi muito assustador ter que voltar para o Rio
6750 Grande do Norte. Particularmente, até o pessoal do Mecanismo estava mais
6751 próximo naquele momento. Eu fiquei uns dois, três dias meio em parafuso, meio me
6752 sentindo mal. Foi a primeira vez que eu tive várias sensações novas de medo
6753 mesmo, de morrer. Tipo, simples assim. Então, se eu estou sentindo isso aqui em
6754 Brasília e com toda a estrutura que eu tenho, que dirá familiares e que dirá o pessoal
6755 do Comitê Estadual, que tem sido também alvo. Agora o governo, a Meli que foi. Eu
6756 gosto da ideia de a gente ter mil alvos. Então, a gente acaba não tendo nenhum.
6757 Enfim, eu concordo. E ainda com a sinalização aqui da Cintia, a gente está, todo
6758 mundo, no mesmo bom senso.

6759 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6760 **e Cidadania – ITTC)** – Eu só vou falar aqui a ordem. A Ana Valesca foi no banheiro
6761 sair, ela já estava há um tempo. Então, é a Ana, a Cintia, Carol, Camila e Dácia.

6762 **Interlocutora não Identificada** - Deixa eu só fazer uma partezinha só, porque eu
6763 peço desculpas, mas eu vou ter que me retirar porque a minha viagem para cá foi
6764 meio extemporânea e eu preciso garantir a minha volta para o Rio de Janeiro hoje.
6765 O horário era péssimo. Então, eu estou pedindo desculpas ao colegiado. Maura e
6766 Cléo continuam representando o CFSS, agradecendo aí. Em setembro, eu estarei
6767 melhor organizada para ficar até o final do debate. Um abraço a todos.

6768 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6769 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada.

6770 **Interlocutora não Identificada** - Só para ressaltar aqui também, para registrar aqui
6771 na nossa reunião, que o presidente também do Conselho Nacional de Políticas
6772 Criminais, também, o Dr. Douglas, ele também emitiu nota em apoio ao projeto de

6773 lei, em apoio, inclusive, ao trabalho também do mecanismo. Ele mandou um ofício
6774 para o mecanismo e também para governador e autoridades, poder judiciário local,
6775 bem como para os deputados estaduais. Só para reforçar também que o presidente
6776 do CNPCP também se manifestou, o Conselho, em apoio ao projeto de lei e à
6777 implementação do sistema de prevenção e combatação do estado do Rio Norte.

6778 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6779 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. É Cíntia?

6780 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6781 **Penais – MJSP)** - Desculpe, presidente. Foi só aquele momento e eu baixei.
6782 Desculpe.

6783 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6784 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, está. Então é a Carol.

6785 **Sra. Carol** - Obrigada, Sofia. Eu queria, assim, fazer coro às falas de que nós
6786 estamos diante de uma situação gravíssima de insubordinação policial. Essa nota
6787 do FOSSEG foi assinada por seis associações policiais, incluindo a Polícia Penal,
6788 incluindo a Polícia Civil, incluindo a Polícia Militar. Certo? Gostaria de lembrar que
6789 as organizações, as polícias, elas são marcadas pelo binômio hierarquia e
6790 disciplina, e não é à toa que é defeso pela nossa Constituição a sindicalização de
6791 forças policiais, certo? E nós temos que dar, providenciar politicamente uma
6792 resposta severa a isso, porque foi um ataque frontal, sem precedentes ao nosso
6793 sistema, e nós não podemos deixar isso para lá. Essas pessoas têm que ser
6794 responsabilizadas, essas associações têm que ser chamadas à razão, para dizer o
6795 mínimo, e estamos diante de um precedente terrível que, se ele se alastrar por
6796 outros estados, isso pode até periclitir a vida de peritos que venham a existir,
6797 mecanismos que venham a ser implementados, certo? Estamos diante de um

6798 precedente gravíssimo e precisamos ter uma atuação política contundente à altura
6799 com relação a isso.

6800 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6801 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que não tem mais ninguém inscrito, então a gente
6802 pode partir para os encaminhamentos. Primeiro, então, seria a questão da nota em
6803 si, se o comitê vai aderir a essa nota, acho que a gente podia fazer a votação, e
6804 depois tem os dois encaminhamentos que foram sugeridos pela Fernanda. Mas
6805 acho que primeiro a gente pode fazer a votação, e aí depois a gente segue para os
6806 encaminhamentos da Fernanda. Já que já tinha votado antes que sim, agora o Caio.

6807 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
6808 - Eu tenho acordo.

6809 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6810 **Penais – MJSP)** - Maricléia.

6811 **Interlocutora não Identificada** - TTC, de acordo.

6812 **Interlocutora não Identificada** - Agenda Nacional, de acordo.

6813 **Interlocutora não Identificada** - GAJOP, de acordo.

6814 **Interlocutor não Identificado** - CONFEN, de acordo.

6815 **Interlocutor não Identificado** – De acordo, AJD.

6816 **Interlocutor não Identificado** - UFRN, de acordo.

6817 **Interlocutora não Identificada** - MDHC, de acordo.

6818 **Interlocutora não Identificada** - De acordo.

6819 **Interlocutora não Identificada** - MDHC, de acordo.

6820 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6821 **Organizações Populares – GAJOP)** - A moção é de desagravo, e o envio ao
6822 Ministério Público para investigação de crime e também de infração administrativa.
6823 Eu tinha colocado também sobre o convite também ao MJ, a participação da
6824 reunião.

6825 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6826 **e Cidadania – ITTC)** – Daquela reunião lá que já aproveitar aquela reunião que vai
6827 acontecer.

6828 **Interlocutora não Identificada** - Será que a gente não consegue agora em julho
6829 essa reunião já com o MJ? Porque falta dez dias. Será que a gente consegue ter
6830 essa meta? Porque se tiver que se preparar para uma ida no sentido de que traz ali
6831 o Paulo, seria importante até o fim do mês a gente conseguir já ter esse primeiro
6832 diálogo.

6833 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6834 **e Cidadania – ITTC)** – Está, mas então seria uma reunião com o MJ...

6835 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6836 **Organizações Populares – GAJOP)** - Com participação do MJ, com as autoridades
6837 locais, não é? Sobre...

6838 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6839 **e Cidadania – ITTC)** – Cita quem são as autoridades locais.

6840 **Sra. Maria Clara D’ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6841 **Organizações Populares – GAJOP)** - A inclusão do MJ, se não tiver oposição aqui,
6842 para a gente já incluir isso por escrito no encaminhamento, para, assim, essas
6843 coisas vão nos resguardando, não é? Futuro, diante do que está acontecendo. Ter
6844 isso por escrito é importante e uma sinalização de data. Mesmo que não consiga
6845 ajustar a agenda, mas a gente já sinaliza, pode garantir que já seja enviado um
6846 ofício, as autoridades locais convocando para essa reunião. Enfim, ter pelo menos
6847 isso sinalizado é possível? Não vai ter a reunião com o governo do Rio Grande do
6848 Norte? Em agosto? É, isso é outra coisa.

6849 **Interlocutor não Identificado** - Não, eu fiz algumas pontuações, mas não sei se
6850 são exatamente sugestões para o comitê ou sugestões para o MDH e para o MJ.
6851 Então, é isso. Seria fundamental que vocês estivessem lá nessas audiências e acho
6852 ótimo o encaminhamento que a Fernanda deu de estarem em agosto,
6853 possivelmente nessa primeira audiência, porque eu concordo com a Fernanda,
6854 acho que seria estratégico estar nessa audiência que reuniria a Comissão de
6855 Segurança Pública e Direitos Humanos. Mas isso é exatamente alguma coisa que
6856 vira uma resolução do comitê ou é uma sugestão a essas partes para que elas
6857 encaminhem? Porque também uma outra coisa que eu falei foi o movimento de
6858 esforços aqui do Ministério dos Direitos Humanos para que essas notas das outras
6859 secretarias do governo do Estado também saiam. Isso vira uma resolução do comitê
6860 ou é uma sugestão?

6861 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6862 **e Cidadania – ITTC)** – É um encaminhamento esse.

6863 **Interlocutor não Identificado** - Então, é um encaminhamento para o comitê
6864 mesmo? Eu estava com uma dúvida com relação a isso.

6865 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
6866 e Cidadania – ITTC)** – É um encaminhamento que a gente aprova aqui, mas aí fica,
6867 na verdade, a carga do Ministério levar isso para a aprovação, fomentar essa
6868 aprovação.

6869 **Interlocutor não Identificado** - É porque quando você retomou esse
6870 encaminhamento e não citou esse, aí eu fiquei na dúvida se é porque não cabia.

6871 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
6872 e Cidadania – ITTC)** – Eu estava perguntando quais eram para não me perder.

6873 **Interlocutor não Identificado** - Eu fiquei na dúvida se não cabia mesmo. Estou
6874 questionando. Não achei que você apagou, não. É só porque eu não sabia. É a
6875 minha primeira reunião. Mas é isso. Então, acho que volto a retornar a esses dois
6876 encaminhamentos. A presença do MJ e do MDH nessa reunião, nessas audiências,
6877 mas mais do que na audiência. A participação no espaço...

6878 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
6879 e Cidadania – ITTC)** – No dia 14 que você falou?

6880 **Interlocutor não Identificado** - Não, em agosto. Ainda não tem a data.

6881 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
6882 e Cidadania – ITTC)** – Ah, não tem a data.

6883 **Interlocutor não Identificado** - Na retomada do recesso parlamentar. Acho que é
6884 importante a presença do Ministério da Justiça e também do Ministério dos Direitos
6885 Humanos nos mecanismos de controle social do Estado. Então, também uma forma
6886 de fortalecer o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. E mesmo com
6887 a presença do MJ e do MDH lá, mostrando a legitimidade desses fóruns, então,
6888 fortalecendo também os integrantes desses espaços. E tinha falado também a
6889 audiência na LERN, essa questão do CEPCT e o movimento aqui do Ministério dos
6890 Direitos Humanos para que as cartas das outras secretarias sejam emitidas
6891 rapidamente para que a gente tenha os esforços. Porque um dos movimentos que
6892 eles estão para derrubar a criação do sistema estadual é dizer que só trata do
6893 sistema penitenciário e um dos movimentos que a gente está fazendo para tentar
6894 argumentar junto aos deputados e deputadas da LERN e apontar para outros atores
6895 que são... que têm seus direitos garantidos a partir da criação de um sistema. Então,
6896 também por isso a gente tem feito esse esforço para que as outras secretarias se
6897 manifestem e aí a presença, o movimento do MDH talvez ajude para que essas
6898 notas saiam logo.

6899 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6900 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu ia pedir para a Tamires ler os encaminhamentos
6901 que foram feitos só para a gente ver se... Você quer falar, Bárbara, enquanto ela...

6902 **Sra. Bárbara** - Coisa super pontuável. A Maria Cláudia chamou atenção para uma
6903 coisa que acho que é importante. Quando a gente fala de sistema, muitas pessoas
6904 não conseguem imaginar que a gente está falando do MJ e do Ministério de Direitos
6905 Humanos. Eu queria só sugerir que a gente possa deixar isso talvez mais nítido, de
6906 uma forma mais objetiva, dizendo que a gente está celebrando no sistema esse
6907 apoio mútuo entre o Ministério da Justiça e Direitos Humanos. Para nós é muito
6908 batido, mas para quem está tomando conhecimento, faz falta. Então, você falou, eu
6909 fiquei com isso. Falei, gente, um parágrafo falando que é uma celebração de apoio
6910 mútuo entre os ministérios, acho que é importante.

6911 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6912 **Organizações Populares – GAJOP)** - Agora, isso na nota, Bárbara.

6913 **Sra. Bárbara** - Eu acho que sim. Eu sei que já passou para aprovação, mas é só
6914 um parágrafo dizendo o óbvio, na verdade. Mas é só para quem está lendo. Gente,
6915 nem entre a gente, nos comitês estaduais, as pessoas às vezes não conseguem
6916 fazer essa leitura, deixá-la bem nítida. É uma coisa simples, não vai alterar conteúdo
6917 nenhum. Só falar do óbvio, mas que seja mais objetivo.

6918 **Sra. Maria Clara D'ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6919 **Organizações Populares – GAJOP)** - Bárbara, a carta vai ser assinada por todos
6920 os órgãos previstos em lei do SNPCT. Então, vai estar expresso. Não vai ser uma
6921 assinatura que nem existe. O SNPCT vai ser SENAPPEN, comitê, mecanismo,
6922 CNPCP assinando a nota, MDH nessa função de puxar a nota, mas eu vou pôr bem
6923 expresso exatamente para alcançar isso que você está propondo, que senão não
6924 adianta.

6925 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6926 **e Cidadania – ITTC)** – Pode ler. Por favor.

6927 **Sra. Thamires** - O primeiro encaminhamento que eu anotei foi esses esforços de
6928 conjunto do MDHC e do MJ para que as notas das outras secretarias sejam emitidas
6929 rapidamente, que o Paulo falou. A presença do MDHC e do MJ nas audiências de
6930 acordo de agosto da Comissão de Direitos Humanos, é isso? Retorno do Recesso
6931 Parlamentar. O terceiro é o convite ao MJ, SENAPPEN, autoridades locais para
6932 participar da reunião que a gente vai tratar do Rio Grande do Norte, Paraíba,
6933 Pernambuco, que a gente tinha falado mais cedo, e sinalização de datas. Também
6934 tem os encaminhamentos da Fernanda, elaboração de moção de desagravo, pedido
6935 de apuração pelo MPF da conduta sobre aspecto criminal e administrativo e a

6936 consideração de eventual afastamento cautelar. E é isso que eu anotei aqui. Tem
6937 algum outro encaminhamento que eu não anotei?

6938 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6939 **e Cidadania – ITTC)** – Alguém está em desacordo com os encaminhamentos? Não,
6940 não é? Bom, então acho que a gente pode passar para os próximos pontos. Enfim,
6941 são cinco e vinte e três. Teria então aqui esse ponto que é esse encaminhamento
6942 de pessoas com traços mentais para presídios comuns, que é esse informe da Ana
6943 Valesca. A Camila tinha pedido também um informe e a Romilda, tem um informe e
6944 também tem a questão do edital. Assim, não vai dar muito tempo para tudo isso, e
6945 a gente ainda tem que aprovar o sumário de ontem e de hoje.

6946 **Interlocutora não Identificada** - O meu é rápido, viu, Sofia? A sugestão da Nana
6947 aqui é de encaminhar o sumário por e-mail e a gente tem um prazo para dizer que
6948 a gente está de acordo para não gastar o tempo aqui projetando. Então, assim, o
6949 tempo pode ser acho que três minutos para a Camila falar, três minutos para a
6950 Romilda falar, a Camila que vai fazer o informe, e a Ana Valesca algum como dez
6951 minutos, quinze minutos no máximo, e tem esse informe que a Rita que vai entrar
6952 aqui na reunião vai dar sobre o edital. Então, realmente, se a gente não conseguir
6953 otimizar o tempo aqui, a gente não vai conseguir tratar todas as pautas. Então, vou
6954 pedir para todo mundo ser bastante objetivo. Pode falar, Camila.

6955 **Sra. Camila** - Gente, vou aproveitar aqui o nosso momento para fazer uma
6956 cobrança, uma cobrancinha, aproveitando a presença do SENAPPEN, viu, Cíntia?
6957 No dia 3 de julho, nós mandamos uma requisição de informações e relatórios sobre
6958 a força-tarefa de cooperação penitenciária no estado de Pernambuco, que foi
6959 deflagrada pela portaria número 360 do MJSP, de 24 de abril, certo? Que foi
6960 expedida pelo eminente ministro de Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, onde
6961 pedimos as seguintes informações ao SENAPPEN. Quais atividades foram
6962 realizadas, inclusive especificando conteúdos normativos com as respectivas

6963 referências doutrinárias, cargas horárias das atividades formativas e número de
6964 participantes, número de profissionais capacitados no estado de Pernambuco,
6965 número de profissionais da FOCOPEN envolvidos na execução da força-tarefa,
6966 inclusive com descrição de cargos e qualificações, se houve capacitação para uso
6967 de armamento, especificando tecnicamente para quais armamentos letais e menos
6968 letais foi feita capacitação para uso, resultados esperados e resultados obtidos com
6969 a força-tarefa da FOCOPEN, cópia de materiais formativos utilizados, textos,
6970 questionários, exames, provas, vídeos, descrição de todas as localidades onde
6971 foram realizadas as atividades da força-tarefa, descrição de eventuais instituições
6972 de privação de liberdade onde foram desenvolvidas as atividades da referida força-
6973 tarefa, com descrição das atividades realizadas e com as referidas datas de atuação
6974 nestes sítios, orçamento geral utilizado na execução da força-tarefa, com descrição
6975 de despesas, eventuais registros em audiovisual da atividade da força-tarefa no
6976 estado de Pernambuco, mandamos no dia 3, a SENAPPEN confirmou o
6977 recebimento no dia 5 de julho, 15 dias atrás, gostaria de lembrar que o artigo 10 da
6978 lei 12.847.2013 assegura o mecanismo acesso a todos aqueles atos administrativos
6979 que influenciem ou determinem o tratamento de pessoas privadas de liberdade e
6980 gostaria de perguntar ao SENAPPEN quando vai ser respondido esse ofício de
6981 número 487, por gentileza.

6982 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6983 **e Cidadania – ITTC)** – Eu não sei se a Cintia quer responder aqui agora, mas acho
6984 que vai ter que, eu não estava nem sabendo, talvez tenha que...

6985 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6986 **Penais – MJSP)** - Camila, obviamente, quando eles responderam, eles devem ter
6987 passado para você um número de processo, deve ter começado por 08016, se você
6988 puder me passar, eu posso verificar. A atuação da força está sendo coordenada
6989 hoje especificamente por uma diretoria dentro da SENAPPEN, mas eu me
6990 comprometo agora, inclusive, para verificar como está o andamento disso e as

6991 respostas. Inclusive, já foram promovidos alguns cursos de capacitação,
6992 principalmente para as forças que estão atuando e pessoas e servidores do sistema
6993 prisional. Junto, eu posso até passar o contato da diretora da Escola Nacional, no
6994 qual nós fizemos todo um cronograma de cursos e, olhando agora para cá, um
6995 deles, inclusive, um dos cursos foi o tratamento de custódia de pessoas LGBTQIA
6996 +, além de outros cursos, mas agora, daqui um pouquinho, a gente já pode verificar
6997 juntos a tramitação.

6998 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6999 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Vou passar uma palavra para a Ana pensando
7000 aqui em um tempo de 10 minutos, infelizmente, porque acabou sobrando.

7001 **Sra. Ana Valesca** - Eu vou tentar ser breve. Na verdade, eu vou fazer só uma
7002 introdução rápida porque o pessoal do Mecanismo de Rondônia está aí, presente.
7003 Estou vendo a Valquíria. Rose, também está presente? Valquíria? A Dílson? Até
7004 perguntei aqui para vocês.

7005 **Interlocutora não Identificada** - Eu não sei, eu estou em local diferente. Eu saí do
7006 set do Mecanismo e vim para casa.

7007 **Sra. Ana Valesca** - Eu vou fazer só uma introdução aqui e aí eu queria já passar a
7008 palavra para vocês. E a Monique também vai acompanhar da Justiça Global. Então,
7009 nós puxamos essa pauta porque tem acontecido muitas mortes no Sistema Prisional
7010 de Rondônia nos últimos meses e, além disso, teve recentemente uma morte de um
7011 preso que tem que sofrer de transtorno mental e foi encaminhado para o presídio
7012 comum, um presídio que hoje, na verdade, o Urso Branco de fato está exercendo
7013 como casa de detenção porque antes ele funcionava como só para sentenciados e
7014 agora o Urso Branco está muito vivo. Inclusive, teve mortes recentes também de
7015 presos por briga também de alimentação, mas também o que tem acontecido? Nas
7016 audiências de custódia, inclusive olhando aqui hoje, analisando a resolução 487 do

7017 CNJ, aqui reforça, inclusive, que o Poder Judiciário a partir do momento que está
7018 agora implementando essa política também antimanicomial no Poder Judiciário, fala
7019 que tem que ter também esse apoio de uma equipe também técnica para dar
7020 suporte nas audiências de custódia, antes de realização das audiências de custódia,
7021 até para identificar pessoas ali que possam sofrer de transtorno mental. E aí tem
7022 sido encaminhada por presídio comum misturadas com outras pessoas privadas de
7023 liberdade e esse caso aqui recente foi uma morte muito grave. Eu vou passar a
7024 palavra rapidamente para os colegas do mecanismo e depois a gente vai trazer
7025 também uma sugestão de encaminhamento e não sei também se a Monique já está
7026 aí que ela vai ouvir também porque a gente também quer saber em relação ao Urso
7027 Branco, se foi ou não arquivado o caso do Urso Branco na Corte porque tem se
7028 falado no Poder Judiciário de Rondônia que foi arquivado e, na verdade, o Urso
7029 Branco está muito vivo, muitas violações acontecendo, muitas mortes e o termo, o
7030 pacto lá, os compromissos, nem todos foram cumpridos. Então a gente também
7031 está preocupada com essa questão também do caso Urso Branco. Quem vai falar
7032 agora? Valquíria, Rose, quem vai falar rapidamente?

7033 **Sra. Valquíria** - Boa tarde, Valquíria do Mecanismo Estadual de Prevenção e
7034 Combate à Tortura de Rondônia. Eu não estou no mesmo ambiente que Rose e
7035 Adílson, eles ficaram no escritório do mecanismo, eu me desloquei em razão de
7036 atividades com os meus filhos, mas estou no escritório da minha casa e nós já
7037 tínhamos alinhado e eu ou a Adílson falaríamos dessas ocorrências de mortes na
7038 unidade Urso Branco em Porto Velho. De fato, ocorreram cinco episódios em um
7039 período muito curto, de 3 dos 7, de 3 dos 6, a 14 dos 6, houveram cinco óbitos. O
7040 primeiro foi uma morte súbita, inclusive estava havendo inspeção na unidade no
7041 mesmo dia, o juiz da vara de execução penal estava na unidade, o defensor público
7042 estava quando o interno Lucas passou mal, o SAMU demorou muito para chegar e
7043 acabou que ele morreu dentro da viatura do SAMU, dentro da ambulância e o
7044 SAMU, ao invés de levar para o IML, levou de volta para a unidade. O segundo óbito
7045 foi um homicídio qualificado, ocorreu dentro de uma cela onde haviam vários presos
7046 e, segundo as informações da unidade e da imprensa, que houve uma briga por

7047 conta de marmita. Todas essas mortes estão sendo apuradas, tem inquérito policial
7048 aberto, nós diligenciamos junto à delegacia para que, de fato, nós tivéssemos
7049 acesso aos números dos inquéritos. O terceiro óbito no dia 10 de junho foi esse que
7050 a Ana Valesca comentou de um interno com um transtorno mental, ele já era
7051 egresso do sistema prisional e foi preso novamente, na audiência de custódia,
7052 mandaram ele para a unidade provisória Urso Branco. Inclusive a gente questionou
7053 isso em uma reunião com o GMF como o juiz, na audiência de custódia, não
7054 percebeu que ele tinha transtorno mental e, ao invés de mandar para o hospital para
7055 ser medicado e depois para a unidade de internação, foi para a unidade prisional
7056 provisoriamente. E, nesse fato, ele e outros 11 estavam sendo escoltados, entraram
7057 na unidade, todos estavam algemados com a mão para trás, e o Luiz Carlos Passos
7058 de Melo, que foi o que morreu, ele por um descuido, uma desatenção da vigilância
7059 e dos outros internos, ele correu, entrou na viatura, antes de entrar na viatura ele
7060 estava com a mão algemada para trás, ele passou a algema para a frente, entrou
7061 na viatura, que estava funcionando e acelerou, bateu no portão, não conseguiu
7062 derrubar o portão, ele deu ré e estava indo de frente com a área do setor
7063 administrativo da unidade quando foi alvejado com um tiro na cabeça e morreu no
7064 local. Esse óbito foi matéria de imprensa, foi matéria de discussão nossa do
7065 mecanismo, nós estivemos no local, 40 minutos depois do óbito, Adílson, Rose e
7066 eu fomos lá, era um final de semana, bem no feriado, dia 10, acho que era feriado
7067 de Corpus Christi, alguma coisa assim, mas nós fomos à unidade e checamos as
7068 imagens das câmeras que ficou tudo registrado e gravado, de fato aconteceu tudo
7069 isso. A nosso ver, e isso foi pontuado junto ao GMF, houveram duas falhas, a
7070 primeira na audiência de custódia, que o magistrado não podia mandar esse interno
7071 para a unidade provisória, ele precisava de tratamento médico, psiquiátrico, e a
7072 segunda falha é deixar uma viatura funcionando sem nenhum agente dentro, sem
7073 nenhum policial penal lá dentro para evitar que coisas desse tipo possam acontecer,
7074 e podia ter acontecido algo muito grave, muito mais grave, porque além dos internos
7075 que estavam junto, que eram 10, com ele 11 que faleceu, tinha uns 20 internos no
7076 laboral e mais uns 15 servidores no pátio, então podia ter acontecido algo muito
7077 pior. Logo em seguida, no dia 13 de junho, houve um suicídio, em tese, não é,

7078 suicídio, mas está sendo apurado pela Delegacia de Assuntos Penitenciários se não
7079 foi homicídio. Nós, do mecanismo, achamos e acreditamos que tenha sido
7080 homicídio, não foi suicídio. E por fim, no mesmo período, houve um óbito no hospital,
7081 um interno, inclusive, que nós já havíamos visitado ele na enfermaria do hospital
7082 João Paulo, e na mesma semana que houveram esses quatro óbitos dentro do urso
7083 branco, veio a óbito esse interno que estava em tratamento médico e faleceu no
7084 hospital por uma infecção generalizada. Também está se apurando se não houve
7085 uma negligência, se o fato dele ter vindo a óbito não está relacionado ao tempo que
7086 ele ficou hospitalizado, é, interno na unidade sem tratamento, mas enfim, para não
7087 extrapolar muito tempo, houveram esses óbitos, nós fizemos logo depois uma
7088 inspeção na unidade, passamos por todas as células, conversamos com os internos
7089 e vamos fazer um relatório específico com relação à unidade e a esses óbitos.
7090 Todas as demandas necessárias que precisavam ser tomadas com relação aos
7091 óbitos de despachar com o delegado da Delegacia de Assuntos Penitenciários, nós
7092 fizemos uma reunião institucional com a Politec, que é a polícia técnica que fez a
7093 perícia, nós conversamos com o corredor e com a diretora adjunta e pedimos
7094 atenção aos laudos e celeridade, que a gente precisa dos laudos, especialmente
7095 desse caso que houve suicídio em tese, que a gente acha que não foi, foi morte
7096 violenta e estamos acompanhando bem de perto a unidade, a unidade acho que
7097 todos vocês conhecem o relatório histórico dela é uma unidade ruim, está passando
7098 por uma reforma hoje as áreas que já foram reformadas, tem água filtrada em cano
7099 direto para tomarem e água gelada não é água quente passa por um filtro.

7100 **Dia 20-07-2023 - Áudio 4:**

7101 **Interlocutora não identificada** – Vai o cano dentro da cela com uma torneira, onde
7102 eles abastecem o copo para tomar água. E eu acho que depois da reforma, esse
7103 ambiente vai deixar de ser tão hostil como é hoje. E eu acho que é isso. Se alguém
7104 tiver alguma pergunta e eu puder esclarecer, eu estou aqui à disposição.

7105 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7106 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu vou passar para a Ana, e aí sugeri para a gente
7107 já partir para a sugestão de encaminhamento.

7108 **Sra. Ana** – Eu só queria saber se a Monique estava aí, porque eu entrei em contato
7109 com a Monique. E, inclusive, depois, posteriormente, a gente vai marcar uma
7110 reunião, Mecanismo de Rondônia e Mecanismo Nacional, para acompanhar
7111 também o comitê para saber informações sobre o processo do urso branco. Se foi
7112 arquivado ou não, essa denúncia na corte. E, considerando que não foi cumprido,
7113 foi criado o GT do Comitê Estadual de Rondônia, também para acompanhar esses
7114 inquéritos, esses casos. E o mecanismo também está se atendendo em levantar
7115 todos os documentos, porque são novos elementos, inclusive, se o caso tivesse
7116 sido arquivado, para reabrir. Porque, se foi arquivado, o urso branco continuará
7117 muito vivo, e as violações também. E, assim, não sei se a gente poderia pensar no
7118 encaminhamento aqui. O que eu pensei assim, se o CNJ, o DMF, poderia reforçar,
7119 o comitê encaminhar um documento, as corregedorias também, além do CNJ, aqui,
7120 DMF, mas as corregedorias do Tribunal de Justiça, reforçando, inclusive, essa
7121 observância nas audiências de custódia das próprias resoluções do CNJ. Eu deixo
7122 aqui também essa sugestão de encaminhamento. E vamos receber, acho que em
7123 breve, os relatórios. E a Monique, acho que não deu para ela entrar, porque ela
7124 ficou esperando horas, e aí ela teve outro compromisso. Eu estou aqui. Fala
7125 rapidinho, Monique, porque tem poucos minutos. Eu já não falo mais, mas é isso.
7126 Obrigada.

7127 **Sra. Monique** – Está bem. Boa tarde, pessoal. Eu queria pedir perdão, não abrir a
7128 câmera. Eu estou na cadeira do dentista, literalmente. Mas é só para informar o
7129 seguinte. As medidas foram, as medidas provisórias, elas foram erradas quando o
7130 Brasil aceitou, fez um acordo que foi aceito pela Corte. Então é uma coisa, são
7131 medidas provisórias. E tem um caso que está tramitando na Comissão
7132 Interamericana, que já foi mérito e tudo, e que a gente, até o momento, está
7133 guardando. E isso já tem aproximadamente 16 anos. Então é nesse momento que
7134 a gente está, mas a Justiça Global está super disponível para que a gente possa

7135 conversar mais e pensar encaminhamentos que possam tentar ser efetivos, pelo
7136 menos para minimizar essas questões que estão voltando a acontecer.

7137 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7138 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu queria saber se alguém aqui quer sugerir um
7139 encaminhamento. Alguém aqui do comitê quer sugerir um encaminhamento?

7140 **Interlocutora não identificada** – Eu só não entendi uma coisa. O caso do urso
7141 branco já teve mérito, não é, na Corte Interamericana? Isso eu não entendi. Está
7142 tendo algum encaminhamento? Mas não teve nenhuma decisão? Eu lembro que
7143 teve...

7144 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7145 **e Cidadania – ITTC)** – Monique, você pode falar?

7146 **Sra. Monique** – São duas coisas diferentes. Uma coisa eram as medidas
7147 provisórias que estavam em curso e que foram, a gente chama de suspendidas,
7148 mas elas efetivamente terminaram quando a Corte aceitou propostas e acordos que
7149 foram feitos pelo Estado brasileiro. Enfim, houve uma série de articulações em
7150 Rondônia, com o Ministério Público, com a elaboração de... Eu não lembro se teve
7151 TAC, mas enfim, porque eu não acompanhei diretamente essa questão. Será que
7152 acabou a reunião, gente? Vocês estão me ouvindo?

7153 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7154 **e Cidadania – ITTC)** – Não, a gente está aqui.

7155 **Sra. Monique** – Ah, está bem, que entrou um timer aqui para mim. Então, é isso,
7156 essas medidas provisórias foram suspensas. Mas existe um caso, um caso que está
7157 tramitando, ou deveria estar na Comissão Interamericana, que recebeu
7158 admissibilidade e a gente mandou os documentos de mérito, se eu não estou
7159 enganada, 2014, 2015, talvez. Então, a gente está até hoje aguardando o que a
7160 Comissão encaminha para a Corte, para julgamento. É nesse momento que a gente
7161 está sem notícia já há alguns anos. Então, são duas coisas diferentes. Uma era as

7162 medidas provisórias, que estavam na Corte Interamericana, e que foi feita em
7163 acordo com o Estado brasileiro, e elas foram suspensas, porque passou alguns
7164 anos sem que houvessem mortes ou casos graves de tortura. Então, a Corte aceita
7165 essa... Tem uma série de acordos que são feitos e as medidas são suspensas, e
7166 tem o caso que a gente tem a esperança de que um dia vá para a Corte para ser
7167 julgada. São duas coisas diferentes. Não sei se eu expliquei.

7168 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7169 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Monique.

7170 **Interlocutora não identificada** – Só para pontuar, enquanto a gente ainda tem um
7171 minuto e meio, essas situações que estão acontecendo agora não estão
7172 relacionadas com os fatos que foram denunciados na Corte Interamericana de
7173 Direitos Humanos. E o que se apura é se as mortes, as quatro mortes que ocorreram
7174 dentro do sistema, dentro da unidade, porque a quinta foi dentro do hospital, tem
7175 relação uma com a outra. Parece que não. Mas não está descartado isso também.
7176 E o que... Até onde nós sabemos, nós do mecanismo, nós não fizemos nenhuma
7177 denúncia na Corte Interamericana de Direitos Humanos até o momento com relação
7178 a essas mortes que ocorreram. O GMF está muito preocupado com isso, porque
7179 eles... O doutor Sérgio Willis, especialmente, que acompanhou a época, as
7180 denúncias que foram feitas, para que não haja um novo fato que desencadeie uma
7181 apuração pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Mas a Cristina, a
7182 presidente da AFAPARU, ela comunicou ao mecanismo que ia fazer as denúncias
7183 desses óbitos na Corte Interamericana. Então pode ser que esses fatos já
7184 chegaram. Mas como demora muito para desenrolar, para julgar e para ter um
7185 parecer, nós não temos conhecimento.

7186 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7187 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu vou passar aqui para a Fernanda, que tem
7188 uma sugestão de encaminhamento.

7189 **Sra. Fernanda** – Eu vou fazer um encaminhamento aqui então, presidenta.
7190 Considerando se tratar de um caso considerando se tratar de um caso de unidade
7191 prisional, que já tem, apesar de não envolver essas mortes recentes, mas uma
7192 tratativa no sistema interamericano. Já está esperando resposta, segundo foi falado,
7193 aqui há 16 anos. E considerando que essa questão prisional também é recorrente,
7194 e talvez a gente possa tratar isso de uma forma coletiva, eu vou sugerir a criação
7195 de um GT para tratar desses casos de direito internacional que já estão na
7196 comissão, na Corte, para serem acompanhados aqui por esse comitê e que
7197 envolvam presídios, começando por esse de Urso Branco, para saber o que
7198 aconteceu e o que esse comitê pode incidir já no caso que está em andamento.
7199 Obrigada.

7200 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7201 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que a gente pode fazer isso e aí a gente pode fazer
7202 primeiro nesse formato aqui de agrupamento, porque se for de grupo de trabalho,
7203 realmente a gente vai ter que fazer uma resolução etc. E não é burlando o próprio
7204 a resolução e o decreto e etc., mas acho que pode ser um pouco mais produtivo
7205 nesse momento de agora. Então, Fernanda, você quer estar nesse grupo, né, nesse
7206 agrupamento? A ANADEP, sim. E daí? Sim. E o ITTC também. E aí depois na
7207 próxima reunião a gente pode trazer aqui um pouco do panorama dos casos e o
7208 GAJOP também vai participar de alguma maneira. E a Jaque? O GAJOP e... Sim,
7209 sim. E a rede de proteção contra o genocídio?

7210 **Interlocutor não Identificado** – Sofia, eu gostaria assim, que na próxima reunião
7211 nossa eu vou encaminhar anteriormente para você uma proposta nossa para
7212 explicar o trabalho que nós pretendemos estar desenvolvendo com o apoio do
7213 comitê, tá bom? Porque aí eu vou me conceder na próxima reunião um tempo para
7214 a gente explicar melhor.

7215 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7216 **e Cidadania – ITTC)** – Não, então a gente pode colocar inclusive como ponto de
7217 pauta a explicação, enfim, do COFEN para a gente ter um pouco mais de calma. E

7218 aí, Monique, esses grupos aqui que são formados no comitê, eles têm a
7219 possibilidade de participação de convidados externos. Então, acho que a gente te
7220 convida para participar nesse primeiro levantamento aqui, acho que para a próxima
7221 nossa reunião ordinária para a gente fazer uma definição melhor do que o comitê
7222 pode fazer exatamente nesses casos. E lembrando que ontem eu não a conhecia,
7223 mas conhecia a Isabel, que cuida dessa parte de Direito Internacional no Ministério
7224 dos Direitos Humanos, que também talvez possa ser uma pessoa que está cuidando
7225 de todos esses casos e que pode auxiliar a gente nesse... Está bem, mas pode ser
7226 esse e outros casos nos quais o comitê pode ter incidência em uma apresentação.
7227 Talvez a gente possa até num próximo ponto de pauta fazer isso. Então, dito isso,
7228 a gente tem dez minutos para ser bastante categórica no tempo. Então, acho que
7229 os encaminhamentos foram esses, dessa criação desse agrupamento e disso ser
7230 encaminhado para o GT da audiência de custódia. E aí a gente tem dez minutos e
7231 aí eu vou fazer assim, tem cinco minutos, oito minutos, não sei, oito e três minutos,
7232 não sei como a gente vai conseguir o tempo aqui, mas a Rita, ela entrou aqui, que
7233 era uma pauta que estava desde ontem, mas a gente não tratou ontem, e ela entrou
7234 aqui para falar um ponto específico em relação ao digital do mecanismo. Ela está
7235 online, vou passar a palavra para ela e pedir, por favor, Rita, para você tentar ser o
7236 mais breve possível. Eu acho que a gente não vai ter tempo de encaminhar
7237 necessariamente ou pensar aqui, mas vamos ver o que isso vai dizer e a gente
7238 pensa a partir daí. Então, você está com a palavra. A gente não está te escutando.
7239 A gente não está te escutando. Continuamos não te escutando. Eu vou fazer o
7240 seguinte, enquanto... Agora sim, agora sim.

7241 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos) –**
7242 Estava desligado aqui. Boa tarde a todos, a todas e a todes. Bom, entrei
7243 rapidamente aqui na reunião e peço desculpas já em nome do ministro de não ter
7244 conseguido acompanhar boa parte das discussões do dia de hoje, de ontem. Nós
7245 estamos aqui nos desdobrando para cumprir a agenda. O ministro está de licença
7246 paternidade. Eu estou como ministra substituta. Entrei basicamente para exortar a
7247 todos os presentes, a todos os membros do comitê o apoio a uma demanda que a

7248 coordenação de combate à tortura está trazendo de nós realizarmos uma seleção
7249 no próximo concurso para peritos que seja exclusiva para pessoas negras e
7250 indígenas. Isso porque durante o evento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
7251 em Belém do Pará eu me deparei com uma informação que já era pública, mas que
7252 me incomodou bastante o fato de nós termos no quadro de peritos apenas uma
7253 perita negra que foi admitida no concurso anterior por meio de um sistema de cotas
7254 invertido, que é um sistema também em desconformidade com a legislação que
7255 assegura reserva de vagas no serviço público e que portanto fez com que apenas
7256 uma única perita fosse admitida nesse contexto e que enfim, acho que não preciso
7257 convencê-los da legitimidade, da adequação da constitucionalidade e da justiça
7258 desse tipo de medida uma medida importante de equidade racial como vocês sabem
7259 o ministro é um grande defensor e promotor da discussão do combate ao racismo
7260 e eu também participei da comissão de juristas negros e negras com ele na câmara
7261 dos deputados onde fizemos várias propostas de estratégias normativas para o
7262 enfrentamento ao racismo e promoção da equidade racial e naquela ocasião
7263 também me orgulho muito de ter participado da construção da aprovação da
7264 convenção interamericana contra o racismo e outras formas de intolerância, então
7265 acredito que a demanda, o pedido nosso de uma seleção exclusiva está em
7266 conformidade com as normativas internacionais e nacionais, com a constituição da
7267 república, é algo que vai engrandecer muito e aprimorar as políticas de
7268 enfrentamento às violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional
7269 o combate à tortura as funções do mecanismo então é um pedido nosso de
7270 compreensão e de especialmente de atenção para que a gente possa promover
7271 essa ação afirmativa de justiça e equidade racial no próximo concurso obviamente
7272 respeito a independência e o entendimento desse comitê como uma instância
7273 autônoma, mas entendo que é uma medida que todos vocês compreendem como
7274 salutar, necessária e saudável para o momento inclusive democrático que nós
7275 vivemos hoje está de acordo inclusive com uma diretriz do atual presidente da
7276 república de promover o incremento de pessoas negras nos cargos e funções de
7277 confiança através do PNA, que foi um programa de ações afirmativas aprimorado,
7278 relançado nesse governo, nessa gestão. Então, é isso, a Fernanda preparou uma

7279 nota técnica que endossa esse pedido, traz alguns elementos mas acredito que
7280 todos os membros e participantes dessa reunião conhecem bem a realidade
7281 brasileira, a realidade do sistema prisional sabem quanto esse tipo de atenção à
7282 equidade, à representatividade e a um olhar plural da perspectiva da política pública
7283 no sistema prisional incluindo de uma forma bastante expressiva pessoas negras é
7284 muito importante. Então, nós pensamos aí numa reserva de vagas que contemple
7285 três vagas para provimento imediato, sendo duas para pessoas negras e uma para
7286 pessoa indígena, e três vagas de cadastro de reserva permitindo que numa próxima
7287 seleção, também pessoas negras sejam contempladas atingindo aí um percentual
7288 que é bastante equilibrado de 50% do quadro com pessoas negras e uma pessoa
7289 indígena considerando os índices de representatividade dessa população na
7290 população brasileira e em especial a atenção ao quadro de sobrerrepresentação
7291 dessa população no sistema prisional é isso, agradeço a atenção e a acolhida desde
7292 já, muito obrigada.

7293 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7294 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rita. Eu acho que essa discussão enfim, ela é
7295 uma discussão profunda uma discussão que a gente vai conseguir ter uma resposta
7296 agora, nesse momento mesmo porque a gente tem pouco tempo de reunião convidado
7297 você e o Ministro para estarem aqui na próxima reunião, acompanhar os trabalhos
7298 como um todo e acho que obviamente a gente, eu estou dizendo por mim a gente
7299 não teve um entendimento, mesmo que estou sabendo disso agora, dessa proposta
7300 do governo, mas obviamente que compreendo que sim, é importante que pessoas
7301 negras ocupem cargos, enfim mas eu acho que isso é uma decisão que a gente vai
7302 pensar, acho que com mais calma, mas vou passar aqui para quem levantou a
7303 plaquinha agora e aí vou pedir para todo mundo ser breve e aí também existe um
7304 grupo de trabalho já formado que é a para elaboração do edital que é formado pela
7305 já aqui pelo Coutinho então isso também e pela Fernanda, então isso também acho
7306 que vai ter que passar por esse grupo de trabalho, na elaboração do edital e
7307 entender também o que a gente compreende sobre esse tema.

7308 **Interlocutora não identificada** – Então, assim, eu pedi a palavra assim... Eu pedi
7309 a palavra porque assim eu fiquei preocupada muito preocupada, não foi pouco não
7310 e enquanto mulher negra, isso me preocupou bastante porque assim no mecanismo
7311 do Rio de Janeiro, na sua primeira seleção que foi 2010 a gente entendeu que não
7312 precisava ter cotas porque a gente achou que automaticamente iriam ter as pessoas
7313 no ano de 2019, quando teve a eleição, a gente se preocupou porque a gente viu
7314 nas outras eleições que não tinha uma procura, não tinha uma procura, e aí assim
7315 a gente fez a cota e aí eu estou trazendo isso também, porque assim uma outra
7316 questão se a gente for fazer um edital com 100% de cota quem está no mecanismo
7317 agora também não será reeleito e essa é uma preocupação, porque assim, porque
7318 o mecanismo é uma eleição e uma recondução? Para dar continuidade no trabalho
7319 e depois vem pessoas novas para oxigenar e sobre indígenas assim, eu, Patrícia
7320 estou na militância há muitos anos eu não vejo nenhuma pessoa, e aí falando,
7321 indígena, que tenha conhecimento afimco do sistema prisional para fiscalizar eu
7322 acho que precisa ter? Precisa, mas precisa ser construído isso construído isso, e aí
7323 me preocupa também porque assim, e vou fazer uma fala com muita tranquilidade,
7324 assim, porque assim a gente vai fazer 100% de vaga e aí para mim assim me parece
7325 já uma coisa de carta marcada e me preocupa isso, entendeu? Então, assim, eu
7326 acho que quem tem que ver isso é a comissão eleitoral e depois a comissão que vai
7327 fazer o edital e depois o pessoal que vai fazer o processo seletivo. Uma outra coisa
7328 assim visitar a cadeia não é uma coisa fácil não é uma coisa fácil eu vou dar um
7329 exemplo de uma perita do mecanismo do Rio de Janeiro, que era uma mulher negra
7330 uma pessoa, ela ficou um ano, ela ficou um ano, ela ficou um ano, como tiveram
7331 outras pessoas brancas também que ficaram um ano que não teve condições de
7332 ficar fiscalizando, porque fazia mal para ela, não era um espaço... A cadeia, a cadeia
7333 fede, a cadeia é um local deprimente. Então, assim, fazer um processo de seleção
7334 a gente tem que ter todo esse cuidado a mesma coisa pessoas com necessidades
7335 especiais a gente não pode pensar que a gente vai colocar uma pessoa que não
7336 tem que é cega para ser perito do mecanismo, por quê? Ela não enxerga e aí na
7337 primeira rebelião dentro da cadeia essa pessoa vai ficar lá porque até ela conseguir
7338 encontrar um ambiente para sair, ela vai ser o alvo fácil. Então, a gente precisa

7339 pensar muito bem o que a gente quer porque assim o mecanismo é um órgão de
7340 fiscalização que precisa estar dentro dos espaços de liberação e liberdade por
7341 exemplo, teve uma pessoa que foi do mecanismo do Rio de Janeiro que ele falava
7342 assim: “Eu não consigo entrar dentro da cadeia, porque eu me sinto mal, porque a
7343 cadeia fede. Eu falei: Mas você não passou no processo seletivo? Você não
7344 escolheu estar aqui? Então, você vai ter que entrar na cadeia. Então, assim, a gente
7345 que às vezes está de fora não tem a dimensão do que é estar numa fiscalização
7346 ficar ali em pé várias horas sem beber água, porque não é toda hora que você pode
7347 estar indo no banheiro, tratar o outro como se fosse você, até porque aquele espaço
7348 também pode ser seu um dia. Então a gente precisa ter muito cuidado com isso, eu
7349 fiquei bem preocupada.

7350 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7351 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Eu vou passar para a Jaque.

7352 **Sra. Jaque** – Primeiro boa tarde a Rita. O motivo principal eu sou a Jaque eu
7353 participo de uma organização mista formada por pessoas negras e pessoas não
7354 negras rede de proteção e resistência contra o genocídio que atua exatamente nos
7355 casos de violação do próprio Estado é uma organização com caráter antirracista e
7356 sempre que eu falo, embora em nome de uma organização mista, eu falo do meu
7357 lugar de mulher preta e periférica o motivo principal de eu me colocar como membro
7358 desse GT é exatamente para que se tenha esse olhar quando for estabelecer as
7359 regras digital. Eu sou favorável a racializar o debate de prevenção em combate à
7360 tortura, sou favorável a racializar a própria decisão do sistema prisional, porque, em
7361 regra, as medidas são feitas para encarcerar preto e pobre, assim como eu sou
7362 favorável a enegrecer o comitê, enegrecer o mecanismo, enegrecer o congresso
7363 nacional, a presidência da república e todos os ministérios. Então, era para eu ficar
7364 contente na verdade assim por vir essa orientação mas não tem como não
7365 externalizar que me causou uma certa indignação e não o fato de vir uma orientação
7366 quanto a quanto as cotas no edital. Um dos motivos aos quais a gente não ter
7367 avanço da última reunião para essa em relação ao edital é o fato de não ter sido
7368 publicada não ter saído a publicação desse GT que elaboraria a minuta do edital.

7369 Na última reunião nós tínhamos inclusive trazido por uma outra mulher preta da
7370 sociedade civil, pela Mauricléia, que o jurídico da organização dela já estudou o
7371 último edital, já fez diversos apontamentos então nós temos de onde partir nós
7372 temos muito acúmulo para fazer essa discussão e está parado porque não houve a
7373 publicação e no meu olhar não houve um grande empenho do governo para
7374 oficializar esse GT. Então, me causa uma certa indignação no sentido de que eu
7375 estou preocupada em falar façam assim, ao invés de agilizar que as coisas
7376 aconteçam, me parece mais uma questão de querer mostrar comprometimento do
7377 que o comprometimento efetivo, porque inclusive essa discussão, ela já foi colocada
7378 na última reunião antes do GT do edital, durante o GT do edital e após o GT do
7379 edital. Inclusive, se houvesse uma maior participação aqui dentro desse comitê eu
7380 não precisaria escutar quem precisa olhar para a questão racial eu no meu lugar de
7381 mulher preta porque ia saber que inclusive todos os posicionamentos em regra
7382 foram colocados pelo nome da rede na última reunião era exatamente essa questão.
7383 Então, parece-me um tanto que não é prestígio a luta racial mas um certo
7384 desrespeito a quem está aqui inclusive fazendo um levantamento e fazendo
7385 exatamente esses apontamentos aqui. Eu acho que é importante ressaltar inclusive
7386 que nós enquanto GT nós vamos apresentar uma minuta que vai ser amplamente
7387 discutida por este pleno, vai ser decidida e encaminhada por este pleno. Então, eu
7388 quero ter incidência na discussão deste pleno principalmente quanto ao critério
7389 racial principalmente e não tenho qualquer problema em colocar essa questão mas
7390 aí me causa desconforto me causa um desconforto real porque para mim questão
7391 racial não é negociável para mim questão racial não é para ganhar mente, não é
7392 para ganhar aplausos e não é para fazer um discurso de lacração. Questão racial é
7393 a minha vivência, é a minha existência, é a razão de eu estar viva, é a razão de eu
7394 abdicar de trocentas coisas para estar aqui, por exemplo, é a razão de eu dedicar
7395 horas da minha vida a militância e com uma sobrecarga nível hard de atribuições
7396 de trabalho e tal. Então, a mim, me desculpa mas essa posição, porque assim, olha
7397 tem um membro do governo, aí eu externalizo real assim, porque tem um membro
7398 do governo que faz parte da comissão e fala assim, enquanto não está
7399 institucionalizada vamos fazer uma discussão aqui eu acho que é importante,

7400 inclusive levando em consideração o processo de discussão da última e de onde
7401 veio as ponderações, porque eu acho que é de respeito às mulheres pretas que
7402 aqui estão criar uma nota técnica que a gente nem tem conhecimento do termo você
7403 está entendendo? Enquanto não colocar, gente, isso daqui eu compreendo e
7404 atualizar, sabe então assim porque para mim a questão racial é eu correr risco da
7405 minha integridade física quando eu vou no mercado com [Ininteligível], é ter medo
7406 de quando meu irmão está indo de uma balada para outra, porque é um homem
7407 preto gay e tem mais chances de morrer. Então, me desculpa, para mim é lacração.
7408 E é o seguinte, é uma questão racial para mim é intolerável, intolerável, sabe?
7409 Saber, olha nós fizemos um documento e fizemos surpresa, é surpresa para vocês
7410 que estão aqui iguais otários fazendo a discussão e fazendo esse apontamento o
7411 tempo todo, sabe é desrespeito que o [Ininteligível] deu esse ponto. Na última
7412 reunião quem estava aqui sabe e mais os apontamentos para agilizar essa questão
7413 é de respeito às perigas do mecanismo que estavam com uma sobrecarga muito
7414 grande e ter interesse que saia logo esse edital e aí a gente não encaminha porque
7415 falta o ato administrativo do governo encaminhar questões administrativas para eu
7416 vir aqui e escutar que a gente tem que priorizar a questão racial, eu acho que o rolê
7417 é outro é nem vão me pedir desculpa, porque eu poderia me desculpar se a intenção
7418 foi boa, nem vão me pedir desculpa, porque eu acho que também é justo eu acho
7419 que talvez a desculpa mereça talvez quem precisa de desculpa. Somos nós
7420 mulheres pretas que estamos aqui fazendo esse apontamento fazendo essa
7421 discussão e vem como elemento de surpresa que a gente tem que ter olhar para a
7422 questão racial, pronto. E só mais uma coisa importante em relação ao último tema
7423 porque eu não quis prolongar, a [Ininteligível] esteve recentemente na ONU através
7424 das duas colaboradoras a Naya e a Luciana Viegas que inclusive é a criadora do
7425 Vidas Negras com Deficiências Importam e exatamente levamos os casos de
7426 execuções e de tortura de pessoas pretas, então eu penso que em relação ao caso
7427 anterior outros membros da rede podem colaborar embora não façamos parte do
7428 GT e é isso.

7429 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7430 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada Jaque, eu vou passar a palavra para Fernanda
7431 quem estava escrito aqui era Fernanda, Ronilda, Rita, Caio Mauricleia só que de
7432 fato é isso né, infelizmente esse tema e acho que é muito ruim que esse tema tenha
7433 sido o último da reunião, porque justamente... Mas de todo modo eu vou passar aqui
7434 a palavra e vou pedir para que todo mundo tente usar o tempo.

7435 **Interlocutora não identificada** – A primeira coisa e eu acho importante começar
7436 desse lugar, isso não é dizer para o comitê o que fazer até porque nós não temos
7437 essa capacidade, mas eu entendo que esse tema de um edital exclusivo é algo que
7438 deve passar pelo pleno, enquanto diretriz primeiro, para depois uma elaboração do
7439 edital e foi o que eu defendi por isso está sendo trazido para cá antes de estar no
7440 GT, porque assim como a Patrícia disse e a Sofia também, é um tema que exige
7441 um debate, é um tema profundo, não é uma decisão para um GT tomar na minha
7442 compreensão, não é um informe. Nós estamos trazendo um pleito e a Rita foi bem
7443 explícita no momento que ela falou então eu acho que as pessoas estão muito as
7444 vezes não compreendem o que está sendo dito ou pelo visto acham que o Ministério
7445 de Direitos Humanos está aqui para fazer uma função diferente do que ele faz. Nós
7446 não temos o poder de decidir o que o colegiado vai fazer nós trazemos para o
7447 colegiado apreciar e foi isso que foi feito. A nota técnica é para subsidiar o pleito do
7448 Ministério de Direitos Humanos e nós enquanto membros desse comitê também
7449 podemos fazer isso trazer pleitos para esse comitê como todo mundo faz ou nós
7450 não podemos trazer pleitos para esse comitê? É preciso entender um pouco melhor
7451 essa relação nós somos um membro se somos um membro trazemos pleito para o
7452 comitê e trouxemos esse pleito para o comitê pro pleno, porque entendemos que é
7453 um pleito que merece ser analisado apreciado pelo pleno.

7454 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7455 **e Cidadania – ITTC)** – Eu vou passar a palavra para a Mauricléia primeiro, eu só
7456 queria falar uma coisa que eu entendo o que você falou, Nana, mas eu acho que a
7457 fala da Rita não foi exatamente neste lugar, a fala dela a minha pessoa me pareceu
7458 um pouco impositiva no sentido de que foi um pouco assim: “Mas vocês acham isso

7459 importante, não é? Ninguém vai discordar, não é?” Para mim, me interpretei deste
7460 lugar, posso estar equivocada pode não ser isso, mas eu interpretei deste lugar,
7461 então não interpretei como é claro que ela disse que nós temos autonomia, porque
7462 isso é óbvio e a gente vai fazer, mas não me veio deste lugar de diálogo, me veio
7463 mais de um lugar de um pouco mais de imposição mas eu também não sei e vou
7464 passar a palavra para a Mauricléia aqui primeiro.

7465 **Sra. Mauricléia** – Bom, eu me identifico como uma mulher negra, sou militante
7466 desde a década de 80 eu discuto reparação histórica. Então todos os espaços eu
7467 acho que isso tem que ser colocado sim não só nas universidades mas nos espaços
7468 institucionais e eu somo com a fala que a Jaque acabou de fazer. Eu acho que eu
7469 já fiz uma fala antes que tem alguns debates aqui que eu acho que tem que ser feito
7470 que são debates que eu diria teóricos que há uma necessidade da gente discutir.
7471 Por exemplo, a questão da pessoa com deficiência então não há possibilidade de
7472 fazer uma discussão em relação a isso para a pessoa participar de um processo
7473 que venha a ser o processo de perito do mecanismo? Então, eu acho que tem
7474 algumas coisas que eu acho que a gente tem a necessidade de discutir antes para
7475 poder o GT ter mais condições de preparar esse material, então na verdade eu
7476 também tenho um acordo que ontem colocado na pauta, inclusive eu anotei aqui
7477 que seria um informe. Eu estou considerando que foi dado um informe e que esse
7478 informe vai servir de subsídio para nós discutirmos. Nós, membros desse comitê
7479 que posteriormente nós vamos dar uma devolutiva. Então, assim, eu acho que o
7480 GT, eu pensei inclusive que o GT tinha, porque eu mandei logo o material, o GT
7481 teria se reunido, eu acho que o GT teria condições de a partir desse documento que
7482 foi feito, que foi elaborado fazer um debate apresentar aqui o debate, mandar para
7483 a gente fazer a leitura anteriormente para dizer, parece uma coisa assim de
7484 surpresa eu senti muito assim uma coisa que, e aí foi dito ontem, não, é um informe
7485 um informe sobre o edital do mecanismo, foi isso, nenhum ponto tinha para dizer o
7486 que era. Então, acho que isso é muito ruim, pode trazer eu acho que pode trazer,
7487 qualquer um pode trazer a demanda para aqui, como o Antônio pediu para trazer a
7488 demanda no próximo pleito. Então, acho que essa discussão ela tem que ser melhor

7489 organizada no sentido que a gente faça o debate. Por exemplo, a gente tem
7490 discordância aqui de como é que deve proceder, como é que vai escrever esse
7491 edital e isso é real. Então, acho que não tem nenhum problema se esse debate vir
7492 em formato de discussão, para a gente aprofundar e dar uma direção para quem
7493 está construindo o edital, quem vai participar da seleção, porque, gente, tem uma
7494 discussão que também passa por aí que é uma discussão de classe. Não é todo
7495 negro que vai fazer a defesa da classe trabalhadora, da classe... A gente viu no
7496 último governo. Então, acho que essa discussão eu acho que ela tem que ser bem
7497 consolidada nesse sentido era só isso, para deixar registrada.

7498 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7499 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, eu vou encerrar as inscrições das falas tenho o
7500 Caio, a Ronilda e depois a Rita então eu vou passar para o Caio, para a Ronilda e
7501 por fim para a Rita, que acho que ela pode ouvir todo mundo.

7502 **Sr. Caio** – Ok, obrigado e cumprimentar a ministra em substituição, pedir licença
7503 para as colegas que me antecederam eu me inscrevi para falar não sobre o mérito
7504 da proposta, mas sobre questões mais formais que antecedem a discussão ou que
7505 atravessam a discussão. Eu sublinho a questão que a Mauricléia colocou, porque
7506 ontem eu fiz o questionamento do que seria a substituição da pauta quando foi
7507 proposta, justamente porque eu acho que o que foi dito o governo vai trazer alguns
7508 pedidos, sugestões, algo desse tipo sobre o edital eu acho que a instância de se
7509 fazer isso a princípio seria dentro do próprio IGT, eu entendo o posicionamento da
7510 Fernanda, que como é mais é um assunto um pouco mais exige uma discussão
7511 maior poderia ser feita aqui, mas pontuar isso assim, não foi feito da maneira
7512 correta, isso deveria ser colocado na pauta, com tempo adequado para discussão
7513 e ontem, está gravado, foi colocado como informe, foi dito que seria um informe.
7514 Então um informe é basicamente a gente escuta e vai embora então eu presidi a
7515 última seleção na última reunião eu pontuei a questão da preparação do edital
7516 porque a pauta era aprovar o edital eu disse, bom, mas que edital vai ser aprovado
7517 se não tem nem comissão que faz edital justamente por saber de todas as
7518 discussões que antecederiam a questão de ter um edital enfim, e não vou entrar em

7519 questões relativas à proposta em si ou possíveis questões jurídicas que venham a
7520 acontecer, mas era mais essa questão. Eu tinha um outro ponto enquanto a Jaque
7521 falava, mas enfim enquanto a Mauricléia falava eu acabei entrando no assunto,
7522 porque eu fui casado muitos anos com assistente social. Então, a questão social
7523 era o conceito assim, né que atravessava as discussões assim. Então, é isso,
7524 depois eu posso trazer novamente assim enfim, entre os pares aí.

7525 **Interlocutora não identificada** – Então, rapidamente eu gostaria de ressaltar a
7526 questão da importância de manter a cota de pessoas com deficiência enquanto
7527 perita na coleção de pessoas com deficiência do Mecanismo Nacional é o que sabe
7528 a grande batalha que eu enfrentei, né, que o meu coletivo do meu público com
7529 deficiência enfrentou para estar para ocupar esse espaço e eu gostaria de fazer
7530 rapidamente um resgate da nossa inclusão desde 2011 do atual governo que
7531 possibilitou que nós pudéssemos ocupar de fato esses espaços e com a publicação
7532 da nossa lei de inclusão de pessoas com deficiência nos garantiu ocupar 5% da
7533 cota de todos os espaços públicos, né, de todos os concursos dos mandatos e enfim
7534 no governo anterior nós enfrentamos uma grande batalha, o nosso coletivo teve que
7535 impugnar várias vezes o edital para podermos garantir essa vaga, eu inclusive
7536 empreitei mandato de segurança para poder ocupar esse espaço, né, que foi
7537 garantido por lei e me entristece muito a questão de limitação das pessoas com
7538 deficiência nesse espaço, porque nós temos sim né, competência para estarmos
7539 aqui como qualquer um, Para quem não sabe, a nossa lei nos garante inclusive que
7540 nós sejamos acompanhados por outras pessoas, né, nos espaços que a gente tem
7541 algum tipo de limitação então assim, eu peço com carinho né, que esse comitê
7542 reveja né, as questões de limitação para o nosso público. Então, é só isso.

7543 **Interlocutor não Identificado** – Sofia, só uma questão eu tinha ainda mais ou
7544 menos um minuto e eu quero dar 30 segundos para a Jaque, que ela lembrou de
7545 uma coisa e 30 para mim, porque eu lembrei de uma coisa então, muito rapidamente
7546 o que eu esqueci de falar naquele ponto, espera aí, é que o que eu ia pontuar era o
7547 seguinte as discussões sobre parâmetros de edital recondução e todos esses
7548 critérios eles são feitos no colegiado entre os pares. Então, também não é esse o

7549 momento da discussão porque não participariam convidados externos peritos do
7550 mecanismo, convidados permanentes, é uma discussão que acontece
7551 exclusivamente entre nós ou pelo menos esse era o nosso proceder. Foi essa
7552 questão que eu tinha esquecido.

7553 **Interlocutora não identificada** – Gente, só que eu não quero dar desprestígio,
7554 porque foi estado em relação a questão da cota indígena, da mesma forma que eu
7555 não quero que fale de mim sem mim eu também não quero falar de ninguém sem
7556 as pessoas, porque se é uma pessoa branca indicado pelo mecanismo, ninguém
7557 está preocupado se ela tem discussão de pautas identitárias, tudo mais sabe,
7558 porque assim quem faz uma luta, enfrentamento colocando a vida em risco,
7559 brigando por terra, sangue bom, sabe muito bem fazer discussão contra a tortura.
7560 Eu acho, assim, não dá para dar demérito e desprestígio à população indígena na
7561 última reunião também nós tivemos aqui diversos questionamentos em relação à
7562 população indígena. Acho que, assim, não dá pra gente que se propõe a discutir
7563 violações você está entendendo, permanecer com vozes silenciadas. Então é, só aí
7564 dar o mérito aí à população indígena.

7565 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7566 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, vou passar a palavra agora para a Rita. a gente
7567 não está...

7568 **Sra. Rita Cristina de Oliveira (Suplente – Ministério Dos Direitos Humanos) –**
7569 Bom, agora está é, bom eu escutei atentamente agradeço as contribuições de todos
7570 e todas e todes. Bom, primeiro ponto, acho que a Fernanda já falou, mas não custa
7571 reforçar que a reserva, ela não... A reserva de vagas, não inibe enquanto política é,
7572 o papel das comissões de seleção isso aqui estou falando em geral como
7573 especialista no tema, inclusive, não inibe o papel das comissões de seleção, de
7574 selecionar os perfis e as pessoas de acordo com os critérios de seleção em qualquer
7575 certame. E nesse caso também a proposta enfim, a forma que nós trouxemos, do
7576 que nós estamos aqui defendendo enquanto ideia, obviamente não inibe a
7577 autonomia do mecanismo e muito menos desse comitê e do GT que está para ser

7578 instituído de, enfim, definir os critérios. Nós trouxemos aqui uma ideia para
7579 discussão na perspectiva de que ela fosse realmente recebida para uma reflexão
7580 no momento oportuno, não é nada impositivo, muito pelo contrário, nós sabemos de
7581 toda a condição de titulares de mandato e também somos titulares de um mandato
7582 e nessa condição nos colocamos aqui na perspectiva de contribuir. Em relação à
7583 publicação do GT da portaria de publicação do GT da minuta do edital, enfim todos
7584 os procedimentos são necessários, acredito que deve ter algum entrave burocrático
7585 procedimental, mas de nossa parte não há nenhuma necessidade ou interesse em
7586 travar nenhum tipo de publicação ou procedimento. Tudo que nós recebemos aqui
7587 na secretaria-executiva é imediatamente ou dentro de um prazo muito razoável
7588 encaminhado. Então, eu precisaria até me informar ou ser informada, né, de
7589 qualquer dificuldade que esteja acontecendo nesse sentido para poder facilitar a
7590 publicação quanto antes. Agora não existe minuto de proposta, existe uma ideia que
7591 foi apresentada existe uma nota técnica da área que nos municiou de argumentos
7592 e informações para trazer essa proposta aqui para discussão e reflexão em
7593 momento oportuno e é nesse espírito que a gente colocou. Eu apoio a demanda de
7594 outros membros, enfim, e parceiros que estejam aqui que também tenham pensado
7595 nisso, em nenhum momento eu trouxe isso aqui para aparecer como uma ideia
7596 inédita, eu definitivamente não sou uma mulher de lacração, quem quiser pesquisar
7597 o meu histórico vai saber disso. Eu quero compartilhar as vivências, a minha
7598 vivência de mulher negra, defensora da justiça federal que há mais de dez anos
7599 trabalha com o sistema prisional. Eu não estou aqui para apagar a vivência de
7600 ninguém, mas para partilhar a minha vivência com a de outras pessoas que também
7601 eu sei que lutaram e carregaram outras histórias, outras trajetórias, nesse espírito
7602 também, para que nenhuma das nossas vivências seja apagada. E acho que
7603 respeito muitos movimentos sociais e tenho uma convivência de muitos anos
7604 também com movimentos sociais negros, respeito às mulheres negras, sobretudo
7605 em todos os espaços. Então, aqui eu quero externar o meu respeito a todas as
7606 mulheres negras que fazem parte desse comitê e desse colegiado. E, portanto,
7607 também prestigiar a compreensão que, quando eu falei, em alguns momentos eu
7608 falei, vocês conhecem, vocês sabem, não foi nada impositivo, queria deixar claro

7609 isso para a presidência, porque, na verdade, o que eu fiz foi, de certa forma, colocar
7610 que eu compreendo e já entendo que todos vocês têm uma compreensão muito, às
7611 vezes, melhor até do que a minha em relação à realidade da população negra frente
7612 ao sistema prisional, frente ao sistema de justiça racista e foi nesse espírito que eu,
7613 muitas vezes, utilizei a expressão como se nós compartilhássemos aqui de um
7614 mesmo olhar para esse sistema. Então, por isso, entendam esse pleito como um
7615 pleito do Ministério dos Direitos Humanos, no melhor espírito de promoção e defesa
7616 dos direitos humanos, especialmente das pessoas negras. Muito obrigada.

7617 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7618 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rita. Bom, eu acho que é bom esses
7619 esclarecimentos aqui. Enfim, tinha entendido de outra forma, mas, conversando
7620 aqui, a gente vai entendendo. De fato, a gente ultrapassou aqui um tanto da nossa
7621 reunião. A gente não conseguiu... Não, a gente não conseguiu unicamente tratar o
7622 ponto da Ronilda, mas ela também ficou de fazer esse informe de forma escrita e,
7623 na reunião extraordinária, que vai ser na semana que vem, na quinta-feira, eu
7624 ofereci para ela o espaço que ela teria hoje aqui, para ela iniciar na reunião, caso
7625 ela queira que vai ter a reunião do Comitê Extraordinário. Bom, eu queria agradecer
7626 a presença de todos, todas e todos que acompanharam a reunião ontem e hoje. E
7627 fazer o convite de novo para a Rita, para que esteja aqui presencialmente na
7628 próxima reunião. Sei que sua agenda deve ser bastante comprometida, mas que a
7629 gente possa fazer essa discussão também de forma mais aprofundada, inclusive
7630 compartilhando conhecimentos de todos nós, para que, enfim, a gente possa pensar
7631 como encaminhar essa questão do edital de forma mais contemplativa para todos.
7632 E em relação ao Sumário Executivo, a gente vai receber um e-mail com uma data
7633 para nós, membros do Comitê Extraordinário. Quanto tempo? Quinta-feira, pode
7634 ser? Até quinta-feira, que é a data da próxima reunião Extraordinária. Ou quer
7635 aprovar lá? Quer aprovar na reunião Extraordinária? Primeira coisa da reunião
7636 Extraordinária. A gente aprova como a primeira pauta da reunião Extraordinária, a
7637 gente aprova o sumário de hoje e de ontem. A primeira pauta é essa, a segunda
7638 pauta da Ronilda e depois a gente segue a nossa reunião com a discussão que a

7639 gente já ia fazer em relação ao encontro e a gente vai ter já uma resposta se foi
7640 possível adiar o encontro ou se não foi possível adiar o encontro. Ele será mesmo
7641 no dia 21. Muito obrigada a todos que participaram. Está encerrada a nossa reunião.